

HISTÓRIA DE TRABALHO E TRABALHADORES

Reflexões da história econômica
entre o trabalho escravo e o trabalho livre

Luiz Carlos Soares
Luiz Fernando Saraiva
(orgs.)



PPGH
PROGRAMA DE PESQUISA DE HISTÓRIA

COMPANHIA
DAS ÍNDIAS

NEPHES

HUCITEC
EDITORA

HISTÓRIAS DE TRABALHO
E TRABALHADORES
reflexões da história econômica entre
o trabalho escravo e o trabalho livre

Luiz Carlos Soares
Luiz Fernando Saraiva
organizadores

HISTÓRIAS DE TRABALHO
E TRABALHADORES
reflexões da história econômica entre
o trabalho escravo e o trabalho livre

Hucitec Editora
São Paulo, 2024

© Direitos autorais, 2022,
da organização de,
Luiz Carlos Soares & Luiz Fernando Saraiva
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020-000 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: Mariana Nada
Produção editorial: Kátia Reis
Assessoria editorial: Mariana Terra
Circulação: Elvio Tezza

PPGH
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



NEPHES

H673 Histórias de trabalho e trabalhadores [recurso eletrônico] : reflexões da história econômica entre o trabalho escravo e o trabalho livre / Luiz Carlos Soares, Luiz Fernando Saraiva (organizadores). – 1.ª ed. – São Paulo : Hucitec , 2024. – 12.000 kb. : il. ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8404-493-1

1. História econômica - Brasil. 2. Trabalho. I. Soares, Luiz Carlos. II. Saraiva, Luiz Fernando. III. Título.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB-7/7400

Sumário

- 5 **Apresentação**
- 14 **Capítulo 1** – Regulação de trabalho sob o prisma do laissez-faire: os limites da legislação laboral no Reino Unido durante a primeira metade do século XIX, *Daniel Schneider Bastos*
- 48 **Capítulo 2** – A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX, *Luiz Carlos Soares*
- 93 **Capítulo 3** – Operários meninos: filhos da Casa pia e Colégio de órfãos de São Joaquim entregues para a Fábrica Todos os Santos (Bahia, c.1840-1860), *Silvana Andrade dos Santos*
- 131 **Capítulo 4** – Dinâmicas agrárias e trabalhistas no Vale do Paraíba Fluminense no pós-abolição (1888-1916), *Felipe de Melo Alvarenga*
- 170 **Capítulo 5** – A fazenda Fortaleza de Santana e o passado que não passa: trabalhadores em dois séculos de resistência e lutas (c. 1806-2025), *Elione Silva Guimarães & Luiz Fernando Saraiva*
- 227 **Capítulo 6** – Trabalhadores imigrantes portugueses e o associativismo beneficente na cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, *Guilherme Giesta Figueiredo*
- 260 **Capítulo 7** – Trabalho e festa, lugares de organização: geografia associativa em torno da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro (1905-1930), *Camila Pizzolotto Alves das Chagas*
- 293 **Capítulo 8** – Nas águas da Guanabara, a Ponte Rio-Niterói: trabalho e trabalhadores durante a Política Econômica do AI-5, *Ana Beatriz Camarinha & Matheus Sinder*

Apresentação

A história do trabalho e dos trabalhadores tem sido um campo da historiografia muito explorado recentemente pela História Social e pela História Política. Evidentemente, trata-se de um campo de investigação histórica que apresenta as possibilidades mais diversas de abordagem e referenciais de análise, sendo que muitas vezes pode-se verificar a confluência de abordagens e referenciais. Às vezes, é realmente muito difícil traçar as fronteiras e limites da temática da história do trabalho e dos trabalhadores entre as diversas subáreas do conhecimento histórico.

Na presente coletânea, temos justamente a preocupação de perceber a complexidade e a diversidade historiográficas desta temática, mas, no momento, queremos assinalar a sua particularidade nos estudos de História Econômica mais recentes: ou seja, focalizando as possibilidades de abordagem com o olhar da História Econômica, suas problemáticas teóricas e métodos de investigação mais atuais. Nesta coletânea, apresentamos um capítulo voltado para o contexto europeu ou internacional, mas a grande maioria dos capítulos procura refletir a partir de uma linha mais específica da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil que é demarcada pelas realidades do trabalho escravizado

e do trabalho livre, e na transição do primeiro para o segundo nas décadas finais do século XIX, o que fundamenta a transição de uma sociedade escravista para uma sociedade capitalista, que iria se constituir mais efetivamente nas décadas iniciais do século XX.

Sendo assim, é necessário que façamos uma breve apresentação do conteúdo geral dos dez capítulos da presente obra coletiva, composta de investigações originais fundamentadas em fontes primárias, referenciais teóricos importantes e diálogos com a historiografia especializada.

O Capítulo 1, “Regulação de trabalho sob o prisma do *laissez-faire*: os limites da legislação laboral no Reino Unido durante a primeira metade do século XIX”, de Daniel Schneider Bastos, procura entender a dinâmica das relações de trabalho e a constituição de uma legislação trabalhista que regulasse as condições dos trabalhadores industriais inicialmente nas fábricas têxteis, mas que posteriormente seria estendida para outros setores industriais. Para a realização de seu estudo, o autor se debruçou sobre os relatórios de comitês parlamentares e comissões reais de inquérito, sobretudo aquelas constituídas entre 1831 e 1845, que foi um período de aprofundamento da industrialização britânica e fortalecimento de uma visão liberal da economia e da sociedade, que afirmava a lógica do *laissez-faire*, a auto-regulação do mercado e a não-intervenção do estado nas práticas econômicas. Nos relatórios das mencionadas comissões, o autor procurou não apenas identificar os seus participantes, como também as suas filiações ideológicas e partidárias, destacando os seus diagnósticos e as propostas apresentadas, muitas das quais seriam levadas em consideração, pelo parlamento britânico, no processo de discussão e aprovação de leis regulamentadoras das condições de trabalho industrial.

O Capítulo 2, “A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX”, de Luiz Carlos Soares, procura investigar a modalidade de exploração do trabalho escravizado nas atividades industriais ao longo do século XIX, que foi um objeto muito pouco explorado pelos estudos de História Industrial do Brasil até os anos 1980. Em um primeiro momento, o autor focaliza a explo-

ração do trabalho escravizado nas indústrias do Rio de Janeiro, destacando duas conjunturas distintas: a primeira delas a partir da instalação da Corte portuguesa na cidade e capital do país, em 1808, até o início dos anos 1840, quando o panorama industrial era dominado por oficinas artesanais e existiam algumas poucas pequenas manufaturas, verificando-se um grande emprego de trabalhadores escravizados nestes estabelecimentos, que coexistiam com uma proporção menor de trabalhadores livres; a segunda conjuntura se estenderia dos anos 1840 até as vésperas do Abolição da escravidão no país, em 1888, que incluiria um momento de grande crescimento industrial em meados do século, com a instalação na cidade e seus arredores de estabelecimentos manufatureiros de maior porte, onde o trabalho escravizado e o trabalho livre coexistiriam, com a predominância deste último a partir dos anos 1860. De acordo com o autor, esta mudança no perfil dos trabalhadores industriais fluminenses acompanhou os efeitos da abolição do tráfico africano (1850) e o movimento de gradativa concentração dos antigos escravizados urbanos nas áreas de produção cafeeira do Vale do Rio Paraíba do Sul, que foram substituídos em suas atividades por trabalhadores livres, recrutados sobretudo entre as grandes levas de imigrantes portugueses que aportavam no Rio de Janeiro.

O Capítulo 3, “Operários meninos: filhos da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim entregues para a Fábrica Todos os Santos (Bahia, c. 1840-1860)”, de Silvana Andrade dos Santos, procura investigar a entrada e a trajetória de meninos majoritariamente brancos e pardos pobres e/ou órfãos no mencionado estabelecimento filantrópico e educacional da cidade de Salvador, que procurava educá-los e integrá-los à sociedade, “de forma considerada útil”, sendo que, posteriormente, um número considerável destes meninos foi enviado para os trabalhos da referida fábrica têxtil da vila de Valença. Esta fábrica foi fundada no final dos anos 1740 pela sociedade Lacerda & Companhia, cujos principais membros (Antonio Francisco de Lacerda, Antonio Pedrozo de Albuquerque e John Smith Gillmer) estiveram vinculados “em diferentes escalas e esferas” ao tráfico ilegal de

africanos escravizados, proibido definitivamente em 1850. Até os anos 1870, a Fábrica Todos os Santos se constituiu no maior estabelecimento fabril do ramo têxtil de todo o país, procurando também recrutar trabalhadores mais qualificados entre os meninos educados na Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, que passavam por um período considerável de aprendizagem neste estabelecimento soteropolitano e, a partir de uma certa idade, seguiam outros destinos para a sua formação profissional, entre os quais estava o estabelecimento têxtil de Valença, onde se tornavam “meninos operários”.

O Capítulo 4, “Dinâmicas agrárias e trabalhistas no Vale do Paraíba Fluminense no pós-abolição (1888-1916)”, de Felipe de Melo Alvarenga, apresenta uma discussão detalhada sobre as relações de trabalho e as categorias de trabalhador rural que emergiram após a abolição da escravidão nos municípios de Barra do Piraí, Piraí, Valença e Vassouras. A área destes quatro municípios, também reconhecida como o antigo “Corredor Cafeeiro”, passaria por um processo de diversificação agrícola e muitos dos ex-escravizados que lá permaneceram iriam estabelecer novas relações de trabalho, com os antigos ou novos proprietários de terra ou seus arrendatários, sendo as mais comuns a parceria, a empreitada e o regime de trabalho assalariado, sem deixar de mencionar os agregados e os posseiros que viviam nas franjas das antigas fazendeiras cafeeiras escravistas e sobreviveram ao pós-abolição. A partir de uma investigação realizada em processos cíveis, o autor pode verificar “acordos e ajustes efetivados entre proprietários e os trabalhadores rurais”, muitas vezes firmados verbalmente ou por contratos com cláusulas escritas, verificando-se não apenas as tensões cotidianas, mas sobretudo aquelas ligadas ao direito de propriedade ou ao direito ao uso desta no seu arrendamento ou na parceria. Em síntese, parceiros, pequenos arrendatários, agregados e posseiros procuravam desenvolver uma forma de produção, na qual o principal objetivo era garantir a sobrevivência de suas famílias com autonomia, no modo típico do que poderíamos chamar de uma “economia camponesa”.

O Capítulo 5, “A Fazenda Fortaleza de Santana e o passado que não passa: trabalhadores em dois séculos de resistência e lutas (c. 1806– 2024), de Luiz Fernando Saraiva e Elione Silva Guimarães, procura traçar a trajetória, por mais de dois séculos, desta fazenda que foi uma das maiores e mais simbólicas da região da Zona da Mata de Minas Gerais. Os autores identificam, nesta longa trajetória Fazenda Fortaleza de Santana, quatro grandes períodos, que são: a sua formação (1806 – 1860); seu auge, com a produção cafeeira (1860 – 1920); seu longo declínio (1920 – 2010); e sua dissolução (2010 – 2013), sendo, a partir daí, ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e desapropriada, dando origem ao acampamento Denis Gonçalves. No início de sua formação, a Fortaleza de Santa Bárbara acompanhou a expansão da “colonização mineira”, após declínio da mineração, em direção ao Vale do Rio Paraíba do Sul, na constituição de uma rede de produção e comercialização para o abastecimento das Minas Gerais e das demais capitânicas/províncias do Sudeste brasileiro. O auge da Fortaleza de Santa Bárbara se iniciou com a expansão da lavoura cafeeira para a Zona da Mata mineira, acompanhando a bacia do Rio Paraíba do Sul, e, mesmo com a abolição da escravidão, em 1888, e o posterior reordenamento das relações de trabalho, esta fazenda e as demais da região continuaram a produzir grandes quantidades de café para o mercado interno e para a exportação até o final dos anos 1920, combinando a atividade principal com outras atividades de subsistência. Certamente, foram estas atividades de subsistência, com cultivos e criações de animais para abastecimento do mercado regional, que predominaram durante o seu longo período de declínio, que começou após a grande crise cafeeira dos anos 1930. Ao traçar a trajetória da Fortaleza de Santa Bárbara, os autores não só procuram analisar a atuação de seus proprietários, como também as relações de trabalho estabelecidas nos distintos períodos, as lutas e as resistências cotidianas dos seus trabalhadores, até chegarem à época da sua dissolução e o abandono da fazenda por seus proprietários, o que possibilitou a

sua ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o seu assentamento, a partir de 2013.

O Capítulo 6, “Trabalhadores imigrantes portugueses e o associativismo beneficente na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX”, de Guilherme Giesta Figueiredo procura estudar a presença dos imigrantes portugueses que chegaram à então capital do país a partir das décadas finais do século XIX, no fenômeno conhecido como a “Grande Imigração”, que se estendeu pelas décadas iniciais do século seguinte e trouxe para o país milhões de imigrantes de vários países da Europa, da Ásia e do Oriente Médio. Na base desta grande leva imigratória, estavam as políticas de imigração formuladas pelo governo brasileiro e pela crescente demanda de mão de obra para as atividades agrícolas, especialmente nas regiões cafeeiras-exportadoras, e para as atividades comerciais dos centros urbanos. A cidade do Rio de Janeiro se beneficiou com a chegada de centenas de milhares de imigrantes de diversos países, mas a grande maioria era formada por portugueses que chegavam na capital do país dispostos a começar uma nova vida, disputando postos no mercado de trabalho com os cidadãos brasileiros (o que causava, muitas vezes, reações antilusitanas por parte dos locais), sendo que aqueles que tinham um pouco mais de recursos se aventuravam em alguma atividade industrial ou comercial. O mais interessante é que, mesmo se adaptando à realidade econômica e social do país, muitos imigrantes portugueses não esqueceram os seus laços de pertencimento nacional ou a sua solidariedade com seus conterrâneos e estiveram à frente da constituição de diversas associações, localizadas majoritariamente na área central do Rio de Janeiro, que tinham por objetivo maior oferecer “ajuda mútua, apoio social e assistência econômica a seus membros”. Segundo o autor, este “associativismo beneficente” foi responsável pelo estabelecimento de muitas associações que não só procuraram facilitar a inserção de imigrantes portugueses na vida econômica e social da cidade, como também se tornaram espaços de preservação dos seus costumes e das suas tradições culturais e linguísticas originais.

O Capítulo 7, “Trabalho e festa, lugares de organização: geografia associativa em torno da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro (1905-1930)”, de Camila Pizzolotto Alves das Chagas, procura estudar a história dos trabalhadores portuários e, de certo modo dos trabalhadores em geral, levando em consideração não apenas sua atuação no movimento operário sindical, suas reivindicações e greves por melhores salários e condições de trabalho, como também outras formas de organização fora de seus espaços de trabalho e luta sindical, através das quais estabeleciam redes comunitárias associadas a seu lazer e manifestações religiosas. Na perspectiva da autora, estas duas dimensões não eram excludentes e se interligavam na constituição de um modo de atuação política mais amplo e complexo no sentido da constituição de uma de uma identidade ou consciência de classe. Por isso, a partir do estudo da trajetória dos membros da Sociedade de Resistência, focaliza suas atuações comunitárias em seus locais de moradia ou em outras partes da cidade, que eram fundamentais para a criação de entidades recreativas e carnavalescas ou a continuidade de suas práticas religiosas, em um contexto social muitas vezes desfavorável e sujeitas à repressão política e policial. Neste sentido, a Sociedade de Resistência é o núcleo de uma “geografia associativa” que, a partir do centro da cidade (nos bairros da Saúde, Gambôa e Santo Cristo), estende-se pelos seus subúrbios, pela Baixada Fluminense e por Niterói e São Gonçalo. Diversas figuras se enquadravam no perfil do sindicalista que também estava à frente de associações comunitárias, ranchos carnavalescos e escolas de samba, mas o destaque maior da autora vai para Eloy Anthero Dias (Mano Eloy) que participava da vida organizativa da Sociedade de Resistência, chegando a ocupar o cargo de presidente desta entidade sindical, mas também foi sambista, jongueiro, compositor, pai de santo, integrante de ranchos e fundador de escolas de samba.

O Capítulo 8, “Nas águas da Guanabara, a Ponte Rio-Niterói: trabalho e trabalhadores durante a Política Econômica do AI-5”, de Ana Beatriz Camarinha e Matheus Sinder, procura

investigar o processo de construção da referida ponte, desde o seu planejamento inicial, em 1968, até a sua conclusão e inauguração em março de 1974. A construção da Ponte Rio-Niterói fazia parte de um planejamento da ditadura militar, executado nos seus “anos de chumbo”, no sentido de uma “modernização” econômica do país, cujas vitrines principais eram as obras de grande porte, tais como a usina hidroelétrica de Itaipu, a rodovia Transamazônica, a rodovia Rio-Santos e a própria ponte que ligava os dois lados da Baía de Guanabara, que se constituiu no empreendimento mais expressivo do período. Assim, com o começo efetivo das obras, logo depois do estabelecimento do AI-5, a construção da ponte pode ser entendida no âmbito dos mecanismos de política econômica deste ato institucional na regulação das relações empresas-governo-trabalhadores, na dinâmica do andamento das obras e nas eventuais tensões deste processo. O Consórcio Construtor Rio-Niterói (CCRN), formado pelas empresas Construtora Brasileira de Estradas (CCBE), Servix, Emec e Ferraz Cavalcanti, vencedora da concorrência pública aberta em edital, foi responsável pela primeira etapa da construção da ponte, mas, devido aos atrasos no cumprimento do cronograma das obras, aos acidentes fatais com trabalhadores e aos embates públicos do Consórcio com o Ministro Mário Andreazza, titular do Ministério dos Transportes, este foi sumariamente afastado em janeiro de 1971. Para a continuidade e administração das obras, foi criada a Sociedade Anônima Empresa de Construção e Exploração da Ponte Presidente Costa e Silva (ECEX), que convocou o Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Rabello e Sobrenco, que tinha sido o segundo colocado na concorrência pública. As obras tiveram continuidade com este grupo de empresas até março de 1974, quando a Ponte Rio-Niterói foi formalmente inaugurada, acompanhando as diretrizes do Governo Médici, com censura e controle do noticiário sobre o andamento dos trabalhos e a plena sujeição às diretrizes da política econômica comandada por Antônio Delfim Neto, o titular do Ministério da Fazenda daquele governo.

Esta foi a breve apresentação do conteúdo geral dos capítulos da presente coletânea dedicada à história do trabalho e dos trabalhadores, com a grande maioria destes capítulos voltada para as realidades do trabalho escravizado e do trabalho livre na sociedade brasileira, mas com alguns capítulos que também focalizam a problemática do trabalho livre no continente europeu. Esperamos que os trabalhos aqui publicados possam trazer efetivas contribuições para aqueles estudantes e pesquisadores brasileiros que se dedicam à história do trabalho e dos trabalhadores e se utilizam dos referenciais e abordagens da História Econômica.

Rio de Janeiro, novembro de 2024.

Luiz Carlos Soares
Luiz Fernando Saraiva

CAPÍTULO 1

Regulação de trabalho sob o prisma do *laissez-faire*: os limites da legislação laboral no Reino Unido durante a primeira metade do século XIX

Daniel Schneider Bastos

O desenrolar da Revolução Industrial na Grã-Bretanha foi acompanhado de transformações que trouxeram novas questões para o debate público. Fenômenos como a urbanização, o trabalho fabril, a consolidação da política em dinâmicas bipartidárias, o aumento da circulação de impressos, o radicalismo político, os movimentos de trabalhadores organizados e a maior penetração de ideias evangélicas estão entre os fatores que influenciaram não somente o aparecimento de pautas, mas o modo como essas temáticas eram discutidas. Do ponto de vista do governo, essa situação implicava em adequar a governabilidade diante de demandas trazidas pela nova realidade. Frequentemente, essas mudanças implicaram em encarar o dilema entre,

de um lado, o compromisso com uma ideologia de *laissez-faire* e interesses privados e, do outro, a constatação de que políticas interventivas se faziam necessárias.

Nesse quadro, o trabalho se mostrou um tópico espinhoso. Alterando as paisagens nas cidades e no campo, as fábricas se multiplicavam e atraíam olhares curiosos. Os efeitos do sistema fabril sobre os trabalhadores provocavam reações de sensibilidade entre todas as classes sociais. Não somente sindicalistas e radicais populares, mas também nomes ilustres do conservadorismo, relatavam condições de trabalho desumanas para mobilizar a opinião pública em prol de legislações mais incisivas sobre a indústria. Para setores mais liberais, intervir sobre as relações de trabalho era algo delicado, sendo a interação consensual entre empregador e empregado um assunto para a esfera privada e condicionado aos termos impostos pelo mercado. Numerosas vezes se ergueram para denunciar aquilo que percebiam como uma campanha de difamação orquestrada contra o setor industrial, movida pela inveja da aristocracia fundiária e por demagogos políticos.

Dois temas em particular foram objetos destacados de atenção durante a primeira metade do século XIX: o emprego de crianças e jovens na indústria têxtil e o empobrecimento dos tecelões das pequenas manufaturas que passaram a competir com a tecelagem automatizada das fábricas. Ambos os casos despertavam a preocupação de uma classe média em expansão, receosa diante de um cenário que parecia apontar para o decaimento moral da classe trabalhadora, colocando em risco a integridade social e levantando dúvidas sobre as virtudes do processo de crescimento econômico. A repercussão levou o governo a inquirir sobre esses assuntos como forma de avaliar a necessidade de respostas legislativas, ação que se deu na forma da nomeação de comissões parlamentares e comissões reais de inquérito entre 1831 e 1845.

Comitês parlamentares podiam ser formados por integrantes dos Comuns, dos Lordes ou um misto de ambas as casas, e possuíam duração definida previamente no momento de sua

criação. Comissões reais, por sua vez, eram nomeadas pelo *home office*¹, e funcionavam com autonomia em relação ao Parlamento. Qualquer indivíduo que o governo considerasse capaz de contribuir para o tema em questão poderia ser nomeado para uma comissão, as quais não possuíam prazo pré-estabelecido para encerrar suas atividades, entregando seu relatório conclusivo quando os comissários julgassem que seu trabalho estava encerrado. Durante o século XVIII, costumava-se dar preferência ao emprego de comitês parlamentares para investigações de interesse público, dada a desconfiança existente diante das comissões associadas à influência real. Com a passagem para o século XIX, todavia, essa resistência havia diminuído com o consenso de que os comissários serviam ao governo e não ao monarca. Ao mesmo tempo, o acirramento das disputas partidárias e a pressão por apresentar um posicionamento oficial diante de questões polêmicas estimulavam o Gabinete² a se utilizar deste recurso para realizar inquéritos teoricamente mais técnicos e apartidários (Lockwood, 1967, pp. 172-209).

A partir das conclusões e encaminhamentos apresentados por essas iniciativas, podemos mapear a elaboração do discurso assumido pelo poder público frente à questão da regulação do trabalho em um contexto de mudança econômica. Nesse aspecto, as análises dos comitês parlamentares e das comissões reais se contrapõem de modo interessante. Enquanto os comitês, nos casos analisados, reproduziram a perspectiva de grupos parlamentares intervencionistas, as comissões reais foram instrumentalizadas como forma de apresentar contrapontos na forma de investigações tidas como científicas e imparciais, mas que defendiam abordagens mais liberais. Observa-se um movimento no qual, quando divergências da sociedade civil se manifestam mais

1 Ministério do Reino Unido voltado para assuntos domésticos, equivalente ao ministério do interior presente em outros Estados.

2 O Gabinete do Reino Unido (*Cabinet of the United Kingdom*) é o grupo composto pelo primeiro-ministro e demais ministros de maior importância do governo. Sua composição é nomeada pelo monarca, responsável por empossar todos os ministros, fazendo-o a partir das indicações do primeiro-ministro.

intensamente em âmbito parlamentar, com reflexos nos comitês, opta-se pela nomeação de comissões independentes como forma de se chegar a resultados mais condizentes com as expectativas de desenvolvimento industrial e *laissez-faire* econômico.

Essas fontes compõem um retrato apenas parcial do mundo do trabalho e dos sentidos atribuídos a ele durante o contexto da Revolução Industrial. Estamos olhando pelo prisma daqueles atuando em nome do poder público, algo que por si só representa um filtro. Há também o fato de que nosso escopo está concentrado em setores que não empregavam a maioria da população trabalhadora. Feitas essas ressalvas, destaca-se que o objetivo aqui é identificar os pressupostos usados para legitimar a regulação do trabalho na conjuntura de industrialização, considerando que assim podemos melhor compreender a formação de uma interpretação socialmente hegemônica da relação entre trabalho e governabilidade. Este ensaio é voltado para os relatórios de comitês parlamentares e comissões reais, ainda que não se aprofunde em analisar os nomes numerosos envolvidos na produção desses materiais³. Apesar dessa limitação, esses textos nos auxiliam a lançar alguma luz sobre o exercício de uma razão liberal na construção do discurso oficial frente ao dilema da intervenção em uma ordem de *laissez-faire*.

A questão do trabalho infantil

O trabalho infantil não foi inventado com a Revolução Industrial e nem foi uma exclusividade do sistema fabril. Dimensionar a realidade da exploração da mão de obra de crianças e jovens é uma tarefa difícil para o século XIX e as épocas precedentes. Levantamentos mais completos estavam concentrados na indústria, sobretudo nos ramos têxteis, reflexo do modo como a discussão sobre o emprego de menores esteve focada nesse setor

3 Para um estudo sobre os nomes que compuseram as comissões reais de inquérito abordadas, cf. Bastos (2023, pp. 99-161).

(Kirby, 2003, pp. 9-13). Estimar o impacto da industrialização sobre o trabalho infantil é um exercício que parte de um corpo de evidências limitado. Trabalhando com algumas centenas de autobiografias, Humphries (2010, pp. 176-7) encontrou uma tendência de queda na idade média com a qual se ingressava no primeiro emprego entre as décadas de 1790 e 1840⁴. Humphries (2010, p. 180) acredita que a necessidade das famílias de contarem precocemente com a renda salarial dos filhos explica a curva observada. Kirby (2003, p. 43) também defende que a trajetória do trabalho infantil no século XIX esteve intimamente ligada às oscilações no mercado de trabalho para os adultos, e que a redução do emprego de crianças na segunda metade do século e o conseqüente aumento da escolarização se dão, sobretudo, em virtude do aumento dos salários reais a partir de 1850.

Embora não fosse algo particular à indústria têxtil, é compreensível que os contemporâneos tenham olhado para a exploração de crianças nas fábricas com estranhamento. O espaço fabril impunha uma demarcação brusca de entrada no mundo do trabalho, diferindo da inserção gradual nas práticas laborais característico do meio rural. A fábrica representava uma transição abrupta no ritmo, ambiente e disciplina de trabalho, elementos que, somados à concentração de muitas crianças sob um mesmo teto, tornava o uso da mão de obra infantil um fenômeno mais salientado, se comparado à dispersão em tarefas domésticas e outras atividades nas quais as crianças sempre estiveram envolvidas.

Desde o início do século XIX, as tentativas de legislar o trabalho fabril miraram o emprego de crianças. “Atos fabris” (*factory acts*), como ficaram conhecidas estas legislações, foram apro-

4 Em um total de 518 autobiografias deixadas por trabalhadores homens nascidos entre 1627 e 1878, a autora identificou a idade média com a qual se iniciava o trabalho como sendo de 11.5 anos para aqueles nascidos no período pré-industrial, entre 1627 e 1790 (compreendendo 91 autobiografias). Para os nascidos entre 1791 e 1820 (123 autobiografias), a média cai para 10.28 anos, diminuindo para 9.98 anos para os nascidos entre 1821 e 1850 (144 autobiografias). A média volta a subir para 11.39 anos entre os que nasceram entre 1851 e 1878 (160 autobiografias).

vados em 1802, 1819, 1825, 1829 e 1831. O efeito cumulativo dos atos foi proibir o trabalho noturno para menores de 21 anos, limitar a jornada a 12 horas diárias para os menores de 18 anos e banir o emprego de menores de 9 anos. O primeiro ato fabril partiu da iniciativa do industrialista e membro dos Comuns Robert Peel, um dos homens mais ricos do país ao fim do século XVIII. O também industrialista Robert Owen assumiria proeminência na campanha pela regulação do emprego de menores a partir da década de 1810. Havia o receio de que as longas jornadas e a contratação de crianças muito novas pusessem em risco o desenvolvimento fisiológico e a aquisição da instrução adequada aos jovens da classe trabalhadora, que deveria incluir o ensino religioso, as noções básicas de economia doméstica, operações aritméticas simples e a capacidade de ler e escrever. A oposição de outros parlamentares aos projetos de lei, contudo, enfraquecia os atos, que foram instituídos apenas sobre fábricas de têxteis de algodão e não incluíram a organização de um sistema de inspeções aos locais de trabalho, como defendido por Owen.

A ausência de inspeções tornava a aplicação da lei algo difícil, o que serviu de justificativa para a criação de um comitê parlamentar de inquérito para avaliar as reais condições do trabalho infantil no setor têxtil no Reino Unido e sugerir a melhor forma de solucionar os problemas identificados. Operando entre 1831 e 1832, o comitê foi encabeçado pelo conservador Michael Sadler. O “Relatório Sadler” (*Sadler Report*), como foi apelidado o documento com as conclusões do comitê, começou a ter fragmentos publicados na imprensa no início de 1833, gerando comoção imediata.

O material apresentado era constituído de uma compilação de testemunhos com crianças operárias ou adultos com passagem pelas fábricas na infância. Os depoimentos não foram prestados sob juramento e existiam questionamentos sobre o critério de seleção das testemunhas. As perguntas conduzidas pelo comitê induziam respostas que retratavam o sistema fabril da pior forma possível, deixando a impressão de que a norma para os pequenos eram jornadas entre 13 e 16 horas, período no qual permane-

ciam encarcerados nas instalações enquanto sofriam com surras aplicadas por contramestres impiedosos que puniam qualquer distração ou atraso (*Great Britain*, 1832). Sadler, em seu último ato como parlamentar (não seria reeleito após a reforma eleitoral de 1832), havia usado os resultados de seu inquérito para justificar a criação de um projeto de lei limitando a 10 horas a jornada para todos os menores de 18 anos nas indústrias têxteis. Foi a primeira tentativa de aprovação do que ficou conhecido como “Carta das Dez Horas” (*Ten Hour Bill*).

Em reação ao Relatório Sadler, os industrialistas conseguiram fazer valer sua influência junto aos *whigs*, dominantes nos Comuns entre o segundo semestre de 1832 até o fim da década, para nomear uma comissão real que julgasse mais isenta para investigar o mesmo tema. A comissão foi apontada em 1833 e cobriu as regiões manufatureiras da Inglaterra e da Escócia. Apresentou seu relatório em junho do mesmo ano, três meses após sua fundação. Uma década depois, a situação foi assim descrita por Engels (1987, p. 160, tradução do autor) em sua própria análise social:

Sadler obteve um comitê parlamentar para a investigação do sistema fabril, e esse comitê reportou-se em 1832. Seu relatório foi enfaticamente partidário, composto por fortes inimigos do sistema fabril, para fins partidários. Sadler permitiu-se ser traído por seu nobre entusiasmo nas mais distorcidas e errôneas afirmações, extraiu de suas testemunhas, pela formulação de suas questões, respostas que contêm a verdade, mas verdade em uma forma pervertida. Os manufatureiros, irritados ante um relatório que os representava como monstros, agora demandavam uma investigação oficial; eles sabiam que um relato preciso deveria, neste caso, ser vantajoso para eles; eles sabiam que os *whigs*, burgueses genuínos, estavam ao leme, com quem eles estavam em bons termos, cujos princípios eram opostos a qualquer restrição sobre a manufatura. Eles obtiveram uma comissão, em justa ordem, composta por burgueses liberais, cujo

relatório eu tenho tão frequentemente citado. Esse chegou de algum modo mais perto da verdade do que o de Sadler, mas seus desvios a partir daí dão-se em direção oposta. Em cada página se revela simpatia com os manufatureiros, suspeita com o relatório de Sadler, repugnância com as agitações independentes dos trabalhadores e com os defensores da Carta das Dez Horas.

O parecer da comissão, chefiada pelo economista liberal Thomas Tooke, mostrava-se muito mais favorável aos industrialistas. Tendo visitado locais de trabalho e consultando testemunhas *in loco* (algo que não havia sido feito pelo comitê de Sadler), os comissários apontaram que os abusos cometidos contra crianças nas manufaturas ocorriam majoritariamente não nas fábricas modernas, mas sim em pequenas oficinas. De acordo com os testemunhos, um misto de pressão da opinião pública e aumento da consciência entre os empregadores havia elevado a condição de trabalho no sistema fabril, com máquinas sendo adaptadas para terem suas partes perigosas protegidas contra contato acidental, melhorias na limpeza e uma redução da jornada das crianças para cerca de 12 horas, embora houvesse ainda casos extremos de menores trabalhando 16 ou 18 horas diárias (*Great Britain*, 1833a, pp. 7-8, 52-3 e 59-60). Em unidades menores e mais antigas, que não recebiam a mesma atenção, o risco de acidentes graves e a exposição à insalubridade eram bem mais agudos (*ibid.*, p. 16). Ainda que espancamentos na forma de socos, pontapés e pancadas com faixas ou açoites leves fossem realidade, o relatório ressalta que geralmente essa prática não era imposta pelos contramestres que supervisionam o trabalho, mas sim pelos operários adultos, que subcontratavam menores para tarefas auxiliares e os mantinham sob tutela durante o expediente (*ibid.*, pp. 19-22 e 45).

Três aspectos na argumentação dos comissários merecem destaque. Primeiramente, todas as decisões que tangem às manufaturas devem ser pensadas tendo em vista as margens de lucro já muito deprimidas do setor e a precariedade da posição de lide-

rança das exportações britânicas no mercado internacional. Com uma mão de obra mais cara do que no continente, a vantagem tecnológica e as menores taxas de juro da ilha eram o que ainda garantia que o produto de sua indústria se mantivesse competitivo internacionalmente, mas esta supremacia estava cada vez mais ameaçada na medida em que rivais continentais (e, cada vez mais, os Estados Unidos) reduziam o atraso técnico. Qualquer intervenção desmedida nas relações de trabalho incorria no risco de forçar um aumento do preço final insustentável para a competitividade dos produtos, o que traria resultados trágicos para um país no qual a agricultura já estava no limite da capacidade de absorver trabalhadores. Uma redução da jornada dos menores para 10 horas, como reivindicado, prejudicaria a classe trabalhadora, pois faria o país perder espaço nos mercados externos, o que, conseqüentemente, reduziria a demanda por trabalho no setor e rebaixaria os salários reais (*ibid.*, pp. 38-41).

Em segundo lugar, a importância dada a educação dos pequenos para justificar a regulação. Salvo no caso de crianças muito novas, considera-se que o trabalho infantil nas fábricas é composto por tarefas cuja natureza não era prejudicial ao desenvolvimento. O problema estava na extensão das jornadas, longas e extenuantes, com o agravo de que não deixavam tempo para que os pequenos obtivessem estudos e instrução religiosa nos níveis adequados. Este ponto é usado pelos comissários para desqualificar as propostas em torno da Carta das Dez Horas, alegando que não há nada no projeto que condicione a redução da jornada à frequência escolar (*ibid.*, pp. 26-37).

Finalmente, questiona-se o modo como as crianças podem ser encaradas como agentes livres no mercado de trabalho. Como dentro da economia familiar os filhos mais novos não possuíam autonomia, dado que seu salário era em geral apropriado integralmente ou quase pelos pais, então não era correto considerá-los sujeitos livres capazes de firmarem contratos:

As bases para interferência legislativa em nome de crianças sob tais circunstâncias parece ser – 1. Que na idade na qual as crianças em questão são postas para trabalhar elas não são agentes livres, visto que elas são deixadas para serem contratadas, e não recebem os salários que ganham, mas esses salários são apropriados por seus pais ou guardiões. 2. Que o trabalho que elas performam não é apropriado, e não é pretendido para ser proporcional à força delas, mas é regulado somente pela duração do trabalho dos adultos (ibid., p. 52, tradução do autor).

Essa leitura se baseia na interpretação de que as relações laborais, enquanto acordos firmados espontaneamente entre indivíduos autônomos, estão, em princípio, resguardadas de interferência legislativa, salvo em casos específicos, como ocorre com os menores. A contrapartida desta posição é a de que nada deveria ser feito para os adultos, para além da coibição de práticas que violavam explicitamente a ideia de um contrato de trabalho transparente. Essa concepção contratualista das interações sociais era um fundamento precioso na visão de mundo liberal. Não era aplicada somente ao trabalho, sendo uma lógica norteadora de toda uma leitura de sociedade e governo.

Conforme Hilton (2006, p. 313), uma das principais influências da filosofia utilitarista sobre o campo liberal britânico deu-se no modo como o Estado era compreendido enquanto um guardião da jurisprudência. Acreditando-se que os melhores resultados sociais eram obtidos quando os indivíduos eram deixados livres para perseguirem seus interesses, estabelecendo acordos entre si nesse processo, cabia ao governo zelar pela correta execução desses contratos e intervir onde se constata mal funcionamento. Alguns dos comissários mais importantes que atuaram nas comissões reais para temas laborais haviam sido figuras próximas de Jeremy Bentham, fundador do utilitarismo, cujo principal herdeiro intelectual foi John Stuart Mill, filósofo e economista proeminente e muito ativo em espaços frequentados por reformadores sociais. A postura utilitarista, contudo,

não confundia uma ordem liberal com alguma espécie de “não intervencionismo radical”: Mill (1848, pp. 507-52) encerrou seu maior ensaio de economia política enumerando uma série de exceções à norma do *laissez-faire*, situações nas quais o papel do Estado deveria ser mais ativo, lista que inclui a regulação de serviços públicos essenciais de natureza monopolista, o trabalho realizado por crianças e a educação pública.

A ação dos sindicatos, recém saídos da ilegalidade, revela, para os comissários, uma demonstração da ignorância e hipocrisia do radicalismo popular frente aos temas econômicos. Queixavam-se dos maus-tratos sofridos pelas crianças quando estas estavam, na verdade, trabalhando sob os cuidados dos operários. Mais grave, reivindicavam, com apoio de políticos hostis às fábricas, uma carta de Dez Horas para todas as idades, sem distinguir crianças e adultos. Debatiam-se contra leis de mercado que estavam fora do controle da legislação, exigindo redução das jornadas sem proporcional diminuição dos pagamentos:

Os homens parecem ter agido até aqui com a suposição de que eles poderiam controlar a taxa de salários independentemente da oferta de trabalho. Eles parecem quase nunca ter considerado a questão da oferta e demanda em sua aplicação à população trabalhadora; nem estou ciente de que qualquer um daqueles que são chamados de seus líderes tenham se esforçado para esclarecê-los sobre este assunto (*Great Britain*, 1833a, p. 49, tradução do autor).

Exigir salários maiores do que aqueles ditados pelo mercado era também uma violação do ponto de vista ético e moral. A defesa de uma postura não interventiva sobre o mercado de trabalho, ao menos para os adultos, estava atrelada à noção de que as virtudes do indivíduo dependiam de um senso de responsabilidade e autonomia sobre si. Essa crença trazia a marca do sentimento evangélico, transversal às denominações religiosas britânicas, manifestando-se em uma ânsia por expiação na qual a sobrevivência em uma economia autorregulada pode ser enca-

rada como uma provação de caráter. Somente pela conduta laboriosa e austera, pela abstenção dos vícios e a compreensão de que sua sorte estava em suas próprias mãos, poderia o trabalhador ascender em termos pessoais e econômicos, deixando para trás a presente condição de desmoralização que muitos analistas sociais atribuíam à classe trabalhadora. Mesmo Mill e outros economistas de viés mais laico estavam de acordo com a existência de uma função disciplinadora exercida pelo livre mercado, necessária para expurgar da mentalidade popular elementos paternalistas que atrasavam o esclarecimento individual⁵. Apelar para sindicatos ou políticos demagógicos na esperança de subverter dinâmicas econômicas era, portanto, uma insensatez infrutífera do ponto de vista econômico, uma agressão à ética contratual da sociedade e um sinal de fraqueza moral.

Uma formação capaz de incutir nas crianças os saberes indispensáveis para a formação de bons trabalhadores era uma prioridade para reformadores do campo liberal, ainda que não houvesse consenso sobre como encaminhar a difusão do ensino efetivamente. Desconfiança mútua entre anglicanos e evangélicos a respeito de quem assumiria o controle de uma rede pública de ensino primário atravancavam o avanço da pauta de uma política de universalização da educação, a qual não daria passos decisivos por mais algumas décadas. Para a classe trabalhadora, a opção mais comum era fazer com que os filhos frequentassem escolas dominicais populares que cobravam valores módicos. Liberais e conservadores estavam em consenso quanto à opinião de que a educação deveria abarcar o ensino religioso e incutir nos jovens a doutrina de que a labuta disciplinada e a temperança pavimentavam o caminho da bem-aventurança, de sorte que o componente moral é sempre situado como um dos objetivos mais importantes da escolarização das massas. Para isso, era necessário que as

5 Confira a análise sobre a penetração do ideal de “autoajuda” no pensamento social britânico feita por Filtner (2013, pp. 6-33). Especificamente sobre a associação entre o evangelicalismo e a economia política, cf. Hilton (1988, pp. 68-9).

jornadas fossem limitadas para não exaurir as crianças ao ponto de não apresentarem condições de aprendizado:

[...] eu creio ser impossível duvidar que os jovens trabalhadores devam estar tão fatigados com as tão longas horas de trabalho que eles não podem estar não condicionados a receber instrução como outros jovens, e que eles têm muito pouco tempo para estar na escola, até mesmo para habilitá-los a aprender a ler, escrever, e entender cálculos toleravelmente. Falta de educação não falha em ter uma influência desfavorável sobre a moral? (ibid., p. 30, tradução do autor).

O desafio estava em conseguir impor limites ao trabalho dos jovens sem com isso acabar encurtando, por extensão, a jornada dos adultos, uma vez que os mais velhos não conseguiam trabalhar sem o auxílio de crianças realizando funções apropriadas para mãos menores e ágeis. Procurando uma saída negociada com os empregadores, os comissários sugerem que as crianças sejam empregadas em dois turnos. Orientam que o emprego de menores de 9 anos seja banido de todas as fábricas têxteis, e que a jornada máxima para os menores de 14 anos deva ser de 8 horas. Todo trabalho noturno deveria ser proibido para os menores de 14 anos. A partir dessa idade, já se considerava que o sujeito havia deixado a infância para trás e estava apto para tomar decisões. Recomenda-se, ainda, que os menores de 14 anos sejam obrigados a apresentar regularmente aos empregadores certificados, assinados por professores, de que estavam frequentando aulas, e que um corpo de inspetores públicos seja nomeado para fiscalizar a aplicação da lei nos locais de trabalho. Padrões sanitários mínimos de limpeza e ventilação, além da presença de banheiros apropriados, também deveriam ser inspecionados. Sabendo que os industrialistas não conseguiriam se adaptar repentinamente à nova regulação sem prejudicar a produtividade, defende-se que houve um intervalo de alguns anos até a leis entrarem em vigor (ibid. p. 67-72).

O parecer da comissão serviu de base para o Parlamento aprovar um novo ato fabril em 1833, o qual incorporou as recomendações dos comissários com algumas alterações⁶. Os novos inspetores fabris começaram a atuar em 1835 e foram elevando gradativamente o rigor com o qual exerciam sua tarefa até 1838, ano apontado como o prazo para o setor têxtil se adequar às medidas. Menores de 9 anos já representavam uma força de trabalho ínfima nas indústrias das principais fibras, com exceção da seda (único ramo têxtil que ficou isento da cláusula da exclusão do emprego de crianças pequenas). A maior oposição dos industrialistas era à redução da jornada para menores de 14 anos, alegando-se que ela deveria ser aplicada apenas aos menores de 12 anos. O principal impacto do ato sobre o perfil da mão de obra no setor foi o de aumentar a proporção de mulheres empregadas, que vieram a substituir crianças e adolescentes do sexo masculino nas funções menos qualificadas (Nardinelli, 1980, pp.739-55). Como fora das fábricas não havia um sistema de inspeção regular, é razoável supor que muitos jovens que foram dispensados a partir do ato de 1833 encontraram trabalho em outras manufaturas ou atividades. Sem que houvesse nenhuma previsão legal a respeito de como as escolas se tornariam mais acessíveis aos trabalhadores, o sistema de certificação para comprovar frequência escolar logo se mostrou impraticável.

O avanço da regulação sobre o trabalho fabril elevou a pressão para que algo semelhante fosse realizado para outras ocupa-

6 As principais determinações aplicáveis à indústria têxtil contidas no ato eram: proibir o emprego de crianças menores de 9 anos, exceto no ramo das sedas; restringir o emprego de crianças com idade entre 9 e 13 anos a 8 horas diárias, sendo prevista 1 hora de intervalo para almoço; crianças com idade entre 9 e 13 anos, para se manterem empregadas, deveriam apresentar semanalmente um atestado, assinado por um professor, que comprovasse que estavam frequentando um mínimo de 2 horas diárias de aula; restringir o emprego de jovens com idade entre 14 e 18 anos a 12 horas diárias, sendo prevista 1 hora de intervalo para almoço; banir o trabalho em turno noturno para todos os menores de 18 anos; nomear um grupo de inspetores fabris, subordinados ao *home office*, incumbidos de examinar rotineiramente as fábricas do Reino e autorizados a exigir sua entrada nos estabelecimentos e atuar como magistrados.

ções, sabidamente tão ou mais prejudiciais à infância. A partir dos esforços de Lord Ashley, parlamentar *tory* que havia assumido o lugar de campeão da Carta das Dez Horas após a não reeleição de Sadler, foi apontada uma comissão real para inquirir sobre a situação de crianças e adolescentes em atividades ainda não regulamentadas. Funcionando entre 1840 e 1843, a comissão incorporou alguns nomes importantes do inquérito anterior. Um primeiro relatório, referente à mineração, foi apresentado em 1842, cobrindo regiões mineradoras em todo o Reino Unido.

A comissão relatou principalmente sobre a extração carvoeira, atividade mineradora mais comum do país. Deparou-se com um quadro de acidentes graves frequentes, acometendo crianças quase tanto quanto os adultos (*Great Britain*, 1842, pp. 135-53 e 257). Crianças normalmente adentravam cedo nas minas, aos 8 ou 9 anos de idade, e a partir dos 10 anos, meninos e meninas já estavam empurrando carrinhos pesados pelos túneis (*ibid.*, pp. 9-23 e 255). Embora os jovens mineradores fossem descritos como musculosos, saudáveis e bem alimentados, as evidências indicavam que o esforço pesado trazia, no longo prazo, problemas nas juntas e doenças respiratórias (*ibid.*, pp. 161-91 e 258). O trabalho noturno para mulheres e crianças ainda era usual no subterrâneo ou em estabelecimentos adjacentes às minas, e as jornadas tinham a mesma duração para todas as idades, sendo 12 horas a extensão mais recorrente (*ibid.* pp.106-8, 195-255 e 259-1). Repete-se a narrativa de que os maus tratos aos menores eram normalmente cometidos por seus colegas mais velhos, muitas vezes seus próprios familiares, embora dessa vez a comissão tenha sido mais assertiva em criticar uma postura de negligência por parte dos proprietários das minas, contrastando com o retrato de industrialistas atenciosos e preocupados com seus empregados que foi feito no inquérito sobre as fábricas (*ibid.*, pp. 125-5 e 257).

Era evidente que o trabalho subterrâneo era demasiado desgastante para crianças e adolescentes, além de ser acompanhado de uma série de riscos à saúde e integridade física, ao ponto de os comissários julgarem ser impossível torná-lo inteiramente segu-

ro, mesmo após realizadas melhorias urgentemente necessárias. Mas os “perigos morais” da mineração também receberam muita atenção. No calor e escuridão do subsolo, onde homens seminus trabalhavam ao lado de moças e meninas parcialmente descobertas, a proximidade entre os corpos induzia a um patamar de imoralidade que os comissários, incapazes de descrever em detalhes, afirmavam chocar até mesmo observadores acostumados à situação dos pobres nas cidades (ibid. p. 31-7 e 256). A preocupação com a integridade moral e o senso de pudor era grande ao ponto de justificar que as atividades subterrâneas fossem interditadas às mulheres de todas as idades:

Sob nenhuma circunstância concebível é qualquer tipo de emprego nas minas de carvão apropriado para pessoas do sexo feminino. A prática é uma desgraça flagrante para um cristão bem como para um país civilizado.

[...] o emprego de crianças e adolescentes do sexo feminino no trabalho, nos patamares que existem no presente, possui o efeito de impedi-las de adquirir os mais básicos e necessários conhecimentos sobre gestão doméstica e economia familiar; que as jovens em geral, mesmo quando preservam a mais cuidadosa e respeitável aparência pessoal antes do casamento, são quase ignorantes das artes de assar e cozinhar, e, no geral, inteiramente o são sobre o uso da agulha; que quando elas vêm a se casar, a esposa não possui o conhecimento que permite a ela dar ao seu marido os confortos comuns de uma casa [...] (ibid., pp. 33, tradução do autor).

O argumento de que o trabalho na mineração fomentava a promiscuidade entre os sexos e inibia o florescimento das qualidades esperadas de mulheres que seriam, um dia, mães e esposas, tinha apelo junto a liberais e conservadores. A crença de que a figura materna, mais do que o pai, era responsável pela formação do caráter dos filhos dentro da unidade familiar, servindo de baluarte para o equilíbrio do lar, era tomada como verdadeira pela elite política e intelectual do país, de tal modo que foi fácil

aprovar no Parlamento, ainda em agosto de 1842, um ato voltado para regulamentar o trabalho na mineração. A lei proibiu o emprego de mulheres e menores de 10 anos no trabalho subterrâneo, e jovens menores de 18 anos só poderiam ser contratados por meio da existência do vínculo de aprendizagem. Melhorias na ventilação dos túneis e na prevenção de acidentes deveriam ser implementadas. Nenhuma restrição à extensão das jornadas foi mencionada na nova legislação, cujo rigor foi enfraquecido pelos Lordes, proprietários dos terrenos onde se situavam as minas.

O trabalho da comissão foi encerrado em 1843 com a entrega de um segundo relatório, voltado para manufaturas não contempladas pelos atos fabris. Foram investigados os ramos de utensílios de metal, vidros, cerâmicas, papel, tabaco, chitas e outros têxteis desregulamentados, além de outras manufaturas de menor expressão. Os retornos do inquérito revelaram o que já era comentado anteriormente; no geral, crianças envolvidas nessas atividades estavam em situação de maior vulnerabilidade do que nas fábricas. Considerando a diversidade de ocupações analisadas, o mais comum era que as crianças ingressassem nesses empregos com 7 ou 8 anos de idade (*Great Britain*, 1843a, pp. 7-15 e 195). A jornada de 12 horas consta como resultado mais comum encontrado, ainda que com variância (raramente menos de 10 horas, por vezes entre 15 e 18 horas) (*ibid.*, pp. 50-66 e 197). Salvo nas manufaturas de cerâmica, vidro e utensílios de metal, os comissários afirmam terem se deparado com menores exercendo tarefas que representavam pouco risco à saúde e exigiam baixo esforço físico. A ausência de regulamentação sobre essas unidades produtivas, contudo, fazia dos locais de trabalho frequentemente ambientes precários em termos de higiene e mais sujeitos à prática de abusos. Em comparação com o sistema fabril, os proprietários dos empreendimentos pareciam mais desinteressados na condição de seus empregados mais novos, especialmente em oficinas menores (*ibid.*, pp.100-3 e 196-7).

Concluindo suas considerações de modo pessimista, os comissários dizem não acreditar que, no presente cenário, seja possível elevar o estado das crianças e adolescentes trabalhado-

res. Ao contrário da comissão real de inquérito sobre o trabalho fabril anos antes, que havia sido apontada explicitamente com o objetivo de sugerir medidas legislativas apropriadas para reduzir as jornadas de trabalho, dessa vez era ressaltado pelos autores do relatório que sua nomeação havia sido feita unicamente com a finalidade de levantamento de dados. Não se dispuseram a fazer recomendações para novas legislações, dando-se por satisfeitos por terem trazido à tona a realidade do trabalho infantil em setores sobre os quais, até então, muito pouco se sabia sobre o assunto (ibid., p. 204).

Comparando-se os escritos de ambas as comissões reais que se debruçaram sobre a exploração de crianças e jovens, percebe-se que a segunda comissão, atuante entre 1840 e 1843, assumiu uma postura menos propositiva e não se mostrou aguerrida na defesa dos empregadores, ao contrário do que foi feito pela primeira comissão entre 1833 e 1834. O inquérito sobre as fábricas envolveu antagonismos políticos muito mais acentuados: o sistema fabril era tido por seus defensores como uma instituição sob cerco imposto por detratores, fossem eles conservadores movidos por ideais românticos e paternalistas ou sindicalistas mobilizados para interromper a produção e imporem seus termos. Uma vez que a pressão da opinião pública fazia com que algum tipo de regulamentação fosse inevitável, era preciso uma posição firme para mostrar que muitos dos argumentos empregados contra a indústria eram infundados e demarcar com clareza a linha do que seria ou não aceitável em termos de intervenção.

Sobre a mineração e outras manufaturas, não havia a mesma polarização. O componente moral mobilizado para aprovar o ato dos mineradores de 1842 contribuiu para que se chegasse a um consenso mais facilmente sobre a intervenção, e suas implicações não contradiziam substancialmente a lógica estabelecida pelo ato fabril de 1833. Para a diversidade de manufaturas que ocuparam a segunda parte do inquérito, não havia capital político tão concentrado para exigir a implementação rápida de mudanças, como se deu com o setor têxtil e, depois, a mineração, e nem se imaginava que qualquer tipo de legislação que viesse a

existir nesse sentido diferisse significativamente do que já havia sido determinado para as fábricas. Um novo ato fabril em 1844 equiparou a jornada das mulheres adultas à dos jovens entre 14 e 18 anos. Quando a Carta das Dez Horas foi finalmente aprovada em 1847, seu efeito prático foi o de reduzir para 10 horas o dia de trabalho de menores e mulheres que já estavam trabalhando em regime de 12 horas diárias.

Os critérios para a intervenção sobre o trabalho estavam, por hora, bem definidos: ela deveria priorizar a situação de crianças, adolescentes e mulheres, banindo a contratação daqueles muito pequenos e limitando a carga horária dos mais velhos quando necessário. Era imperativo se certificar de que os jovens estivessem em condição de conciliar suas jornadas com o ensino, e que as mulheres não tivessem suas virtudes maternas comprometidas pelo trabalho. A indisposição a cruzar essas linhas se torna mais evidente quando comparamos a ação das autoridades diante da exploração da mão de obra infantil com a postura assumida na crise da tecelagem manual, da qual tratamos a seguir.

A tecelagem e a política de não intervenção sobre os salários

Nenhuma categoria parecia ilustrar tão bem as narrativas sobre o declínio moral da classe trabalhadora quanto os tecelões. Uma vez associados à prosperidade da manufatura doméstica, a sorte desses trabalhadores declinou rapidamente no século XIX. No começo da Revolução Industrial, a automatização do setor têxtil estava mais concentrada na fiação, enquanto na tecelagem, a mecanização se dava mais lentamente. Em geral, os teares mecânicos em funcionamento estavam instalados em fábricas de fiação, enquanto a tecelagem manual continuava dominando a produção de tecidos e recebendo seus próprios melhoramentos. A partir da década de 1820, contudo, a quantidade de teares mecânicos se multiplica com rapidez, e se tornam mais comuns as fábricas movidas à vapor especializado na tecelagem. O resultado

foi uma queda vertiginosa do valor das peças de tecido, afetando os tecelões autônomos (Daunton, 1995, pp. 186-90).

Numerosas petições chegavam ao Parlamento pedindo socorro àquela que era a ocupação artesanal mais representativa do país. Em resposta, foi apontado um comitê parlamentar em 1834 para investigar a condição dos tecelões e as medidas a serem tomadas para atenuar sua aflição. No comitê, estavam presentes radicais e interventores moderados, bem como Lord Ashley. Presidindo o inquérito estava John Maxwell, baronete que recentemente havia rompido com o “whiggismo” para abraçar uma linha mais próxima ao radicalismo popular. Conduzindo suas investigações até 1835, o comitê entregou um relatório no qual sugere um sistema de tabelamento de preços na tecelagem a ser aplicado em âmbito nacional, posição adversa à linha que vinha sendo seguida pelo governo diante da pauta laboral.

De acordo com os dados levantados pelo comitê, o rendimento médio do tecelão adulto do sexo masculino havia caído de 26 *shillings* e oito *pences* semanais para cinco *shillings* e seis *pences* entre 1797 e 1834, deixando de ser uma atividade desempenhada com orgulho para se tornar a última alternativa para os desesperados. O empobrecimento econômico dos tecelões, ainda segundo os parlamentares, arrastava essa massa de centenas de milhares de trabalhadores para a desmoralização, tornando-os mais afastados da palavra do cristianismo e mais dados a darem ouvidos a radicalismos sediciosos (Great Britain, 1835, pp. 9-11 e 13).

A principal culpada pelo suplício dos tecelões, na visão do comitê, era a mecanização da tecelagem, mas também criticaram as políticas deflacionárias tomadas pelo governo após o fim das guerras contra Napoleão e a opção por uma carga tributária regressiva, que incide sobre consumo enquanto preserva a propriedade e o capital. Também se mostraram preocupados com o quanto as exportações de fio britânico não estavam incentivando a tecelagem em rivais comerciais. Sobre as Leis dos Cereais⁷,

7 Legislação protecionista aprovada no final das Guerras Napoleônicas para impor barreiras à entrada de alimento barato vindo do continente, sob a alegação de que

consideradas um tema sobre o qual as opiniões eram muito divididas, preferiram não tecer comentários (ibid., pp. 17-9). De forma declarada, os parlamentares estavam se colocando contra o princípio da não intervenção, apoiando a formação de conselhos mistos, compostos por empregadores e tecelões, responsáveis por regular o preço pago pelas peças de tecido nos distritos manufatureiros:

Ao sentimento de que o Parlamento não pode e não deve intervir em casos dessa natureza, o Seu Comitê é decididamente oposto. Ao contrário, onde o conforto e felicidade de qualquer número considerável de súditos britânicos está em jogo, o Seu Comitê compreende que o Parlamento não deve atrasar um instante em inquirir, e, se possível, instituir reparação (ibid., p. 25, tradução do autor).

As palavras de John Foster, um dos dois representantes eleitos por tecelões de Manchester e Salford para deporem diante do comitê em nome da categoria, dão conta de uma apropriação da economia política para fins populares, enfatizando a especificidade da força de trabalho diante das outras mercadorias e porque essa particularidade legitima práticas intervencionistas sobre seu preço:

O trabalho é sempre levado ao mercado por aqueles que não têm nada mais para guardar ou para vender, e que, portanto, devem apartar-se dele imediatamente, quer os preços os agradem ou não, ou sofrer privações, provavelmente necessidade severa; trabalho é sempre comprado por capitalistas, que podem abster-se de comprar até que eles possam tê-lo em seus próprios termos, sem sofrer nem privação nem necessidade. Isto, senhor, eu presumo chamar de uma grande distinção essencial à própria existência do trabalho e

essa importação iria reduzir a renda da terra e o preço da produção agrícola em níveis insustentáveis após a inflação ocorrida durante o conflito.

capital. Outra é, que todos os tipos de mercadorias (capital ou acumulação dos produtos do trabalho), tendo assumido uma forma tangível, visível, substancial, podem ser retidos se um preço inadequado é oferecido por eles, e a sorte de outro dia, semana, mês, ano, ser tentada para eles, dado que em geral serão mantidos por algum tempo sem sofrer muito dano; muitos dos quais serão mantidos por qualquer extensão de tempo sem sofrer dano algum. Mas como se dá com o trabalho neste aspecto? O trabalho que eu devo realizar ou posso realizar nesta semana, se eu, em imitação ao capitalista, me recusar a apartar-me dele, isto é, recusar-me a realizá-lo, porque um preço inadequado me é oferecido, posso engarrafa-lo? Posso cobri-lo em sal? De qual modo posso eu estocá-lo, que, em imitação ao capitalista, eu possa ou conseguir o mesmo preço por ele, ou um preço maior ou menor, como pode ser o caso, em um período futuro? (ibid., p. 188, tradução do autor).

O posicionamento contrariava a posição de comitês parlamentares anteriores. Comitês formados em virtude de petições de tecelões já haviam sido formados em 1812 e 1819. Em ambos os casos, os políticos envolvidos haviam considerado razoável avaliar, com cuidado, os pedidos de criar regulações para impedir que materiais de má qualidade fossem utilizados na produção como forma de reduzir o preço dos produtos finais, mas não concebem qualquer possibilidade de controle salarial (*Great Britain*, 1812, pp. 3-7 e 1819, pp. 3-4). Anos depois, essa recusa era reiterada no relatório do comitê para a agricultura de 1833:

Quem deve julgar o que Lucro, Renda e Salários devem ser? – Certamente, nenhuma autoridade legislativa; pois estes são assuntos de convenção ditada pela conveniência recíproca das partes, e silenciosamente de fato, mas certamente ajustados por suas necessidades recíprocas (*Great Britain*, 1833b, p. 5, tradução do autor).

A oposição dentro do Parlamento impediu que as propostas do comitê evoluíssem na forma de legislação. Com a interrupção do *boom* manufatureiro que durou entre 1833 e 1836 e o início de uma fase de instabilidade no setor que durou até o início dos anos 1840, deu-se a oportunidade de instituir um novo inquérito sobre o tema, deixado aos encargos de uma comissão real. Os quatro principais apontados no ano de 1837 foram: Nassau Senior, economista e opositor aos atos fabris; Samuel Loyd, banqueiro riquíssimo e que viria a ser um importante influenciador da política monetária deflacionária nos anos 1840; William Edward Hickson, produtor e vendedor atacadista de sapatos e que, em 1840, se tornaria editor e proprietário do periódico utilitarista *Westminster Review*, fundado por Jeremy Bentham; John Leslie, autor de alguns panfletos que exaltavam os efeitos a reforma da Lei dos Pobres de 1834.

Além de cobrir todo o Reino Unido, a comissão visitou também a Suíça, França, Áustria e Alemanha para comparar a situação dos tecelões em diferentes países. No ato de sua nomeação, havia sido determinado que os comissários tinham por objetivo investigar a condição dos tecelões desempregados. Cedo se constatou que, apesar da crise pela qual passava o setor, o número de desempregados era muito pequeno. Todavia, as longas horas de trabalho e salários insuficientes se mostraram um cenário corriqueiro, levando a comissão a não interromper seu trabalho, que perdurou até 1841, ano no qual, em fevereiro, concluiu seu parecer.

Para os comissários, o sofrimento dos tecelões estava atrelado à pouca força física e destreza necessárias para ingressar em sua ocupação. Por mais que teares mecânicos fossem minoritários, sua produtividade era alta o bastante para afetar negativamente os salários em toda a tecelagem. Agravando este quadro, a natureza simples e sem grande demanda por esforço físico da tecelagem manual não oferecia barreiras contra a entrada da mão de obra de mulheres e crianças, além de trabalhadores agrícolas que ingressavam no ofício nos períodos de baixa oferta de emprego nas fazendas (*Great Britain*, 1841, pp. 14, 22-3 e 42-4). A

dificuldade de se manter regularmente empregado havia se convertido em mazela crônica entre os tecelões. Permanecer empregado durante o ano inteiro era, segundo o relatório, privilégio de uma minoria mais qualificada. A instabilidade econômica impedia que os tecelões se beneficiassem das vantagens morais de uma tarefa desempenhada em ambiente doméstico, com a presença de familiares, uma vez que a irregularidade dos ganhos submetia toda a família à desmoralização (ibid., pp. 19, 21 e 35).

Reconhecendo a penúria dos trabalhadores, os comissários alertam para o fato de que os tecelões buscam sempre generalizar casos extremos de miséria dentro da categoria, fazendo parecer que os rendimentos mais baixos de idosos ou doentes eram a norma geral, no esforço de arrancarem intervenções do governo a seu favor (*idem.*, pp. 1-6). Como havia sido feito por ocasião do inquérito sobre o emprego de crianças em fábricas, a comissão destacou a ameaça crescente de competidores estrangeiros no mercado internacional de tecidos, sendo necessário todo o cuidado para não se elevar o valor final dos artigos produzidos em solo britânico. Abraçar a mecanização para elevar a produtividade e rejeitar medidas arbitrárias sobre os salários eram essenciais para não arrastar as manufaturas para uma crise que deprimiria ainda mais o estado da tecelagem (ibid., pp. 28-30).

Além de incentivarem uma redução ou desmonte gradual dos impostos protecionistas das Leis dos Cereais como forma de baratear o preço interno dos alimentos e, com isso, o custo da mão de obra (ibid., pp. 52-9, 69 e 124), os comissários recomendam algumas ações pontuais para incentivar a diversificação de padrões estéticos e inovação no *design* dos tecidos britânicos, elementos percebidos como pontos fracos em relação à produção francesa (ibid., pp. 79-88 e 124). Muitas páginas são dedicadas a denunciar a ação violenta de sindicalistas, embora seja defendido que não seria justo, e nem prudente, jogá-los na ilegalidade como no passado. Melhor seria repensar a legislação para que esta passasse a diferenciar melhor a atuação sindical pacífica das práticas consideradas violentas: sindicatos deveriam ter o direito de se organizar coletivamente para barganhar por jornadas menores

e melhores salários (ainda que os comissários julgassem tolice considerar que os salários dependiam da vontade dos empregadores e não somente das dinâmicas de mercado), mas estariam ultrapassando os limites da legalidade assim que se mobilizassem para tentar impedir o uso de máquinas, interferir nas estratégias de gestão dos empreendimentos ou impedir o trabalho daqueles que optavam por não aderir às paralisações (ibid., pp. 98-117 e 124). Tais termos, cabe observar, tornariam virtualmente impossível para um sindicato interromper a produção sem incorrer em algum grau de ilegalidade.

Todas essas observações eram complementares à opinião da comissão de que a única resposta efetiva para o drama dos tecelões era deixar que o mercado seguisse seu curso natural de escoar o excesso de trabalhadores para outras atividades. Nenhuma ação promovida pelo governo poderia ser tão benéfica quanto a tomada de consciência, por parte daqueles ocupados com a tecelagem manual, de que os salários da categoria só poderiam subir de modo consistente se a relação entre oferta e demanda de mão de obra atingisse termos favoráveis à venda da força de trabalho. Buscar emprego nas fábricas ou em outros ofícios, assegurando-se de que seus filhos fariam o mesmo, era a melhor opção para o tecelão:

Resta, portanto, apenas um modo pelo qual o número de tecelões manuais pode ser proporcionalizado à demanda por seu trabalho: e é este o grande meio para se recorrer em cada ramo em decréscimo ou mesmo estacionário, a saber, a conduta dos próprios tecelões. Na sua presteza e inteligência em procurar outros empregos para si e para suas famílias, e em perseguir esses empregos quando encontrados; na abnegação dos casados em colocar seus filhos em ocupações menos imediatamente produtivas do que o tear e seus negócios subsidiários; e dos solteiros em abster-se de incorrer na responsabilidade de uma família, quando seus próprios salários são apenas equivalentes ao seu próprio sustento – em sua conduta, nestes aspectos, devem subordinar

principalmente a proporção dos seus números à demanda pelo seu trabalho, e, na medida em que se submete a essa proporção, o melhoramento ou maior depressão de sua condição (ibid., p. 120, tradução do autor).

Seguir as sugestões do comitê para instituir um sistema de controle de preços seria insensato do ponto de vista econômico e também uma exibição de poderes arbitrários por parte do governo, rebaixando o padrão de governabilidade e civilidade representado pelo sistema de monarquia parlamentarista ao patamar dos regimes autoritários de nações mais atrasadas. Conforme colocado por um dos comissários assistentes a respeito da tecelagem de crepes de seda:

O inquérito a se fazer é, o que, sob quais circunstâncias, pode ser feito pelos tecelões de crepe, e a resposta deve ser, que a única coisa que atualmente pode ser feita é explicar a eles qual é o real estado da ocupação deles, e aconselhar eles a sair desta ocupação tão cedo quanto puderem.

O poder do *tzar* da Rússia não poderia elevar os salários de homens assim situados. Ele pode, de fato, ordenar uma escala de preços a ser paga a eles pelo trabalho que eles fizeram, mas neste caso o fabricante iria logo parar de ofertar trabalho, já que seria contra seu interesse fazê-lo.

O *tzar* da Rússia, seja fixando salários em uma escala elevada, ou por um comando direto, pode pôr um fim à ocupação como um todo, e isto seria um exercício misericordioso de seu poder absoluto, mas a autoridade do governo de um país livre não pode assim controlar os sujeitos, mesmo que para seu próprio bem, e tudo o que resta, portanto, é esclarecer aos tecelões de crepe sobre sua real situação, alertá-los a deixar o ramo, e a temer levarem seus filhos a ele, como eles iriam temer incumbi-los dos crimes mais atrozes (ibid., p. 28, tradução do autor).

Em síntese, a comissão orientava o governo a se voltar para medidas que pudessem tornar o ambiente econômico britânico mais livre e eficiente. O caso dos tecelões era um problema a ser remediado pelo tempo e o mercado autorregulado. Apesar do posicionamento enfático dos comissários, novas petições não cessariam de chegar ao Parlamento. Em 1843, uma petição assinada por 25 mil tecelões de meias de malha levou à formação de outra comissão real, formada por um único comissário, Richard Michaux Muggeridge, que havia sido comissário assistente na comissão anterior para a tecelagem. Muggeridge realizou suas investigações em 1844 e entregou seu relatório em fevereiro do ano seguinte, tendo visitado os condados de Leicester, Nottingham e Derby. Seu objetivo era averiguar as denúncias feitas pelos tecelões a respeito de pagamentos em gêneros no lugar de salários. Reivindicações consideradas intervencionistas e protecionistas que também estavam presentes na petição estavam previamente descartadas. De início, estava determinado que o inquérito não se afastaria das premissas que guiaram o trabalho da comissão precedente (Great Britain, 1845, pp. 2-3).

Uma particularidade do ramo das meias de malha estava em não ter recebido tecnologia automatizada como outros tipos de tecelagem. A malha era composta por um único fio e não vários fios entremeados, diferindo dos demais tecidos. Sua confecção exigia que o trabalhador operasse uma máquina pesada, a *stocking frame*, que exigia as duas mãos e os dois pés para acionar alavancas e pedais em movimentos coordenados, difíceis de serem reproduzidos automaticamente. Ainda assim, o instrumento já havia passado por aprimoramentos o suficiente para tornar sua utilização acessível aos trabalhadores desqualificados. A ocupação, que no século XVII havia sido controlada por uma afluente corporação de ofício londrina, estava agora praticamente reduzida às áreas rurais dos condados visitados no inquérito (ibid, pp. 3-26).

Muggeridge observa que as queixas dos tecelões estavam relacionadas aos alugueis para uso das *stocking frames* e à presença de intermediários entre o trabalhador e o capitalista. Era

comum que um fabricante mais rico, dono de diversas máquinas e dos insumos da produção, empregasse diretamente um número reduzido de tecelões e alugasse a maior parte dos equipamentos para um terceiro ator, chamado *middle-man*, *master* ou *undertaker*. Esse último alocava o material em uma oficina menor, sublocando os mecanismos para trabalhadores interessados e pagando-os por peça, descontando o valor dos insumos e do aluguel, para depois repassar as malhas para o fabricante, em um sistema de *putting out* (ibid., pp. 103-5). Tão difundido estava o esquema de sublocação que havia se formado um mercado de máquinas usadas com este propósito. O ramo vinha sofrendo com a dificuldade encontrada pelas meias de malha britânica para entrarem no mercado europeu e a perda de espaço nos Estados Unidos para os alemães, prejudicando a oferta de trabalho em uma atividade na qual já existia mão de obra redundante. Como os alugueis constituíam parte importante do lucro dos proprietários e dos *middle-man*, em períodos de baixa demanda, alugava-se as máquinas para os tecelões em regimes de meia jornada, com salários baixíssimos (ibid., pp. 55-6).

De acordo com o comissário, esses intermediários eram mais propícios a cometerem abusos contra os trabalhadores. São acusados no relatório de alterar arbitrariamente o valor dos alugueis e de pagarem, pelas peças produzidas, um preço inferior ao que os tecelões obteriam se vendessem diretamente para o fabricante. A presença do *middle-man* também favorecia o pagamento em gêneros ou outros produtos no lugar dos salários, ainda que se admita que haja proprietários que também se envolvem nesses esquemas (ibid., pp. 57-9 e 72-5). O olhar de reprovação dispensado a essa figura ecoa outras situações em que comissários reais reprovaram a existência de intermediários entre empregador e trabalhador⁸. Havia preferência pela contratação direta, sem esse tipo de terceirização, com a justificativa de que

8 Conferir as críticas tecidas pela comissão real que investigou a mineração nas *Middlelands* ao costume de se terceirizar a exploração das minas para um empreiteiro (*Great Britain*, 1843b, pp. 23-64).

isso favorecia a proximidade e conciliação entre as duas pontas da relação entre trabalho e capital. Exemplos de fábricas nos quais dizia-se que os patrões conheciam cada empregado pelo nome e mantinham um olhar atento e cuidadoso à conduta de cada um (*Great Britain*, 1843b, pp. 62-4) eram citados como referências a serem seguidas, uma idealização própria de um estágio do capitalismo industrial no qual a dimensão ainda relativamente pequena das instalações produtivas e das firmas, mesmo no sistema fabril, ainda não havia separado o proprietário das funções de gestão cotidiana.

Em suas recomendações, o comissário mostrou-se simpático ao pedido dos tecelões para que fosse estabelecido um sistema de recibos entre proprietário, intermediário e trabalhador, evitando fraudes e deduções indevidas no momento dos pagamentos, além de recomendar que o pagamento em gêneros ou produtos seja penalizado com prisão e não somente multas (*Great Britain*, 1845, pp. 59 e 76). Embora reconheça que as relações de trabalho devam ser deixadas tão livres quanto possível, alguma intervenção se mostrava necessária para assegurar que os salários fossem pagos inteiramente em dinheiro, um princípio tido como inegociável dentro do modelo capitalista:

Por mais impolítico que possa ser, sob circunstâncias comuns, tentar regular por lei interesses e relações tão complicadas e tão entrelaçadas quanto aquelas existentes entre empregadores e seus trabalhadores, as quais, como regra geral, pode-se, eu penso, com segurança ser afirmado, irão melhor regular a si mesmas com base no interesse mútuo e vantagem comum, ainda assim o princípio de que os interesses da comunidade requerem que salários devam ser pagos em dinheiro apenas, parece receber sanção legislativa, e ter sido tentado ser imposto por autoridade legislativa, uniformemente desde as primeiras eras de nossa importância comercial enquanto nação, até o presente período (*ibid.*, p. 79).

As únicas soluções que incidiam sobre a raiz do problema eram aquelas que elevavam a demanda pelo produto ou reduziam a oferta de trabalho. Muggeridge sugere que os tecelões devam se afastar do ofício ou ao menos procurar emprego nas instalações maiores, eliminando a intermediação do *middle-man*. Somente o lento progresso moral e intelectual da classe trabalhadora iria fazê-la compreender, finalmente, que estava nas mãos dela a possibilidade de equilibrar a relação entre oferta e demanda de mão de obra em uma determinada atividade, desde que os indivíduos aprendessem a buscar ocupações nas quais esse pêndulo estava a seu favor.

Considerações finais

As comissões reais nas décadas de 1830 e 1840 tiveram contribuição importante para estabelecer, no discurso oficial, as fronteiras entre o aceitável e o intolerável em termos de legislação sobre o trabalho. O entendimento da economia como um campo formado por interações voluntárias que se estabelecem a partir de mecanismos autorregulados, cujo funcionamento se dá de modo mais eficiente quando são deixados livres de intervenção, foi reiterado como dogma, reforçado com a argumentação de que a capacidade de exportação do país estava ameaçada pela industrialização de países rivais. No caso de crianças e, em menor medida, mulheres adultas, ação mais incisiva para impor limites sobre jornadas ou vetar atividades consideradas prejudiciais à moral ou saúde física podiam ser justificadas, dada a vulnerabilidade desses grupos e o receio de ver comprometida a aquisição da instrução básica, do ensino religioso e as noções de cuidado doméstico, prejudicando o cultivo das virtudes esperadas de um trabalhador entre as próximas gerações. Homens adultos, por sua vez, não deveriam esperar do governo mais do que ações para instituir alguns patamares mínimos de sanitarismo e segurança no local de trabalho e a coibição de exemplos flagrantes de

desrespeito aos acordos firmados entre empregado e empregador, como pagamentos em gênero, deduções arbitrárias ou manipulações do horário para elevar de forma fraudulenta as horas de serviço. Em nenhuma situação, para qualquer idade, gênero ou categoria, deveria se cogitar sistemas de fixação de preços para a força de trabalho.

Embora a fábrica constituísse a realidade de trabalho de uma minoria da classe trabalhadora, o lugar destacado que o sistema fabril ocupou no debate público resultou em uma legislação concentrada sobre este setor. A “questão fabril” mostrou-se, na Revolução Industrial, um campo de disputa ideológico no qual algumas concessões foram negociadas ou impostas sobre o capital industrial. A preocupação a respeito do futuro das crianças operárias acabou por repercutir além das fábricas, sobretudo na mineração. Para outros setores da economia, onde a mão de obra era menos organizada ou cuja condição não despertava a mesma comoção entre a classe política, como era o caso da agricultura, ainda responsável por empregar a maior fatia da população do país, pouco ou nada seria discutido a respeito de promover algum tipo de regulação, com algumas exceções pontuais, como ocorreu com os jovens limpadores de chaminés⁹.

No decorrer da segunda metade do século XIX, a indústria e a mineração continuaram sendo o principal objeto da legislação trabalhista. As normas aplicadas ao setor têxtil começaram a ser estendidas para outras manufaturas a partir da década de 1860, período no qual também aumentam os esforços para ampliar os poderes das autoridades sanitárias sobre os locais de trabalho. O gradual fortalecimento dos sindicatos e a expansão dos direitos políticos, que tiveram entre suas consequências a fundação do Partido Trabalhista em 1900, iriam, para o próximo século, redimensionar a disputa de forças em torno do mundo do trabalho,

9 Em 1834, o Parlamento aprovou um ato para coibir a exploração de meninos menores de 14 anos na função de limpadores de chaminé, extremamente prejudicial à saúde.

sua organização social e o lugar da lei e do Estado frente às relações que o compõe.

Referências

Relatórios de comitês parlamentares e comissões reais de inquérito

- GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions*. London: 1812. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions: together with the minutes of evidence taken before them*. London: 1819. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the 'Bill to Regulate the Labour of Children in the Mills and Factories of the United Kingdom: with the minutes of evidence, appendix and index*. London: House of Commons, 1832. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect Information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour: with minutes of evidence, and reports by the district commissioners*. London: 1833a. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on agriculture; with the minutes of evidence taken before them, and an appendix and index*. London: 1833b. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions; with the minutes of evidence, and index*. London: 1834. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers Petitions; with the minutes of evidence, and in-*

- dex*. London: 1835. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers. Report of the Commissioners*. London: 1841. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *First Report of the Commissioners. Mines*. London: 1842. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *Second Report of the Commissioners. Trades and Manufactures*. London: 1843a. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Midland Mining Commission. *Midland Mining Commission. First Report. South Staffordshire*. London: 1843b. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7VM-SAAAAYAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 22/11/2022.
- GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. *Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters. With appendices*. London: 1845. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers>. Acesso em: 22/11/2022.

Fontes secundárias

- BASTOS, Daniel Schneider. *Manifestos Fabris: Pauperismo, Reforma Sanitária e Relações de Trabalho pela Ótica das Comissões Reais de Inquérito Britânicas, 1832-1850*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- DAUNTON, Martin J. *Progress and poverty: an economic and social history of Britain, 1700-1850*. New York: Oxford University, 1995.
- ENGELS, Friedrich. *The condition of the working class in England*. London: Penguin Books, 1987.
- FILTNESS, David. *Poverty, saving banks and the development of self-help, c. 1775-1834*. Tese (PhD) – University of Cambridge, Cambridge, 2013.

- HILTON, Boyd. *The Age of Atonement: the influence of evangelicalism on social and economic thought, 1795-1865*. New York: The Clarendon Press, Oxford University Press, 1988.
- HILTON, Boyd. *A Mad, Bad and Dangerous People? England 1783-1846*. New York: The Clarendon Press, Oxford University Press, 2006.
- HUMPHRIES, Jane. *Childhood and Child Labour in the British Industrial Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- KIRBY, Peter. *Child Labour in Britain, 1750-1870*. Houndmills, New York: Palgrave Macmillian, 2003.
- LOCKWOOD, Thomas. J. A History of Royal Commissions. *Osgoode Hall Law Journal*, vol. 5, n.º 2, pp. 172-209, out. 1967.
- MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy – with some of their applications to social philosophy*. 2 volumes. London: John W. Parker, 1848. Disponível em: <https://books.google.br/books?id=hloBAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em: 13/05/2021.
- NARDINELLI, Clark. Child Labor and the Factory Acts. *The Journal of Economic History*, vol. 40, n.º 4, pp. 739-55, dez. 1980.

CAPÍTULO 2

A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX

Luiz Carlos Soares

O trabalho escravizado na indústria: combatendo estereótipos

Até os anos 1980, os historiadores não deram devida atenção ao emprego de trabalhadores escravizados em atividades industriais nas diversas cidades brasileiras. Emília Viotti da Costa e Jacob Gorender, em obras mais gerais sobre a escravidão, chamaram a atenção dos leitores para a importância que o emprego de escravizados tinha para muitos ramos industriais, nos quais eles desenvolviam tarefas que exigiam certa especialização. Entretanto, o esforço destes historiadores não passou de algumas poucas informações baseadas em relatos de viajantes (Da Costa, 1966, p. 230; Gorender, 1987, pp. 452-5).

Um esforço maior, no estudo da escravidão industrial no Rio de Janeiro no século XIX, principalmente na sua primeira

metade do século, foi realizado pela historiadora norte-americana Mary Karasch. Segundo ela, a escravidão industrial “era parte da vida dos cativos no Rio de Janeiro, embora ela nunca tenha alcançado a proporção do Sul dos Estados Unidos”. No Rio de Janeiro, não existiam grandes indústrias empregando muitos escravizados tal como acontecia no Sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, não passando as fábricas da cidade de pequenos estabelecimentos que se utilizavam, em média, 10 a 20 trabalhadores “cativos”. Além disso, acentua Karasch (1972, pp. 426-8), o emprego destes na indústria existia “particularmente onde se exigia apenas trabalho não especializado”, havendo “depois de 1850 [...] uma tendência para substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre nas fábricas”.

É bem provável que a escravidão industrial, e mais amplamente o desenvolvimento das atividades industriais no Rio de Janeiro, não tenham alcançado as dimensões da indústria no Sul dos Estados Unidos, mas nem sempre os estabelecimentos industriais da cidade do Rio de Janeiro e das suas circunvizinhanças constituíram-se de pequenas “fábricas”, que empregavam um reduzido número de escravizados. Se bem que antes dos anos 1840, predominavam no panorama industrial do Rio de Janeiro as pequenas indústrias, ou, mais precisamente, as oficinas artesanais. Algumas manufaturas de maior porte conseguiram se estabelecer, empregando algumas dezenas de trabalhadores livres e escravizados, como era o caso da Fábrica de Pólvora da Lagoa, estabelecimento estatal que, já nos anos 1810, empregava por volta de 100 escravizados (transferido em 1833 para o vizinho Município de Estrela), e de algumas manufaturas chapeleiras que empregavam mais modestamente entre 30 e 40 operários nos anos 1830. Estabelecimentos maiores do que estes só surgiram com o crescimento industrial de meados do século XIX¹⁰.

10 Sobre as atividades industriais no Rio de Janeiro, antes e depois dos anos 1840, ver: Soares, 1980; 1984; 1986. De outros autores, ver também Lobo, 1978 (pp. 105-10 e 170-205); Andrade, 1980; Oliveira, 1992 e mais recentemente, Sinder, 2023

Já a ideia de que os trabalhadores escravizados eram ocupados somente em tarefas não-especializadas acaba reproduzindo alguns dos estereótipos utilizados por aqueles, que apoiados em princípios liberais, defendiam a colonização europeia e o emprego maciço do trabalho livre na indústria, considerado de melhor qualidade do que o “trabalho cativo”. Enquanto o trabalho livre, desenvolvido de preferência por homens brancos, era sinônimo de “industriosidade”, o trabalho escravizado era associado exclusivamente à utilização da força física. Um destes liberais, José Antônio do Valle Caldre e Fião, dizia que a escravidão em geral, e na indústria em particular, atrasava e podia mesmo aniquilar qualquer atividade, pois os “escravos” eram “sempre ignorantes”, trabalhavam “de má vontade”, eram “incapazes do progresso” e as “despesas que [faziam] quase [equivaliam], e mesmo algumas vezes [excediam], aos produtos que [davam]”. Não só a sua rentabilidade era baixa, como também, devido ao seu despreparo, eles só podiam ser empregados em tarefas que não requeriam o menor conhecimento dos ofícios mecânicos (Fião, 1849, pp. 240-1).

Não foi bem isso que constatamos nas fontes consultadas, muito pelo contrário; o emprego de trabalhadores escravizados em oficinas artesanais e manufaturas pressupunha que eles tivessem que conhecer razoavelmente os segredos dos seus ofícios manuais, principalmente naquelas primeiras, pois, no processo artesanal, cada trabalhador era responsável pela realização de todas as etapas necessárias à produção de um determinado produto. Já as manufaturas, pela sua maior dimensão, requeriam uma certa divisão do trabalho, o que implicava na existência de tarefas especializadas, que necessitavam de trabalhadores qualificados, havendo também a utilização de máquinas rudimentares em tarefas que exigiam uma grande massa de trabalho ou grande dispêndio de força física. Donde se conclui que, em quase todos os ramos da atividade industrial, os trabalhadores escravizados desenvolviam as mesmas tarefas que os trabalhadores livres, demonstrando habilidade, perícia e destreza, qualidades estas indispensáveis ao processo manual de trabalho vigente nas oficinas artesanais e manufaturas. Por outro lado, também existiam tra-

balhadores livres e escravizados desenvolvendo tarefas em que dependiam somente de sua força física e não necessitavam de nenhum aprendizado mais demorado, como procuraremos demonstrar nos próximos itens¹¹.

A coexistência do trabalho livre e do trabalho escravizado na indústria ao longo do século XIX

Até o início dos anos 1840, os proprietários industriais recrutavam mão de obra predominantemente entre os trabalhadores escravizados, como foi o caso de José Vieira Sarmento, proprietário de uma pequena “fábrica” de pentes de tartaruga que, em 1829, empregava 11 escravizados (4 oficiais e 7 aprendizes), 9 deles alugados a terceiros (ANRJ, Junta de Comércio). Embora a maior parte da documentação deste período relativa à indústria não apresentasse informações sobre o número e a condição dos trabalhadores empregados, alguns viajantes estrangeiros deixaram relatos que evidenciam o emprego majoritário de escravizados nos estabelecimentos industriais, principalmente nas oficinas artesanais. O pintor francês Jean-Baptiste Debret não só relatou como também reproduziu duas cenas que presenciou, nas quais os escravizados eram vistos trabalhando em uma oficina de sapateiro e em uma serraria de madeira nos arredores da cidade (Debret, 1954, pp. 171-3, 206-7).

O próprio Estado “Joanino” não teve o menor embaraço quando recorreu ao emprego de escravizados em suas tentativas industriais; a Real Fábrica de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha do Catumbi foi administrada por um mestre (obviamente livre) e empregou 10 escravizados no seu breve período de existência (1815-1818). A Real Fábrica de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas, que tam-

11 Sobre a caracterização do artesanato, da manufatura e, também, da fábrica mecanizada como formas distintas de organização do trabalho industrial, ver: Marx, 1974, pp. 273-85 e 302-12.

bém teve uma vida curta (1819-1821), empregou 4 mestres, 2 feitores e 12 escravizados, 12 dos quais trabalhavam diretamente com a fiação e a tecelagem de algodão. Isso sem contar com os mais de 100 escravizados que, já nos anos 1810, eram empregados na Fábrica de Pólvora da Lagoa, transferida em 1833 para o Município de Estrela (ANRJ, Junta de Comércio; Andrade, 1980, pp. 11-144).

Nos maiores estabelecimentos industriais (as manufaturas), alguns proprietários, devido ao seu maior nível de capitalização, já tinham condições de contratar trabalhadores livres com uma certa especialização, que eram recrutados, em sua maior parte, entre os imigrantes portugueses que aportavam no Rio de Janeiro. Entre estes estabelecimentos, estavam a ferraria e serraria de João José Delduque que, em 1810, empregava 17 trabalhadores livres e 11 escravizados, e a manufatura chapeleira de José Wamosy que, em 1835, empregava livres e escravizados entre os seus 40 operários. Esta tendência à coexistência entre o trabalho livre e o trabalho escravizado também se verificou em outras manufaturas chapeleiras: em 1839, o estabelecimento de José Praxedes Pereira Pacheco empregava 18 trabalhadores, entre livres e escravizados, enquanto que, em 1840, o estabelecimento de Carlos Felipe empregava 36 operários, em sua maior parte escravizados, e o de José Carvalho Pinto empregava 30 operários entre livres e escravizados (ANRJ, Junta de Comércio).

A predominância do trabalho escravizado sobre o trabalho livre nas indústrias, até os anos 1840, pode ser explicada pela grande aversão que os diversos setores livres da população brasileira, até mesmo as camadas mais pobres, nutriam por qualquer forma de trabalho manual ou mecânico, aversão esta originada nos próprios condicionamentos ideológicos da secular sociedade escravista, que criaram a ideia do trabalho como “coisa de negro cativo”. O industrial anglo-americano Thomas Ewbank, nos anos 1840, percebeu claramente a “inevitável tendência da escravidão” a tornar, por toda a parte, o trabalho como “uma atividade desonrosa”, e o comerciante inglês John Luccock, nos anos 1810, já tinha notado um certo sentimento de “fidalguia”

entre os mecânicos e mestres que se sentiam envergonhados de carregar “a menor coisa pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas de seu ofício”, recorrendo para isso ao aluguel de escravos de ganho (Luccock, 1820, pp. 72-3).

Por volta de 1817, os naturalistas alemães J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, inclusive, perceberam que grande parte dos artesãos existentes no Rio de Janeiro era de origem europeia e, entre os brasileiros, eram os “mulatos” que manifestavam “maior capacidade e diligência para as artes mecânicas”. Estes viajantes ainda verificaram que os artesãos empregavam “os seus próprios escravos pretos, que, sob a severa disciplina dos seus senhores [aprendiam], além das habilidades e aptidão no ofício, também a virtude da ordem civil” (Spix; Martius, 1823, p. 65). A escritora inglesa Maria Dundas Graham, em 1822, também concordaria com a opinião de Spix e Martius ao afirmar que os “negros crioulos” e os “mulatos” eram os “melhores artífices e artistas” e “muito superiores em indústria aos Portugueses e Brasileiros, que, por causas não difíceis de serem imaginadas, [eram] em sua maior parte indolentes e ignorantes” (Graham, 1824, p. 197).

A aversão por parte da população brasileira livre ao trabalho manual e mecânico era muito mais abrangente. Poucos foram os proprietários industriais de origem nacional, constituindo-se a maior parte deles de estrangeiros. Isso se dava porque a propriedade industrial não era considerada nobre e digna de status social e político, tal como a grande propriedade rural. Além disso, havia uma tendência entre os indivíduos oriundos das camadas médias, sem grandes posses, à busca de emprego no funcionalismo público, tão abundante no Rio de Janeiro, por ser esta cidade a capital do Império. Ewbank assinalou que os “mestres mecânicos”, “com exceção de alguns poucos franceses e outros estrangeiros”, eram quase todos portugueses (Ewbank, 1973, pp. 180-1). Isso pode ser verificado na documentação relativa à indústria da Junta de Comércio e nos Relatórios dos Ministérios do Império, da Fazenda e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (este último criado em 1860), que muitas vezes indicavam a nacionalidade dos industriais. Era muito comum que industriais fran-

ceses, britânicos, alemães, etc., tivessem seus nomes traduzidos para a língua portuguesa (Andrade, 1980, pp. 149-54; Soares, 1980, pp. 137-8, 238-45, 166-7).

Por outro lado, a aversão reinante ao trabalho manual e mecânico possibilitou, até a segunda metade do século XIX, que muitos senhores de escravizados tirassem proveito desta situação. Luccock foi um dos primeiros a assinalar o surgimento de um grupo, que ele chamava de “nova classe social”, composto por “pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los n’alguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalho” (Luccock, 1820, p. 72). Esta prática, na realidade, existia desde os mais remotos tempos coloniais, mas foi a partir da revogação da proibição às indústrias, em 1808, que ela se disseminou pela cidade¹². O jornalista e político francês exilado Charles Rybeyrolles, no final dos anos 1850, destacou que muitos “sapateiros, alfaiates, funileiros, pedreiros, pequenos industriais e fabricantes”, que podiam “adquirir o instrumento negro”, viam-se obrigados a alugá-lo de gananciosos senhores (Ribeyrolles, 1859, p. 206). Existiam também aqueles senhores que, querendo melhor aproveitar seus escravizados de grande capacidade produtiva, permitiam-lhes que trabalhassem por conta própria, como “escravos de ganho”, exigindo-lhes uma soma diária, semanal ou mensal pré-fixada¹³.

Um exame nos inventários *post-mortem* nos dá uma boa dimensão da prática do ensino de ofícios aos escravizados, tanto pelos senhores mais ricos como aqueles mais pobres. Era muito comum que, juntamente com escravizados de serviços domésticos ou do ganho de rua, os senhores possuíssem “cativos” com os mais diversos ofícios mecânicos, como nos mostram alguns exemplos colhidos nos inventários. Josefa Maria das Graças, falecida em 1816, entre os seus 15 escravizados, possuía 6 deles empre-

12 A revogação do alvará de 1795, que proibia a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil foi assinada pelo Príncipe Regente Dom João em 1.º de abril de 1808.

Sobre isso, ver: Andrade, 1980, p. 2.

13 Sobre isso, ver: Soares, 2007, Capítulo V, pp. 123-45.

gados em fazer sabão e velas. Antônio de Souza Ferreira, falecido em 1824, possuía 5 escravizados, dos quais 2 eram aprendizes de carpinteiro, 1 aprendiz de sapateiro e 1 oficial sapateiro. Antônio Mariano Gonçalves, falecido em 1836, possuía 7 escravizados, dos quais 2 eram oficiais carpinteiros, 1 costureira, 1 ferreiro e 1 oficial de pentes. Francisco Manoel Ferreira, falecido em 1838, era proprietário de 24 escravizados, dos quais 5 eram operários que estavam “arrendados” (2 pedreiros, 2 carpinteiros e 1 calafate). Firmino Guedes Monteiro, falecido em 1843, possuía 9 escravizados, entre os quais 7 charuteiros. Polidora Gonçalves, falecida em 1857, era proprietária de 13 escravizados, entre os quais 7 funileiros. O Capitão Miguel Antônio Pestana, falecido em 1859, possuía 5 escravizados, “todos com seguro”, entre os quais 1 oficial pedreiro, 1 oficial canteiro e 1 costureira. E, finalmente, o Major José Maria Jacinto Rebelo, falecido em 1871, que empregava 3 dos seus 4 escravizados como operários (1 pedreiro, 1 carpinteiro e 1 em serviço de obras) (ANRJ, Inventários “post-mortem”).

Os periódicos da cidade estavam repletos de anúncios de aluguel de escravizados que desempenhavam os mais diversos ofícios (alfaiates, costureiras, sapateiros, carpinteiros, serradores, ferreiros, charuteiros, pintores, pedreiros, padeiros, calafates, cavouqueiros etc.). Abaixo, estão reproduzidos três anúncios do *Jornal do Commercio*, publicados em 1830, 1850 e 1870, respectivamente, que nos dão uma pequena amostragem da oferta desses “operários”:

Se algum senhor fabricante de pão precisar de um mestre forneiro, preto, hábil, sem vícios, e o queira alugar, procure na padaria da rua do Ouvidor n. 72 (*Jornal do Commercio*, 1830).

Aluga-se uma rapariga charuteira a alguma senhora que queira, na rua das Violas n. 134 (*Jornal do Commercio*, 1850).

Aluga-se um perfeito oficial de alfaiate, trata-se na rua das Violas n. 19” (*Jornal do Commercio*, 1870).

As oficinas e manufaturas, que já eram obrigadas a ensinar ofícios a seus escravizados mais novos, constituíram-se na principal “escola” de ensino de ofícios para aqueles escravizados que pertenciam a outros senhores. Estes os entregavam aos proprietários dos estabelecimentos industriais que, durante o período de aprendizagem, também os empregavam em atividades que variavam com o grau de conhecimento adquirido. Esta era a forma mais comum dos industriais exigirem o pagamento pelo ensino oferecido em seus estabelecimentos. Este método de aprendizagem de ofícios mecânicos também foi revelado por alguns anúncios do *Jornal do Commercio*. Em 1832, um “*atelier*” de costura procurava por “uma crioula de 12 a 13 anos, que [quisesse] aprender a cozer, a bordar, e outras muitas coisas pertencentes à costura. Em 1843, “uma senhora francesa” encarregava-se de “ensinar a cozer a uma preta” na Rua de Santo Antônio, 21. Em 1850, uma fábrica de charutos da Rua do Cemitério, 29, na Saúde, além de procurar por “oficiais de charuteiro, tanto livres como escravos”, também recebia “moleques para ensinar” (*Jornal do Commercio*, 1832; 1843; 1852).

Em 1846, Ewbank pôde constatar a presença maciça de trabalhadores escravizados em uma série de estabelecimentos industriais. Na construção de um prédio no Largo do Machado, muitos deles trabalhavam, ao lado de operários livres, como ajudantes de obra. No estabelecimento litográfico de Heaton & Rensburg, que era o maior do Brasil na época, todos os impressores eram escravizados africanos. Em uma oficina de artefatos de cobre, cujo proprietário era português, eram empregados 15 trabalhadores escravizados, incluindo o feitor, enquanto em uma outra do mesmo ramo, 20 escravizados eram empregados e os únicos indivíduos livres eram os escriturários, todos brancos. Em uma oficina dirigida por um frade capuchinho, de “reputação duvidosa” entre os membros do clero, muitos trabalhadores escravizados eram empregados na feitura de ferraduras e sapatos,

assim como de qualquer outra coisa de ferro ou couro. Segundo este viajante, os escravizados também trabalhavam nas oficinas de carpintaria, joalheria, pintura de tabuletas e ornamentação, e nas “fábricas” de móveis, carruagens, ornamentos militares, lâmpões e objetos de prata, sem contar que eram calceteiros, pedreiros e santeiros de primeira ordem, produzindo imagens de santos em pedra e madeira. Ewbank ainda mencionou uma pedreira de Botafogo, que empregava mais de 200 escravizados, e a existência destes trabalhando nas caieiras espalhadas pelas ilhas da baía próximas da cidade, que produziam a cal de conchas coletadas no mar (Ewbank, 1856, pp. 181-2, 187-9; 1856, p. 420).

O crescimento industrial no rio de janeiro em meados do século XIX

Nos anos 1840, iniciou-se um processo de crescimento industrial na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, e também em outras localidades do país. Na Corte, houve a proliferação de oficinas artesanais e investimentos foram feitos na instalação de manufaturas de grande porte, por muitos negociantes que vislumbraram um clima mais favorável ao desenvolvimento das atividades industriais.

Além da ampliação de mercados, propiciada pelo *boom* cafeeiro e pelo súbito crescimento populacional de meados do século, algumas iniciativas estatais se constituíram em fatores de estímulo ao crescimento industrial, em particular das manufaturas. Entre estes fatores, encontramos: 1) a reformulação da política alfandegária realizada, em 1844, pelo Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, que estipulou a cobrança de uma tarifa de 30 % *ad valorem* para a maioria dos produtos industriais importados; 2) a lei de 8 de agosto de 1846, proposta por Alves Branco, que isentava os produtos das manufaturas de fiação e tecidos de algodão de direitos de transporte, tanto no interior do país como no exterior, e declarava as máquinas, ou as peças de

máquinas importadas por estes estabelecimentos, livres de impostos (ou direitos) alfandegários, e ainda dispensava do recrutamento para o serviço militar um certo número dos operários livres nacionais destes estabelecimentos¹⁴; 3) a lei de 8 de julho de 1847, também proposta por Alves Branco, que estendia a todas as manufaturas de maior porte a isenção do pagamento de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas; e 4) a concessão pelo Estado Imperial de subvenções a algumas manufaturas de maior porte de diversos ramos, classificadas como “fábricas nacionais”, dentre as quais estavam o estabelecimento de fundição, máquinas e construção naval de Ponta da Areia, em Niterói, pertencente a Irineu Evangelista de Sousa (o futuro Barão e, depois, Visconde de Mauá), que, em 1848, já empregava mais de 400 operários¹⁵.

Alguns números indicam muito bem a dimensão do crescimento industrial de meados do século XIX. Em 1852, foram classificados como “fábricas”, pela Câmara Municipal da Corte, 419 estabelecimentos, enquanto que, no ano de 1861, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (dora-vante citado como *Almanak Laemmert*) apresentava uma relação de 1.146 “fábricas” (ver Tabela I). Entre estes estabelecimentos, acreditamos que apenas um número menor poderia realmente ser considerado como tal, ou mais precisamente, como estabelecimentos manufatureiros de grande porte, constituindo-se a maioria deles como oficinas artesanais.

De acordo com o levantamento que realizamos na documentação da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e nos Relatórios dos Ministérios do Império e da Fazenda, no final dos anos 1840 existiam 35 estabelecimentos que podiam

14 As manufaturas têxteis ou de fição e tecidos de algodão, em outras regiões do país no século XIX, também receberam a atenção especial de diversos historiadores, a começar pelo estudo clássico de Stein, 1957. Entre os estudos mais recentes podemos incluir: Libby, 1988, pp.186-256 e; Santos, 2023.

15 Sobre a reformulação tarifária de 1844 e as demais medidas governamentais para apoio às manufaturas nos anos seguintes, ver: Luz, 1975, pp.23-5 e 38-9; Daveza, 1875, p. 71 e Soares, 1984, pp. 124-9.

ser considerados como manufaturas, enquanto que, no final dos anos 1850, o número das manufaturas já chegava a 95. Os ramos mais importantes eram os de chapéus, têxteis, sabão e velas, rapé, calçados e fundição e máquinas (ver Tabela II). Estes estabelecimentos apresentavam, obviamente, uma capacidade produtiva muito superior à das oficinas artesanais, devido à adoção dos princípios da divisão do trabalho, ao emprego de máquinas em determinadas tarefas secundárias e ao emprego de um maior número de operários¹⁶.

As reformas tarifárias de 1857 e 1860, instituindo a redução para 15% *ad valorem* da tarifa cobrada sobre os produtos industriais estrangeiros e a tarifa de 5% *ad valorem* para as matérias-primas importadas, trouxeram uma série de dificuldades para as manufaturas durante os anos 1860. Sem apoio estatal, foi difícil para estes estabelecimentos resistirem à concorrência dos produtos industriais estrangeiros, sobretudo os britânicos, que eram preferidos pelos consumidores locais devido à sua melhor qualidade e ao seu menor preço. A situação desfavorável às manufaturas foi ainda agravada pela crise comercial e financeira de 1864, que determinou uma súbita redução do crédito fornecido pela rede bancária e a diminuição dos investimentos manufatureiros. Alguns estabelecimentos fecharam as suas portas, mas a maior parte deles teve uma existência medíocre até os anos 1880, sem que se verificasse um crescimento substancial de suas vendas e da sua capacidade produtiva (Soares 1865, pp. 51-5, 70; Soares, 1984, pp. 155-6).

Os números de estabelecimentos industriais apresentados pelo *Almanak Laemmert* para os anos 1873 e 1881, se comparados com os números de 1852 e 1861, mostram claramente a estagnação do setor industrial do Rio de Janeiro entre os anos 1860 e o início dos anos 1880. A relação de 1873, com 965

16 Maiores informações sobre a capacidade produtiva dos estabelecimentos manufatureiros da cidade do Rio de Janeiro e de todo o Império brasileiro, nos anos 1850, podem ser obtidas nas *Propostas e relatórios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários d'Estado dos Negocios da Fazenda*, especialmente para os anos 1855, 1856 e 1857.

estabelecimentos industriais, mostrava uma redução nos números destes, em função das dificuldades surgidas depois de 1860, enquanto que a relação de 1881, com 1.242 estabelecimentos, já indicava uma certa recuperação para o setor industrial, recuperação esta que ainda não tinha sido suficiente para alterar o quadro de estagnação reinante neste setor (ver Tabela I).

Apesar das dificuldades que os estabelecimentos industriais, em particular as manufaturas, experimentaram nos anos 1860 e 1870, não podemos dizer que este setor era tão insignificante no conjunto da economia do Rio de Janeiro, como insinuou Mary Karasch. Se nas primeiras décadas do século XIX poucos indivíduos ainda eram empregados nas atividades industriais, a situação tenderia a mudar a partir de 1840. Uma parcela importante da população da cidade e seus arredores começaria a ser recrutada como mão de obra industrial, em função do crescimento experimentado pelas oficinas e manufaturas.

Considerações sobre as estatísticas industriais e as relações de trabalho: anos 1840 a 1880

Para os anos 1840, já dispomos de um volume de informações um pouco maior sobre o emprego de mão de obra nos estabelecimentos manufatureiros e a condição dos seus operários, apresentados na Tabela III. Nesta, há uma relação de 20 manufaturas e em 4 delas (2 de papel, 1 de couros e 1 de chapéus), embora conhecendo-se o seu total de operários, não há a especificação dos números de trabalhadores livres e escravizados. As 2 manufaturas têxteis indicadas empregavam exclusivamente trabalhadores livres, enquanto as de sabão e velas utilizavam majoritariamente trabalhadores escravizados. Os “cativos” eram também majoritários em um estabelecimento de tapetes e oleados e em um outro de fabricação de asfalto. Em 6 manufaturas chapeleiras, o número de trabalhadores escravizados era inferior ao de trabalhadores livres, enquanto que em uma delas havia

igualdade e em uma outra havia uma superioridade daqueles primeiros. Nesta última, pertencente a João Girard & Cia., estavam empregados 51 operários por volta de 1848, dos quais 17 livres e 34 escravizados (25 do próprio estabelecimento e 9 alugados a terceiros). Situação interessante era a da “fábrica” de vidros São Roque, de propriedade de José Francisco Bernardes, que empregava somente trabalhadores livres em 1840, em um total de 43, e, em 1848, chegou a utilizar 20 escravizados ao lado de operários livres, não havendo informação se aqueles eram do próprio estabelecimento ou alugados (ver Tabela III).

Para os anos 1850, as informações sobre as manufaturas são bem mais satisfatórias, pois muitos estabelecimentos que gozavam da isenção de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas, incluindo alguns de pequeno porte, declaravam o seu número total de operários, assim como a sua condição, aos funcionários alfandegários do Ministério da Fazenda. Em 1856, de 43 estabelecimentos que receberam tal privilégio, 39 forneceram informações sobre mão de obra, enquanto que, em 1857, de 52 estabelecimentos isentos de direitos alfandegários, apenas 34 forneceram as mesmas informações. Estes dados foram reproduzidos nas Tabelas IV e V que, embora com as lacunas assinaladas, nos fornecem elementos para algumas importantes conclusões.

A primeira destas conclusões se relaciona à enorme variação de operários de um ano para outro. Enquanto que nos 39 estabelecimentos de 1856 estavam empregados 1.039 operários, em 1857, o número de operários de 34 estabelecimentos somava 1.290. A variação em relação à condição da mão de obra também foi grande. Os 39 estabelecimentos de 1856 empregavam 512 trabalhadores livres (49,28%), 153 brasileiros e 359 estrangeiros, e 527 trabalhadores escravizados (50,72%). No ano seguinte, a proporção do trabalho “cativo” nos 34 estabelecimentos industriais se reduziria, empregando estes 839 trabalhadores livres (65%), 205 brasileiros e 634 estrangeiros, e 451 escravizados (35%) (ver Tabelas IV e V). Isso pode significar que um número significativo dos escravizados empregados nestes estabelecimentos não pertencia aos industriais, mas sim a outros indivíduos

que os alugavam para as manufaturas. Ou então, os industriais contratavam diretamente operários escravizados cujos senhores permitiam que vivessem sob o regime de ganho, como era o caso do chapeleiro “crioulo” Izidoro Augusto de Sampaio, que tinha também autorização para viver fora do domicílio do seu senhor (ANRJ, Apelação Criminal, 1869).

Cabe, aqui, um relato de acontecimentos posteriores na vida do chapeleiro Izidoro, que dão uma maior dimensão da vida cotidiana dos escravizados operários que viviam sob o regime de ganho. Em 1867, o chapeleiro Izidoro, já com mais ou menos 40 anos de idade, responderia a um processo criminal por assassinar a sua amante Maria Luíza do Nascimento, “parda livre”, com a qual conviveu por 3 anos na casa que ele alugou na Rua do Hospício, 175. Segundo o depoimento de Izidoro, ele gastou, com Maria Luíza, todo o pecúlio que conseguiu formar, “quatro contos de réis que tirou na Loteria e tudo quanto ganhava no seu ofício de chapeleiro”, mas sendo-lhe a amante “infel”, e desesperado por perder o seu amor, assassinou-a a facadas no leito que compartilhavam (Ibid.).

Os escravizados operários como o chapeleiro Izidoro, que trabalhavam sob o regime de ganho, talvez não fossem muitos, mas é importante frisar que eles mantinham com os proprietários industriais que os contratavam uma relação semelhante àquela mantida pelos trabalhadores livres. Ou seja, uma relação monetária de compra e venda da força de trabalho, na qual os patrões garantiam o direito ao uso da capacidade produtiva dos trabalhadores, apropriando-se dos frutos e do excedente de trabalho por eles produzidos. Na realidade, estes escravizados operários eram *trabalhadores formalmente assalariados* nas suas relações com os proprietários industriais, recebendo um salário que, além de lhes garantir a sobrevivência, e algumas vezes a formação de um pecúlio, era destinado parcialmente aos seus senhores. Este era o “reverso da medalha”, pois como “cativos”, eles deviam entregar aos senhores uma renda diária, semanal ou mensal previamente fixada¹⁷.

17 Sobre a relação de assalariamento, ver: MARX. *El capital, op. cit.*, Volume I, pp.

Entretanto, uma dúvida emerge. É realmente muito difícil avaliar qual teria sido o padrão que regulava a transação do aluguel de escravizados às oficinas e manufaturas ou a contratação direta de “cativos assalariados”. Pode-se supor que os fabricantes pagavam de aluguel aos senhores, ou de salários aos escravizados, uma soma relativa ao grau de especialização do trabalhador empregado, assim como o pagamento de salários dos trabalhadores livres era regulado por um padrão relativo ao seu grau de especialização, “pelas suas aptidões especiais”, como diria mais tarde (em 1880) um “fabricante” ao periódico *O Auxiliador da Industria Nacional* (1880, p. 267).

Praticamente na mesma época, um proprietário de uma “fábrica” de móveis reiteraria esta mesma condição para o pagamento dos operários de seu estabelecimento, fornecendo-nos um quadro bem mais preciso:

“Ainda em sua grande maioria, a produção de móveis se faz por processos todos manuais, cuja maior ou menor perfeição depende da habilitação e perícia do operário, o que alonga de alguma forma o período da aprendizagem deste e torna mais elevadas as despesas de remuneração de seu trabalho” (Reis; Satamini; Franco, 1882, p. 95).

Um outro fato que chama a atenção dos estudiosos é o reduzido número de mulheres empregadas nas manufaturas nos anos 1850. Em 1856, dos 1.039 operários empregados nas 39 manufaturas indicadas, as mulheres eram apenas 51 (4,90%), enquanto os homens chegavam a 988 (95,10%), não havendo indicações precisas sobre as nacionalidades ou as condições destas mulheres. Já para 1857, as informações são mais precisas. Dos 1.290 operários das 34 manufaturas indicadas, 49 eram mulheres (3,80%) e 1.241 homens (96,20%). Das 49 mulheres, 34 eram

284-5 e 488-95. Sobre a dimensão do assalariamento em situações em que os chamados “escravos de ganho” estavam envolvidos, ver: SOARES. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil, op. cit.*, pp. 139-40.

livres (32 brasileiras e 2 estrangeiras) e 15 escravizadas, enquanto que, dos 1.241 homens, 173 eram brasileiros, 632 estrangeiros e 436 escravizados. Percebe-se, com estes números, que em meados do século XIX, as profissões industriais eram quase que exclusivamente reservadas aos homens, fossem eles livres ou escravizados, brasileiros ou estrangeiros (ver Tabelas IV e V).

Nas manufaturas chapeleiras, era grande a presença de escravizados, mas os trabalhadores livres eram majoritários. De acordo com os dados da Tabela IV, para o ano de 1856, o número total de operários registrados em 15 estabelecimentos chapeleiros era de 482. Destes, 322 eram livres, o que correspondia a 66,60%, sendo 11 brasileiros e 211 estrangeiros, e 160 eram escravizados (33,20%). Somente em 4 estabelecimentos, o número de escravizados de cada um deles ultrapassava o de trabalhadores livres. A maior parte das mulheres que trabalhava nas manufaturas estava empregada nos estabelecimentos chapeleiros que concentravam 42 delas, entre livres e escravizadas. Os homens eram 440.

Nas manufaturas de rapé, a predominância do trabalho escravizado era incontestável. Em 6 estabelecimentos, conforme os dados da Tabela IV, para o ano de 1856, trabalhavam 122 operários homens: 15 eram livres (12,30%) e 107 escravizados (87,70%). Dos trabalhadores livres, apenas 2 eram brasileiros, sendo os outros 13 estrangeiros.

No ramo de sabão e velas, encontramos também a predominância do trabalhador escravizado sobre o livre. No ano de 1856, de acordo com os dados da Tabela IV, em 10 manufaturas de sabão e velas, encontramos um total de 272 operários. Os trabalhadores livres eram em número de 104 (36,24%), sendo 18 brasileiros e 86 estrangeiros. Os escravizados, em um total de 168, correspondiam a 61,76. Apenas 7 mulheres trabalhavam neste ramo.

Nos estabelecimentos de fundição e máquinas, a predominância era do trabalhador livre. No ano de 1857, os dois estabelecimentos existentes neste ramo empregavam um total de 159 trabalhadores, Destes, 145 eram livres (91,19%), 49 brasileiros

e 96 estrangeiros. Os escravizados eram apenas 14 (8,81%). Não havia mulheres entre os operários deste ramo (ver Tabela V).

A coexistência do trabalho escravizado com o trabalho livre também se dava, entre 1856 e 1857, em outros dois ramos industriais de menor importância. Em 2 cordoarias, existia a predominância dos trabalhadores escravizados sobre os livres. Em 2 estabelecimentos de couros envernizados, tapetes e oleados, enquanto um deles empregava muito mais escravizados do que livres, ou outro empregava mais livres do que escravizados. Em um pequeno estabelecimento de metalurgia de ouro e prata, até 1856, todos os trabalhadores eram escravizados, mas, em 1857, a maioria era formada por trabalhadores livres. No único estabelecimento de galões e fitas, os trabalhadores escravizados formavam a maior parte, o que também acontecia em uma manufatura de vinagre, enquanto em uma outra manufatura de vidros o emprego de escravizados era ligeiramente superior ao de livres (ver Tabelas IV e V).

Um ramo que se utilizava exclusivamente de trabalhadores livres era o de cerveja. O estabelecimento de Henrique Leidem, em 1856, empregava 10 operários livres, 8 homens e 2 mulheres, enquanto que o de Villas Boas & Cia., de maior porte, empregava, em 1857, 18 operários nesta condição, sendo todos eles do sexo masculino (ver Tabelas IV e V).

Outro ramo que empregava somente trabalhadores livres era o das manufaturas têxteis. Nos dois estabelecimentos existentes na cidade, por volta de 1850, trabalhavam 76 operários nesta condição. O estabelecimento do inglês Diogo Hartley, de maior capacidade produtiva, empregava 56 operários, enquanto o do alemão Frederigo Guilherme empregava 20 operários, além de manter, com autorização governamental, 10 meninos livres e pobres sem remuneração salarial, sob a alegação de conceder-lhes “instrução elementar, religiosa e industrial” (Mont’Alegre, 1850, p. 33; Mappa 16).

É interessante assinalar que o “filantropo alemão”, Frederico Guilherme, tinha sido sócio de um outro negociante, o francês Carlos Tanière, em uma casa de consignaçoão, compra

e venda de “escravos ladinos”, na Rua do Ouvidor, durante os anos 1840, quando se dedicou a um outro tipo de “filantropia”. Pode-se imaginar, a partir daí, que tipo de instrução Frederico Guilherme fornecia aos meninos pobres mantidos em sua manufatura...¹⁸

O estabelecimento de fundição, máquinas e construção naval de Ponta da Areia, pertencente a Irineu Evangelista de Sousa (Barão e, depois, Visconde de Mauá), mesmo fora dos limites da Corte, merece uma consideração especial. A manufatura da cidade vizinha de Niterói era, sem dúvida nenhuma, o maior estabelecimento industrial de todo o Império brasileiro, empregando 411 operários em 1855. Destes, 281 eram trabalhadores livres (68,37%), 164 estrangeiros e 117 brasileiros. Entre os estrangeiros, encontravam-se operários provenientes de diversos países europeus, mas os portugueses formavam a grande maioria, chegando ao número de 119 operários. Os 130 trabalhadores escravizados (31,63%), “crioulos” e “africanos”, desempenhavam diversas tarefas no estabelecimento, entre as quais as mais especializadas, tais como maquinistas, moldadores, modeladores, caldeireiros e carpinteiros (ver Tabela VI). Ao próprio estabelecimento de Ponta da Areia pertenciam 85 escravizados, enquanto que os 45 restantes eram alugados de diversos senhores (IHGB, 1855).

Em 1856, Ponta da Areia reduziu para 350 o número de seus operários, mantendo 265 trabalhadores livres (75 brasileiros e 190 estrangeiros) e os seus 85 escravizados, dispensando os alugados. Porém, em 1857, o número de trabalhadores do estabelecimento aumentou consideravelmente, atingindo o total de 667 operários. Os trabalhadores livres somavam 507 (76,01%), 207 brasileiros e 300 estrangeiros, enquanto os escravizados eram 160 (23,99%), sendo 85 do estabelecimento e 75 alugados (Paraná, 1856; Ferraz, 1857, p. 117).

18 Ver a relação das casas de consignação, compra e venda de “escravos” do Rio de Janeiro no *Almanak Laemmert* para o ano de 1845.

Outro estabelecimento de fora da Corte, que também merece uma consideração especial, é a “Fábrica” Santo Aleixo, manufatura têxtil fundada em 1848, na vizinha cidade de Magé, por uma companhia de comerciantes norte-americanos, que tinha à frente Luiz Moran como diretor e Frederico Jones como gerente. Em 1850, a Santo Aleixo empregava 116 operários livres, 100 estrangeiros e 16 brasileiros. Entre os estrangeiros, encontravam-se 84 colonos alemães recrutados na cidade serrana de Petrópolis. Em 1855, a Santo Aleixo, em pleno funcionamento, chegou a empregar 150 trabalhadores livres (Mont’Alegre, 1850, p. 35; Barboza, 1855, p. 47).

Para os anos 1860, as informações sobre mão de obra nos estabelecimentos industriais do Rio de Janeiro já são mais escassas, mas, mesmo assim, pode-se constatar a presença de escravizados entre os seus empregados, tal como nos revela um levantamento estatístico realizado em 1868 nos 32 estabelecimentos do 2.º distrito da freguesia de Santa Rita, que cobria boa parte da região portuária do Rio de Janeiro. Neste levantamento, todos os estabelecimentos foram denominados indistintamente como “fábricas”, mas, com toda certeza, apenas os de fundição e máquinas, pelo número de operários empregados, podiam ser considerados como manufaturas de maior porte, não passando os outros estabelecimentos de oficinas artesanais. Encontramos a presença de escravizados na quase totalidade dos estabelecimentos deste distrito, com exceção de um único, ligado à produção de cerveja, que empregava 9 trabalhadores livres. Em 5 estabelecimentos de fundição e máquinas, de características nitidamente manufatureiras, 608 trabalhadores eram empregados: 567 livres e 41 escravizados. Em outros 5 estabelecimentos de construção naval, o número de empregados chegava a 90: 71 livres e 19 escravizados. Em 2 estabelecimentos de refinação e destilação, o número de empregados era de 25: 24 livres e 1 escravizado. Dos 37 trabalhadores empregados em 12 oficinas de charutos, 32 eram livres e 5 escravizados. Em 4 oficinas de sabão e velas, dos 13 trabalhadores empregados, 12 eram livres e 1 escravizado. Na única oficina de vinagre, dos 4 trabalhadores empregados,

3 eram escravizados e 1 livre. E, finalmente, em 2 serrarias de madeira a vapor que empregavam 12 trabalhadores, 6 eram livres e 6 outros escravizados. No cômputo geral, dos 798 trabalhadores empregados nestes estabelecimentos industriais, 772 eram livres, 248 brasileiros e 474 estrangeiros, e 76 eram escravizados, o que correspondia ao emprego de 90,48% de trabalhadores livres e apenas 9,52 de escravizados (ver Tabela VII).

Constatamos também a presença de escravizados, durante os anos 1860, em outros dois estabelecimentos industriais da cidade. O primeiro deles era o estabelecimento de galões e fitas de Frutuoso Luiz da Motta que, em 1862, empregava 18 trabalhadores, em sua maioria escravizados, e, em 1865, um pouco antes de seu fechamento, empregava ao todo 10 escravizados (Mello, 1862, p.14; SÁ, 1865). O outro estabelecimento era uma manufatura chapeleira de grande porte, pertencente a Costa Braga & Cia., que em 1864 empregava 100 trabalhadores, sendo 90 livres (72 estrangeiros e 18 brasileiros) e 10 escravizados (O Auxiliador da Industria Nacional, 1864, pp. 246-7). Há também indícios de que a tipografia de J. Villeneuve & Cia., responsável pela publicação diária do *Jornal do Commercio*, ainda empregava um número razoável de escravizados em tarefas importantes por volta de 1862. Estas suspeitas se baseiam nos autos de um processo criminal para apuração de um crime de morte cometido por um escravizado, que assassinou a facadas um outro “negro”, em um conflito entre capoeiras na Rua do Ouvidor, naquele mesmo ano. O escravizado assassino era Theodoro Crioulo, de 18 anos de idade, de propriedade de J. Villeneuve & Cia., onde trabalhava como impressor (ANRJ, Apelação Criminal, 1863).

A indústria de charutos, constituída em sua maior parte por pequenas oficinas, ainda empregava trabalhadores escravizados nos anos 1860, mas o seu número já tinha sido consideravelmente reduzido. Segundo o estatístico Sebastião Ferreira Soares, as “fábricas” de charutos do Rio de Janeiro, que até os anos 1850 empregavam quase que exclusivamente “cativos”, passaram por uma grande “transmutação” e, no início dos anos 1860, já em-

pregavam majoritariamente trabalhadores livres (Soares, 1860, p. 73). O próprio estatístico comentava:

“As diversas fábricas de charutos existentes nesta corte empregam para cima de 2.000 meninos e moços açorianos, e muito poucos escravos; pode-se dizer que esta indústria já não depende dos braços escravos, porque na sua quase totalidade é exercida por gente livre” (Idem).

Apesar de não termos obtidos dados mais amplos sobre a mão de obra nas manufaturas e nas oficinas artesanais dos anos 1860, podemos afirmar que foi nesta década que se processou mais intensamente a substituição do trabalhador escravizado pelo trabalhador livre nas tarefas que aquele primeiro desempenhava na indústria. Basta comparar os percentuais de escravizados empregados nos estabelecimentos que obtiveram isenção de direitos alfândegários em 1856 e 1857 com o percentual de escravizados empregados nos estabelecimentos do 2.º distrito da freguesia de Santa Rita, para obtermos a confirmação deste fato.

A menor participação de trabalhadores escravizados nos estabelecimentos industriais também pode ser confirmada pelos dados fornecidos pelo recenseamento de 1872 do Município Neutro (Município do Rio de Janeiro ou da Corte), organizado juntamente com o primeiro recenseamento nacional. Segundo estes dados, o número de operários de todo o Município Neutro chegava a 18.091, o que correspondia a 6,58% do total da população estimada da Corte, que era de 274.972 indivíduos. Destes 18.091 operários, 15.956 eram livres (88,20%) e apenas 2.135 escravizados (11,80%). Entre os operários livres, 6.498 eram brasileiros e 9.458 estrangeiros (ver Tabela VIII).

Ainda de acordo com os dados do recenseamento de 1872, os 18.091 operários do Município Neutro estavam distribuídos nos seguintes ramos: 1) Canteiros, calceteiros, cavouqueiros etc., 928 (863 livres e 65 escravizados); 2) Metais, 2.987 (2.711 livres e 276 escravizados); 3) Madeiras, 5.920 (5.230 livres e 690 escravizados); 4) Tecidos, 14 (todos livres); 5) Edificações, 2.738 (2.142 livres e 596 escravizados); 6) Couros e peles, 479 (425 livres e 54 escravizados); 7) Tinturaria, 8 (todos livres);

8) Vestuários, 2.519 (2.287 livres e 232 escravizados); 9) Chapéus, 498 (464 livres e 34 escravizados); e 10) Calçados, 2 mil (1812 livres e 188 escravizados). (ver Tabela IX). A participação das mulheres nas atividades dos ramos industriais acima mencionados pode ser considerada muitíssimo pequena, pois apenas 8 mulheres livres eram indicadas como operárias: 7 no ramo de “Vestuários” e 1 no ramo de “Chapéus”¹⁹.

Entretanto, um maior número de mulheres foi registrado à parte, no recenseamento de 1872, e estas eram as costureiras, devendo-se aqui considerar a sua atividade de trabalho como uma atividade industrial. Segundo os dados deste recenseamento, existiam 11.592 costureiras em todo o Município Neutro, das quais 10.208 eram livres (88,06%) e 1.384 escravizadas (11,94%). Entre as costureiras livres, 7.785 eram brasileiras e 2.423 eram estrangeiras (Idem, p. 61).

É provável que os operários escravizados, assim como um grande número de operários livres, que trabalhavam nas oficinas de marcenaria, ourivesaria, objetos de prata, relojoaria, tapeçaria, decorações, objetos ornamentais, alfaiataria, sapataria, fabricação de santos etc., ainda fossem encontrados entre os indivíduos classificados pelo recenseamento de 1872 como “artistas”, se bem que nesta classificação estavam incluídos atores de teatro, cantores, músicos, bailarinos, artistas de circo, escultores, pintores de quadros etc. Tal classificação foi possível porque, até o final do século XIX, vigorou a concepção de que a “indústria”, sobretudo a “indústria artesanal” onde todo o processo de trabalho era manual, deveria ser considerada como uma “arte” que exigia perícia, destreza e habilidade daqueles que a exerciam, sendo bastante comum a utilização de termos tais como “artes industriais” ou “artistas industriais”, sem contar a própria sobrevivência dos termos “artesanato” e “artesão” (Fião, 1849, p. 146; Fausto, 1854, pp. 12-3).

19 *Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872: Município Neutro*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1876, p. 61.

De acordo com os números do recenseamento, em 1872, existiam 9.428 “artistas” em todo o Município Neutro, dos quais apenas 497 eram escravizados (5,27%) e 8.931 eram livres (94,73%). Entre os “artistas” livres, 4.912 eram brasileiros (4.782 homens e 139 mulheres) e 4.019 estrangeiros (3.981 homens e 88 mulheres). Entre os 497 artistas escravizados, a grande maioria era formada por homens (494) e havia apenas 3 mulheres entre eles²⁰ (Tabela XI).

Considerações finais: a substituição gradual do trabalho escravizado na indústria ao longo da segunda metade do século XIX

A abolição do tráfico africano, em 1850, e a forte demanda de braço escravizado exercida pelas áreas cafeeiras sobre os “cativos” urbanos repercutiram fortemente sobre as manufaturas e oficinas artesanais, devido à elevação dos preços dos escravizados. Em primeiro lugar, com este aumento de preços, a compra de escravizados especializados, e até mesmo para treiná-los em oficinas e manufaturas, tornou-se bastante onerosa para os proprietários industriais. Em segundo lugar, em face desta valorização, os aluguéis de escravizados realmente habilitados para a indústria aumentaram enormemente, dificultando bastante a ação daqueles industriais que não tinham condições de adquiri-los sob a forma de locação. Em terceiro lugar, para os industriais, tornou-se mais compensador até mesmo a venda de seus “cativos” para as áreas cafeeiras, pelo fato de poderem suprir as necessidades de mão de obra de seus estabelecimentos, recrutando ou formando operários entre os milhares de imigrantes portugueses que chegavam à cidade ou, mesmo, os brasileiros pobres que se viam forçados a exercer as profissões industriais²¹.

20 Recenseamento da população do Imperio do Brazil...: Município Neutro. Op. cit., p. 61.

21 Com relação à entrada de imigrantes portugueses pelo porto do Rio de Janeiro, o

De modo geral, a substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre se dava nos diversos setores da economia urbana do Rio de Janeiro – nos serviços domésticos, nos transportes de carga e passageiros, na limpeza urbana, no comércio ambulante etc. –, o que, por volta de 1860, já podia ser notado por um observador arguto como o estatístico Sebastião Ferreira Soares, que assinalava:

É bem verdade que nas principais cidades do Império, e especialmente aqui na Corte, já se vai operando a transição do trabalho escravo pelo trabalho livre, porque os transportes e outros misteres do tráfico e labutação da capital são feitos em grande parte por braços livres, sendo essa a razão porque se vê hoje em dia menor número de escravos obstruindo as ruas; mas o que indica isto senão um primeiro passo dado para a nossa manumissão do trabalho escravo? (Soares, 1860, p. 25).

Apesar de um certo otimismo de Sebastião Ferreira Soares em relação a um processo gradual de abolição da escravidão, esta não só ainda demoraria, como também ainda persistia a secular aversão ao trabalho manual e mecânico que, diante da chegada maciça de imigrantes portugueses à cidade, praticamente foi atualizada pelos diversos setores da população livre, fenômeno

historiador Luís Felipe de Alencastro nos fornece dados bastante significativos para o período de 1850-78. Embora a imigração portuguesa tenha sido um fenômeno contínuo na primeira metade do século XIX, ela se tornou ainda mais massiva a partir de 1850, tendo entrado pelo porto da cidade 209.117 imigrantes no período indicado. Certamente, nem todos estes imigrantes permaneceram no Rio de Janeiro, tomando o caminho de outras cidades do Sudeste, mas não resta a menor dúvida de que uma parcela considerável destes imigrantes permaneceu na Corte, em busca de novas oportunidades de trabalho. Ver: Alencastro, 1984, pp. 148-9. De acordo com o recenseamento de 1872, a população estrangeira do Município Neutro era formada por 73.311 indivíduos, sendo a imensa maioria composta por portugueses. Estes somavam 55.938 indivíduos, sendo 45.497 homens e 10.441 mulheres. Sobre isso, ver: *Recenseamento da população do Imperio do Brazil...: Município Neutro*. Op. cit., p. 61; e Soares. 2007, p. 376.

este percebido pelo comerciante belga, Joseph A. A. van Halle, por volta de 1870. Van Halle apontava:

Quantas vezes não tenho eu ouvido nas minhas viagens, moços ricos e mesmo pobres, exprimirem-se a respeito do trabalho dizendo: o trabalho é feito para os burros, os escravos e as pessoas grosseiras da sociedade vindas de Portugal, Açores e outros lugares da Europa para servir-nos e para o que são bem pagas (Halle, 1876, p. 20).

Além dos registros dos contemporâneos, podemos verificar os impactos da valorização da mão de obra escravizada no pós-1850 e a redução a população “cativa” da Corte, além do enorme crescimento da imigração europeia (especialmente a portuguesa), se compararmos os dados populacionais do Município do Rio de Janeiro fornecidos pelos recenseamentos de 1849 e 1872. O recenseamento de 1849, organizado pelo Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, estimava uma população total para o Município Neutro de 266.466 habitantes, dos quais 142.403 eram livres (104.479 brasileiros e 37.924 estrangeiros), 13.461 eram “libertos” (5.012 “brasileiros” e 8449 “africanos”) e 110.602 escravizados (44.602 “brasileiros” e 66 mil “africanos”). Os habitantes livres correspondiam a 53,48% da população total, enquanto os “libertos” a apenas 5% e os escravizados a 41,52% desta população. Este grande número de escravizados já fazia do Rio de Janeiro, de meados do século XIX, a maior cidade escravista das Américas e, provavelmente, de todos os tempos²².

Segundo os dados fornecidos pelo recenseamento de 1872, a população total do Município Neutro era de 274.972 habitantes, como mencionamos acima, não se verificando um grande crescimento absoluto da população em comparação com os dados do recenseamento de 1849. Da população total do

22 Uma síntese do recenseamento de 1849, organizado pelo Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, foi apresentada no livro do viajante Hermann Burmeister (1952, p. 325). Sobre isso, ver também: Soares, 2007, pp. 29-30 e 366-71.

Município, 226.033 habitantes eram livres (152.722 brasileiros e 73.311 estrangeiros) e 48.939 eram escravizados (37.966 “brasileiros” e 10.973 “africanos”). Neste recenseamento, não foram computados dados específicos para a população “liberta” (“brasileiros” e “africanos”), certamente considerada como parte da população “livre”. Em síntese, de acordo com os dados acima indicados, em 1872, os habitantes livres correspondiam a 82% da população total, enquanto os escravizados não passavam de 18% desta população²³.

O grande aumento da oferta de mão de obra livre para a indústria também se constituiu em um fator de contenção dos salários nos limites impostos pelos fabricantes e, conseqüentemente, de redução dos custos de produção dos estabelecimentos industriais, o que deve ter possibilitado a muitos deles enfrentar a conjuntura de dificuldades dos anos 1860 e 1870, provocada pelo aumento da concorrência de produtos importados e pela revogação da política estatal de amparo às manufaturas. Assim, para os proprietários industriais que conseguiam manter as portas dos seus estabelecimentos abertas naquele período de dificuldades, que eram aprofundadas pela elevação dos preços de compra e aluguel de escravizados, não restou outra alternativa senão a substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre em seus estabelecimentos.

No início dos anos 1880, pelo menos nos grandes estabelecimentos manufatureiros, o trabalho de escravizados já não era mais empregado. Talvez os “cativos” ainda fossem utilizados, em pequena proporção, nas oficinas artesanais, mas não conseguimos obter informações para comprovar esta suposição. Segundo o levantamento realizado em 1882 pela Comissão de Inquérito Industrial nomeada pelo Ministério da Fazenda, apenas 92 estabelecimentos responderam aos questionários por ela formulados. Estes estabelecimentos empregavam somente trabalhadores livres, em um total de 4.432 operários, divididos da seguinte

23 *Recenseamento da população do Município Neutro: 1872*. Rio de Janeiro: 1872, p. 61. Ver também: Soares, 2007, pp. 34-5 e 373-9.

maneira: 1.567 empregados em 10 estabelecimentos têxteis, que já eram os mais importantes do Rio de Janeiro; 946 empregados em 31 estabelecimentos de metais; 825 empregados em 6 manufaturas de calçados; 510 empregados em 9 manufaturas chapeleiras; 470 empregados em 24 manufaturas de móveis; e 114 empregados em 12 oficinas de selins, arreios e malas (Ver Tabela X).

A partir dos anos 1880, com a implantação da grande indústria fabril mecanizada no Rio de Janeiro, chegaria ao fim a estagnação que o setor industrial experimentou nas duas décadas anteriores. Inclusive, os estabelecimentos têxteis citados pela Comissão de Inquérito Industrial já eram muito mais um prenúncio de uma nova era. Um maior mercado de trabalho se abriria para o exército de trabalhadores livres que, depois de 13 de maio de 1888, seria reforçado com a inclusão dos antigos escravizados libertados pela Lei Áurea. A República não tardaria e a grande indústria fabril encontraria um ambiente mais favorável para o seu desenvolvimento²⁴.

²⁴ Sobre a industrialização brasileira, em particular na “República Velha”, ver as seguintes obras: Stein, 1957; Graham, 1973.

Tabela 1. Número de “fábricas” no Rio de Janeiro – 1852-1881

Ramos industriais	1852	1861	1873	1881
Alimentos e bebidas	109	251	253	290
Fumo	114	162	34	197
Couro	3	187	143	239
Metal	14	82	89	101
Papéis e papelões	5	-	-	-
Velas, sabão e graxa	29	33	28	6
Têcidos, roupas, armarinho e chapéus	58	162	206	151
Meios de transporte	21	85	37	51
Materiais de construção	2	10	4	8
Vidros e louças	3	29	31	28
Madeira	19	19	10	23
Máquinas e instrumentos de trabalho	2	17	28	51
Imprensa (gráfica)	21	30	38	31
Produtos químicos e farmacêuticos	-	4	5	4
Tintas	-	-	10	8
Decorações	2	-	-	-
Objetos ornamentais	-	1	-	-
Diversos	17	74	49	54
Totais	419	1.146	965	1.242

FONTES: Candido Borges Monteiro. *Relatorio apresentado á Ilma. Camara Municipal pelo presidente da mesma em 7 de janeiro de 1853*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1855; e *Almanack Laemmert*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, para os anos 1861, 1873 e 1881. Citados em Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Volume I. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 279-280 e 300-307.

Tabela 2. Número de “manufaturas” no Rio de Janeiro (por ramos industriais) – 1840 e 1850

Ramos industriais	1840-1849	1850-1859
Vidros	1	2
Galões e fitas	1	1
Papel	2	2
Sabão e velas	5	24
Couros, tapetes e oleados	2	2
Selins e arreios	1	3
Asfalto	1	1
Chapéus de sol	1	1
Cerveja	1	2
Produtos químicos	1	2
Óleos vegetais	1	1
Fundição e máquinas	5	9
Têxteis	2	2
Chapéus	11	21
Cordoaria	-	2
Vinagre	-	1
Calçados	-	2
Gás	-	1
Móveis	-	2
Metalurgia de ouro e prata	-	7
Rapé	-	7
Totais	35	95

FONTES: ANRJ. *Junta de Comércio, agricultura, fábricas e navegação: documentação relativa às fábricas: 1840-1850*, Caixas 424 (Pacote 1), 425 (Pacote 1), 427 (Pacotes 1 e 2) e 428 (Pacote 2); *Relatórios da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: para os anos de 1840 a 1850; e *Propostas e relatórios apresentados á Assembléa Geral Legislativa pelos Ministros e Secretarios d'Estado dos Negocios da Fazenda*. Rio de Janeiro: para os anos de 1850 a 1860.

Tabela 3. “Manufaturas” do Rio de Janeiro com números conhecidos de operários empregados – 1840-1850

Estabelecimentos	Ramos	Número de Operários			Ano
		Livres	Escravizados	Totais	
João Francisco Bernardes “Fábrica” São Roque	Vidro	43	-	43	1840
José Francisco Bernardes	Vidro	34	20	54	1847
André Gaillard	Papel	-	-	10	1847
Zeferino Ferrez	Papel	-	-	80	1850
Manoel Machado Coelho	Sabão	5	40	45	1847
José Eduardo Lajoux	Sabão e velas	6	21	27	1848
Jacques Gouffé	Tapetes e oleados	4	14	18	1849
Luiz João Beau	Couros	-	-	12	1849
Cia. Brasileira de Asfalto	Asfalto	2	30	32	1849
Joaquim Diogo Hartley	Têxtil	56	-	56	1850
Frederico Guilherme	Têxtil	20	-	20	1850
Carlos Felipe	Chapéus	18	10	28	1841
José Carvalho Pinto	Chapéus	-	-	30	1842
Calazans & Lemos	Chapéus	20	19	39	1845
Braga & Rocha	Chapéus	30	18	48	1848
José Antônio Guimarães de Lemos & Cia.	Chapéus	17	15	32	1847
Jean Girard & Cia.	Chapéus	17	34*	51	1848
Antônio José Bernardes	Chapéus	14	6	20	1848
Comminge & Araújo Motta	Chapéus	20	20	40	1848
André Maunier	Chapéus	20	20	40	1848

FONTES: ANRJ. *Junta do comércio... documentação relativa às fábricas: 1840-1850. Op. cit.*, Caixas 424 (Pacote 1), 425 (Pacotes 1 e 2), 427 (Pacotes 1 e 2) e 428 (Pacote 2); e *Relatórios da Repartição dos Negócios do Império. Op. cit.*, 1840-1850.

* 25 escravizados pertenciam a estes estabelecimentos e 9 eram alugados de particulares.

Tabela 4. “Manufaturas” do Rio de Janeiro com números conhecidos de operários empregados – 1856

Estabelecimentos	Ramos	Total	Brasi- leiros	Estran- geiros	“Escra- vos”	Ho- mens	Mulhe- res
José de Lemos Pinheiro	Chapéus	25	3	11	11	21	3
José de Carvalho Pinto & Cia	Chapéus	42	32	10	-	42	-
José Joaquim da Cruz Secco	Chapéus	13	3	6	4	13	-
Bernardes & Raythe	Chapéus	62	8	48	6	57	5
Jean Girard & Cia.	Chapéus	41	2	6	33	39	2
José de Araújo Motta	Chapéus	26	15	11	-	23	3
Fortuné Segoud	Chapéus	42	3	13	26	34	8
André Maunier	Chapéus	13	1	12	-	6	7
Machado & Dias Abreu	Chapéus	29	6	8	15	29	-
Barcellos & Vianna	Chapéus	25	3	8	14	22	3
Braga & Rocha	Chapéus	90	-	66	24	90	-
Thiago Comminge	Chapéus	30	13	5	12	27	3
José de Calazans Outeiro	Chapéus	20	16	-	4	20	-
Pierre Desray	Chapéus	6	-	3	3	4	2
Roberto Augusto d’Almeida	Chapéus	18	6	4	8	13	5
Henrique Leidem	Cerveja	10	-	10	-	8	2
Alexandre Bristal	Cordoaria	4	-	2	2	4	-
Luiz João Beau	Couros, tapetes e oleados	25	-	3	22	25	-
Roman Bret & Cia.	Couros de Marroquins	33	18	8	7	33	-
Pacova & Silva	Metalurgia de ouro e Prata	5	-	-	-	5	-
Fructuoso Luiz da Motta	Galões e Fitas	22	-	5	17	22	-
João Paulo Cordeiro	Rapé	56	3??	4	51	56	-

Estabelecimentos	Ramos	Total	Brasi- leiros	Estran- geiros	“Escri- vos”	Ho- mens	Mulhe- res
Estevão Gassé	Rapé	17	1??	1	16	17	-
Meuron & Cia.	Rapé	24	-	6	18	24	-
Clara Francisca Bernardes	Rapé	11	-	1	10	11	-
João José da Rocha & Sobrinho	Rapé	10	1	1	8	10	1
Joaquim José Pereira Guimarães	Rapé	4	-	-	4	4	-
Lenoir & Paiva	Sabão	60	-	17	43	60	-
Luiz Francisco da Silva	Sabão	20	2	1	17	20	-
Antônio José P. de Carvalho	Sabão	17	2	2	13	17	-
José Pereira de Menezes	Sabão	10	-	3	7	10	-
Luís Manoel Bastos & Cia.	20	-	-	7	13	20	-
Companhia Luz Stearica	Sabão e velas	68	8	32	28	61	-
José Francisco R. da Silva	Sabão e velas	16	2	2	12	16	-
Francisco F. de Castro	Sabão e velas	16	-	10	16	26	-
Manoel Machado Coelho	Sabão e velas	18	1	2	15	18	-
José Jacinto de Lima	Sabão e velas	21	3	10	8	21	-
João Henrique Habbert	Vinagre	8	1	-	7	8	-
Viúva Folco	Vidros	52	-	24	28	52	-
Totais		1.039	153	359	527	988	51

FONTE: Marquês de Paraná. *Proposta e relatório apresentada á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*, Tabella N.º 62: Rio de Janeiro, 1856, p. s/n.º.

Tabela 5. “Manufaturas” do Rio de Janeiro com números conhecidos de operários empregados – 1857

Estabelecimentos	Ramos	Total	Brasileiros		Estrangeiros		“Escravos”	
			Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres
Villas Boas & Cia.	Cerveja	18	-	-	18	-	-	-
Alexandre Bristol	Cordoaria	8	-	-	4	-	4	-
Marco Antônio da Silva Roxo	Cordoaria	9	-	-	6	-	3	-
André Maunier	Chapéus	12	-	-	2	-	9	1
Bernardes & Raythe	Chapéus	58	1	-	45	-	12	-
Braga & Rocha	Chapéus	96	-	-	72	-	24	-
Francisco Antônio da Costa	Chapéus	49	5	9	31	-	4	-
José de Calazans Outeiro	Chapéus	30	8	5	3	-	14	-
José de Carvalho Pinto & Cia.	Chapéus	52	4	-	6	-	40	2
João de Lemos Pinheiro	Chapéus	31	6	5	7	-	12	1
Pierre Desray	Chapéus	9	1	-	2	2	4	-
Roberto Augusto D’Almeida	Chapéus	23	2	3	12	-	5	1
Adam Urbach	Fundição e máquinas	14	10	-	4	-	-	-
João Francisco Miers	Fundição e máquinas	145	39	-	92	-	14	-
Pacova & Silva	Metalurgia de ouro e Prata	5	4	-	-	-	1	-
Companhia de Iluminação	Gás	376	73	-	233	-	70	-
Clara Francisca Bernardes	Rapé	11	-	-	1	-	10	-
Estevão Gassé	Rapé	17	-	-	1	-	16	-
João José da Rocha & Sobrinho	Rapé	7	-	-	1	-	6	-
Joaquim José P. Guimarães	Rapé	4	-	-	-	-	4	-

Estabelecimentos	Ramos	Total	Brasileiros		Estrangeiros		“Escravos”	
			Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres
Napoleão Meuron & Cia.	Rapé	15	-	-	7	-	4	4
Frutuoso Luiz da Motta	Galões e fitas	17	3	-	-	-	14	-
João Henrique Habbert	Vinagre	10	2	-	-	-	8	-
Antônio José P. de Carvalho	Sabão e velas	14	2	-	2	-	10	-
Antônio Ponto de Mesquita	Sabão e velas	16	1	4	3	-	7	1
Companhia Luz Stearica	Sabão e velas	32	1	-	10	-	21	-
José Jacinto de Lima	Sabão e velas	21	3	-	10	-	8	-
Jerônimo J. de Almeida & Cia.	Sabão e velas	12	-	-	9	-	3	-
José Pereira de Menezes	Sabão e velas	10	-	6	-	-	4	-
Lenoir & Filho	Sabão e velas	92	1	-	13	-	73	5
Lopes & Lousada	Sabão e velas	23	4	-	19	-	-	-
Luiz Manoel Bastos & Cia.	Sabão e velas	19	-	-	6	-	13	-
Silva & Ferreira	Sabão e velas	18	-	-	11	-	7	-
Totais		1.290	173	32	632	2	436	15

FONTE: João Maurício Wanderley. *Proposta e relatório apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*, Tabella N.º 68. Rio de Janeiro: 1857, p. s/n.º.

Tabela 6. Empregados do estabelecimento de fundição, máquinas e construção naval de ponta da areia (Niterói) – 1855

Categorias	Classes	Brasileiros	Estrangeiros	“Escravos”	
				Próprios	Alugados
Engenheiros	-	-	1	-	-
Maquinistas	Mestre	-	1	-	-
	Operários	31	35	3	-
Modeladores	Mestre	-	1	-	-
	Operários	3	3	2	-
Moldadores	Mestre	-	1	-	-
	Operários	35	24	22	3
Caldeiros	Mestre	-	1	-	-
	Operários	12	31	22	1
Carpinteiros	Mestre	-	1	-	-
	Operários	25	41	20	30
Calafates	Mestre	-	1	-	-
	Operários	5	4	-	-
Ferreiros	-	1	15	-	4
Feitores	-	-	2	-	-
Enfermeiros	-	-	1	-	-
Serventes	-	-	-	16	7
Escritório e armazém	-	5	1	-	-
Totais	-	117	164	85	45

FONTE: IHGB. *Descrição dos estabelecimentos fabris existentes na Imperial Cidade de Nicttheroy*, Manuscrito. Niterói, 1855, Referência: Lata 514 – Documento 11.

Tabela 7. Empregados dos estabelecimentos industriais do 2.º distrito da Freguesia de Santa Rita, no município do Rio de Janeiro (por ramos industrial) – 1868

Número de estabelecimentos	Ramos	Administração		Operários livres		Operários “escravos”	Total por
		Bras.	Es-trang.	Bras.	Es-trang.		
1	Cerveja	-	3	1	5	-	9
12	Charutos e cigarros	-	-	5	27	5	37
5	Construção naval	1	1	26	43	19	90
5	Fundição e máquinas	8	11	205	343	41	608
2	Refinação e destilação	-	4	-	20	1	25
4	Sabão e velas	-	4	-	8	1	13
2	Serrarias de madeira a vapor	-	4	2	-	6	12
1	Vinagre	-	-	-	1	3	4
32	Totais	9	27	239	447	76	798

FONTE; Joaquim Antão Fernandes LEÃO. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa*, Anexo E. Rio de Janeiro: p. s/n.º.

Tabela 8. População do município neutro, considerada segundo as profissões – 1872

Profissões	Brasileiros	Estrangeiros	“Escravos”	Total
Capitalistas e proprietários	1.492	515	-	2.007
Manufatureiros e fabricantes	233	589	-	822
Comerciantes, guarda-livros e Caixeiros	6.073	17.358	-	23.431
Profissionais liberais	4.210	524	-	4.734
Religiosos	148	116	-	264
Militares	5.323	151	-	5.474
Operários	6.498	9.458	2.135	18.091
Costureiras	7.785	2.423	1.384	11.592
Artistas	4.912	4.018	498	9.428
Lavradores	9.993	1.333	5.695	17.021
Criados e jornaleiros	5.870	14.031	5.785	25.686
Serviços domésticos	20.801	11.368	22.842	55.011
Diversos	7.053	1.551	701	9.305
Sem profissão	72.330	9.877	9.899	92.106
Totais	152.723	73.310	48.939	274.972

FONTE: *Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872: Municipio Neutro*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1876, p. 61.

Tabela 9. Operários do município neutro (Rio de Janeiro) e seus ramos de trabalho – 1872*

Ramos	Brasileiros	Estrangeiros	Escravos	Total
Canteiros, calceteiros, cavouqueiros etc.	243	620	65	928
Metais	1.112	1.599	276	2.987
Madeiras	2.276	2.954	690	5.920
Tecidos	4	10	-	14
Edificações	1.062	1.080	596	2.738
Couros e peles	228	197	54	479
Tinturaria	1	7	-	8
Vestuários	865	1.422	232	2.519
Chapéus	144	320	34	498
Calçados	563	1.249	188	2.000
Totais	6.498	9.458	2.135	18.091

FONTE: *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872: Município Neutro*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1876, p. 61.

* Não fizemos a organização desta tabela segundo a “composição sexual” dos trabalhadores operários pelo fato de que a participação das mulheres neste segmento era ínfima. Apenas, 8 mulheres eram empregadas como operárias: 7 no ramo de “Vestuários” e 1 no ramo de “Chapéus”.

Tabela 10. Número de operários livres nos estabelecimentos do município do Rio de Janeiro que responderam ao questionário da comissão de inquérito industrial, nomeada pelo ministério da fazenda –1882

Ramos industriais	Número de estabelecimentos	Número de operários
Têxteis	10	1.567
Chapéus	9	510
Móveis	24	470
Calçados	6	825
Selins, arreios e malas	12	114
Máquinas e metalurgia	31	946
Totais	92	4.432

FONTE: Fábio A. Carvalho REIS, Alexandre A. R. SATAMINI e Honório A. Baptista FRANCO. *Relatório apresentado à S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial*, Volume I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, pp. 19-30, 78-79 e 112-136.

Referências

- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Documentação relativa às fábricas: 1808-1850.
- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Inventários “post-mortem”.
- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Apelação criminal. 1869.
- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Apelação criminal. 1863.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório da Comissão de Inquérito Industrial*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Descrição dos estabelecimentos fabris existentes na Imperial Cidade de Nictheroy. *Manuscrito*, Niterói, 1855.
- Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.
- LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

- LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.
- LOBO, Roberto Jorge Haddock. *Recenseamento da população da Corte de 1849*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1849.
- O Auxiliador da Industria Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.
- MONTEIRO, Cândido Borges. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1853*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.
- Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872: Municipio Neutro. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1876.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Estatística dos charutos e outros dados economicos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], década de 1860.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luís Felipe. “Prolétaires et esclaves: immigrés portugais et captifs africains à Rio de Janeiro – 1844-1872”. In: *Cahiers du C.R.I.A.R.*, Número 4. Rouen: Publications de l’Université de Rouen, 1984.
- ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX. A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 1980.
- BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatorio apresentado ao Sr. Dr. Joel Ricardo de Sá Rego pelo Presidente e Conselheiro Luiz Antonio Barboza por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província [Rio de Janeiro]*. Niterói, 1855.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem pelo Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

- COELHO, Matheus Sinder N. H. *O nascimento da indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870)*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2003.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.
- DAVEZA, Guilherme. “Política tributária no período imperial”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*, Tomo II, Volume IV. São Paulo: DIFEL, 1975.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Volume I. Primeira Edição em Francês de 1835-1839. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1954, Pranchas 18 e 29.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*, Volume I. Primeira Edição em Inglês de 1856. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*, Volume II. Primeira Edição em Inglês de 1856. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973.
- FAUSTO, Manoel de Oliveira. “Indústria”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Número 1 – Julho de 1854, Coletânea 1854.
- FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, 1857.
- FIÁO, José Antônio do Valle Caldre e. “A substituição dos braços escravos pelos braços livres”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Número 7 – Dezembro de 1849, Coletânea 1849-1850.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- GRAHAM, Maria Dundas. *Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. Primeira Edição em Inglês de 1824. Nova York: Frederick A. Praeger, 1969.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973
- HALLE, Joseph (José) A. A. van. *Impressões de minhas viagens no Brasil*. Primeira Edição em Português. Rio de Janeiro: Veritas – Actualidades, 1876.

- KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Madison: Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Wisconsin, 1972.
- KARASCH, Mary C. *Avida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. “Indústria têxtil: produção doméstica e produção fabril”. In: *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Volume I. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Primeira Edição em Inglês de 1820*. Belo Horizonte – São Paulo: Editora Itatiaia – EDUSP, 1975.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*, Volume I. Primeira Edição em Alemão de 1867. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa*, Anexo. Rio de Janeiro, 1862.
- MONT’ALEGRE, Visconde de. *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, 1850.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense: 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.
- PARANÁ, Marquês de. *Proposta e relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Fazenda*, Tabella N.º 63. Rio de Janeiro, 1856.
- REIS, Fabio A. Carvalho; SATAMINI, Alexandre A. R.; FRANCO, Honório A. Baptista. *Relatorio apresentado á S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial*, Volume I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

- RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais (1808-1850)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*, Volume I. Primeira Edição em Francês de 1859. Belo Horizonte – São Paulo: Editora Itatiaia – EDUSP, 1980.
- SÁ, Josino Marcondes de Oliveira e. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa, Anexo H*. Rio de Janeiro, 1865.
- SANTOS, Silvana Andrade dos. *Tecido pela escravidão: tráfico e indústria na Fábrica Têxtil Todos os Santos (Bahia, c. 1840-1870)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboços ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.
- SOARES, Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860.
- SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 1980.
- SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e nas suas circunvizinhanças (1840-1870)”. In: MAURO, Frédéric (org.). *La préindustrialisation du Brésil. Essais sur une économie en transition (1830-1930-50)*. Paris: Éditions du CNRS, 1984.
- SOARES, Luiz Carlos. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (184-1860)”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: ABPHE – Editora Hucitec, 1996.
- SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, 2007.

- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil, Volume I*. Primeira Edição em Alemão de 1823. São Paulo – Brasília: Editora Melhoramento – INL/MEC, 1976.
- STEIN, Stanley J. *The Brazilian cotton manufactures. Textile enterprise in an underdeveloped area: 1850-1950*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1957.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CAPÍTULO 3

Operários meninos: filhos da Casa pia e Colégio de órfãos de São Joaquim entregues para a Fábrica Todos os Santos (Bahia, c.1840-1860)

Silvana Andrade dos Santos

Em 1845 teve início, na vila de Valença, na Bahia, a construção daquela que seria a maior empresa têxtil do Brasil até a década de 1870, a fábrica Todos os Santos. Constituída após a proibição do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas para o Império, ocorrido em 1831, a instituição esteve, desde o princípio, profundamente ligada às dinâmicas escravistas da sociedade da época.

Naquela conjuntura, o contrabando negreiro gerava grandes lucros para indivíduos dispostos a atuar na ilegalidade, como Antonio Francisco de Lacerda, Antonio Pedrozo de Albuquerque e John Smith Gillmer. Membros da sociedade Lacerda e Cia, proprietária da Todos os Santos até 1860²⁵, eles participaram em

25 Após a dissolução da Sociedade, em 1860 a fábrica passou a pertencer apenas a

diferentes escalas e esferas no tráfico ilegal, e reinvestiram parte dos ganhos obtidos no crime na fundação da fábrica (Santos, 2023).

O negócio deveria parecer promissor. De um lado, a proibição do tráfico transatlântico e, mais tarde, a pressão em torno da abolição do contrabando, levaram à busca por iniciativas que propiciassem a otimização do trabalho escravo e sua concentração na agricultura. Atividades como a fabricação de panos de algodão, utilizados, por exemplo, para roupa da população escravizada e sacaria, muitas vezes realizadas dentro das propriedades, foram direcionadas para fora delas, aumentando a demanda por esses produtos (Soares, 1980, pp. 123-4).

Ao mesmo tempo, a difusão de tecnologias desenvolvidas durante a Revolução Industrial possibilitava a reprodução e implantação de atividades, como fábricas têxteis, em outras regiões do mundo (Hobsbawm, 2014, pp. 65-6). Além disso, a aprovação da tarifa Alves Branco, em 1844, que aumentou impostos sobre manufaturados ingleses, favorecendo de forma indireta a indústria fabril nacional, tornava o cenário interno propício à realização de negócios daquela natureza (Luz, 1978).

Existiam, portanto, capitais, demanda e tecnologia. Contudo, em um contexto de tensionamento em torno da oferta de mão de obra escrava de origem africana, a Todos os Santos teve que enfrentar o desafio do suprimento de trabalhadores e trabalhadoras. Estima-se que no seu auge, na década de 1860, ela chegou a empregar 450 pessoas e, com exceção dos dois primeiros anos de funcionamento, o número de indivíduos nela trabalhando foi sempre superior a 200 (Santos, 2023, p. 265). Portanto, o estabelecimento demandava grande quantidade de mão de obra.

Ligada aos interesses da agricultura escravista, era necessário que a Todos os Santos servisse como suporte ao setor agrícola, através, entre outros, da confecção de produtos para vestir a população escravizada e ensacar mercadorias. Ao mesmo tempo, seria *ideal* que ela não competisse com a agricultura pela mão de obra escrava, empregando a população livre e pobre, considerada

preguiçosa e insubordinada, e uma ameaça à ordem social vigente, pelos grupos abastados²⁶.

Para atender a demanda por mão de obra, a sociedade Lacerda e Cia utilizou múltiplas estratégias de arregimentação de trabalhadores e trabalhadoras, uma das quais consistiu na contratação de jovens provenientes da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim (CPCOSJ). Situada em Salvador, a Casa Pia havia sido criada em 1799 e se dedicava a acolher e educar meninos pobres e/ou órfãos e integrá-los de forma considerada útil à sociedade (Matta, 1996).

Neste capítulo, visamos conhecer aspectos das trajetórias de jovens da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim enviados para trabalhar na fábrica Todos os Santos. Foram utilizadas como fontes, entre outros, termos de entrada referentes a 51 rapazes, bem como fichas de identificação, existentes no Arquivo da CPCOSJ; e relatórios apresentados pela Casa Pia à presidência da província da Bahia.

O texto está organizado em quatro seções: na primeira delas, buscamos apreender os caminhos que levavam meninos à Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, a existência de possíveis vínculos familiares externos à instituição e o processo de admissão na Casa; na segunda, procuramos identificar o tempo de permanência dos jovens e sua rotina na CPCOSJ, bem como elementos da visão de funcionários da Casa a seu respeito; na terceira, abordamos o envio dos jovens para trabalhar como aprendizes na Todos os Santos, e como eles eram vistos pela administração da fábrica. Por fim, analisamos qual papel familiares e responsáveis desempenhavam na escolha do destino dos aprendizes e como era por eles percebido o envio para a fábrica. Com isso, visamos contribuir para os debates a respeito da história do trabalho e do trabalhadores e trabalhadoras na indústria fabril no Brasil no século XIX.

26 Sobre as visões acerca da população livre e liberta na Bahia no século XIX ver Fraga Filho (1996).

Caminhos que levavam à Casa

Caminhos diversos, quase sempre marcados por pobreza ou infortúnio, levavam famílias, responsáveis, conhecidos e até mesmo meninos a baterem às portas da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, situada na freguesia do Pilar, em Salvador, em busca de acolhimento. O ingresso dos jovens na instituição se dava, majoritariamente, através de requerimento de entrada junto à Mesa Administradora. De modo geral, era enviada uma primeira solicitação pela pessoa requerente, na qual eram informados o vínculo com a criança e a razão pela qual sua admissão era solicitada. Em seguida, eram apresentadas certidões – de batismo da criança e/ou de óbito do pai e da mãe, ou de ambos, quando falecido(s). Por fim, incluía-se declarações de testemunhas – juizes de paz, vigários, vizinhos etc. – que atestassem as informações apresentadas a respeito, por exemplo, do local de residência e da situação de pobreza do requerente e/ou da criança.

A Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim admitia meninos em duas modalidades, estudantes internos e externos, sendo eles majoritariamente brancos e pardos. Conforme seus estatutos, deveriam ser admitidos internos com idades entre sete e nove anos, e externos com idades entre sete e doze anos. Apesar disso, não era rara a admissão de crianças menores de sete e maiores de nove anos entre os internos. Nenhum jovem poderia permanecer na instituição depois que completasse 18 anos (Matta, 1996). Os documentos de ingresso fornecem importantes pistas acerca das trajetórias, origens e vínculos daqueles que iriam compor, em larga medida, o quadro de trabalhadores da Todos os Santos.

Quando Francisco Maria Bittencourt, menino pardo, com 13 anos, foi entregue para a Todos os Santos, em 10 de maio de 1846, todo um atlântico já havia passado diante de seus olhos. Francisco era filho de Rosa Maria de Bittencourt (anteriormente, Rosa Maria do Sacramento) e Francisco Maria de Bittencourt.

Sua mãe, mulher parda, de olhos pardos, cabelos pretos, alta, de rosto comprido, era natural da freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão, na Bahia, filha legítima de José Joaquim e Josefa Maria. Enquanto isso, seu pai havia nascido em Lisboa, Portugal, filho legítimo de Manoel Baptista Lisboa e Maria Gertrudes da Conceição (Francisco, 1841).

A família era proveniente da freguesia de Santana de Catu, na vila de São Francisco do Conde, no Recôncavo. Rosa e Francisco, pai, se casaram em 1 de outubro de 1831, na Capela de São Miguel, no Engenho São Miguel de Tereré, tendo como padrinho Manoel José de Araújo Borges, proprietário do engenho, e, como madrinha, Luiza Maria Natividade. Meses mais tarde, em dezembro de 1832, o menino Francisco também seria ali batizado, tendo como padrinho o mesmo Manoel José de Araújo Borges (Francisco, 1841).

No início dos anos 1840, de acordo com informações fornecidas por Rosa, “vivendo na maior penúria, mister lhe fora procurar meios de prover sua subsistência e melhorar sua triste sorte”, por isso, decidiu

acompanhar seu marido para a Cidade de Angola [...]. Sendo-lhe, porém, avessa a fortuna, teve de ser prisioneira dos Cruzadores Ingleses, ao entrar naquele Porto, os quais conduzindo-a com seu marido e filhos para Serra Leoa, ali fizeram que sua pobre família experimentasse todos os rigores daquele clima [...] e para ainda mais agravarem seus males, teve ainda de chorar a morte de seu marido em Cabo Verde [...] e de peregrinar então de porto em porto com quatro filhos, dando à luz ainda outro infeliz, que no ventre lhe ficara; até que a divina providência e caridade cristã a trouxessem com seus filhos para sua pátria [...]. [grifos nossos] (Francisco, 1841).

Trajeto e destino indicam que a família havia viajado ao continente africano em uma embarcação utilizada no contrabando negroiro. Desde 1831, ano de casamento de Francisco e Rosa,

o tráfico transatlântico de africanos e africanas escravizados para o Brasil havia sido totalmente proibido. Porém, traficantes continuavam a atuar naquele que era um dos negócios mais lucrativos da época, e a desembarcar milhares de indivíduos ilegalmente escravizados no litoral brasileiro. Perseguidas pela marinha britânica, embarcações e tripulação suspeitas de envolvimento no tráfico ilegal, apreendidas no litoral do continente africano, eram enviadas para julgamento por comissões mistas em Freetown, Serra Leoa.

Assim, é possível que, na busca por “melhorar sua triste sorte”, os Bittencourt tenham se inserido em alguma medida no infame comércio. Durante o período de ocorrência do tráfico ilegal, traficantes empregaram inúmeras medidas para viabilizar o trânsito de embarcações entre os continentes americano e africano, buscando fazer com que os navios não fossem identificados como negreiros. Uma das estratégias utilizadas consistia em equipar embarcações com passageiros na ida à África, fazendo com que estas tivessem características de um navio que atuava no comércio legal. Embora não se possa descartar que Francisco, pai, atuava no tráfico, uma vez que toda a família, inclusive a mulher grávida, embarcou rumo à África, parece mais plausível que eles estivessem na embarcação como passageiros.

Diante de tantos embaraços, a melhora de vida esperada pela família, efetivamente, não se concretizou. Em 1841, com 23 anos, viúva e com cinco filhos – todos menores, um deles recém-nascido – “desvalida” e “desamparada”, Rosa requereu a entrada dos dois rebentos mais velhos na Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, sendo um deles, Francisco, admitido (Francisco, 1841). Outro filho, Manoel Baptista Lisboa Bittencourt seria admitido no ano seguinte (Manoel, 1842a). Relações de compadrio estabelecidas com Manoel José de Araújo Borges devem ter influenciado na admissão de Francisco e Manoel. Entre outras coisas, Araújo Borges era coronel da guarda nacional, membro da notável Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia e um dos filantropos da Casa Pia (Matta, 1996, p. 78; Araújo, 2010, p. 325).

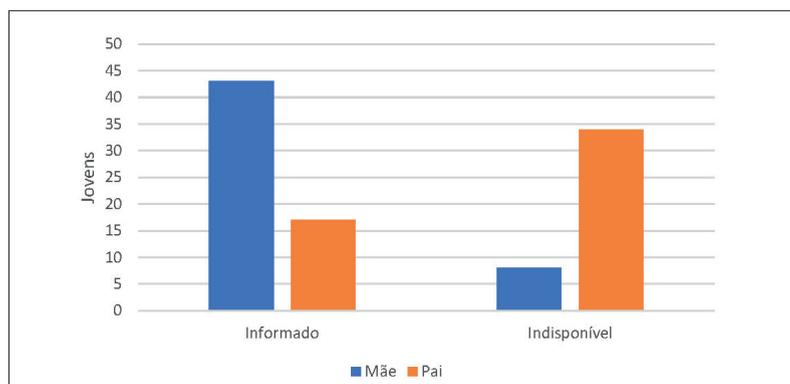
Pelos parâmetros da época, eram consideradas órfãs crianças cujo pai ou mãe (ou ambos) tivessem falecido, bem como filhos naturais (isto é, filhos nascidos fora de casamento oficialmente realizado) cuja mãe, pai ou ambos fossem desconhecidos (Meznar, 1994). O amplo uso da categoria órfão nos documentos referentes aos meninos que ingressaram na Casa Pia pode fazer com que passem despercebidos seus possíveis vínculos com a sociedade. Estes vínculos não devem ser negligenciados. Como no caso de Francisco e de Manoel, crianças admitidas pela instituição poderiam possuir alguma relação de parentesco conhecida. Assim como Rosa, essas pessoas eram responsáveis por requerer a entrada de meninos na Casa e, como veremos, também por reivindicar seus direitos em situações consideradas arbitrárias.

Entre os 51 jovens que compõem a amostra em análise, 43 (84,3%) tiveram o nome da mãe informado no processo de entrada na Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, e em oito casos (15,7%) o nome da mãe está indisponível. Quando se observa os dados relativos à paternidade, o quadro se inverte. Na maior parte dos casos, 34 jovens ou 66,7%, o nome do pai está indisponível, enquanto 17 (33,3%) tiveram o nome do pai informado em seu ingresso (Termo, 1828-1866). Isto é, a maioria dos jovens enviados da CPCOSJ para a fábrica Todos os Santos tinha mãe conhecida e pai desconhecido (Gráfico 1).

Ao cruzar informações relativas à paternidade e maternidade, constata-se que oito jovens (15,7%) não tiveram o nome da mãe e do pai informados. Esse número coincide com aquele encontrado para as informações relativas às genitoras. Ou seja, todos os meninos que não tiveram o nome da mãe informado também não tiveram o nome do pai informado, o que evidencia a importância do vínculo materno dentro do conjunto que viria compor o quadro de trabalhadores da Todos os Santos. Do grupo de jovens sem nome da mãe e do pai informado, quatro haviam sido expostos e foram encaminhados pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador: Sabino Borges de Mattos, José Mattos e Aguiar, Paulo Canuto de Aguiar e Jacinto Silvano de Mattos (Termo, 1828-1866).

Sabino, menino pardo, havia sido deixado na roda de expostos da Santa Casa em 9 de junho de 1837, com “quatro para cinco anos”. Era comum que crianças naquela situação fossem entregues para serem criadas por alguma família, enquanto pequenas, mas não há registro de onde ou com quem ele passou os primeiros anos de vida. Três anos mais tarde, em 13 de setembro de 1840, quando tinha sete para oito anos, Sabino foi enviado pela mesa administradora da Santa Casa, com outras duas crianças, para a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, sendo admitido no dia 21 de setembro de 1840. Sabino permaneceu na Casa Pia por pouco mais de sete anos, e em 26 de novembro de 1847 “saiu para a fábrica de algodão de Valença” (Sabino, 1840; Termo, 1828-1866).

Gráfico 1. Informações sobre pai e mãe de jovens enviados para a fábrica Todos os Santos (1845-1866)



Elaboração própria

FONTE: Termo, 1828-1866.

Dos quatro demais, embora não se tenha informações acerca do nome do pai e da mãe de José Filippe da Rocha Doria e de Julião João de Sant’Anna, há informação de que a mãe e o pai de Julião, bem como a mãe de José Filippe, estavam mortos. José Filippe também teve passagem pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador antes de ingressar na Casa Pia. O menino teria dado

entrada no Hospital da Santa Casa com três anos, com uma fratura na coxa. Durante o período em que se recuperava, sua mãe, de nome indisponível, faleceu. Consta que ele passou, então, a ser cuidado por uma das enfermeiras do Hospital, Joanna Maria da Rocha Dória, que “se encarregou caridosamente de sua criação e tratamento” (José, 1843).

Há indícios de que outra mulher, Rosa Maria da Encarnação, “solteira, honesta, de ótima conduta, maior de 50 anos de idade”, “abastada, não só pelo que possui, mas até por que ainda tem de haver de herança”, também participou da criação de José Felipe. Não se pode identificar qual o vínculo entre Rosa e Joanna, ou ainda a possível existência de uma relação de parentesco de uma delas, ou de ambas, com o menino. Quando José Felipe completou sete anos “idade de ser educado”, Joanna Maria requereu seu ingresso na Casa Pia, sendo o menino admitido em 28 de março de 1843. Ele permaneceu na instituição por pouco mais de sete anos, e em 1 de maio de 1850 “foi entregue [...] a Lacerda para a fábrica de tecidos de Valença” (Termo, 1826-1866; José, 1843).

Já no caso de Julião João, o Termo de Entrada menciona que entrou na Casa Pia “a requerimento seu” (Termo, 1828-1866). Sua solicitação de admissão não foi localizada, mas um caso semelhante de ingresso a pedido da criança, o de Cassiano da Costa, fornece indícios de como o processo ocorria nestes casos. Cassiano, menino pardo, nasceu em 16 de julho de 1835, filho “natural” de Maria Luiza, “crioula forra solteira”, moradora da freguesia do Santíssimo Sacramento e Sant’Anna, em Salvador. Batizado em 20 de dezembro do mesmo ano, ele teve como padrinho Francisco Ribeiro da Cunha, solteiro, morador da mesma freguesia. Em setembro de 1843, quando Cassiano contava com oito anos, Maria Luiza, “maior de quarenta anos”, faleceu, sendo sepultada no cemitério da Igreja matriz da freguesia onde morava (Cassiano, 1846).

Órfão de pai e de mãe “desgraçado e totalmente desamparado”, ainda em 1843, Cassiano requereu à Mesa Administradora que fosse admitido na Casa Pia e Colégio de

Órfãos de São Joaquim. Ainda que o pedido tenha sido feito, em tese, pela própria criança, a letra contida na carta de solicitação se assemelha àquela com a qual foram redigidas as cópias das certidões de batismo de Cassiano e de falecimento de Maria Luiza, o que sugere que o vigário da freguesia, Manoel Coelho de Sampayo e Menezes, participou ativamente do processo. Cassiano foi admitido na Casa em 10 de agosto de 1844, com nove anos e enviado para a fábrica Todos os Santos em 1 de outubro de 1848, com 13 anos (Cassiano, 1846; Termo, 1828-1866).

Os outros dois jovens que não tiveram qualquer informação acerca do pai e da mãe disponibilizada foram João Nepomuceno e Octavio Tourinho, dois meninos brancos (Termo, 1828-1866). Não se localizou o requerimento de entrada de João Nepomuceno na Casa Pia, e o nome de seus genitores estão indisponíveis no termo de entrada. Do passado de Octavio Tourinho, nada se sabe. Quem eram seus genitores, se estavam vivos ou não... Enquanto muitas mães e responsáveis tinham que apresentar inúmeras certidões, emitidas por autoridades locais, para comprovar a situação de pobreza e/ou orfandade da criança, entre outros documentos, a ficha de ingresso de Octavio, admitido com seu irmão – presumivelmente gêmeo, Horácio – consta de uma página, datada de 29 de maio de 1838, com duas linhas escritas. Nelas se requisitava ao Reitor da Casa a admissão das crianças “que os manda o Excelentíssimo Presidente da Província da Bahia”, Tomás Xavier Garcia de Almeida (Octavio, 1838). Isso sugere que Octavio, com seu irmão Horácio, era proveniente de uma família pouco recursos, mas com contatos importantes, ou, mais provavelmente, prole indesejada de uma família abastada.

O fato de que o nome da mãe e/ou do pai tenha sido informado, não implica, necessariamente, que ela e/ou ele estivesse vivo ou fizesse parte da vida do jovem. Sabe-se, por exemplo, que Gil Alves dos Santos, branco, nascido em 14 de maio de 1835, era filho “natural” de Placido Alvares dos Santos e Maria Gomes da Natividade, solteiros. O menino havia sido batizado no dia 31 do mesmo mês e ano, na freguesia de São Pedro, em Salvador, tendo como padrinho José Antonio Rodrigues Calhao, casado (Gil, 1843).

Embora o nome do pai e da mãe tenham sido informados, Plácido havia falecido “de morte repentina” em 4 de setembro de 1839, sendo sepultado na capela de Nossa Senhora dos Afritos, filial da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, e não foram localizadas informações a respeito da mãe de Gil. Em virtude do falecimento do pai, o menino passou a ser criado pelos avós paternos, João Alves dos Santos, segundo tenente do exército, e Balbina Luisa das Virgens. Balbina faleceu em 3 de fevereiro de 1842 e Gil, provavelmente, ficou sob cuidados do avô. Quando o menino estava por completar oito anos, seu avô, idoso, surdo e viúvo, requereu sua admissão entre os “filhos” da Casa Pia. Gil ingressou na Casa em 19 de março de 1843, permaneceu na instituição por pouco mais de cinco anos, e em 1 de outubro de 1848, prestes a completar 13 anos, foi enviado para a fábrica (Gil, 1843; Termo, 1828-1866).

Da mesma forma, Francisco Maria Bittencourt e Manoel Baptista Lisboa Bittencourt, acima mencionados, tiveram o nome do pai informado no processo de ingresso na Casa Pia. Contudo, seu pai, o português Francisco Maria de Bittencourt, havia falecido. Por outro lado, embora os nomes do pai e da mãe de Julião João de Sant’Anna não tenham sido informados, se sabe que seus genitores estavam mortos. Assim, realizamos uma nova classificação buscando identificar mais detalhes acerca da situação materna e paterna de jovens enviados para a Todos os Santos. Com base nas informações encontradas, elaboramos cinco critérios de classificação da situação:

1) *Informado*: quando o nome do pai ou da mãe foi informado, mas não há detalhamento da sua condição;

2) *Viúva/viúvo*: quando há informação explícita de que a pessoa era viúva;

3) *Solteira/solteira*: quando a fonte se refere à pessoa como tal. Em alguns casos, pode indicar viúva/o ou membro de casal que não havia contraído matrimônio;

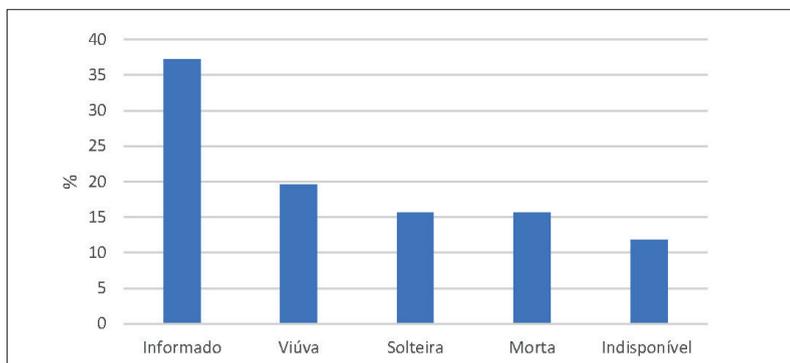
4) *Mortalo*: quando há informação explícita de que a pessoa estava morta, ainda que seu nome esteja indisponível;

5) *Indisponível*: quando não há qualquer informação a respeito do genitor ou genitora.

Organizando os dados disponíveis para maternidade segundo estas categorias, obtém-se o seguinte cenário: 19 jovens (37,2%) tiveram o nome da mãe informado; 10 (19,6%) eram filhos de viúvas; oito (15,7%) eram filhos de mães “solteiras”; oito (15,7%) tinham a mãe morta, sendo que destes, em dois casos, o nome da mãe está indisponível; e em seis casos (11,8%) o nome da mãe está indisponível e não há qualquer referência sobre sua situação (Gráfico 2). Considerando-se as três primeiras categorias (nome da mãe informado, mãe viúva e mãe solteira), reforça-se o dado de que jovens enviados para a fábrica Todos os Santos tinham, majoritariamente (72,5%), mães conhecidas as quais estavam vivas, enquanto 27,5% (14 jovens) tinham mãe indisponível ou morta, o que caracterizava uma condição de orfandade pela via materna.

No que tange à paternidade, tem-se o seguinte cenário: em 33 casos (64,7%) não foram disponibilizadas quaisquer informações acerca do pai; 16 jovens (31,4%) tinham pai morto, sendo que destes, em 15 casos a paternidade foi informada e em um caso a paternidade era desconhecida; um (1,9%) era filho de pai viúvo e um (1,9%) teve a paternidade informada, mas não há mais detalhes a respeito (Gráfico 3). Uma vez que a mãe foi considerada “solteira” e o filho “natural”, o pai poderia estar tanto morto quanto vivo. No total, dos 51 jovens enviados para a fábrica Todos os Santos que compõem a amostra analisada, 49 (96,1%) eram órfãos de pai, e apenas (1,9%) tinha pai vivo e presente. Se tratavam de Manoel Ignácio Nunes e seu pai, Silvestre Nunes.

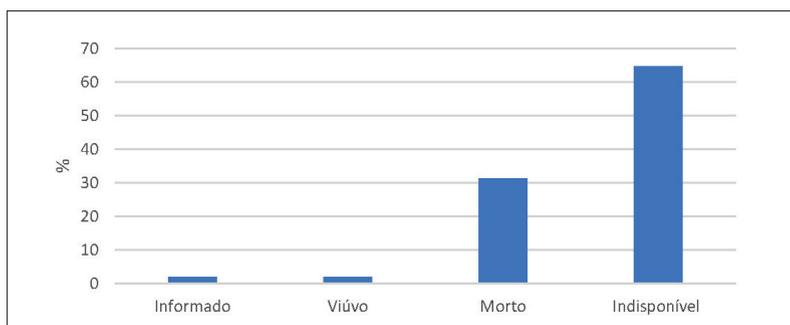
Gráfico 2. Situação materna jovens enviados para a fábrica Todos os Santos (1845-1866)



Elaboração própria

FONTE: Termo, 1828-1866.

Gráfico 3. Situação paterna de jovens enviados para a fábrica Todos os Santos (1845-1866)



Elaboração própria

FONTE: Termo, 1828-1866.

Manoel Ignácio, menino branco, filho legítimo de Silvestre e Maria do Carmo, moradores da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus do Boqueirão, na vila de São Francisco, comarca e cidade de Santo Amaro, nasceu em 21 de setembro de 1835. Em 11 de janeiro de 1836, Manoel foi batizado no

oratório do Engenho Velho, tendo como padrinho Simbusto Felipe Cazimiro, casado e dono da propriedade, e como padrinho de consagração Boaventura José da Veiga, solteiro. Com menos de dois anos de vida, Manoel perdeu sua mãe, falecida em junho de 1837, “de doença interna”, e sepultada na Igreja Matriz da freguesia no dia 27 daquele mês e ano. Uma vez que seu pai ficou viúvo, era “muito pobre, e onerado de outros muitos filhos”, Manoel passou a ser criado por Maria Rosa de Jesus, também moradora da Madre de Deus do Boqueirão (Manoel, 1842b).

Em 7 de agosto de 1842, Manoel estava prestes a completar 7 anos, idade mínima de admissão na Casa Pia conforme os estatutos, e Silvestre requereu junto à Mesa Administradora a entrada do filho na instituição. Situação rara, este foi o único caso na amostra analisada no qual o pai solicitou o ingresso da criança na CPSO-CJ. A admissão de Manoel Ignácio ocorreu em 23 de setembro de 1842, dois dias depois do seu aniversário. Ele permaneceu na instituição por pouco mais de sete anos, e em 19 de novembro de 1849 “foi entregue [...] a Lacerda e Cia para a fábrica de tecidos em Valença” (Manoel, 1842b; Termo, 1828-1866).

Ao solicitar o ingresso de um menino na Casa Pia, mães, familiares, e responsáveis tinham expectativa de que a formação ofertada pelo estabelecimento, possibilitasse às crianças uma melhoria na condição de vida. Fica expresso nos requerimentos o reconhecimento do papel da instituição na educação de meninos brancos e pardos, livres e pobres. É comum nestes documentos a menção de que a criança era “crescida” e “necessitava de educação”. Cabe indagar, então, por quanto tempo os meninos permaneceram na Casa Pia antes do envio para a fábrica Todos os Santos, como era sua rotina dentro da CPCOSJ e qual a visão dos funcionários da instituição a seu respeito.

Portas adentro

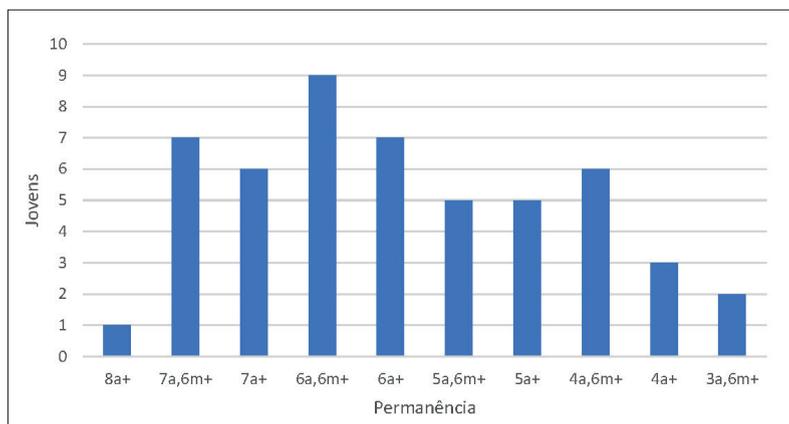
A Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim tinha como objetivo dar instrução educacional, moral e para o trabalho para meninos. Ao longo do século XIX, seu programa de ensino abrangia atividades tanto teóricas quanto práticas, voltadas para o aprendizado de um ofício. Em linhas gerais, o programa teórico compreendeu a aprendizagem de Letras, Gramática Portuguesa e Latina, Desenho e Música. Alguns meninos também puderam cursar, de forma menos contínua, aulas de Ginástica²⁷. Além do ensino, na instituição os meninos estavam submetidos a um rígido e hierárquico sistema moral e organizacional, que tinha como objetivo garantir a disciplina e a higiene (física e mental) dos jovens e envolvia, entre outras coisas, divisão em grupos e o cumprimento de obrigações diárias. Práticas consideradas inapropriadas ou desordeiras estavam sujeitas a um conjunto de castigos e punições que variava, conforme a gravidade, desde a diminuição da comida até a ida à solitária – penas de violência física, tais como açoites e palmadas eram proibidas (Matta, 1996).

O período previsto para conclusão do curso teórico era de quatro anos, embora, o tempo de permanência costumasse ser mais longo (Matta, 1996). Tomando como base a data de entrada na Casa Pia e a data de saída para a Todos os Santos, estimamos o tempo de permanência naquela instituição dos 51 jovens

27 O programa de estudos em vigor na Casa Pia era mais amplo e estava dividido em duas partes. A primeira, compreendia, nos três primeiros anos: ensinamentos da doutrina cristã e para “urbanidade”; leitura e escrita da língua portuguesa; e operações matemáticas básicas. No quarto ano, gramática e língua portuguesa; e no quinto, gramática e língua francesa ou inglesa. A segunda parte contemplava: operações matemáticas mais complexas, como aritmética, geometria, álgebra e equações de segundo grau; desenho de figura e arquitetura; elementos de comércio e escrituração mercantil; princípios gerais de história natural e química, voltados para à agricultura. No entanto, conforme Alfredo Matta, entre 1831 e 1863 foram aplicados apenas os componentes: primeiras letras, gramática portuguesa, gramática latina, desenho e música, e, em alguns anos, ginástica (Matta, 1996, p. 125; 132).

que compõem a amostra em análise. O período oscilou de modo significativo, em virtude disso, optamos por organizar as informações semestralmente (Gráfico 4).

Gráfico 4. Tempo de permanência na Casa Pia de jovens enviados para a Todos os Santos*



* a = anos; m = meses.

Elaboração própria

FONTE: Termo, 1828-1866.

A maioria dos jovens (40 ou 78,4%) permaneceu por cinco anos ou mais na Casa Pia antes de serem enviados para a Todos os Santos. Mais da metade do total (29 ou 56,9%) havia ficado na Casa por um período de entre seis e sete anos completos. O intervalo mais comum, vivido por nove jovens (17,6%), girou em torno de seis anos e meio. Comparando os dados levantados referentes aos aprendizes enviados para a Todos os Santos com os identificados com Alfredo Matta para o total de meninos acolhidos pela Casa, constata-se que aqueles não representaram uma exceção. Conforme o autor, embora o tempo de permanência dos jovens na instituição tenha variado ao longo das décadas, ele foi em geral em torno de cinco a seis anos (Matta, 1996, pp. 88-89).

Como acima mencionado, entre as atividades realizadas na Casa durante a permanência estavam as aulas de Desenho e de Letras. Dois relatórios enviados à presidência da província no ano de 1848 referentes a estas matérias apresentam impressões, provavelmente dos professores das classes, a respeito dos estudantes, alguns dos quais viriam compor o quadro de mão de obra da Todos dos Santos. Essas impressões possibilitam mapear elementos das visões de funcionários da Casa Pia acerca de jovens que seriam enviados para a fábrica e, por conseguinte, se houve ou não uma preferência por determinado perfil de aprendizes entregues para o trabalho na Todos os Santos.

No total, 24 jovens aparecem listados como alunos da aula de Desenho de 1848. A maior parte deles (10 ou 41,67%) estava cursando o segundo ano da classe²⁸, oito (33,33%) estavam na terceira classe e seis (25%) na primeira. Dentre os 24 rapazes, 14 (58,33%) compõem a amostra em análise, isto é, foram enviados como aprendizes para a Todos os Santos. Destes 14, cinco seguiram para a fábrica naquele mesmo ano, enquanto os demais foram enviados nos anos seguintes, quando, provavelmente, haviam progredido no curso. Nenhum dos jovens que estava no primeiro do curso de desenho compõem a amostra dos jovens enviados para a fábrica em 1848 (Matta, 1848; Termo, 1828-1866). Isso, provavelmente, se deve ao fato de que eles se encontravam no início de sua formação na matéria.

Em linhas gerais, os estudantes foram avaliados quanto àquilo que se considerava ser sua aplicação, desenvolvimento e aptidão no curso. Os 14 jovens que seriam enviados para a fábrica Todos os Santos foram lidos como tendo características diversas pelo responsável pela elaboração do relatório, e possivelmente professor da classe de 1848, Olympio Pereira da Matta. Então

28 Não há especificação se o número de classes cursadas dizia respeito ao número de aulas cursadas ou a um período (ano ou semestre, por exemplo). Há indícios de que se tratavam de períodos. Consta, por exemplo, que Leoncio Amando havia ingressado na aula em 17 de setembro de 1846 e estava em sua terceira classe em 1848, sendo presumível, deste modo, que ele cursou sua primeira e segunda classes, respectivamente, nos anos de 1846 e 1847.

cursando a terceira classe de Desenho, Julião Mártir de Castro, menino pardo, 13 anos, foi considerado como alguém aplicado, com “grande inteligência e aptidão”. Enquanto isso, os gêmeos Leoncio e Vicente Amando Ferreira Marques, brancos, 14 anos, também na terceira classe, foram considerados como aplicados, mas pouco aptos. Julião seria enviado para a fábrica em abril de 1848, Leoncio e Vicente permaneceram por mais um ano na Casa, seguindo para a Todos os Santos em outubro de 1849 (Matta, 1848; Termo, 1828-1866).

As características com que Leoncio e Vicente foram descritos e avaliados em 1848 podem não representar a situação na qual eles se encontravam quando foram entregues à fábrica. No curso de mais um ano dentro da Casa Pia, as leituras a seu respeito podem ter mudado. Neste sentido, optamos por centrar a análise nos cinco jovens que cursaram a aula de Desenho e seguiram para a fábrica em 1848. Embora pequena, esta amostra pode fornecer indícios mais precisos das possíveis características valorizadas nos futuros trabalhadores.

Três dos cinco jovens receberam ao menos uma descrição que colocava em destaque sua aplicação, aptidão ou desenvolvimento: Manuel Paulino Alves (2.^a classe), descrito como alguém, apto e “muito aplicado”; Julião Mártir de Castro (3.^a classe), acima mencionado, visto como aplicado com “grande inteligência e aptidão”; e Manuel Leite Ribeiro (3.^a classe), considerado como alguém que vinha tendo “muito desenvolvimento, e mais promete”²⁹. Henrique Bouchet (3.^a classe), por seu turno, foi avaliado como alguém aplicado, que vinha se desenvolvendo. Já Leopoldino José da Silva (2.^a classe), embora promettesse se desenvolver, foi considerado bem pouco aplicado (Matta, 1848). Neste sentido, há indícios de que houve preferência por meninos melhor avaliados ou com boas avaliações, embora, tenha havido, em menor grau, envio de jovens com avaliações regulares, como Leopoldino.

29 Grifos da autora.

Quanto às aulas de Letras, eram cursadas por 77 jovens. Com mais estudantes, a turma era também mais heterogênea. Havia desde estudantes com oito ou nove anos, cursando sua primeira ou terceira classe, a estudantes com 13 ou 14 anos, cursando sua sétima ou oitava classe. Assim como no caso da aula de desenho, avaliações registradas acerca dos estudantes fornecem indícios de como era a visão, provavelmente do professor da turma, a seu respeito. Há observações registradas em 26 casos, em 25 deles, as informações são de caráter negativo. Comentários sobre aplicação, desenvolvimento e o que poderíamos chamar de moral, variaram desde “pouco aplicado” e “pouco desenvolvimento”, até “vadio”, “muito vadio”, “não dá esperança alguma” e “doentio”, revelando uma visão pejorativa em relação a estudantes que, possivelmente, tinham comportamentos diferentes daqueles considerados adequados pela Casa.

Em apenas um caso, o de Julião Mártir de Castro, enviado para a fábrica naquele mesmo ano, ressalta-se as qualidades do estudante. Não há registro de quantas classes havia cursado, mas sabemos que ele ingressou na Casa Pia em 18 de abril de 1848 e estava na instituição há quase sete anos. Consta uma observação de que ele “acha-se pronto há dois anos ajudando ao professor, e nesse tempo aprendeu francês e a geografia, tem muito desenvolvimento e propensão para as letras além de ótima conduta”. Vale recordar que Julião Mártir já havia sido alvo de comentários positivos no curso de Desenho, sendo considerado como alguém com grande inteligência e aptidão. Nos demais 51 casos, não há registro de observações, o que leva a crer que estes estudantes tinham comportamento e desenvolvimento dentro do esperado.

Assim como no caso da aula de Desenho, focamos nos jovens enviados para a fábrica no ano de 1848, levando em consideração que a visão acerca daqueles entregues nos anos seguintes pode ter mudado ao longo do tempo. Todos os 10 rapazes entregues para a Todos os Santos em 1848 que compõem a amostra em análise assistiram à aula de Letras naquele ano. Todos eles haviam frequentado, pelo menos, quatro classes: Gil Alves frequentou quatro; Cassiano da Costa, cinco; e Thimoteo Manuel,

seis. A maioria (60%) cursou oito classes. Como acima mencionado, não podemos precisar quantas classes foram cursadas por Julião Mártir, no entanto, sabe-se que era visto como alguém qualificado.

Nota-se que houve uma preponderância de jovens que haviam cumprido maior número de classe e que, provavelmente, dominavam habilidades elementares relacionadas às Letras, como saber ler e escrever. Essa era uma qualidade rara para época, quando o acesso à alfabetização era extremamente restrito. O envio de jovens que cursaram um grande número de classes deveria convergir com os regulamentos da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim. A formação para o trabalho representava a segunda etapa da educação e era cumprida quando os jovens tivessem concluído a primeira etapa (teórica) de formação e fossem considerados aptos pela Mesa Diretora.

Cinco dos 10 jovens foram descritos como sendo pouco aplicados, um deles como vadio, no caso de três jovens não há observações o que, como mencionado acima, sugere que eles tinham desempenho e desenvolvimento considerado dentro do esperado. O último caso era o de Julião. Assim, há indícios de que não houve preocupação com relação a aplicação dos estudantes às Letras, embora, não se possa ignorar que um dos estudantes de maior destaque nas classes de 1848 foi enviado para a fábrica. Nos indagamos quais funções teriam sido desempenhadas por Julião na Todos os Santos. Suas habilidades teriam sido aproveitadas nas atividades do complexo? Quiçá tenha colaborado nas aulas que os estudantes deveriam frequentar ao final do expediente.

Os cinco jovens que frequentavam a aula de Desenho também atendiam às aulas de Letras. Como acima mencionado, Julião Mártir era visto como tendo bom desempenho em ambos os cursos. Manuel Paulino e Manoel Leite Ribeiro, elogiados no curso de Desenho por sua aptidão e desenvolvimento, respectivamente, não receberam observações no curso de Letras, o que sugere que eles tiveram desempenho e desenvolvimento dentro do esperado. Os comentários tecidos acerca de Henrique Bou-

chet e Leopoldino José de Souza divergem entre si. Considerado aplicado e em desenvolvimento no curso de Desenho, Henrique era visto como pouco aplicado nas Letras. Já Leopoldino José da Silva, considerado bem pouco aplicado em Desenho, não recebeu observações quanto ao curso de Letras. Nesse caso, as observações divergentes podem apontar para uma preferência dos meninos por uma ou outra área, o que poderia refletir no seu desempenho e desenvolvimento e, por conseguinte, na forma como eles eram vistos e avaliados.

Além da formação que aqui chamamos de teórica, a Casa Pia também tinha como objetivo oferecer uma formação para o trabalho para os meninos por ela admitidos. Contudo, entre as décadas de 1830 e 1870 a instituição não contou com oficinas próprias nas quais eles pudessem realizar sua formação prática. Tentativas de implementá-las no período foram pouco duradouras, visto que sua existência tornava a permanência dos jovens na instituição mais extensa, reduzindo a capacidade da Casa de receber novas crianças. Desta forma, os meninos iniciavam sua instrução educacional e moral na CPCOSJ e, posteriormente, eram encaminhados a mestres ou instituições, públicas ou privadas, como a fábrica Todos os Santos, para, em tese, realizar sua formação profissional. Isso fazia com que o tempo e o custo de permanência dos jovens na Casa Pia fossem menores, aumentando a capacidade de admissão de crianças pelo estabelecimento (Matta, 1996). Neste sentido, após um período de estadia na instituição, que, como vimos, costumava ser superior a cinco anos, eles eram enviados como aprendizes para órgãos públicos, como o Arsenal da Marinha, empresas, públicas ou particulares, como a fábrica Todos os Santos, para concluir sua formação.

“Saiu para aprendiz da fábrica de algodão”

Entre 1845 e 1869, foram admitidos, pelo menos, 100 jovens provenientes da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São

Joaquim na Todos os Santos. Este número representou 86,2% do total de enviados daquela instituição para fábricas no período (Matta, 1996, p. 180), o que indica que o consórcio era visto como vantajoso para ambas instituições.

Uma vez que, em tese, os meninos eram entregues para mestres para concluir sua formação e aprender um ofício, por um período, geralmente de cinco de anos, eles não recebiam pagamento pelos trabalhos realizados. No caso da Todos os Santos, sabe-se que estava obrigada apenas a vestir, alimentar, abrigar e cuidar dos jovens em caso de adoecimento (Matta, 1996). Neste sentido, se, por um lado, a Casa Pia via em indivíduos e instituições, como a Todos os Santos, uma forma de concluir a formação dos meninos por ela acolhidos, reduzindo custos e ampliando sua capacidade de atuação, por outro, indivíduos como os membros da sociedade Lacerda e Cia deveriam ver na Casa uma fonte de suprimento de mão de obra relativamente qualificada, disciplinada e barata.

Um documento referente a 1865 fornece indícios de como se dava o processo de admissão de jovens e de como era a visão da administração fábrica a seu respeito. Naquele ano, Antonio Pedrozo de Albuquerque, então proprietário individual da Todos os Santos, manifestou à Mesa Administradora da Casa Pia a disponibilidade de admitir “alguns operários meninos” na fábrica (Albuquerque, 1865). O emprego do termo “operários meninos” indica que a visão da administração da fábrica sobre os jovens era de que estes eram trabalhadores, e não aprendizes.

O documento supramencionado solicitava, nominalmente, o envio de seis jovens: Frederico Lins, José de Almeida Sebrão, Ventura José Pinto, Francisco Feliciano Alvarez, Tranquilino José Alves e Pedro Gonçalves da Silva. Há informações de que foram remetidos para a fábrica, em 12 de janeiro de 1866, pelo menos, oito jovens, sendo eles, Manoel Felipe de Sant’Anna, Frederico Lins, Ventura José Pinto, Francisco Feliciano Alves, Tranquilino José Alves, José Cristóvão de Carvalho, Jacinto Silvano de Mattos e José Epifanio dos Reis (Albuquerque, 1865). Não se sabe por qual razão José de Almeida Sebrão e Pedro Gonçalves da Sil-

va não foram enviados. Como se deu a escolha daqueles jovens e se houve indicação por parte dos membros da Mesa são questões que também permanecem em aberto.

Diversos critérios podem ter sido utilizados pela Mesa Administradora da Casa Pia para decidir sobre o local para onde os jovens seriam destinados. Conforme Alfredo Matta, eram levados em consideração, por exemplo, aptidão e interesse dos meninos, comportamento e desenvolvimento nos estudos, influência de um familiar importante e cor (Matta, 1996, p. 57). As informações levantadas a partir do relatório da aula de Desenho de 1848 sugere que houve indicação da Casa, preferência da fábrica, ou ambos, por estudantes que tinham bom desempenho na área, talvez por considerar que isso favoreceria o trabalho com máquinas no complexo da Todos os Santos. Por outro lado, o bom rendimento no campo das Letras não parece ter sido tão valorizado. Como veremos, da mesma forma, também não há indícios que tenha havido um padrão no que à cor dos aprendizes ou inge-rência da família na escolha da fábrica como seu local de destino. As fontes sugerem que pesavam principalmente sobre a decisão interesses da própria Casa e sua visão a respeito do estabelecimento ou indivíduo que receberia os jovens, o qual deveria ser considerado respeitável e convergir com seus parâmetros morais (Matta, 1848; Mappa, 1848; Costa, 1850; Vasconcellos, 1852).

A despeito do envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico ilegal, Antonio Francisco de Lacerda, Antonio Pedrozo de Albuquerque e John Smith Gillmer gozavam de muito prestígio na Bahia oitocentista. Eram alguns dos principais negociantes, tinham inserção nos setores mais altos da política e da sociedade e participaram ativamente de iniciativas de caráter filantrópico na província (Santos, 2023). Suas redes se estendiam à própria Casa Pia e Colégio de Órfãos, uma vez que, na década de 1840, entre os membros da Mesa Administradora da instituição estava Manuel Belens de Lima, o qual era ligado a Antonio Francisco de Lacerda pela atuação destacada que ambos tiveram na Associação Comercial da Bahia no período (Santos, 2023; Matta, 1996). Reunidos na empresa Lacerda e Cia, Lacerda, Pedrozo

e Gillmer não devem ter encontrado grandes empecilhos para credenciar a fábrica como um dos destinos dos aprendizes.

Dos 100 “operários meninos” admitidos na Todos os Santos de 1845 a 1869, 70 foram enviados entre 1845 e 1849; 17 entre os anos de 1850 e 1854; cinco, de 1855 a 1859; e oito, de 1865 a 1869 (Matta, 1996, p. 179). O quinquênio 1845 a 1849 corresponde ao período de edificação e primeiros anos de funcionamento da fábrica, quando, seguramente, houve grande demanda por trabalho para compor o quadro inicial de mão de obra do estabelecimento. Levas menores nos quinquênios seguintes podem indicar, por exemplo, período de diminuição da demanda fábrica por mão de obra ou de redução da oferta de aprendizes por parte da Casa Pia, podem significar ainda que a sociedade Lacerda e Cia passou a empregar outras estratégias de recrutamento de trabalhadores e trabalhadoras

Na amostra em análise, se verifica 11 fluxos de envio de aprendizes, sendo o primeiro deles ocorrido em 10 de maio de 1846 e o último em 12 de janeiro de 1866 (Quadro 1). Vale dizer que os dados referentes à quantidade de aprendizes entregues em cada uma das partidas apresentadas no quadro representam apenas uma parcela do total. Como acima mencionado, há indícios de que na remessa de 12 de janeiro de 1866 foram enviadas 8 pessoas para a fábrica (Ficha, 1862).

Jovens eram remetidos para a fábrica em grupos. O traslado era realizado, provavelmente, por navegação. A partir de 1847, eles deveriam seguir para Valença em embarcações à vapor, em viagem com duração estimada em 5 horas. Desde aquele ano, a recém-fundada Companhia Bonfim, que tinha como um dos sócios Antonio Francisco de Lacerda, fazia viagem entre Salvador e a cidade³⁰. Chegando no cais de Valença, os meninos deveriam ser direcionados para embarcações de menor porte, nas quais su-

30 Posteriormente, o trajeto passaria a ser realizado pela segunda Companhia Baiana de Navegação à Vapor, que era resultado da fusão da Companhia Bonfim com a Companhia Santa Cruz de Navegação e que tinha entre os sócios, além de Lacerda, Antonio Pedrozo de Albuquerque. Cf.: Sampaio, 2006.

biam o Rio Una, até a altura da segunda Cachoeira, onde foi implantada a fábrica³¹.

O primeiro registro de saída encontrado se refere a 10 de maio de 1846. Neste dia, “saíram para aprendizes” pelo menos quatro jovens, Francisco Maria Bittencourt (pardo, 13 anos), João Nepomuceno (branco, 15 anos), Octávio Tourinho (branco, 14 anos) e Lúcio Teixeira (branco, 13 anos) (Termo, 1828-1866). Naquela altura a Todos os Santos, que seria inaugurada em 1 de novembro de 1847, ainda não havia entrado em atividade. Apesar disso, havia muito trabalho a ser realizado, por exemplo, nas obras: da barragem de água, que forneceria energia para operação das máquinas; do prédio principal, onde ocorreria todo processo de fiação e tecelagem; e dos alojamentos dos trabalhadores, no qual trabalhadores e trabalhadoras habitariam.

Tabela 1. Fluxo de envio de aprendizes para a fábrica Todos os Santos (1846-1866)

Ano	Data	N.º de Aprendizes
1846	10/mai	4
1847	26/nov	6
1848	18/abr	5
	01/out	5
	10/fev	5
1849	22/out	5
	19/nov	5
1850	01/mai	7
1853	01/fev	5
1858	03/mai	1
1866	12/jan	3
Total		51

Elaboração própria

FONTE: Termo, 1828-1866.

31 Uma descrição de como se dava o acesso à fábrica pode ser verificada em Kidder e Fletcher (1941).

Neste sentido, aqueles jovens devem ter sido empregados nos trabalhos de edificação da fábrica. Ali desde cedo entrariam em contato com uma vasta gama de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes origens e condições sociais: indígenas, que forneciam madeira para as obras de construção; livres e escravizados; e estrangeiros³². Os aprendizes remetidos a partir do início da operação da fábrica de tecidos devem ter sido empregados tanto nas atividades da fábrica propriamente dita quanto nas demais atividades que envolviam o complexo, como a fundição de ferro e as oficinas mecânicas.

Nota-se que houve um padrão no que se refere aos meses de envio. Três grupos de aprendizes foram enviados no recorte janeiro-fevereiro, quatro grupos no recorte abril-maio e quatro no recorte outubro-novembro. As datas de fluxos requerem análises mais aprofundadas, mas os recortes outubro-novembro e janeiro-fevereiro, coincidem com o período de pré e pós colheita das safras de algodão no sertão nordestino, que ia de dezembro a janeiro (Andrade, 1986, pp. 171-172). As perspectivas de chegada do algodão de Alagoas e Sergipe, regiões que abasteciam a fábrica, bem com o provável aumento da oferta da matéria-prima pós-colheita, deveria requerer uma (re)composição da sua mão de obra.

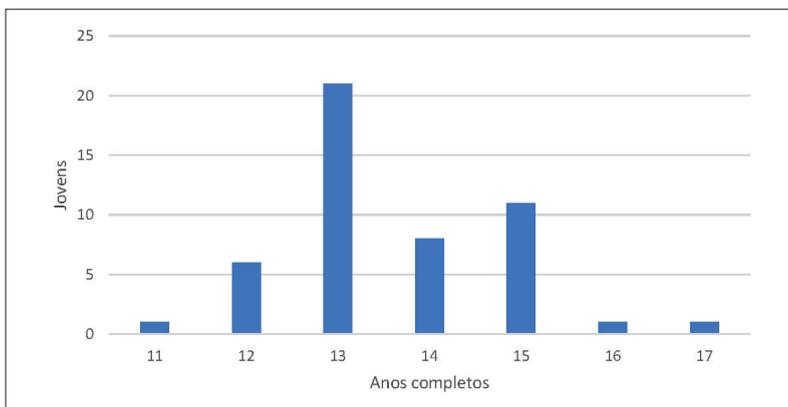
Cor e idade com as quais Francisco, João, Octávio e Lúcio, alguns dos primeiros meninos a serem enviados para Todos os Santos, foram descritos são representativas das características dos jovens entregues para a fábrica. Na amostra em análise, há referência à cor em 47 casos, destes, 57,4% foram classificados como brancos e 42,6% como pardos (Termo, 1828-1866). A ausência de jovens negros e predominância de jovens brancos reflete características da sociedade da época, na qual a cor da pele implicava sobre o tratamento dirigido a crianças pobres, fazendo com que instituições de caridade e filantrópicas, como a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, admitissem majoritariamente brancas e pardas (Matta, 1996, pp. 103-104; Fraga Filho, 1997, p. 24). Ao mesmo tempo, o relativo equilíbrio no que

32 Para mais informações a respeito da estrutura da Todos os Santos ver Santos (2023).

tange à cor dos jovens descritos como brancos e pardos sugere que, no caso da fábrica, este não foi um critério decisivo para o encaminhamento de aprendizes.

Dados relativos à idade dos jovens são mais imprecisos. Em alguns casos, como os de Francisco, João e Octávio, há apenas o registro da idade com a qual a criança ingressou na Casa Pia. Em outros, como no de Lúcio, há informações acerca da data de nascimento. Em dois dos 51 casos em análise, os de Leopoldino José de Souza e José Domingues Valverde, ambos brancos, este enviado para a fábrica em fevereiro de 1853 e aquele em outubro de 1848, não foram encontradas informações acerca da idade. Por outro lado, em todos os casos há registro da data de ingresso na Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim e saída para a Todos os Santos, o que possibilita estimar, somando-se ao tempo de permanência aos dados etários, a idade de 49 aprendizes quando ingressaram na fábrica (Gráfico 5).

Gráfico 5. Estimativa de idade de ingresso de aprendizes na fábrica Todos os Santos (1846-1866)



Elaboração própria

FONTE: Termo, 1828-1866.

Excetuando-se os casos para os quais não há informação relativa à idade, constata-se que a quase totalidade dos aprendizes

(47 dos 49 jovens, ou 95,92%) ingressou na Todos os Santos com 15 anos ou menos. Apenas dois jovens (4,08%) foram admitidos na fábrica com mais de 15 anos, Jacinto Silvano (17) e João Antonio da Costa Carneiro (16). Assim como Francisco e Lúcio, enviados em maio de 1846, e Manoel Felipe, remetido em janeiro de 1866, a maioria deles (21 ou 42,86%) foi entregue para a fábrica com 13 anos. Houve, porém, exemplos extremos, como o caso de Frederico Lins, anteriormente mencionado. Nascido em 11 de agosto de 1854, Frederico ingressou na Casa Pia com 7 anos, em 25 de janeiro de 1862. Ali permaneceu por quase quatro anos, sendo enviado para a fábrica em 12 de janeiro de 1866, aos 11 anos de vida (Termo, 1828-1866). Os dados encontrados convergem com relatos da época, segundo os quais a mão de obra existente na fábrica era composta por pessoas com entre 10 e 25 anos, sendo a maioria de idade muito baixa (Espinoza, 1848; Lisboa, 1848; Martins, 1849, p. 37).

Registros da época afirmam que a jornada de trabalho imposta às pessoas que trabalhavam na Todos os Santos, dentre os quais estavam incluídos jovens provenientes da CPCOSJ, ia do nascer do sol até às sete e meia da noite, o que durante o verão significava mais de 14 horas diárias. Ao longo deste período, elas tinham vinte minutos para almoço, meia hora para o jantar e meia hora para a ceia. Além da produção têxtil, os trabalhadores eram submetidos a uma rígida rotina de atividades extras, o que tornava sua jornada diária ainda mais extensa. Nos dias laborais, após as 22h, recebiam aulas de leitura, escrita, música e dança. Nos domingos e dias santos, não havia trabalho e é possível crer que as pessoas pudessem ter algum descanso. A fábrica contava com um sacerdote e um mestre de música, e havia promoção de casamento entre trabalhadores e trabalhadoras (Martins, 1849, p. 37).

Como visto anteriormente, pessoas responsáveis por requerer a admissão de meninos na Casa Pia buscavam a instituição na esperança de que eles recebessem algum tipo de educação e formação e, presume-se, que tivessem melhores perspectivas de vida. Muitos destes meninos, embora chamados de órfãos, mantinham vínculos consanguíneos com a sociedade, especialmente

com suas mães, que costumavam ser responsáveis por solicitar seu ingresso na instituição. Também está evidente que tanto a Casa Pia quanto a Todos os Santos via o envio de jovens como aprendizes para a fábrica como vantajoso. Cabe indagar qual papel familiares e responsáveis desempenhavam na escolha do destino dos jovens e como, por eles, era percebido o envio de aprendizes para a fábrica Todos os Santos

“Filhos do Colégio”

Rita Umbelina dos Santos, moradora da freguesia de Sant’Ana, em Salvador, “pobre indigente”, vivendo das “esmo-las dos fieis”, alegava não ter condições de alimentar nem dar “a devida educação” a seus filhos. Por isso, em agosto de 1842, solicitou a admissão de um dos rebentos, João de Souza Cabral, menino branco, com seis anos, na Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim. Como aconteceu no caso de muitos dos seus futuros colegas, não estão disponíveis quaisquer informações a respeito do genitor da criança (João, 1842).

Aceito em 19 de setembro de 1842, João permaneceu na Casa Pia por mais de sete anos. Ele não aparece nas listas dos que cursaram as aulas de Desenho e Letras em 1848, o que impossibilita que se possa acessar a visão dos funcionários da instituição a seu respeito. Em primeiro de maio de 1850, João “foi entregue” pela Mesa Administrativa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim “para a fábrica de tecidos de Valença” (Termo, 1828-1866). O envio do menino para a Todos os Santos causou insatisfação em Rita, que se queixou às autoridades acerca do ocorrido (Costa, 1850).

Não se conhece o teor da queixa por ela prestada, apenas a resposta apresentada pelo provedor da Casa Pia, José Pinto Roiz da Costa, à presidência da província da Bahia sobre os acontecimentos. Depreende-se da correspondência que Rita Umbelina dos Santos preferia que seu filho fosse “entregue” a Olympio

Augusto Murici. Olympio havia se colocado à disposição da Casa Pia “para lhe ensinar [a João] o ofício de ourives”. Por aquilo que, conforme a Mesa, Rita considerava ser um “capricho”, a instituição havia descumprido o desejo da mãe e enviado o jovem para a fábrica (Costa, 1850).

Na correspondência enviada à Presidência da Província, o provedor procurou desqualificar tanto Rita quanto suas motivações, reforçar o papel moral da Casa Pia na educação dos jovens e dar credibilidade à fábrica Todos os Santos enquanto destino adequado para os aprendizes. José Pinto Roiz da Costa se valeu dos estatutos para argumentar que não tinha obrigação

de mandar os órfãos com preferência para este ou aquele ofício, e sim para aquele que melhor conveniente for, o que fica ao prudente arbítrio a ela, assim como, que uma vez admitido o menor no Colégio, nem mãe, nem outro qualquer parente tem direito a solicitar sua saída, por nenhum caso, ficando ele inteiramente sob a direção e cuidado da administração [grifos da autora] (Costa, 1850).

Ele justificou ainda à presidência que não havia “entregue” o jovem a Olympio Augusto porque tivera informações de que este era “amásio” de Rita,

com quem vivia de portas a dentro, aplicando-se mais a isto, do que ao ofício de ourives, e essa mesma mancebia não teve ele pejo de declarar perante toda a mesa, onde foi chamado para responder a certas perguntas. Entendeu a administração da Casa Pia ser mais proveitoso ao mesmo [João] aplicá-lo a trabalhador de uma Fábrica acreditada, e que já em si tem muitos filhos do Colégio, de que dá-lo a sua mãe para ir com ele habitar a mesma casa de seu mancebo, a quem, como ordinariamente sucede, iria antes servir de criado, do que de discípulo, além do grande inconveniente da imoralidade. E, por outro lado, se todos esses meios de educá-lo tinha a peticionária, não o dever[i]a ter

recolhido ao Seminário, e uma vez que o fez, contentar-se deve com o destino que a mesa entendeu dever dar ela para bem dele, que se poderá mais facilmente tornar um cidadão honesto e proveitoso à sociedade, e à ela [grifos da autora] (Costa, 1850).

A transcrição do longo trecho se deve à riqueza de detalhes que ele apresenta sobre a visão da Mesa Administradora da Casa Pia à época acerca dos jovens, das relações que mantinha com os familiares destes e acerca do consórcio com a fábrica. O caso evidencia o olhar extremamente moralizador da instituição, próprio da época, para com o menino e sua família, na medida em que se buscou questionar a capacidade da mãe de opinar sobre o destino do filho com base no fato de que ela vivia em uma relação não oficializada. O caso ainda sugere que, uma vez que a criança era admitida dentro da Casa Pia, em linhas gerais, os familiares e responsáveis deixavam de ter qualquer ingerência sobre seu destino, porque, como o texto indica, eles passavam a ser “filhos do Colégio”. Conforme Alfredo Matta, a Casa Pia nutria crença de que a proximidade com familiares levava a desmoralização dos jovens, fazendo com que as interações entre crianças e familiares fossem mantidas sob controle da Mesa Administradora. Inclusive, em 1841, se proibiu que qualquer familiar visitasse a Casa sem autorização e mesmo visitas autorizadas deveriam ocorrer sob supervisão do Reitor (Matta, 1996, p. 63).

Ao mesmo tempo, é notável a busca por validar a Todos os Santos como destino para aprendizes, tanto ao se reforçar sua credibilidade quanto ao mencionar que havia ali “muitos filhos” provenientes da instituição. Ao conhecer a rotina que era imposta aos “operários meninos”, chama atenção o fato de que tenha sido mencionado que, com Olympio Augusto Murici, João de Souza Cabral “iria antes servir de criado, do que de discípulo”. Naquele ano, em que seria promulgada a Lei Eusébio de Queirós e que teria início a abolição definitiva do tráfico ilegal, na oração final da citação, fica explicitado o papel da Casa Pia, mais do que nunca era necessário transformar o menino em “cidadão honesto

e proveitoso à sociedade”. Um proveito que, sem dúvida, deveria atender às demandas de homens como aqueles que compunham as fileiras dos administradores e filantropos da Casa Pia, de homens como aqueles que fundaram a fábrica Todos os Santos, e não de mulheres como Rita.

Nos anos seguintes, queixas com relação ao envio de jovens para a Todos os Santos continuaram existindo. Segundo relatório da administração da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, produzido pelo escrivão Manoel Pedro Moreira de Vasconcellos e apresentado à presidência da província em 1852, “[...] grande ojeriza tem a maior parte dos Órfãos, ou ainda mais parentes, e mais com a fábrica de Valença [...] ou seja porque ali mais dificuldade encontram em visitá-los, ou porque assim ficam tolhidos de os ter em seu poder [...]”. Ainda segundo Vasconcellos, os familiares dos jovens consideravam que os havia perdido enquanto estes eram enviados para a fábrica (Vasconcellos, 1852).

Nota-se, desta forma, que houve receio por parte de familiares e responsáveis, bem como dos próprios rapazes, em relação ao seu envio como aprendizes para a Todos os Santos. Isso se dava, entre outros fatores, pela distância entre Valença, onde a fábrica estava situada, e Salvador, local onde eles haviam passado os últimos anos. Não se pode ignorar que, longe de familiares e responsáveis e da supervisão da Casa Pia, aprendizes estavam sujeitos a toda sorte de abusos (Vasconcellos, 1852).

Naquele mesmo relatório, mais uma vez, buscou-se reafirmar a credibilidade da Todos os Santos. Em fala alinhada aos discursos da época, da disciplinarização por meio do trabalho, Manoel Pedro Vasconcellos escreveu

a fábrica de Valença era o lugar, onde melhor poderia ser arranjado [a conclusão da educação do jovem], porque [o aprendiz] encontra sujeição, temor, e respeito da parte do prudente varão, que a dirige, e, por fim, habituado ao amor do trabalho, torna-se cidadão útil à nação [...] Se outros estabelecimentos, igualmente bem montados, como aquele, existissem na província, conveniente e útil por certo fora

neles empregar com raras exceções todos os Órfãos, que houvessem acabado o tempo que podem estar neste Seminário (Vasconcellos, 1852).

Em correspondência enviada para presidência da província em 1854, acerca de atividades que vinha desenvolvendo na Comissão para melhoramento do açúcar, o então administrador da fábrica, o engenheiro estadunidense John/João Monteiro Carson, registraria evidências de episódios de resistência na Todos os Santos, que são mais um indicativo da insatisfação envolvendo o trabalho no estabelecimento. Conforme Carson,

circunstâncias repentinas, inesperadas e inexplicáveis têm abalado o governo interno do estabelecimento fabril em que estou interessado e regendo, e fazem indispensável uma reforma no sistema seguido há seis anos com geral aplauso, a respeito do regime do pessoal da casa (Carson, 1999, p. 147).

Conforme Alfredo Matta, a partir de 1871 começaram a haver manifestações por parte da Mesa Diretora da Casa Pia em relação à forma como os jovens eram tratados pelos mestres, sendo explorados, sem que lhes fosse dada uma efetiva formação. Segundo Matta, os membros da Mesa chegaram a afirmar que o colégio era uma “ponte entre a infância e a desgraça” (Matta, 1996, p. 65). Essa percepção, indubitavelmente, era produto de transformações vividas pela sociedade brasileira no período, especialmente relacionadas ao mundo do trabalho, como, por exemplo, com o fortalecimento do abolicionismo. Neste sentido, na década de 1870 foram estabelecidas as oficinas de formação profissional na Casa Pia. O período coincidiu com o fim de uma etapa da história da fábrica Todos os Santos, que interrompeu temporariamente suas atividades em 1876.

Considerações finais

Trabalhadores legalmente livres foram empregados em muitas das fábricas construídas no Brasil no século XIX. Por muito tempo, no entanto, se desconheceu quem eram essas pessoas, fazendo crer que se tratavam de adultos, assalariados que desfrutavam da autonomia que a condição de liberdade, em tese, possibilitava. A análise de uma parcela dos trabalhadores legalmente livres admitidos pela fábrica Todos os Santos permite melhor dimensionar aspectos da mão de obra fabril no Brasil oitocentista.

Com diferentes trajetórias, majoritariamente mães, buscavam a Casa Pia na expectativa de que seus filhos recebessem uma formação educacional e para o trabalho, em um contexto de crescimento populacional e aumento da pressão sobre pessoas livres e libertas na Bahia e no Brasil. Solicitações de entrada buscavam enfatizar, em alguns casos talvez até com certo excesso, que visava garantir o acolhimento, a situação de pobreza vivida pela família e o desamparo experienciado pela criança. Também procuravam tecer elogios ao papel desempenhado pela Casa Pia na educação dos meninos. Algumas famílias contavam com redes de compadrio e solidariedade, que favoreciam a admissão de seus filhos, como deve ter ocorrido no caso da família de Francisco e Manoel Bittencourt.

Aos olhos da Casa Pia, a passagem pela instituição visava educar, disciplinar e moralizar os meninos, tornando-os o que seria considerado úteis à sociedade. Prevista para levar quatro anos, a primeira parte da formação costumava levar mais tempo e ser mais simples do que estabelecia o programa. Avaliações deixadas acerca dos estudantes dos cursos de Desenho e Letras do ano de 1848 fornecem indícios de como era a visão acerca dos internos, dentre os quais destacamos aqueles enviados para a Todos os Santos. A preocupação com a moral fica evidente principalmente no caso do curso de Letras, no qual os estudantes que provavelmente resistiam a se adequar às dinâmicas impostas, eram duramente descritos.

Uma vez concluída a formação teórica, visto que até a década de 1870 a Casa Pia não contou com oficinas próprias, os jovens eram enviados para pessoas ou instituições, públicas ou particulares, para realizar sua formação para o trabalho e, desde sua fundação, a Todos os Santos se tornou local privilegiado para envio de aprendizes. Seguramente, a capilaridade e o respaldo dos sócios da empresa Lacerda e Cia e mais tarde de Antonio Pedrozo de Albuquerque na sociedade baiana devem ter pesado em favor da fábrica. E quando provocada a se posicionar, a Casa Pia saía em defesa da instituição, destacando seu papel na educação dos jovens.

Avaliações realizadas com relação aos estudantes sugerem que pode ter havido preferência de admissão na fábrica por aprendizes bem avaliados no curso de Desenho, talvez com base na crença de que seus conhecimentos pudessem favorecer o trabalho com máquinas. Verifica-se ainda a preferência por jovens menores de 15 anos, especialmente, aqueles na faixa etária dos 13 anos. No que tange a cor constata-se um relativo equilíbrio no perfil dos rapazes, o que sugere que este não foi um fator decisivo na escolha daqueles que foram enviados para a Todos os Santos. Também não parece ter havido ingerência de familiares no destino dos meninos. Pelo contrário, constata-se a insatisfação tanto de familiares quanto de jovens com o envio destes como aprendizes para a fábrica, provavelmente, pela distância física e pelas condições de trabalho ali existentes, assim como a busca, no caso de Rita Umbelina, por fazer valer o desejo familiar em relação ao futuro do filho.

Neste sentido, verifica-se que, apesar de utilizar trabalhadores legalmente livres, os proprietários da Todos os Santos buscaram alternativas que visavam diminuir os custos com mão de obra. Ao admitir crianças e jovens provenientes da CPCOSJ, a instituição formava ainda seu quadro de mão de obra com pessoas que detinham certo grau de educação, e que haviam passado por um processo educacional que objetivava a formação de trabalhadores dentro da moral e da disciplina esperada pelas classes mais elevadas. O caso dos “filhos” da Casa Pia e Colégio

de Órfãos de São Joaquim “entregues” para a fábrica Todos os Santos aponta para dinâmicas mais complexas do emprego do trabalho legalmente livre em fábricas no Brasil no século XIX, evidenciando especialmente o emprego de crianças e jovens acolhidos, em tese, como aprendizes, mas que, na prática, eram “operários meninos”.

Referências

- ALBUQUERQUE, Antonio Pedrozo de. Correspondência enviada ao provedor e mesários da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, 1865. ACPCOSJ. Caixa Ficha de identificação do aluno, n.º 630 a 659, ano 1861 a 1863. Ficha 634.
- ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: A construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2010.
- CARSON, João Monteiro. Primeiro relatório apresentado a presidência da Bahia sobre os melhoramentos da cultura da cana, e do fabrico do açúcar, por João Monteiro Carson. Salvador: Typographia de A. O. da França Guerra e Comp., 1854. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.
- CASSIANO da Costa, 1844. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 328 a 330, ano 1846, ficha 304.
- COSTA, José Pinto Roiz da. Correspondência enviada pelo provedor da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim à Presidência da Província da Bahia. 7 de junho de 1850. APEB, Provincial, Religião, Seminário de Órfãos de São Joaquim (1824-1889). Maço 5282.
- ESPINOLA, Manoel José. Carta do Juiz de Direito de Valença para o Presidente da Província da Bahia, 1 de março de 1848. APEB, Arquivos coloniais e provinciais, Administração, Juizes, Correspondência recebida de Valença 1844-1848, 2629.

- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.
- FRANCISCO Maria de Bittencourt, 1841. ACPCOSJ. Caixa Ficha de identificação do aluno, n.º 218 a 219, ano 1841, ficha 236.
- FREDERICO Lins, 1862. ACPCOSJ. Caixa Ficha de identificação do aluno, n.º 630 a 659, ano 1861 a 1863, ficha 634.
- GIL Alves dos Santos. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 269 a 279, ano 1843, ficha 279.
- HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- JOÃO de Souza Cabral, 1842. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 240 a 268, ano 1842, ficha 263.
- JOSÉ Felipe da Rocha Doria, 1843. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 280 a 293, ano 1843, ficha 280.
- LISBOA, José Antonio. Relatório do Tribunal da Junta do Comércio sobre a fábrica Todos os Santos, 25 de novembro de 1848. Arquivo Nacional, 7x- Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, 423, 3.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- MANOEL Baptista Bittencourt, 1842a. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 240 a 268, ano 1842, ficha 248.
- MANOEL Ignácio, 1842b. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 240 a 268, ano 1842, ficha 268.
- MAPPA dos órfãos que frequentam a aula de 1.ª letras no corrente ano de 1848. 18 de janeiro de 1848. APEB, Provincial, Religião, Seminário de Órfãos de São Joaquim (1824-1889). Maço 5282.
- MARTINS, Francisco Gonçalves., Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 4 de julho de 1849. Bahia: Typographia de Salvador Moitinho, 1849.
- MATTA, Alfredo Eurico Matta. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim*: de recolhido a assalariado. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.
- MATTA, Olympio Pereira da. Relatório dos órfãos que frequentam à aula de desenho no corrente ano de 1848. 18 de janeiro de 1848. APEB, Provincial, Religião, Seminário de Órfãos de São Joaquim (1824-1889). Maço 5282.

- MEZNAR, Joan Meznar. Orphans and the Transition from Slave to Free Labor in Northeast Brazil: The Case of Campina Grande, 1850-1888. *Journal of Social History*, vol. 27, n.º 3, 1994, pp. 499-515. DOI: 10.1353/jsh/27.3.499.
- OCTAVIO Tourinho, 1838. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 161 a 195, ano 1837 a 1838, ficha 193/194.
- SABINO Borges de Mattos, 1840. ACPCOSJ. Caixa Fichas de identificação do aluno, n.º 208 a 217, ano 1840, ficha 214.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Silvana Andrade dos. *Tecido pela escravidão: tráfico e indústria na fábrica têxtil Todos os Santos (Bahia, c.1840-1870)*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste: Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1980. 2 vols.
- TERMO de entrada de alunos, 1828-1866. Arquivo da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, livro 15.
- VASCONCELLOS, Manoel Pedro Moreira de Vasconcellos. Relatório do escrivão da meza do Seminário de S. Joaquim, finda em 31 de agosto de 1852, e lido em sessão de 19 de agosto do mesmo ano, 3. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Arquivos coloniais e provinciais, Presidência da província, Religião, Seminário dos Órfãos de São Joaquim, 1824-1889, 5282, 1852.

CAPÍTULO 4

Dinâmicas agrárias e trabalhistas no Vale do Paraíba Fluminense no pós-abolição (1888-1916)

Felipe de Melo Alvarenga

O objetivo deste capítulo é compreender a conformação do mercado de trabalho camponês depois do final da escravidão, focalizando a análise nos acordos e ajustes efetivados entre proprietários e os trabalhadores rurais nos municípios de Barra do Piraí, Piraí, Valença e Vassouras na virada do século XIX para o século XX. Estas localidades formaram um Corredor Cafeeiro bastante dinâmico que sofreu uma desintegração da monocultura do café entre o final da escravidão e o imediato pós-abolição (Alvarenga, 2024). Boa parte da historiografia já atentou para a questão da inserção social dos libertos no rural fluminense após a emancipação, com valiosas discussões sobre as especificidades do mundo do trabalho e suas relações estreitas em torno dos significados de cidadania e do acesso aos direitos civis e políticos.

A análise das trajetórias e memórias dos ex-escravos e seus descendentes abriu um novo leque de interpretações sobre a lógica dos contratos rurais e das negociações travadas com os fazendeiros (Rios, 2001; Mattos; Rios, 2005; 2007; Dezemone, 2008; Marques, 2011; Mattos; 2013; Costa, 2020; Alvarenga, 2021).

Segundo esta historiografia, o pós-abolição foi decisivo para que muitos libertos interpretassem a liberdade a partir dos seus próprios termos (Filho, 2006). Os processos de estabilização de famílias negras nas fazendas e/ou a decisão pela migração tinham em comum uma espécie de projeto camponês, que era ativado pelos afrodescendentes que procuravam a dignidade, a autonomia para produzir por conta própria e o fortalecimento dos laços familiares neste novo contexto (Rios 1990; Mattos; Rios, 2005; Souza, 2007; Costa, 2020). Para muitos, a conquista da liberdade era a manutenção de uma roça de milho e o tempo para trabalhá-la por conta própria; e isso poderia acontecer recorrendo-se à construção de comunidades quilombolas e/ou “terras de preto” balizadas por heranças e legados testamentários de seus ex-senhores e patrões (Soares, 1981; Fry; Vogt, 1996; Gomes, 2006; Guimarães, 2006; 2009; Almeida, 2008; Weimer, 2015).

No entanto, acreditamos que é necessária uma análise mais acurada destes acordos e negociações tecidos entre fazendeiros e camponeses no mundo rural do Corredor Cafeeiro após a abolição. Nos relatórios agrícolas expedidos pelo governo do Rio de Janeiro, temos acesso às “condições da agricultura dos 48 municípios do estado do Rio de Janeiro” nos anos de 1898³³ e 1913³⁴.

33 APERJ: *Questionário constante da Circular n. 3 de 20 de janeiro do corrente ano [1898] e respostas dadas pelas Câmaras Municipais*. In: Coleção Relatórios da Província e do Estado do Rio de Janeiro. Livro nº 575 – “Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro Dr. Alberto de Seixas Martins Torres pelo Secretário de Obras Públicas e Industriais Dr. Hermogenio Pereira da Silva.” 1.º Volume. Rio de Janeiro: Papelaria Jeronymo Silva, 1898, pp. 61-250.

34 BRASIL. *Questionários sobre as condições da agricultura dos municípios do Estado do Rio de Janeiro*. In: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de Estatística, 1913, 179 fls. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000382&m=703&n=00087 e <http://memoria.org.br/pub/>

Neles, constam que os sistemas de trabalho mais identificados no Vale do Paraíba foram: a parceria, a empreitada e o regime de trabalho assalariado. A parceria seria praticada na cultura do café e a exploração agrícola deste gênero comercial seria feita pelo método extensivo, em grandes propriedades. As empreitadas, por sua vez, eram acionadas para remunerar as outras culturas agrícolas e alimentícias. Por fim, o jornal geralmente pago aos proletários rurais era o de 2\$000 a 2\$500 réis ou 1\$000 a 1\$500 réis com alimentação. Isto é, o trabalhador poderia ganhar o salário diário aumentado, mas não receberia alimentação pelo fazendeiro, trabalhando “a seco”. Ou, então, receberia a alimentação, mas ganharia menos por isso: era o salário “molhado” (Mattos; Rios, 2007). Segundo os redatores destes relatórios, “os salários são pagos e os contratos cumpridos” regularmente ao longo destas décadas republicanas. Entretanto, para além destas informações burocráticas do “sistema de trabalho do pessoal agrícola”, identificamos outra realidade, mais complexa e heterogênea, para o Corredor Cafeeiro no que concerne aos acordos de trabalho nos processos cíveis entre 1888 e 1916.

Na leitura da documentação judicial, percebemos uma grande mutabilidade das categorias de trabalho envolvendo parceiros, meeiros, arrendatários e colonos que plantavam nas fazendas. Neste sentido, a dinâmica destas relações sociais será aqui investigada a partir das contendas cotidianas encaminhadas à justiça local, na tentativa de melhor compreendermos a conformação deste mercado de trabalho camponês e os principais conflitos que emergiram dos contratos agrários estabelecidos. A análise a seguir compreenderá o período posterior ao 13 de maio de 1888 até a promulgação do Código Civil de 1916, que buscaria regulamentar as relações laborais entre os cidadãos e as partes envolvidas nestes ajustes (Grinberg, 2008). O tipo documental perseguido para tal empreitada foram os processos judiciais de natureza cível, em especial os casos de despejos e de esbulhos

envolvendo os direitos de propriedade dos pequenos lavradores (Pedroza, 2016).

Os processos cíveis são ricos porque nos permitem acessar estes conflitos do passado que foram originados em torno das relações de trabalho e de propriedade. Além disso, o mercado de trabalho camponês experimentado no pós-abolição configurou um laboratório de experiências contratuais bastante conflituoso e intenso. Isto porque a escravidão havia acabado e as combinações feitas entre os patrões e os indivíduos livres e libertos começaram a ser disseminadas no Corredor Cafeeiro. Independente do caráter (in)formal, escrito ou verbal destas negociações de trabalho, o fato é que as relações começaram a ser estabelecidas entre duas partes contratantes, individualmente. Patrão e trabalhador poderiam atualizar, reformular ou até quebrar cláusulas contratuais ao longo da vigência dos acordos. E isto gerou diversos conflitos e demandas que precisaram ser arbitradas pela justiça cível, principalmente quando envolviam a demissão seguida da expropriação dos camponeses. Abaixo, reproduzimos os padrões e as categorias agrárias identificadas na série de processos cíveis que analisamos.

Tabela 1. Tipos de Contratos e de Relações Laborais do pós-abolição no Corredor Cafeeiro (1888-1916)

Contratos e Relações Laborais	Frequência (%)
<i>Agregação</i>	8 (5,5%)
<i>Arrendamento (dinheiro)</i>	22 (14,5%)
<i>Arrendamento em terreno aforado</i>	25 (16,5%)
<i>Empreitada/Serviços sem contrato prévio</i>	7 (4,5%)
<i>Parceria agrícola (meação)</i>	21 (14%)
<i>Aposseamento</i>	4 (3%)
<i>Direitos sobre bens e terras em disputa</i>	19 (12,5%)
<i>Soldada/Locação de Serviços de Menores</i>	30 (20%)
<i>Tutela de Menores e Órfãos (sem soldada formalizada)</i>	14 (9,5%)
Total	150 (100%)

FONTE: 150 processos cíveis coletados no AMJERJ/CCPJ, AMP, APTJERJ/DEGEA e ETMP/IPHAN.

Ao todo, coletamos e transcrevemos 150 processos de natureza cível referentes aos quatro municípios do Corredor Cafeeiro entre 1888 e 1916 (Alvarenga, 2024). O arrendamento e a parceria, no formato de meação, foram os principais arranjos encontrados em conjunto nos autos cíveis; seguidos por contratos de soldadas envolvendo filhos de libertas, em sua maioria³⁵; e relações de agregação, empreitadas, apossamentos, dentre outros. Isso demonstra uma saída bastante heterogênea para o final da escravidão no mercado de mão de obra fluminense; uma “colcha de retalhos” bastante difícil de se resumir em um tipo único de contrato rural que viveu ao longo do tempo, apesar dos interesses coevos que propagandeavam a parceria em detrimento do assalariamento (Mendonça; Santos, 1986). A análise desta dinâmica relacional conflituosa abrirá os caminhos para compreendermos a gestação deste mercado de trabalho camponês neste período posterior à abolição da escravidão, que assistiu a um verdadeiro laboratório de experiências contratuais bastante mutáveis no tempo e no espaço.

Os contratos de trabalho no pós-abolição fluminense

No período imperial, vigoraram duas leis – a de 1830 e a de 1837 – que regulamentavam as relações de trabalho envolvendo trabalhadores nacionais e imigrantes. Por outro lado, a historiografia reconheceu algumas incompletudes nestas legislações que só seriam parcialmente sanadas com a Lei de Locação de Serviços de 1879. Esta, por sua vez, foi revogada em 1890, em vista das críticas direcionadas à compulsão legal ao trabalho dos locadores

35 Optamos por não analisar, neste capítulo, os casos envolvendo a exploração do trabalho infantil nas fazendas cafeeiras no pós-abolição. Acredito que estes casos podem ser melhor analisados em trabalhos futuros, de forma pormenorizada. Para mais informações sobre as tutelas e as soldadas, ver os trabalhos de Gislane Azevedo (1996), Maria Aparecida Papali (2003), Patricia Urrozola (2019), Patrícia Geresmias (2019), Marília Ariza (2020) e Maria Eloah Bernardo (2023).

de serviços e aos poderes atribuídos aos locatários e patrões que poderiam coagir os colonos, rescindir os contratos e até requerer a prisão dos contratados, caso não cumprissem com os termos e cláusulas previamente acordadas (Gebara, 1986; Lamounier, 1988; Lima, 2005; Mendonça, 2012; Ariza, 2014). A partir de 1890, cada estado teria autonomia para regular a questão do trabalho em suas respectivas zonas agrícolas (Subrinho, 2000).

Com o Código Civil de 1916, foram regulamentadas as relações entre o locatário e o locador de serviços, apesar de muitos contratos agrários continuarem sendo estabelecidos de maneira informal e por fora dos ditames da lei. Logo, o mercado de trabalho fluminense no período aqui estudado estava imerso no “limbo legislativo” entre a revogação das antigas leis de locação de serviços do Império e o Código Civil republicano que só entraria em vigência a partir de 1917 (Grinberg, 2008).

Segundo Stanley Stein, muitos fazendeiros fizeram acordos com seus ex-escravos para firmar arranjos de trabalho que lhes fossem vantajosos, tendo em vista a continuação da colheita do café. A intenção era garantir, no imediato pós-abolição, a disciplina do trabalho e a normalidade da produção cafeeira dos tempos áureos da escravidão. Além das turmas assalariadas compostas por numerosos camaradas – que não agradavam muitos libertos por fazerem-lhes lembrar o trabalho coletivo no eito no pré-abolição –, os senhores teceram relações de parceria, arrendamento e empreitada para experimentar novos tratos com seus ex-cativos. Os libertos de antes eram, agora, reconhecidos como “colonos-parceiros”, “colonos-empreiteiros” e arrendatários de sítios e situações de terras (Srein, 1990, pp. 306-22).

O contrato de parceria agrícola satisfazia o desejo de alguns deles. Isto porque a autonomia conquistada pelo parceiro que tinha acesso direto à própria roça evitava aquela supervisão constante do trabalho do eito. Os fazendeiros geralmente aprovavam este sistema, porque além de conseguirem a meação das colheitas, a parceria proporcionava ao proprietário a exploração da força de trabalho das esposas dos camponeses e de seus filhos, que, voluntariamente, suplementavam a labuta de seus companhei-

ros. Contudo, apesar dos proprietários tentarem fazer o máximo para manter suas propriedades intactas e angariar uma força de trabalho que não compromettesse a colheita do ano, eles teriam que lidar com os anseios dos libertos que tentavam assegurar sua sobrevivência e autonomia e que lutavam pelos significados da liberdade conquistada em maio de 1888 (Mattos, 2013). Dessa forma, o consenso em torno da parceria como o melhor sistema de trabalho ensaiado no pós-abolição poderia ser colocado em xeque, tendo em vista a diferença de perspectivas e os diversos interesses em conflito entre o proprietário que quer manter o lucro e a exploração agrícola e o parceiro que almejava autonomia e liberdade produtiva³⁶.

Pesquisas recentes demonstram que, no Sul dos Estados Unidos e na Jamaica, os libertos também procuraram autonomia para trabalhar para si e para sustentar sua própria família, construindo uma lógica econômica camponesa no pós-abolição. Segundo Eric Foner (2014, pp. 107-9), os libertos no Sul dos Estados Unidos barganhavam coletivamente por melhores cláusulas contratuais, organizavam greves e procuravam estabelecer

36 Segundo Dale Tomich (2011, pp. 220-8), o contrato de parceria desempenhou um papel de relevo na manutenção da continuidade do trabalho e na tarefa de assegurar a sobrevivência da indústria açucareira no Caribe. Era, contudo, uma forma inadequada de organização social e econômica. Segundo ele, a parceria agrícola não forneceu à *plantation* açucareira da Martinica, por exemplo, uma mão de obra em quantidade e qualidade suficientes. Em vez disso, a horta, a casa e as roças de subsistência dos parceiros continuaram sendo importantes campos de conflito por meio dos quais os trabalhadores procuravam afirmar, no processo de reorganização da *plantation* e de reconstituição da força de trabalho, uma economia camponesa fundada na produção e troca em pequena escala. Essas pequenas produções agrícolas eram priorizadas e o açúcar era colocado em segundo plano. De outro modo, entre os camponeses negros do Sul dos Estados Unidos, Edward Baptist (2019) identificou que muitos parceiros foram obrigados a produzir algodão para continuarem reproduzindo seu modo de vida nas pequenas parcelas individuais de terras. No entanto, o “declínio lento e prolongado nos preços dos artigos agrícolas depois de 1870, ajudou a assegurar que, para muitas pessoas, a meação se tornasse um tipo de escravidão por dívida que, por fim, aprisionou três gerações consecutivas de afroamericanos nos condados algodoeiros em uma situação de pobreza extraordinária.” (Baptist, 2019, pp. 516-9).

pisos salariais considerados dignos para seu grupo social. Muitos conseguiram comprar pequenos pedaços de terras, estabelecendo-se como pequenos agricultores em algumas regiões. Gastavam mais tempo na produção de sua subsistência e tinham interesse na produção de algodão apenas para garantir um dinheiro extra. Fortaleceram suas redes familiares negras e lutaram para ter acesso à educação para seus filhos e autonomia para professar seu credo nas igrejas protestantes.

Na Jamaica, Thomas Holt (1992, pp. 149-53) desvendou outra lógica econômica camponesa, na qual os libertos combinavam a produção de subsistência nos seus lotes rurais com a prestação de serviços esporádicos nas grandes propriedades comandadas pelos antigos senhores no período da “aprendizagem”, no imediato pós-abolição. Ao mesmo tempo em que garantiam sua autonomia produtiva em seus terrenos privados comprados após a emancipação, também vendiam sua força de trabalho no mercado para conseguirem outros produtos agrícolas que não produziam em suas terras. Trata-se, pois, de um contexto histórico que permitiu a mobilidade física e social, acoplada com processos de assentamento e estabilização de famílias negras no ambiente rural de ambas as sociedades.

Esta lógica camponesa também foi identificada nas memórias da última geração de cativos e de seus descendentes no imediato pós-abolição do Sudeste Cafeeiro. Segundo Hebe Mattos e Ana Lugão Rios (2005; 2007), os acordos de trabalho entre os lavradores negros e seus ex-senhores eram bastante instáveis no tempo e no espaço. Isso porque eram atravessados por relações de dominação pessoal que tolhiam a autonomia destas famílias que eram submetidas a diversos padrões de deferência, lealdade e dependência. O tempo da escravidão ainda era bastante evocado nas memórias do cativo e as representações das relações sociais pretéritas nas fazendas ainda vigoravam no imaginário social daqueles que viviam na região cafeeira.

Ana Lugão Rios (2001) percebeu que as relações construídas com os ex-senhores foram cruciais para explicar a diferenciação social entre estas famílias negras. De um lado, teríamos o

campesinato itinerante: tratava-se daquele grupo social que passou por experiências de privação e de violência, pois não conseguiram “amadurecer” direitos nos tempos da escravidão. Os grupos familiares eram nômades e procuravam trabalho de fazenda em fazenda, experimentando quebras de contrato frequentes ao longo de suas trajetórias de vida. De outro, teríamos o campesinato fixado nas terras de seus ex-senhores: tratava-se daquelas famílias que conseguiram uma roça e casa próprias e que, devido aos pactos paternalistas criados com seus patrões, puderam continuar tocando suas vidas na mesma fazenda onde foram um dia escravizadas. E, por último, as “terras de preto” e as comunidades de cativos e libertos: aqueles grupos que construíram sua autonomia e acesso estável à terra coletiva mediante doações e legados testamentários de seus ex-senhores já falecidos. Estas foram as três trajetórias mais representativas identificadas em sua pesquisa de doutorado (Rios, 2001, pp. 97-122).

Apesar desta diferenciação social, entre o campesinato itinerante, estável e aquele que se organizava em terras comunitárias negras, havia algo em comum entre todas estas trajetórias. Segundo as autoras, a persistente busca pela autonomia – que só poderia ser alcançada com a efetiva propriedade da terra – foi a esperança mais compartilhada entre todos. Este horizonte de expectativas acabou gestando um projeto camponês. Esta expressão resumiu aqueles que permaneceram por gerações “tentando reproduzir um estilo de vida que correspondesse ao desejo de estabilidade e roça, mas também ao de uma certa autonomia frente aos proprietários rurais, de privacidade, e de condições mais flexíveis e tolerantes.” (Mattos; Rios, 2005, pp. 252-3). Era a estabilidade na terra que garantia termos de trabalho mais vantajosos para aquelas famílias negras. Mas, assim como os camponeses negros, os fazendeiros também tinham lá seus projetos e suas intenções.

Seguindo esta linha de raciocínio, esse tipo de população – famílias perseguindo seu projeto camponês numa situação instável criada pela própria natureza dos contratos – seria ao

mesmo tempo produto e fator de manutenção da política de controle dos fazendeiros. Por outro lado, uma camada estável, solidamente enraizada na vida das comunidades, possuindo extensa rede de ligações de parentesco e amizade e uma reputação de trabalho e confiabilidade, construída e mantida por sucessivas gerações, teria um efeito político estratégico. Estas famílias foram a espinha dorsal das relações de trabalho no campo, uma camada intermediária entre fazendeiros e ‘coronéis’ e os despossuídos e itinerantes. Para eles, um código de trocas de favores e de entendimento foi fundamental para manter a estabilidade das fazendas e das propriedades. Para eles, a lealdade era um dever não tão pesado quanto aos demais (Mattos; Rios, 2005, p. 254).

A realidade dos contratos foi complexa e entrecruzou, portanto, relações políticas e coronelísticas, assim como as relações de trabalho, de compadrio, de fidelidade, de favores e de luta social (Xavier, 2004; Rios, 2007; Costa, 2022). Acreditamos que é necessário analisar, de maneira mais acurada, como foram tecidas essas relações contratuais, identificar suas cláusulas e termos, para daí compreender a dinâmica dos conflitos que apareceram nos autos cíveis responsáveis pela arbitragem das causas.

Primeiramente, vejamos como os contratos eram estabelecidos. Bento Alves Coutinho era um ferreiro instalado na estação ferroviária da Aliança, um dos ramais da Estrada Central do Brasil, localizada em Vassouras. Em princípios do ano de 1890, ele foi convidado por Serafim Corrêa da Silva, o administrador da Fazenda Santo Antônio, para “tomar de parceria um partido de café em terrenos da dita fazenda, para aí mudar a sua ferraria e angariar outros colonos.” Ou seja, a estratégia deste empregador foi convidá-lo a ser um parceiro, que dividiria os frutos produzidos na fazenda com seu patrão, para que trouxesse consigo outros companheiros seus que quisessem tornar-se parceiros também. O convite era voltado a Bento, mas a intenção era o convencimento de outros que pudessem engrossar o trabalho nas fileiras agrícolas daquela unidade de produção. Os novos camponeses “que a seu

pedido vinham estabelecer-se no lugar” foram chegando e “Manoel da Costa Leite, o qual até desfez-se de um sítio que possuía no Casal, Francisco Paula dos Reis, Antonio de Oliveira, ex-escravo de José Ferreira da Silva Casanova” acudiram a seu pedido. Apesar de ser “um bom ferreiro”, Bento teve que vender sua ferraria para mudar de profissão e fixar-se naquela propriedade (ETMP/IPHAN, Despejo a, 1890, pp. 2-6, 12-6, 54-5).

Em determinados casos, os próprios camponeses já fixados na terra, via parceria ou arrendamento, acordavam contratos de trabalho esporádicos e temporários com outros trabalhadores. Antonio Joaquim Gomes, senhor e possuidor da situação “Estiva”, decidiu arrendar um sítio “a João Jacintho de Medeiros por prazo de três anos em data de 10 de dezembro de 1890”. O arrendamento do sítio permitiu que João Jacintho de Medeiros reproduzisse seu domínio útil naquele sítio. A contrapartida para a sua fixação naquela terra seria a entrega da meação do cafezal que produzisse, podendo haver para si todos os outros cereais e gêneros alimentícios, desde que conservasse em bom estado os instrumentos de trabalho, as casas e as árvores frutíferas (ETMP/IPHAN, Despejo, 1891, pp. 2-5). No entanto, avaliamos que este camponês não trabalhou sozinho.

No depoimento das testemunhas, identificamos que uma turma de trabalhadores foi contratada por João Jacintho de Medeiros para auxiliá-lo na lide agrícola. Floro de Souza Coutinho, morador naquela freguesia, disse que trabalhou no sítio arrendado – capinando o cafezal e plantando milho – e “que todo esse serviço que fez foi-lhe pago pelo negociante Albino Cardoso, por ordem do réu; que além dele testemunha, havia outros trabalhadores, empregados no mesmo serviço que ele, e que também foram pagos pelo mesmo negociante”, por ordem de Jacintho de Medeiros. Parece que os trabalhadores eram convocados de tempos em tempos e não viviam na propriedade arrendada. Tratava-se de trabalhadores volantes, contratados para o serviço “de matança ao formigueiro”, de capina do café, de “tirar as ervas de passarinho e os cipós” e de tantas outras atividades de empreitada que eram remuneradas na hora pelo próprio contratante (Idem,

pp. 25-33). A maioria destes trabalhadores eram nacionais, habitantes das cercanias e arregimentados por negociantes que distribuíam seus serviços a outros camponeses e proprietários. Identificamos até mesmo um africano, Mathias de Tal, com 49 anos de idade, com ascendência escrava, trabalhando na capina do cafezal e na matança de formigas (Idem, pp. 48-53).

Segundo Cláudia Alessandra Tessari (2012, pp. 76-7), a fazenda cafeeira necessitava, para seu funcionamento, de uma complexidade de atividades “que eram muitas e contínuas, exigindo mão de obra abundante, variada e adaptada a todos os tipos de serviços.” Os ajustes informais de trabalho permitiam, dessa forma, a conciliação das tarefas genéricas e rotineiras praticadas nas roças e os trabalhos mais específicos, realizados a jornal (trabalho por dia) ou empreitada (por tarefa a ser cumprida). Assim,

a atividade agrícola, sendo ela marcada por tarefas descontínuas, exigia um tipo de trabalhador que pudesse se adaptar a este padrão intermitente de demanda por mão de obra. Em outras palavras, um trabalhador que pudesse ser arregimentado apenas para o trabalho temporário, levando-nos a crer que, ser uma mão de obra temporária, nestas circunstâncias, não é ser acessório e residual, mas sim ser necessário para estruturar a própria atividade produtiva (Tessari, 2012, p. 82).

Em algumas situações, o mutirão de trabalhadores volantes contratados poderia ser um indício de fortalecimento dos laços de solidariedade entre os camponeses. No caso do arrendatário Gregório da Costa Cortes – um “homem rústico e ignorante”, mas “probo e honesto”, “assaz trabalhador” e com “grande família” – percebemos que ele “arranjou gratuitamente para em mutirão trabalharem” diversos camaradas que o auxiliaram na capina do cafezal e na plantação de milho. Disse que o proprietário “nunca arranjou trabalhadores para o réu: este é que os arranjava a sua conta, assim como o mutirão (usado entre pequenos lavradores) ao qual compareceu o autor almoçando e jantando” (ETMP/IPHAN, Despejo a, 1892, pp. 2-2v, 9-15v, 19-23).

Segundo Antonio Candido (1977), o mutirão organizado pelos caipiras consistia essencialmente na reunião de vizinhos, que tinha o objetivo de prestar auxílio na efetivação de determinado trabalho, seja a derrubada de matas, roçada, plantio, limpeza, colheita, construção de casa, dentre outras atividades. “Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram.” Nesta cooperação vicinal, a prestação de ajuda “determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional.” (Candido, 1977, p. 69). Eram justamente estes mutirões que ativavam laços de solidariedade e reciprocidade entre os camponeses negros e estas atividades de trabalho temporário eram estreitadas por múltiplas “relações sociais com base no parentesco, no compadrio e na vizinhança.” (Souza, 2007, pp. 300-301). Logo, nem todas as relações de trabalho envolviam contratos com fins exploratórios: existia também a prestação de serviços solidária na comunidade, sem qualquer vínculo lucrativo e/ou remuneração monetária.

Não obstante, na maior parte dos casos, os trabalhadores não eram convidados “de fora para dentro” das fazendas. Nos processos cíveis analisados, percebemos que a maioria deles já estavam estabelecidos nas propriedades e sítios há algum tempo, desde os tempos escravistas. Os contratos agrários, dessa forma, eram tecidos e redefinidos para determinar o modo como esses camponeses poderiam reproduzir seu modo de vida entre o pré e o pós-abolição. Nas casas de vivenda destas propriedades, muitos deles eram reconhecidos em juízo como agregados e moradores. Egressos da sociedade escravista ou usufruidores de uma liberdade precarizada (Chalhoub, 2012, p. 28), libertos e nacionais pobres continuaram habitando estas fazendas e intentaram construir sua autonomia dentro daquelas unidades de produção de onde foram um dia escravizados. Contudo, era justamente no

momento de venda e de mudança dos proprietários que a vida de muitos destes camponeses foi conturbada.

Pelos idos de julho de 1889, Augusto Peregrino Alves Machado e sua mulher decidiram fazer venda de uma casa da Fazenda da Cachoeira, em Valença, a José Teixeira Alves Machado pela quantia de 600\$000 réis. Nestas terras, vivia “por favor” João Soares Brito. Quando adquiriu tais terras, o comprador até “consentiu que nela fosse morar” este agregado. Porém, abruptamente, alguns meses após a compra, como não lhe convinha “mais continuar a fazer este favor”, requereu em 8 de outubro de 1889 o seu despejo (AMJERJ/CCPJ, Despejo, 1998, pp. 2-8v). Arbitrariedades senhoriais como essa, providas do tempo do cativo, continuavam imperando nas relações costumeiras entre proprietários e seus dependentes (Chalhoub, 2003, pp. 19-45).

Em 1890, nesta mesma freguesia de Valença, Maria Izabel de Souza Lima e Jesuína de Souza Leal arrendaram o sítio Pedreiras de propriedade de Marcelino Gomes Leal, “contendo além de terras e cafezais, uma casa de vivenda”, na qual elas poderiam morar enquanto cultivassem as terras adjacentes. Aconteceu que os “libertos Galdino de Mello, João Silva, Felipe de Tal, Alberto de Tal e Sebastião Monteiro abusando da fraqueza das suplicantes e de sua ausência, arbitrariamente entraram para a dita casa” e não se retiraram do local, apesar da intervenção da polícia na tentativa de os fazer despejar (AMJERJ/CCPJ, Despejo, 1890, pp. 2-7v).

Interessante observar que o proprietário não se pronunciou sobre estes agregados. Provavelmente ele explorava o trabalho dos libertos em um momento anterior ao contrato de arrendamento com as locatárias. Ou estavam vivendo por ali, autonomamente, enquanto o proprietário não conseguisse arrendar o sítio. Ao não quererem sair, poderíamos acreditar que os agregados libertos estivessem construindo sua moradia e sua autonomia no sítio Pedreiras, apossando-se da casa e cultivando gêneros agrícolas nas adjacências. Tanto que as arrendatárias quiseram embargar as produções deles, alegando estarem esbulhando seus direitos de propriedade (AMJERJ/CCPJ, Embargo, 1890, pp. 2-13v). Neste caso, contratos firmados entre as partes encobriam também

outras relações informais de trabalho e de moradia com libertos e eventuais agregados que já viviam nas fazendas e sítios.

Em Barra do Piraí, identificamos outro caso bastante interessante. O Comendador Antonio Moreira de Azevedo decidiu comprar a fazenda Cachoeira da viúva e herdeiros de Agostinho de Sá Messias Magalhães em 20 de dezembro de 1888. Aconteceu que o novo dono implicou com as ocupações de Cyrillo Messias, que vivia em um “ponto próximo à povoação de Mendes”, por volta de setembro de 1894. Segundo este habitante, não havia razões para que ele fosse perturbado. Isso porque possuía seu pequeno sítio por compra escriturada e reconhecida no cartório. Disse que não era colono, “arrendatário, nem locatário, nem agregado ou meeiro do suplicado”. Possuía sua “morada que lhe pertence e possui por justo título; posse antiga de mais de 3 anos com conhecimento e respeito do suplicado que nunca o incomodou, e de mais de 30 anos de seus antecessores que possuíram o mesmo sítio sem contestação” de nenhum proprietário da fazenda até o momento considerado. Definiu-se como “um pobre preto, que vive de seus salários braçais, e a situação de que se trata, único bem que possui, é uma pequena nesga de terras”, onde mora com “sua pobre família” há algum tempo. Apesar de ser “inteiramente energúmeno, ignorantíssimo; tão ignorante que não compreendeu a citação que lhe fez o oficial de justiça”, o “pobre preto” soube perfeitamente apresentar em juízo o traslado da escritura de compra de suas terras – que “nunca pertenceu ou fez parte da fazenda da Cachoeira” – vendidas por Thiago da Costa e sua mulher, em 3 de novembro de 1891 (AMJERJ/CCPJ, Despejo, 1894, pp. 2-26v, 34-35v).

Cyrillo Messias já havia trabalhado na fazenda da Cachoeira antes de maio de 1888. Segundo o administrador da fazenda, Luiz José da Costa Monteiro, “o réu Cyrillo foi escravo da Fazenda da Cachoeira, onde tinha parentes.” Apesar desta propriedade ter sido vendida ao Comendador Moreira de Azevedo no final de 1888, “o réu foi empregado e cozinheiro do fazendeiro”, como relatou o negociante Antonio João Loureiro Filho. Adquiriu dinheiro suficiente para comprar sua casa de moradia, e embora

tenha sido “despedido, ainda continuou a ocupar a referida casa com pessoas de sua família” (Idem, pp. 41-43v, 44-47v).

Habitantes das fazendas antes de maio de 1888, estes trabalhadores libertos e pretos buscavam assegurar sua estabilidade em um contexto de movimentação fundiária e de troca frequente de patrões, o que poderia ocorrer a qualquer transação de compra e venda de fazendas e sítios. Alguns deles até experimentaram a autonomia produtiva, mas rapidamente foram constrangidos por contratos de trabalho impostos pelos novos donos. Este foi o caso de Miguel José da Silva e Lucas José da Silva. Ambos foram agregados na fazenda da Bela Vista devido a uma autorização do finado comendador Breves para fazer derribadas de mato e lavrar a terra. Os dois poderiam ser libertos, pois José Breves havia concedido a liberdade condicional, em 1879, a 700 escravos que deveriam trabalhar por mais 4 anos em seu complexo cafeeiro (Pessoa, 2018, pp. 88, 200). De qualquer forma, os agregados empregaram grande soma de serviços e dinheiro em suas casas e plantações “até a formação do café” e gozaram do domínio do terreno “mansa e pacificamente durante nove ou dez anos, sem que fosse(m) perturbado(s) na posse de suas benfeitorias que plantou(aram) na melhor boa-fé” (AMP, Manutenção de Posse, 1899, pp. 2-3).

Desenvolveram sua autonomia que foi atestada por sua moradia habitual e pelo cultivo produtivo. Praticamente “es-corregaram” da sua antiga situação de agregados para uma nova condição de pequenos posseiros na qual poderiam defender seus direitos de propriedade mobilizando os artigos da Lei de Terras de 1850 do período imperial (Moura, 1988; Motta, 1998; Silva, 2008). No entanto, em 1891, a fazenda da Bela Vista sofreu uma execução e depois foi vendida em hasta pública a Manoel Vieira Barbosa. Este comprador até permitiu que Miguel e Lucas da Silva desfrutassem de “suas benfeitorias como dantes”. Em 1899, porém, o novo proprietário quis impor um arrendamento para cobrar-lhes a renda da terra em produto, no formato de meação da colheita de café, ou um “arrendamento razoável”, quem sabe com uma retribuição cobrada em dinheiro (AMP, Despejo, 1899, pp. 19-19v). Como não atenderam à reclamação

do proprietário, visto nunca terem pagado nenhuma renda para reproduzir suas ocupações por ali, ambos foram apresentados na justiça como “intrusos” (Motta, 2008).

Mesma imposição contratual foi identificada no caso de Manoel de Jesus Costa. Habitante de uma ilha no Rio Paraíba, que atravessava a cidade de Barra do Piraí, ele foi constrangido a pagar “a quantia de 50\$000 réis mensais ou 600\$000 réis anuais, a título de aluguel” para continuar reproduzindo sua ocupação territorial. Esta cobrança deu-se porque o Comendador José Joaquim da França Júnior conseguiu aquela ilha por execução hipotecária promovida contra o Barão e a Baronesa do Rio Bonito em 1894. A arrematação em hasta pública lhe permitiu a cobrança em juízo de uma renda em dinheiro de um camponês que nunca teve que pagar para viver por aquelas bandas (AMJERJ/CCPJ, Notificação, 1894, pp. 2-11).

Contratos poderiam ser, dessa forma, negociados entre os patrões e os camponeses ou impostos quando os novos donos das fazendas constrangiam a liberdade de habitantes que sempre viveram nas propriedades de seus ex-senhores. Na busca pela reprodução do modo de vida camponês, muitos deles se viram sem alternativas a não ser aceitar algumas das condições exigidas. Outros, por sua vez, as rejeitaram e sofreram diversas espoliações por isso. Nesta imposição contratual, muitas categorias de trabalho foram modificadas e redefinidas. Nestes termos, teríamos, por um lado,

a estabilidade via contratos, no mais das vezes informais, que seriam socialmente sedimentados com o passar do tempo e que aparecem, no discurso de filhos e netos destas famílias de camponeses negros, como de grande flexibilidade e tolerância. Por outro, uma extrema mobilidade tanto para algumas famílias como para uma maioria de homens que, solteiros ou casados, iriam habitar os barracões das fazendas que abrigavam os trabalhadores sazonais. Para as famílias, uma trajetória vivida em casas precárias, emprestadas ou construídas por elas, na qual habitariam por um período limitado de tempo. Algumas vezes este período foi tão

limitado, que não puderam nem mesmo colher os frutos do que haviam plantado em suas roças. Já para os homens que migravam em busca de trabalho, a habitação coletiva dos barracões e a comida fornecida pelas cozinhas das fazendas tinham ainda a agravante de contratos de trabalho ‘a molhado’, que reduziam substancialmente o salário se comparado com o salário ‘a seco’, no qual o trabalhador recebia a comida de sua família (Mattos; Rios, 2004, pp. 181-2).

Entre a estabilidade e a privação, os camponeses egressos do sistema escravista encontravam-se em diferentes condições sociais. Do nomadismo à fixação na terra, agregados, parceiros, arrendatários, colonos, empreiteiros e jornaleiros formalizavam relações de trabalho múltiplas com seus ex-senhores e/ou novos patrões³⁷. Esta multiplicidade de acordos e ajustes buscava sanar o vácuo deixado pela instituição escravista nos novos tempos republicanos. Resta saber como era a natureza destes contratos, suas cláusulas e fórmulas adquiridas ao longo dos anos, para compreendermos melhor a dinâmica conflituosa destas relações de trabalho no Corredor Cafeeiro.

Termos, cláusulas e exigências: o que se ajustava nos contratos?

Os contratos de trabalho eram acordados verbalmente ou firmados por cláusulas escritas. Estas podiam ser apensadas nos processos cíveis ou reconstituídas nos depoimentos das partes e/

37 Além destas imposições contratuais, as Câmaras Municipais também obrigavam que “todo o habitante do município, chefe de família ou de estabelecimento rural a título de proprietário, de administrador, arrendatário, ou de colono, meeiro ou parceiro, fica obrigado a concorrer anualmente com 2 dias de serviço para a reconstrução e conservação das estradas do município, na forma desta resolução” de 23 de fevereiro de 1904, aprovada pelos vereadores de Vassouras. Ver: ETMP/IPHAN: Atas da Câmara Municipal de Vassouras (1897-1909), pp. 142-142v.

ou das testemunhas durante a audiência. Apesar da aparente formalidade dos contratos escritos, os termos e ajustes de trabalho eram bastante precários e instáveis no tempo e no espaço. Na leitura das cláusulas, era possível avaliar uma luta jurídica em cada disposição estipulada. As partes se contradiziam nos depoimentos e as testemunhas referendavam o que acreditavam ter sido ajustado no momento considerado. No caso dos contratos verbais, tais discrepâncias eram mais recorrentes. De qualquer forma, os significados de cada termo contratual eram disputados entre o patrão que queria explorar e lucrar com o cultivo do outro e o camponês que buscava sua autonomia produtiva nas fazendas (Alvarenga, 2019; 2022; 2024).

Começamos com os contratos que fixavam o camponês à terra. Estes contratos começavam com um convite ao trabalhador que quisesse morar na propriedade para cultivá-la dentro de algumas condições pré-estabelecidas. Logo, o domínio útil era concedido ao camponês, mas não o domínio direto confirmado somente pelo título da propriedade (Grossi, 2006, pp. 49-56). Entretanto, o acesso estável à terra era constrangido por uma retribuição obrigatória ao proprietário do terreno. Nos termos de Karl Marx, esta recompensa ao proprietário poderia se dar no formato da renda em dinheiro, produto ou trabalho (Marx, 2017, pp. 850-62).

Em nossa pesquisa, identificamos que a renda paga em dinheiro (réis) era recorrentemente atribuída ao “arrendatário”. O capitão Mizael Soares Ferreira Lopes, por exemplo, decidiu arrendar seu prédio a Victorino Correia de Mesquita Guimarães pelo espaço de 3 anos, “a razão de 200\$000 anuais e mais a quantia adicional de 100\$000 em cada ano” ajustada pelo contrato. A casa servia para o pequeno negócio na freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença, e o acordo era que o pagamento ocorresse “de três em três meses”, sempre renovados no final de cada ano (AMJERJ/CCPJ, Despejo, 1893, pp. 2-12v).

As relações de arrendamento, dessa forma, poderiam compreender as terras de um sítio, de uma casa de morada, de um pequeno negócio, de um “prédio rústico” ou urbano, e até mes-

mo congregaria aqueles terrenos já aforados, nos quais o foreiro poderia arrendar terrenos a outros, que deveriam pagar os arrendamentos para aqueles lavradores que já pagavam o foro. Este foi o caso de José Loureiro que, senhor e possuidor de um prédio aforado à Fazenda Imperial de Santa Cruz (Pedroza, 2018; 2020), arrendou a Sabino Antônio Damasceno pelo “preço de 20\$000 réis mensais” um pedaço deste terreno em julho de 1886 (ETMP/IPHAN, Despejo, 1888, pp. 2-14v).

Neste mesmo povoado de Rodeio, em Vassouras, percebemos que a prática de subarrendamento era bastante comum na região. Na cessão de direitos de uma chácara que fez Antonio Manoel de Castro Portugal Júnior a Luiz de Souza Rabelo, identificamos os seguintes termos:

Art. 1.º: que este arrendamento é por tempo de 7 anos consecutivos a começar hoje e acabar no dia 19 de fevereiro do ano de 1899. Art. 2.º: que o locatário ficará obrigado a pagar de renda anual 144\$000 réis sendo feito este pagamento mensalmente da quantia de 12\$000 mil réis. Art. 3.º: que o locatário ficará obrigado a conservar limpa e habitada a casa da chácara, não podendo servir dela senão para habitação. Art. 4.º: que faltando o locatário ao pagamento da renda no prazo convencionado e ao cumprimento das outras obrigações a que fica sujeito por este contrato, poderá o senhorio despedi-lo ainda antes de findar o arrendamento, arrendando a outrem a propriedade, com direito a exigir do locatário a indenização da diferença que houver para menos na renda durante os ditos 7 anos. Art. 5.º: que o locatário ficará obrigado a cultivar a chácara arrendada ou aliás responderá pelas perdas e danos que o senhorio sofrer, além de poder ser despedido. Art. 6.º: que o locatário ficará obrigado a pagar todas as contribuições gerais, estaduais e municipais, presentes e futuras, relativamente à propriedade arrendada. Art. 7.º: que o locatário poderá fazer no prédio ou na parte rústica as benfeitorias tanto necessárias como úteis que quiser, mas não pedirá indenização por elas. Art. 8.º: que

o locatário não poderá sublocar este arrendamento nem ceder o seu direito como locatário sem expressa licença dele senhorio. Art. 9.º: que ele outorgante senhorio se obriga a conservar a propriedade arrendada no estado que atualmente está, própria para uso que é destinada, de modo que o locatário goze dela sem estorvo nem embaraço durante os ditos 7 anos [...]. Art. 10.º: que o senhorio e o locatário ficam obrigados por si e seus sucessores a responder pelo cumprimento deste contrato perante à justiça deste município onde escolhem domicílio para este fim. [...]. Art. 11.º: o senhorio declara em tempo que o terreno onde se acha edificada a chácara arrendada são pertencentes a Manoel Joaquim Marquês Braga, o qual nesta data dá pleno consentimento ao senhorio para fazer livre e desembaraçadamente este arrendamento o qual assina com o arrendatário e testemunhas de que dou fé. [...]. Rodeio, 19 de fevereiro de 1892 (ETMP/IPHAN, Despejo, 1896, pp. 27-31).

Pelo contrato de arrendamento, percebemos que Antônio Manoel de Castro Portugal Júnior já era arrendatário de Manoel Joaquim Marques Braga (Idem, pp. 24-6). A renda da terra em dinheiro era extraída pelo senhorio. O arrendatário decidiu fazer o mesmo, subarrendando a chácara ao sublocatário Luiz de Souza Rabelo. Este, por sua vez, deveria pagar a renda em dinheiro e teria que conservar limpa e habitável a casa de sua moradia. Caso não cumprisse com as demandas do arrendador, poderia ser expulso e não seria indenizado por nenhuma produção que fizesse no tempo estipulado pelo contrato. Além disso, não poderia transpassar seu domínio útil a outrem e nem ceder “o seu direito como locatário sem expressa licença” do senhorio.

Em outros casos, os arrendamentos eram mais informais, sendo acordada a mudança das cláusulas de acordo com o tempo, sem a mediação de contratos escritos formalizados no cartório. O doutor Luiz Gomes de Souza Telles, por exemplo, acordou verbalmente com Miguel Gonçalves Ribeiro o arrendamento de um cafezal na Fazenda de São José (ETMP/IPHAN, Despejo, p.

2). Segundo foi dito, em 1889, o arrendatário “veio a convite do autor” tomar a seu cargo a lavoura de café “onde devia fazer a sua casa de residência” para plantar, cultivar e se estabelecer por ali. Produziu diversas benfeitorias e alegou que

no primeiro ano, foi condição do contrato não pagar nenhuma renda, porque o cafezal estava abandonado e coberto de mato; depois começou a pagar 40\$000 réis anuais; e, finalmente, 140\$000 réis: a renda foi crescendo à proporção que o trabalho do réu tornava a lavoura mais florescente. [...] o contrato de arrendamento era pago no fim de cada ano, continuando no ano seguinte, e pago a firma Doutor Teles & Filhos, que é o mesmo autor em comunhão com seus filhos e que adaptou esta firma. [...] o arrendamento do corrente ano [de 1894] ainda não está findo, não é o réu obrigado a pagar a renda enquanto não se terminar o ano, nem pode ser despejado. Ainda mais [...] que o despejo não tem cabimento sem o réu ser previamente indenizado das benfeitorias que fez [...]: uma casa assoalhada coberta de sapê com duas divisões, um lanço coberto de telha, dois pastos cercados, um curral de porcos, cerca de 5 mil pés de café recentemente plantados, inhamaís, duas hortas fechadas, um galinheiro, um chiqueiro, parte ladrilhado de pedra, consertos num rancho que existiu no lugar, transformando-o em casa de habitação, fazendo paredes e colocando portas e janelas. [...] todas estas benfeitorias [o réu] fez com consentimento tácito do autor, eram consequências do arrendamento, e as fez a vista de todos com ciência e paciência do mesmo autor. Deste modo, 11.º que não pode ser despejado enquanto não se findar o ano do arrendamento [em janeiro de 1895] e não for pago das suas benfeitorias (idem, pp. 13-5).

Vemos que a cobrança da renda da terra em dinheiro só foi ativada quando as produções agrícolas do camponês começaram a render seus frutos, o que “tornava a lavoura mais florescen-

te”. Crescendo à proporção do trabalho de Miguel Gonçalves Ribeiro, as rendas cobradas em dinheiro foram estabelecidas e cobradas no final de cada ano. Aconteceu que o proprietário decidiu rescindir este contrato mutável, pois “só por tolerância ali tem permanecido até hoje” aquele camponês. Os contratos verbais eram, dessa forma, bastante instáveis e podiam modificar a qualquer momento. Neste entremeio, a renda paga em dinheiro era o elemento menos importante para os patrões e fazendeiros: o produto do trabalho dos camponeses era o bem mais visado pelos exploradores. Daí a reivindicação abrupta de despejar os arrendatários que produziam, pois assim conseguiriam apropriar-se das plantações cultivadas no decorrer dos anos em que eles viveram nas fazendas.

Em vista disso, a renda da terra também poderia ser recompensada ao proprietário em produto. Neste caso, o camponês deveria plantar e cultivar os gêneros agrícolas e, ao final da colheita, dar uma parte da produção ao dono. Na maioria das vezes, o acordo compreendia a meação dos frutos. Este foi o caso de Bernardo José de Freitas, administrador da fazenda Paraíba, que “contratou verbalmente com João de Deus da Cruz Venâncio” a colheita do café de um sítio “a meias, com a condição de, dito Venâncio, fazer previamente a capina do cafezal, permitindo-lhe também residir no mesmo sítio” (ETMP/IPHAN, Despejo b, 1890, pp. 2-3). Os parceiros, dessa forma, eram chamados de meeiros.

Bento Alves Coutinho também firmou um contrato de meação sobre 8 mil pés de café nas seguintes condições: “A – tratar das árvores e colher os frutos de parceria; B – colher para si todos os [de]mais frutos das plantações que fizesse sem obrigação de dividi-los; C – construir casas a sua custa para moradia, mais acomodações e ferraria”. No entanto, a proprietária da fazenda e seu administrador detalharam mais algumas condições (ETMP/IPHAN, Despejo a, 1890, pp. 22-5). Segundo eles, o meeiro deveria:

- a) tratar Coutinho das árvores, do café que para si reservou, e colher os frutos de parceria; b) colher para si os frutos de cereais plantados entre os cafezais e dois terços dos plantados

em terreno a esse fim unicamente destinado; c) fazer a replanta do cafezal; d) dar seus referidos cafezais nunca menos de três capinas; e) ser-lhe vedado possuir animais de espécie alguma, podendo somente ter porcos e galinhas convenientemente guardados; f) no caso de não convir a sua permanência nas terras da fazenda pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas convencionadas, seriam avaliadas as benfeitorias que fizesse; g) construir à sua custa casa para moradia e mais acessórios; [...] que o cafezal que ficou a cargo de Coutinho era novo, foi pela primeira vez entregue por meação, e quem dele tirou a primeira colheita foi Coutinho (idem, pp. 31-3).

Segundo os termos deste contrato, evocados pelos patrões de Bento Coutinho, a parceria agrícola seria restringida de diferentes formas. Os frutos dos outros gêneros agrícolas, que não o café, seriam bem delimitados e o meeiro não teria a liberdade de plantá-los fora do terreno “a esse fim unicamente destinado”. Além disso, não poderia possuir animais “de espécie alguma”. Esta era uma clara imposição agrícola para que o parceiro priorizasse a produção cafeeira ao invés das atividades de pastoreio, condição esta que reduzia ainda mais a autonomia camponesa. O café era tão reiterado a ponto de o contrato impor ao parceiro que ele replantasse e capinasse a plantação “nunca menos de três” vezes.

A capina do cafezal era uma atividade sempre reiterada pelos patrões, pois os meeiros não dedicavam todas suas forças para isso. Alguns deles contratavam outros trabalhadores para tal tarefa, tendo em vista a sazonalidade e a intermitência desta atividade (Tessari, 2012, pp. 122- 7). De qualquer forma, percebemos um constrangimento da ação do meeiro, visto que ele teria que cultivar os pés de café – entregando a metade do total da colheita – e, além disso, capinar sempre o terreno para que não houvesse prejuízo nas plantações novas. Em algumas situações, a falta de disciplina na retirada das ervas daninhas, de passarinho, e na limpeza das fileiras agrícolas era outra acusação frequente dos contratantes, embora muitas destas atividades fossem evocadas

apenas na hora dos conflitos. Ou seja, não estavam efetivamente consensuadas e registradas nos termos de alguns contratos que eram reconstituídos nas audiências, como ocorreu na disputa travada entre o parceiro João Feliciano Demício e o proprietário da fazenda Paraíso, Manoel José Pereira (AMP, Despejo, 1913, pp. 2-5).

Na Fazenda Cachoeira Grande, o parceiro João Gonçalves dos Santos teria que derrubar “a porção de mato, que pretendesse cultivar”, plantar o café “na porção que derrubasse, podendo plantar os cereais e mais gêneros da lavoura”, e gozaria “livremente do produto das culturas que fizesse, por espaço de 5 anos, findos os quais dividiria com o proprietário o café, dando-lhe metade”, mas o “milho dando-lhe a terça parte” (APTJERJ/DEGEA, Despejo, 1893, pp. 10v-17v). Assim como os outros de sua condição social, este meeiro deveria entregar a metade dos pés de cafés cultivados ao dono e a outra metade plantada seria de sua propriedade. Contudo, foi-lhe cobrada também a terça parte de sua produção. A terça era direcionada aos outros gêneros agrícolas produzidos nas leiras intermediárias dos cafeeiros, como: milho, em especial, feijão, favas, arroz, frutas e cereais, de maneira geral. Logo, o meeiro de café também poderia ser “terceiro” para os outros cultivos alimentícios.

Em determinadas circunstâncias, o proprietário dizia ter arrendado a terra sob a meação dos frutos, como alegou Manoel Antônio Pereira Pancadaria quando estava colhendo o cafezal na situação do Triunfo com seus camponeses, em Pirai (AMP, Força Nova, 1894, pp. 43-58v). Apesar do termo arrendamento aparecer, os depoimentos frisaram sempre a condição de meiros trabalhando nos terrenos que foram arrendados. O arrendamento deixava explícita apenas a concessão do domínio útil. Mas a relação configurada era a de parceria agrícola sob o formato da meação dos frutos. Por este motivo, a categorização utilizada nesta pesquisa para discriminar o arrendatário do parceiro era a seguinte: a renda paga em produto ao proprietário era sempre realizada pelo “colono-parciário”; e aquela efetivada em dinheiro era contratada pelo “colono-arrendatário”.

Já a renda no formato de trabalho era direcionada aos prole-tários e empreiteiros que apareciam nas fazendas de café sazonal-mente. Neste íterim, a “mercadoria-trabalho” (Polanyi, 1980) era majoritariamente comprada pelos proprietários para explorar aqueles trabalhadores temporários que não haviam formalizado um contrato agrário que os fixassem à propriedade da terra. Os serviços esporádicos prestados nas unidades de produção retri-buíam ao dono o trabalho necessário e intermitente à perpetua-ção das atividades agrícolas, tendo seus executores remuneração assalariada de tempos em tempos. Em vista disso, a tese da “es-cassez de braços, [d]a ociosidade do trabalhador nacional e [d]a instabilidade dos trabalhadores” deve ser colocada entre muitas aspas. Isso porque mascarava “a outra face de uma mesma moeda: a das exigências altamente sazonais e incertas de trabalho numa economia agrícola pré-capitalista” (Tessarti, 2012, p. 154).

Francisco Luiz dos Santos Werneck, proprietário da Fazen-da das Cruzes, e Lindorf Moreira de Vasconcelos, que lhe com-prou as terras em seguida, celebraram um contrato de serviços com Manoel Catarino dos Santos no início da década de 1890. O acerto de trabalho foi atualizado apesar da mudança dos pro-prietários. Por este acordo, o trabalhador volante tomaria posse do terreno, devendo plantar o café “na razão de 4 mil pés por alqueire geométrico”; “tratar das árvores desde a plantação até completarem 4 anos”; “haver para si todo o produto do terreno ocupado pelos cafeeiros”, podendo disfrutar de todos os bens colhidos somente pelo período de 4 anos. “Findo o quatriênio”, deveria desocupar o terreno. Mas seriam pagos 150\$000 réis por cada pé de café colhido, “sem direito a nenhuma outra indeniza-ção” pelas benfeitorias construídas (ETMP/IPHAN, Manuten-ção de Posse, 1894, pp. 2-3, 42-47v).

De maneira inventiva, estes padrões buscaram conjugar a concessão do domínio útil usufruída por parceiros e arrendatários de maneira temporária, pois o trabalhador teria que desocupar as terras depois de 4 anos de serviço. Após esse tempo, os pés de café produzidos seriam remunerados em dinheiro, no valor de 150\$000 réis, sendo todo o trabalho acumulado no terreno retribuído, em

tese, pelo preço pré-fixado no contrato. A Fazenda das Cruzes foi transacionada pela terceira vez e Miguel Afonso Coimbra, o novo dono das terras, apoderou-se de 146 alqueires geométricos de café e mais outros bens deste “colono-empreiteiro”. Apesar dos juízes compreenderem que Manoel Catarino dos Santos não poderia peticionar por uma posse “juridicamente impossível”, pois o que o ligava à terra era somente um contrato temporário de empreitada agrícola, foi deliberado que ele só poderia retirar-se dali caso fossem pagos os 150\$000 réis por cada pé de café plantado ao longo dos 4 anos trabalhados (Idem, pp. 148-50).

Entre os arrendatários, parceiros e empreiteiros, ainda tínhamos os agregados e posseiros. Estes eram personagens do período escravista que reproduziram sua existência no imediato pós-abolição. A tentativa dos proprietários foi a de tentar convertê-los em trabalhadores úteis à fazenda, consentindo que eles morassem por algum tempo nas casas de vivenda. A intenção era transformar a agregação das terras em arrendamento ou parceria (Santos, 1984, pp. 136-7). Daí a tentativa recorrente de cobrar-lhes a renda da terra em dinheiro ou produto para que continuassem a viver nas unidades de produção. O argumento no qual “não mais convinha” que estes habitantes continuassem por ali, até porque eles “persistiam em habitar sem o consentimento dos senhores e possuidores” das terras, mascarava, na verdade, a recusa dos agregados em se sujeitarem aos ex-senhores escravistas (Alvarenga, 2019; 2020).

Dona Cecília de Almeida Moraes, fazendeira residente em Piraí, disse que até “emprestou a Manoel Bernardes da Fonseca Júnior uma casa coberta de telhas em terras de sua fazenda da Confiança”, localizada à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil, “para este morar enquanto a ela lhe aprouvesse.” Mas, considerando “inconveniente a continuação deste morador” a viver por ali, requereu em juízo o despejo em novembro de 1892. A arbitrariedade da ação foi confirmada pela justiça no mês seguinte, no dia 23 de dezembro de 1892 (AMP, Despejo, 1892, pp. 2-7). O agregado foi rapidamente expropriado, não sendo apresentado nenhum motivo aparente, a não ser a própria

vontade senhorial da fazendeira que tinha sua correspondência no voluntarismo do direito civil à la brasileira (CHALHOUB, 2003; PAES, 2019). Na fazenda Pocinho, do Comendador Domingos Farani, aconteceu uma situação parecida no mesmo ano de 1892. Lá, uma pequena casa de morada “que se achava ocupada a título gratuito por Joaquim Alves da Cunha” foi concedida “para moradia da liberta Constança”, sem o consentimento do proprietário. Este, por sua vez, procedeu à ação de despejo para que a liberta desocupasse o lugar, até porque não era de sua vontade que aquela situação continuasse (ETMP/IPHAN, Despejo b, 1892, pp. 3-5).

Em outros casos, agregados usufruíam dos recursos produtivos e construíam autonomia nas fazendas e situações, dedicando todo o trabalho agrícola para si e não para outros. Como José Thiago da Costa que, arranchado em uma casa na Serrinha, localizada na freguesia de São João Batista do Arrozal de Piraí, utilizou do engenho de açúcar “existente na situação” para moer canas que plantou naquela localidade (AMP, Despejo, 1897, pp. 2-4). Ou no caso de Arthur Floriano que, domiciliado no mesmo distrito do Arrozal de Piraí, “invadiu esses terrenos, penetrou nas capoeirinhas e foi fazer uma roça dentro da área dos referidos terrenos, derrubando, semeando, cercando e fazendo outros trabalhos, dizendo-se senhor de uma casa” situada no lugar Boa Vista. Apesar de Francisco da Silva Pires e sua mulher terem comprado 6 alqueires de terras nesta localidade, Arthur Floriano alegou em juízo estar de posse “há mais de 3 anos”, no lugar onde “cercou, onde edificou uma casa e tem plantado por diversas vezes roças, sem oposição de pessoa alguma” (AMP, Manutenção de Posse, 1898, pp. 2-3, 7-9v, 23-4).

Agregados e pequenos posseiros procuravam, dessa forma, sua autonomia produtiva. A afirmação de que viviam nas terras cultivando, mansa e pacificamente, com moradia habitual, era uma estratégia conduzida por estes atores para serem reconhecidos como legítimos confrontantes dos grandes fazendeiros e, em alguns casos, para peticionarem um “justo título” que legalizasse e/ou legitimasse suas ocupações produtivas (Alveal, 2022). Esta

luta se dava “nas fronteiras do poder” senhorial (Motta, 1998). Logo, a incidência dos agregados e posseiros no imediato pós-abolição era uma continuidade das tensões anteriores, dos tempos do Império, na época em que se tentou regularizar a propriedade com a Lei de Terras de 1850. De qualquer forma, esta camada intermediária era cada vez mais diluída no pós-abolição, aparecendo em pequena quantidade nos processos cíveis analisados. Convertidos em parceiros e/ou arrendatários, sujeitos ao pagamento da renda da terra, ou trabalhando como empreiteiros e nômades, sem acesso estável às roças, agregados e posseiros viviam em um limbo social no período entre 1888 e 1916.

Ante todo o exposto, foi entre as antigas e novas categorias agrárias que o mercado de trabalho camponês no Corredor Cafeeiro foi sendo gestado. O cotidiano do trabalho nas fazendas era composto, por um lado, pelas produções e colheitas dos parceiros, arrendatários, agregados e demais camponeses que viviam nas grandes propriedades e, por outro, complementado pelas empreitadas, serviços e tarefas executados por trabalhadores sazonais e volantes que apareciam de tempos em tempos nas unidades de produção. Os pequenos posseiros, sitiantes e vizinhos pobres também tinham sua importância econômica nas comunidades do entorno. Suas produções agrícolas dinamizavam os pequenos mercados e auxiliavam na subsistência da população local.

Conclusão

Neste capítulo, foi possível compreender a dinâmica das relações de trabalho pela análise dos contratos firmados entre os ex-senhores escravistas e os camponeses egressos do cativeiro no Corredor Cafeeiro entre 1888 e 1916 a partir dos processos de natureza cível. Na investigação destes contratos, identificamos uma diversidade de categorias agrárias que demonstravam os diferentes ajustes e acordos estabelecidos entre as partes. Todos labutavam na lavoura agrícola, produzindo café, gêneros

alimentícios e benfeitorias úteis às fazendas. Contudo, havia uma diferenciação social entre os camponeses.

Por um lado, teríamos aqueles que possuíam o domínio útil concedido pelas parcerias agrícolas e arrendamentos. Parceiros deveriam pagar a renda da terra em produto, no formato da meação dos cafezais e, em alguns casos, a terça parte da produção dos milhos e cereais era cobrada também. Arrendatários, na maioria das vezes, foram aqueles que pagavam a renda da terra em dinheiro, podendo cultivar e conservar os terrenos nos prazos estipulados e até subarrendar a terceiros, dependendo das cláusulas contratuais pré-estabelecidas.

De outro, teríamos o trabalho sazonal, intermitente e assalariado realizado pelos empreiteiros e trabalhadores volantes que não tinham acesso estável às roças, mas apareciam de tempos em tempos nas fazendas para a capina, limpeza e colheita dos cafezais (Tessari, 2012, pp. 13-32). A força de seu trabalho era remunerada em dinheiro, seja no formato de diárias, jornal e salários mensais; ou a “seco”, sem alimentação concedida, e “a molhado”, com alimentação incluída (Mattos; Rios, 2007).

No entremeio entre estes contratos estabelecidos, ainda tínhamos os agregados e posseiros do período escravista. A pequena incidência destes tipos sociais nos processos cíveis era explicada pela diluição destas categorias no pós-abolição. Isso porque o projeto dos proprietários era o de transformá-los em parceiros e/ou arrendatários submetidos ao pagamento de rendas para reproduzirem sua morada nas fazendas ou expropriá-los, pura e simplesmente. De qualquer forma, eles ainda apareciam nas contendas judiciais resistindo às imposições contratuais e buscando tocar suas vidas de maneira independente. Apossando-se de terras na vizinhança ou mantendo sua morada nos “prédios rústicos” humildes emprestados por seus ex-senhores, agregados e posseiros continuaram resistindo ao longo do século XX, transformando-se e sendo transformados nos processos de formação e reprodução das fazendas, como nos atestou Margarida Moura (1988) em sua pesquisa de campo no sertão mineiro entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

O mercado de trabalho camponês no Corredor Cafeeiro no pós-abolição foi experimentado por estes contratos de trabalho instáveis, conflituosos e bastante arbitrários. Entre o fim da escravidão e a aprovação do Código Civil de 1916, identificamos um processo de “privatização da execução dos contratos” de trabalho que tornava os limites da legalidade pouco nítidos (Mohapatra, 2010). Apesar das tentativas de judicialização das contendas que buscavam solucionar os conflitos trabalhistas nos juízos municipais, o cotidiano dos camponeses era marcado por frequentes rescisões expropriatórias que não só finalizavam as relações de trabalho até então estabelecidas, mas também resvalavam no despejo e na expulsão da terra daqueles parceiros e arrendatários que um dia tocaram suas vidas nas fazendas.

Fontes consultadas

Acervo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (APTJERJ/DEGEA)

Processos cíveis da comarca de Valença (1888-1916)

APTJERJ/DEGEA: Nome da parte 1: Dona Isabel Carolina Teixeira Leite Guimarães por seus filhos menores Alfonso, Letícia e Maria Gabriela, Custódio Ferreira Leite Guimarães e sua mulher, Doutor Francisco Teixeira Leite Guimarães e sua mulher, João Evangelista Conteiro Bastos e sua mulher e Fausto Leite Guimarães, Nome da parte 2: João Gonçalves dos Santos e sua mulher. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1893. Comarca: Valença – Santa Tereza. Caixa: 01.769.060-2.

Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (AMJERJ/CCPJ)

Processos cíveis da comarca de Valença e de Barra do Piraí (1888-1916)

AMJERJ/CCPJ: Nome da parte 1: José Teixeira Alves Machado, Nome da parte 2: João Soares Brito. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1889. Comarca: Valença. Caixa: 1723/D. RG: 016435. Códice: 17226.

AMJERJ/CCPJ: Nome da parte 1: Maria Izabel de Souza Lima e Jesuína de Souza Leal, Nome da parte 2: Galdino de Mello, João Silva,

- Felipe de Tal, Alberto de Tal e Sebastião Monteiro. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1890. Comarca: Valença. Caixa: 1752/A. RG: 016803. Códice: 17594.
- AMJERJ/CCPJ: Nome da parte 1: Maria Isabel de Souza Lima e Jesuína de Souza Leal, Nome da parte 2: Galdino de Mello, João Silva, Felipa de Tal, Alberto de Tal e Sebastião Monteiro. Ação: Cível – Embargo. Comarca: Valença. Ano do Processo: 1890. Caixa: 1724. RG: 016455/D. Códice: 17246.
- AMJERJ/CCPJ: Nome da parte 1: Capitão Mizael Soares Ferreira Lopes, Nome da parte 2: Victorino Correia de Mesquita Guimarães. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1893. Comarca: Valença. Caixa: 1451/A. RG: 013744. Códice: 14535.
- AMJERJ/CCPJ: Nome da parte 1: O Comendador Antônio Moreira de Azevedo, Nome da parte 2: Cyrillo Messias. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1894. Comarca: Barra do Pirai. Caixa: 2016. RG: 019970/D. Códice: 20761.
- AMJERJ/CCPJ: Nome da parte 1: O Comendador José Joaquim França Júnior, Nome da parte 2: Manoel de Jesus Costa. Ação: Cível – Notificação. Ano do Processo: 1894. Comarca: Barra do Pirai. Caixa: 2015. RG: 019968/D. Códice: 20759

Arquivo Municipal de Pirai (AMP)

Processos cíveis da comarca de Pirai (1888-1916)

- AMP: Nome da parte 1: Dona Cecília de Almeida Moraes, Nome da parte 2: Manoel Bernardes da Fonseca. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1892. Comarca: Pirai. Código: 004.01.30.32
- AMP: Nome da parte 1: João Pereira Lopes e Manoel Pereira Lopes, Nome da parte 2: Manoel Antônio Pereira Pancadaria. Ação: Cível – Força Nova. Ano do Processo: 1894. Comarca: Pirai. Código: 004.01.44.10
- AMP: Nome da parte 1: José Antonio Ribeiro Sobrinho, Nome da parte 2: José Thiago da Costa. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1897. Comarca: Pirai. Código: 004.01.30.34
- AMP: Nome da parte 1: Francisco da Silva Pires e sua mulher, Nome da parte 2: Arthur Floriano. Ação: Cível – Manutenção de Posse. Ano do Processo: 1898. Comarca: Pirai. Código: 004.01.67.14
- AMP: Nome da parte 1: Lucas José da Silva, Nome da parte 2: Manuel Vieira Barbosa e sua mulher. Ação: Cível – Manutenção de Posse. Ano do Processo: 1899. Comarca: Pirai. Código: 004.01.67.16.

AMP: Nome da parte 1: Manoel Vieira Barboza e sua mulher, Nome da parte 2: Miguel José da Silva. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1899. Comarca: Piraiá. Código: 004.01.30.35.

AMP: Nome da parte 1: Manoel José Pereira, Nome da parte 2: João Feliciano Demício. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1913. Comarca: Piraiá. Código: 004.01.30.37

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Livro nº 575 – Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro Dr. Alberto de Seixas Martins Torres pelo Secretário das Obras Públicas e Industriais, Dr. Hermogenio Pereira da Silva. “Anexo A – Questionário constante da Circular n. 3 de 20 de janeiro do corrente ano [1898] e respostas dadas pelas Câmaras Municipais”. 1.º Volume. Rio de Janeiro: Papelaria Jeronymo Silva, 1898, pp. 61-250.

Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro

BRASIL. *Questionários sobre as condições da agricultura dos municípios do estado do Rio de Janeiro*. In: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de Estatística, 1913, 179 fls. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000382&m=703&n=00087 e <http://memoria.org.br/pub/meb000000382/00087/00087004.pdf>. Acesso em: 18/11/21.

Escritório Técnico Médio-Paraíba do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ETMP/IPHAN)

Processos cíveis da comarca de Vassouras (1888-1916)

Livro de Atas de Sessões da Câmara Municipal de Vassouras (1897-1909)

ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: José Loureiro, Nome da Parte 2: Sabino Antonio Damasceno. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1888. Comarca: Vassouras. Código: 101.663.455.013.

ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: Serafim Côrrea da Silva, Nome da Parte 2: Bento Alves Coutinho. Ação: Cível – Despejo b. Ano do Processo: 1890. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.036.019.

ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: Bernardo José de Freitas, Nome da Parte 2: João de Deus da Cruz Venâncio. Ação: Cível – Despejo a. Ano do Processo: 1890. Comarca: Vassouras. Código: 101.663.455.014

- ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: Antonio Joaquim Gomes, Nome da Parte 2: João Jacintho de Medeiros. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1891. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.041.001.
- ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: José Manoel de Freitas, Nome da Parte 2: Gregório da Costa Cortes. Ação: Cível – Despejo a. Ano do Processo: 1892. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.041.004.
- ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: Comendador Domingos Farni, Nome da Parte 2: A Liberta Constança. Ação: Cível – Despejo b. Ano do Processo: 1892. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.041.003
- ETMP/IPHAN: Nome da parte 1: Manoel Catarino dos Santos, Nome da parte 2: Miguel Afonso Coimbra. Ação: Cível – Manutenção de Posse. Ano do Processo: 1894. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.352.001
- ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: João Luiz de Barros e sua mulher Amélia da Silva Reis, Nome da Parte 2: Luiz Maria de Souza Rabello e sua mulher Perciliana de Souza Rabello. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1896. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.041.006.
- ETMP/IPHAN: Nome da Parte 1: Luiz Gomes de Souza Telles, Nome da Parte 2: Miguel Gonçalves Ribeiro. Ação: Cível – Despejo. Ano do Processo: 1894. Comarca: Vassouras. Código: 103.664.041.005

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-U-FAM, 2008.
- ALVARENGA, Felipe de Melo. *De Terras Indígenas à Princesa da Serra Fluminense*: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX). Jundiáí/SP: Paco Editorial, 2019.
- ALVARENGA, Felipe de Melo. “Os percalços da propriedade cafeeira: a transformação dos direitos de propriedade na formação e na reprodução das fazendas de café em Valença (Província do Rio de Janeiro, 1850-1888).” *Tempos Históricos*, vol. 24, n.º 2, 2020, pp. 446-486.

- ALVARENGA, Felipe de Melo. “Terra e trabalho no Vale do Paraíba Fluminense no pós-abolição (Piraí, Valença e Vassouras, 1888-1916)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz. (org.). *Múltiplos olhares sobre o Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2021, pp. 105-129.
- ALVARENGA, Felipe de Melo. “A autonomia produtiva na propriedade cafeeira: os pequenos produtores na defesa de seu trabalho e de suas benfeitorias na cidade de Valença (1850-1888).” *Dimensões – Revista de História da UFES*, Vitória, n.º 49, 2022, pp. 263-284.
- ALVARENGA, Felipe de Melo. *Terra e Trabalho na “crise” do Corredor Cafeeiro: projetos senhoriais, crimes cotidianos e contratos de trabalho entre o final da escravidão e o pós-abolição (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1916)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024, 400 fls.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Senhorios Coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América Portuguesa*. Niterói: Editora Propietas, 2022.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O Ofício da Liberdade: trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *Mães infames, filhos venturosos: trabalho, pobreza, escravidão e emancipação no cotidiano de São Paulo (Século XIX)*. São Paulo: Alameda, 2020.
- AZEVEDO, Gislane Campos. “A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil”. *História Social*, Campinas, n.º 3, 1996, pp. 11-36.
- BAPTIST, Edward E. *A metade que nunca foi contada: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- BERNARDO, Maria Eloah. *Famílias negras entre negociações e resistências: as ações de tutela e a coerção do trabalho de ingênuos e libertos no Juízo de Órfãos de Piraí (1870-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o capira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COSTA, Carlos Eduardo. *“Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”*: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Appris, 2020.
- COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. *Liberdade Fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, Século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022, 248 fls.
- DEZEMONE, Marcus. *Do Cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense – Niterói, 2008, 300 fls.
- FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: EdUnicamp, 2006.
- FONER, Eric. *Reconstruction: America’s Unfinished Revolution (1863-1877)*. New York: HarperCollins Publishers/Harper Perennial, 2014.
- FRY, Peter; VOGT, Carlos. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GEREMIAS, Patrícia Ramos. *“Como se fosse da família”*: arranjos formais e informais de criação e trabalho de menores pobres na cidade do Rio de Janeiro (1860-1910). Tese (Doutorado em História). Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920)*. Niterói: Editora da UFF, 2009.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- GROSSI, Paolo. *História da Propriedade e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- HOLT, Thomas C. *The Problem of Freedom: race, labor and politics in Jamaica and Britain (1832-1938)*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas: Papirus, 1988.
- LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX.” *Topoi*, vol. 6, n.º 11, jul-dez. 2005, pp. 289-326.
- MARQUES, Leonardo. *Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- MARX, Karl. “Gênese da renda fundiária capitalista.” In: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.” *Topoi*, vol. 5, n.º 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. “Para além das senzalas: camponato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição.” In: CUNHA, Olívia Maria; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 55-78.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil do século XIX.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 32, n.º 64, 2012, pp. 45-60.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; SANTOS, Ana Maria dos. “Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminense (1870-1903)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 6, n.º 11, set. 1985/fev. 1986, pp. 85-98.

- MOHAPATRA, Prabhu. “Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926)”. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 14, n.º 26, 2010, pp. 51-92.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Posseiros no Oitocentos e a Construção do Mito Invasor no Brasil (1822-1850).” In: ZARTH, Paulo; MOTTA, Márcia (org.). *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008, pp. 85-103.
- MOURA, Margarida. *Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- PAES, Mariana Armond Dias. *Escravidão e Direito: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)*. São Paulo: Alameda, 2019.
- PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- PEDROZA, Manoela da Silva. “Desafios para a História dos Direitos de Propriedade da Terra no Brasil”. *Em Perspectiva [On Line]*: vol. 2, n.º 1, 2016, pp. 7-33.
- PEDROZA, Manoela da Silva. *Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil*. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, 663 fls.
- PEDROZA, Manoela da Silva. *Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)*. Jundiá: Paco Editorial, 2020.
- PESSOA, Thiago Campos. *O Império da Escravidão: o complexo Breves no Vale do Café (Rio de Janeiro, c. 1850 – c. 1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição: Famílias Negras em Paraiíba do Sul, 1872-1920*. Dissertação (Mestrado em História).

- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1990, 135 fls.
- RIOS, Ana Maria Lugão. *My Mother Was a Slave, But Not Me: Black Peasantry and Local Politics in Southeast Brazil, c. 1870-c. 1940*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Minnesota – Minnesota, 2001, 240 fls.
- RIOS, Ana Maria Lugão. “Campesinato negro no período pós-abolição: repensando *Coronelismo, enxada e voto*.” *Cadernos IHU Ideias*, Unisinos, São Leopoldo, n.º 76, 2007, pp. 1-20.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural Reform and the Idea of Decadence in the State of Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Texas – Austin, 1984, 360 fls.
- SILVA, Ligia. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: EdUnicamp, 2008.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: EDUSC, 2007.
- STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro (Sergipe, 1850-1930)*. Aracajú: FUNCAJU, 2000.
- TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- TOMICCH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011.
- URRUZOLA, Patricia. *Mães e filhos tutelados: família, trabalho e liberdade no pós-abolição (Vassouras e Rio de Janeiro, 1880-1900)*. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- XAVIER, Regina Célia Lima. “Tratos e contratos de trabalho: debate em torno de sua normatização no século XIX”. *História em Revista*, vol. 10, n.º 10, 2004.

CAPÍTULO 5

A Fazenda Fortaleza de Santana e o passado que não passa: trabalhadores em dois séculos de resistência e lutas (c. 1806– 2025)³⁸

*Elione Silva Guimarães
Luiz Fernando Saraiva*

Localizado no município de Goianá, o assentamento [Denis Gonçalves] é um dos maiores do estado [de Minas Gerais] com mais de 4,683 mil hectares, sendo a maior

38 A presente pesquisa foi apresentada em versões iniciais em eventos anteriores como o 20.º Seminário de Diamantina (2022) e o XV Congresso Brasileiro de História Econômica & 16.ª Conferência Internacional de História de Empresas ABPHE, Osasco, (2023). Os autores agradecem os comentários e sugestões dos participantes das mesas e, em particular ao professor Pedro José de Oliveira Machado pelo diálogo constante e pela erudição de sempre. Assentamento Denis Gonçalves: 12 Anos de resistência e esperança – MST. Disponível em <https://mst.org.br/2022/03/25/assentamento-denis-goncalves-12-anos-de-resistencia-e-esperanca/> acessado em 19 de outubro de 2023.

*parte reserva legal, uma vasta reserva de mata atlântica intocada, o que permite grande preservação da fauna e flora local. Só em observação de aves é possível identificar mais de 260 espécies diferentes, um paraíso para observadores, contando com uma diversidade maior que o Parque nacional da Tijuca (157 espécies), Serra do Brigadeiro (160 espécies) e Parque estadual de Ibitipoca (141 espécies). [...] Ter ocupado essas terras é uma grande conquista para o MST, por conta de toda simbologia que tem esse latifúndio antes de se tornar assentamento, símbolo do café e da exploração de trabalhadoras e trabalhadores, a ocupação representa conquista e liberdade. Todos os ex-trabalhadores da fazenda hoje também são assentados e assentados da reforma agrária, muitos deles viveram desde o início de suas vidas aqui e foram explorados e hoje com a conquista das terras desde 2013, com a rebeldia que foi necessária e a ousadia de ocupar esse antigo latifúndio é que a gente tem um assentamento*³⁹.

A Fazenda Fortaleza de Santana pode ser considerada uma das mais emblemáticas propriedades rurais do século XIX no assim chamado ‘ciclo do café’. Situada na Zona da Mata mineira, atual município de Goianá, parte integrante da Bacia do Vale do Rio Paraíba do Sul, a propriedade recebeu a visita de ilustres personagens como o Imperador D. Pedro II e sua comitiva, naturalistas como Louis Agassiz e sua esposa Elisabeth Cary Agassiz, Charles Frederick Hartt e Auguste François Marie Glaziou, o engenheiro Claude-Henri Gorceix, os fotógrafos Marc Ferrez e Revert Henry Klumb e diversas outros personagens como o Conde de Gobineau, o médico e também naturalista Manoel Basílio de Furtado, o Visconde de Cavalcanti, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o botânico Ladislau de Souza Mello Netto, o jornalista Augusto Emílio Zaluar, entre outras autoridades e ‘homens de Estado’.

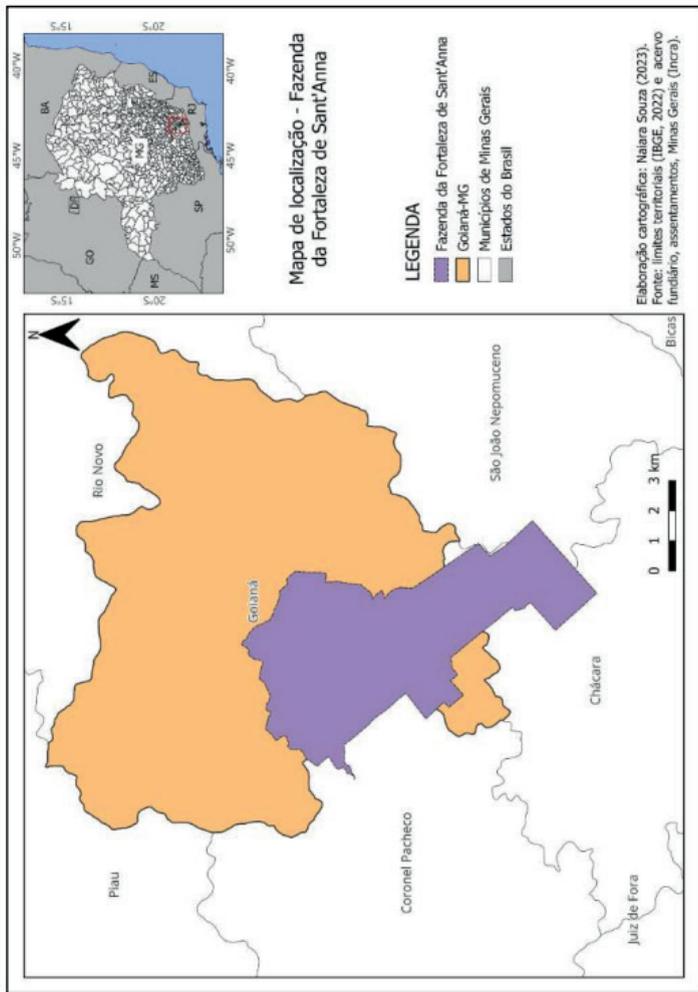
39 Assentamento Denis Gonçalves: 12 Anos de resistência e esperança – MST. Disponível em <https://mst.org.br/2022/03/25/assentamento-denis-goncalves-12-anos-de-resistencia-e-esperanca/> acessado em 19 de outubro de 2023.

Não tão ilustres foram milhares de homens e mulheres que viveram e trabalharam na propriedade entre os séculos XIX e XX; ao longo da sua formação (1806-1860), auge (1860-1920), declínio (1920- 2010), dissolução (2010- 2013), ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e desapropriação, dando origem ao acampamento Denis Gonçalves (2013-2024).

Não é casual, assim, a escolha da Fazenda Fortaleza de Santana/Assentamento Denis Gonçalves para a elaboração de um capítulo que busca compreender as questões relacionadas ao mundo do trabalho, as lutas e resistências cotidianas dos trabalhadores. As características do Assentamento, acima nomeadas, tais como sua extensão territorial, a economia desenvolvida por seus ocupantes e a diversidade das pessoas que, em tempos distintos e/ou concomitantemente habitaram sua área, por si só, apontam a riqueza de possibilidade de exploração de questões relacionadas ao mundo do trabalho e à **produção** em nosso país nos últimos 200 anos.

Esse trabalho, portanto, busca analisar, na longa duração, a bicentenária Fazenda Fortaleza de Santana com ênfase nas condições de vida e trabalho de seus habitantes. As seções acompanham, grosso modo a cronologia apresentada da fazenda e as fontes, bibliografia e referenciais teóricos serão apresentados ao longo do texto. ´

Mapa Delimitação territorial da Fazenda Fortaleza de Santana 2023



FONTE.: Souza e Santos, 2023, p. 182.

A História antes da História, apontamentos do povoamento da Zona Mata mineira antes da sua colonização

Sabemos muito pouco das ocupações e grupos étnicos que habitavam o território atual da Zona da Mata mineira e suas adjacências para antes do século XVI e mesmo entre os séculos XVI e XVIII. Isso porque as regiões, compreendida entre o litoral da região centro-sul e os municípios da região mineradora, ficaram praticamente ausentes de uma colonização mais sistemática. Do litoral do Rio de Janeiro (1565) até a cidade de Vila Rica (1711) distante quase 400 quilômetros pelo interior do país, a “mata” ou “áreas proibidas”, como era genericamente chamada, se constituía em fronteiras ou *sertões*, termo polisêmico que significava no século XIX para a região em terras habitadas por bestas, feras, foragidos da justiça, quilombolas e, obviamente, os povos originários (Saraiva, 2008, pp. 224-8).

Entre os povos que habitavam a região centro-sul do país, destacam-se os Puris, Coroados e Botocudos. A etnografia tradicional (que tem sua origem em Phillipe Von Martius) classificava os grupos do interior do Vale do Rio Paraíba do Sul como *Jê* ou, mais modernamente, como o tronco etno-linguístico *Macro-Jê*, em oposição aos habitantes autóctones do litoral que pertenceriam ao tronco *Tupi*. Os estudos dos relatos dos viajantes não desfizeram esta confusão, ao contrário, existem hoje várias teorias conflitantes sobre a origem dos nativos da região se ligados a linhagens *Jê*, ou *Tupi*, ou de uma tradição local denominada *Una*, ou ainda subgrupos que se formaram das interações estabelecidas a partir da invasão europeia. Aparentemente teriam ocorrido processos de migrações internas desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus no século XVI, sendo que grupos *Goitacás* (de origem *Tupi*) teriam ‘subido’ a Serra do mar fugindo do litoral e se misturando aos grupos locais (Hemming, 1997; Loures Oliveira, 2004, p. 53).

Simbolicamente, para a construção de uma identidade e nacionalidade brasileira, dentro da área da sesmaria, que formou a fazenda Fortaleza de Santana, encontra-se a Pedra da Babilônia. Nesse local foram encontrados vários corpos mumificados dos quais, três, a de uma mulher, uma criança recém-nascida e outra de um ano de idade, foram doadas ao Imperador D. Pedro II, por volta de 1874, e despertaram desde cedo grande interesse entre os arqueólogos. Esse conjunto de múmias, datadas posteriormente como tendo 600 anos – antes, portanto, do próprio processo de ocupação do território brasileiro pela colonização lusa – tornou-se uma das peças mais emblemáticas do Museu Nacional, até a sua destruição pelo incêndio que acometeu a instituição em 2018. A análise dos tecidos encontrados no conjunto indicou que, provavelmente, elas pertenciam à cultura Maxakali que habitava a região à época do descobrimento (Beltrão et al., 1986).

A descoberta das indígenas mumificadas é importante no contexto da construção das relações de sociabilidade dos proprietários da fazenda com as esferas do poder central e da própria construção de uma “identidade senhorial brasileira”; no entanto, essa mulher e suas duas supostas filhas pouco nos dizem dos povos originários que habitaram a região e das formas como os mesmos foram incorporados à sociedade que se construiu a partir do final do século XVIII e durante o século XIX.

Os relatos sobre a descoberta de um dos poucos corpos mumificados naturalmente no Brasil ocorreram a partir de 1871 no conjunto de “Pedras” que compunham o relevo da região e que mais tarde irão dar a denominação de “fortaleza” para a fazenda. As pedras da Babilônia, da Boa Vista e dos Índios eram na verdade grande maciços que por possuírem cavernas naturais foram utilizados pelos povos originários para sepultamentos. Segundo o relatório de Frederick Hartt de 1875, as primeiras notícias sobre as cavernas e corpos são datados de 1871, encontrado por caçadores e relatado pelo administrador da Fazenda, à época um Sr. Antunes. Muito provavelmente, o então proprietário da fazenda, Mariano Procópio Ferreira Lage

(Armonde) comunicou ao seu grupo de relações no Rio de Janeiro, que envolvia o próprio Imperador Pedro II, e, teria partido de Diogo Velho (Advogado que havia sido presidente das províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco, além de ex-ministro da Agricultura, Comércio e obras públicas), chamar o então diretor interino do Museu Nacional Ladislau Neto. Organizou-se uma expedição composta por naturalistas como Auguste François Marie Glaziou, o engenheiro Claude-Henri Gorceix (que estava as voltas com a criação da Escola de Minas de Ouro Preto) e o médico e naturalista Manoel Basílio Furtado que já havia participado de uma descoberta de cemitério indígena nas margens do Rio Itapemirim (Côrrea, 2009, pp.15-6)

Até onde sabemos os povos que habitavam a região (puris e coroados – já que o termo *cropós*, aparentemente, seria a forma pejorativa como esses grupos se referiam aos ‘outros’) foram sendo incorporados em diversos aldeamentos a partir da expansão dos conquistadores e autoridades régias da região central mineradora. Os aldeamentos do Pomba em fins do XVIII (Lamas, 2013) e os promovidos por Guido Marliere a partir de 1812 (Marcato, 1978) é indicativo desse processo de conquista e povoamento. Também é importante destacar que entre 1781 até 1821 cerca de 200 sesmarias foram doadas a interessados em colonizar a região central da Mata mineira e, da qual a Fortaleza de Santana será uma das mais importantes (Lamas, 2007, p.198).

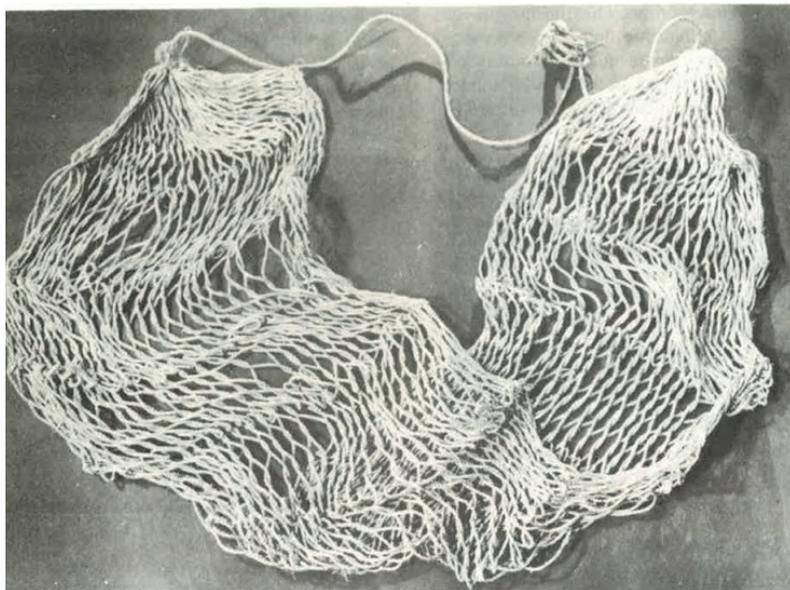
Esse processo de aldeamento e incorporação dos povos originários levou a drástica diminuição de suas populações e ainda a perda de identidade que acabavam por identificá-los como caboclos ou pardos, de acordo com suas características fenotípicas. Soraia Dornelles ao problematizar as populações originárias no censo de 1872 diz que “a escolha da categoria caboclo carregava uma intencionalidade daqueles que desejavam tipificar a população [indígena]: a estratégia era mesmo invisibilizá-los” (Dorneles in Saraiva et al., 2024, p. 35).

A província das Minas Gerais possuía, em 1872, uma população total de 2.039.735 indivíduos, dos quais apenas

32.499 eram declarados caboclos ou 1,59% da população. Na comarca do Rio Parahybuna, à qual a fazenda pertencia, o número de habitantes era de 105.894 dos quais 918 foram declarados caboclos (ou 0,86%), já o município de Juiz de Fora possuía 38.336 indivíduos dos quais 334 caboclos (ou 0,87%). Partindo da hipótese de Soraia Dornelles “de que, em diversos municípios, o pequeno número de caboclos e o alto número de pardos possam revelar leituras equivocadas sobre a população indígena” (Idem, 36) acrescentando os pardos nessas análises, vemos que o número sobe consideravelmente pois a província possuía 703.952 (34,51%), a comarca 29.584 (27,93%) e o município 38.336 pardos (22,12%).

Mais do que esse processo de dizimação das populações originárias, chama atenção ao processo de apagamento de sua existência e persistência ao longo do tempo. Na imagem abaixo, fruto do relatório da exaustiva pesquisa realizada por Beltrão et ali em 1986 sobre as múmias encontradas na fazenda, chama atenção que a tessitura das redes que envolviam as crianças indígenas mumificadas era do mesmo tipo de trama que os pesquisadores compraram na cidade de Juiz de Fora em 1982. Dito de outra forma, 600 anos depois do enterro das indígenas na pedra da Babilônia e o processo de conquista e colonização do território brasileiro, a persistência das heranças dos povos originários permaneceu, sendo necessário, no entanto, vontade dos historiadores e demais pesquisadores em enxergarem essa presença.

Imagem 1. Rede Maxakali



FONTE: Beltrão et al., 1986, p. 24. Legenda: Fig. 19 A: Rede de criança, índios Maxakali, feita para a venda. Adquirida em Juiz de Fora, 1982. Técnica “enlace de ampulhetas acopladas” segundo a terminologia de A. Seiler-Baldinger (1979 Fig. 16). (ver Pr. I e). Foto D. Lamônica.

A formação da Fazenda Fortaleza de Santana (1806-1860)

A Fazenda Fortaleza de Santana tem sua origem em fins do século XVIII, quando da legalização das terras ocupadas por posseiros nos vales dos rios Paraibuna, Pomba e Novo, até então consideradas áreas proibidas. Consta que os primeiros sesmeiros foram os Pereira de Souza, que tendo se apossado de terras nas paragens do Rio Novo, requisitaram e receberam a concessão de uma carta de sesmaria⁴⁰. Supostamente o primeiro sesmeiro foi

⁴⁰ A Fazenda pertenceu respectivamente à vários municípios, fruto de desdobramentos constantes do território mineiro no século XIX. Sobre o seu proprietário e solicitação da carta de sesmaria, cf. <https://www.geneaminas.com.br/genealogia->

José Pereira de Souza, que em 1806 requisitou a concessão de terras nesta localidade⁴¹. Utilizando da estratégia de compra e solicitação de sesmaria para familiares, os Pereira de Souza tornaram-se senhores de grandes extensões de terras. Nas glebas obtidas, com seus cativos e familiares⁴², construíram moradas de casas, moinhos, plantaram lavoura e já em 1815 a propriedade era conhecida como Fazenda da Fortaleza do Rio Novo, alusão à proteção que lhe davam os paredões da Serra da Babilônia⁴³.

Entre 1841 e 1844, a propriedade passou às mãos do Tenente José Joaquim de Santana, oriundo de São João Del Rey (Francisco et ali, 2023). Sabe-se que José Joaquim de Santana casou-se, em 1799, com Maria Emerenciana de Jesus, na Vila de Barbacena, na “fronteira” da expansão mineira em direção ao Rio de Janeiro. Ele faleceu no dia 3 de abril de 1845, com solene testamento, dispondo da terça parte de seus bens. Em seu inventário a Fazenda Fortaleza aparece com o epíteto “de Santana”, alusão ao sobrenome do então proprietário e também da Santa que foi adotada para a devoção e para a qual se ergueu uma capela na fazenda (Lacerda, 2013).

José Joaquim de Santana deixou viúva e uma única filha, Maria José de Santana. Interessa-nos prioritariamente suas propriedades agrárias: 250 alqueires de terras na Fazenda da Fortaleza, mais 8 alqueires em pasto valado unidos à mesma, com uma

-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1379650, acessado em 13 de abril de 2022. Ver, também Carrara e Machado, 2019.

41 Arquivo Público Mineiro. Fundo: Casa dos Contos (CC) – CX. 153, ROLO 546,

42 José Pereira de Souza, casado com Rita Joaquina do Sacramento, faleceu fins de fevereiro de 1835, no Termo do Rio Novo – Comarca do Rio Pomba. Deixou sete filhos: Maximiano, José Pereira, Prudenciana, Maria, Serafim, João Pereira e Rita Joaquina. No inventário foi descrito gado vacum e cavalariço, porcos de terreiro e capados; 25 cativos, todos adultos (18 homens e 7 mulheres); objetos de ouro, prata e cobre; feijão, milho; a sesmaria da serra e mais 50 alqueires de terras e benfeitorias. O monte mor do inventário somou 17:501\$575 e o partilhável, 17:470\$121. In: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHJ-BQC9-Q9SY>, acessado em 15 de junho 2023.

43 Nas listas nominativas de 1831 e de 1838 para a província de Minas Gerais não localizamos nenhum Pereira de Souza compatível com o personagem que estamos analisando.

casa de vivenda de sobrado, paiol e moinho cobertos de telhas, um correr de senzalas e um engenho; 80 alqueires de terras na Fazenda da Cachoeira, com uma casa velha de vivenda, engenho de serra, um moinho coberto de telhas e um paiol e 13 mil pés de café estragados pelo mato e pelas formigas, além de dois canaviais ordinários; a fazenda do Kágado, com 150 alqueires de terras inferiores, com uma casa de vivenda. Estas propriedades, provavelmente contíguas, somavam então a significativa extensão de 488 alqueires aproximadamente⁴⁴.

Para além das terras, foram inventariados, sem discriminar em qual das propriedades, 64 carros de milho, 60 alqueires de arroz, 50 alqueires de feijão, 80 arrobas de café, quantidade relativamente pequena, mesmo para as fazendas da época (Vitoretto, 2012). Foram avaliados, ainda, objetos de ouro, prata, cobre (3 alambiques e tachos) e ferro (balança, corrente, trinco), tenda de ferreiro, 40 foices novas e 34 usadas e mais 4 foices velhas; 14 machados novos e 12 velhos; 2 martelos de pedreiros, 3 alavancas, 3 cavadeiras, e uma colher de pedreiro; móveis, 45 couros de veado e capivaras, espingardas e 3 arrobas de pólvora grossa; 270 tábuas de cedro; gado bovino, porcos, carneiros, cabritos, e equinos (um casal de jumentos, 3 bestas novas e 3 de selas, 20 éguas arriadas, sofríveis, 15 éguas inferiores, mais 2 éguas e 4 poldros e um cavalo velho); algumas dívidas ativas e uma apólice do governo, além de 64 cativos.

A meação da viúva per fez a quantia de 41:084\$997, a terça somou 13:694\$999 e à única herdeira, a filha, coube 27:389\$998. É possível que além dos bens inventariados nas Minas Gerais, houvesse outros no Rio de Janeiro, onde moravam a viúva e a filha com os netos. Aparentemente o falecido José de Santana também passava temporadas na Capital do Império, pois em seu testamento, deixou recomendações para seu enterramento, caso falecesse no Rio de Janeiro⁴⁵.

44 FÓRUM DR. GERALDO ARAGÃO FERREIRA (Mar de Espanha – MG), inventário post mortem de Joaquim José de Santana, 24 de junho de 1845.

45 Esta prática, de viver ou passar longas temporadas na Corte, era comum a parte da

Maria José de Santana, a filha de José, já estava viúva quando o pai faleceu, e não temos informações a respeito do destino de sua mãe, mas as evidências indicam que esta não contraiu segundas núpcias e que, ao falecer, legou à filha o que lhe coube após a morte de José Santana. Maria José de Santana havia sido casada com Mariano José Ferreira Armonde, com o qual se uniu em Barbacena, em abril de 1820. O casal teve 4 filhos: Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), Marciano Maximiano Ferreira Lage, Mariana Barbosa de Assis Ferreira e Maria José Ferreira Barbosa (Lacerda, 2013). Mariano José pertencia à família Ferreira Armonde, que, vinda de Portugal em meados do século XVIII, se assentou nas proximidades do atual município de Barbacena, onde inicialmente se arriscaram no garimpo de ouro em São João del Rei.

Os Armondes adquiriram terras principalmente na região ao sul de Barbacena e enriqueceram com a diversificação econômica de seus negócios; da comercialização da ipecacuanha (poaia), passando pela mercância de queijos e doces, do tropeirismo à compra e venda de escravizados, da produção de café e grandes negócios, incluindo empréstimos para comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro, passando finalmente pela construção e exploração de uma estrada de rodagem (a Estrada da Companhia União & Indústria).

A família Armonde também participou ativamente da vida política, tanto em sua localidade como na Corte. Mariano José, no censo de 1831, foi qualificado como negociante, e foi vereador em Barbacena (1820), administrador dos Correios, na mesma localidade (1823) e deputado provincial por duas legislaturas. Ele faleceu aos 58 anos, (em 1837), deixando um montemor de R\$ 150:328\$127, incluindo as Fazenda Pinheiros (com 2 sesmarias de terras), 2 sortes de terras e mais dois pedaços de terras unidas à fazenda dos Pinheiros e um sítio com 40 alqueires (Lacerda, 2013).

elite da Zona da Mata mineira, a exemplo do Conde de Uberaba e do Conde de Prados. Cf. SARAIVA, 2008.

A família Armonde foi ainda responsável pela introdução de, pelo menos, 917 escravizados na região entre o período de 1809 a 1830, segundo os dados da tabela abaixo. Segundo a pesquisa de Antônio Henrique Lacerda outras famílias de potentados locais com intensa participação na compra de escravizados como os “Leite Ribeiro”, os “Monteiro de Barros”, os “Silva Pinto” e os “Dias Tostes” faziam parte da rede de parentesco, sociabilidade e negócios dos “Ferreira Armonde” (Lacerda, 2013, pp.108-9). Isso reforça como desde os primórdios a formação da Zona da Mata mineira esteve atrelada a expansão da cafeeicultura e a grande adesão à escravidão africana.

Tabela 1. Família Ferreira Armonde e a participação no tráfico de escravizados para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809 – 1830

Famílias	Números de escravos negociados
Ferreira Armonde	
Marcelino José Ferreira Armonde	337
Honório José Ferreira Armonde	195
Simplício José Ferreira Armonde	133
Mariano José Ferreira Armonde	83
Lino José Ferreira Armonde	70
Joaquim José Ferreira Armonde	60
Antônio José Ferreira Armonde	39
Subtotal	917
Famílias	
Leite Ribeiro	668
Monteiro de Barros	567
Silva Pinto	99
Dias Tostes	96
Total	2.347

FONTE: Adaptado de Fábio W. A. Pinheiro. *O Tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c. 1809-c.1830*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007, p. 143. In: Lacerda, 2013, p. 109.

Depois de 1831 a proibição formal do tráfico não impediu a entrada de mais e mais escravizados na região conforme novas pesquisas tem apontado. Em 1833, as freguesias de Barbacena, na sua porção sul, teriam, segundo as listas nominativas, cerca de 5.477 habitantes, dos quais 2.244 eram de escravizados. A rápida expansão da cafeicultura pode ser vista quando em 1855 percebermos que essas freguesias haviam se convertido na recém fundada Villa do Santo Antônio do Paraibuna (mais tarde Juiz de Fora) e a sua população era de 27.792 pessoas, das quais 16.428 seriam cativos. Impressionantemente, a população da região cresceu 507% e a população de escravizados cresceu 724%, isso em pleno período da ilegalidade do tráfico (1831- 50) naquela cidade que será a mais rica e maior produtora de café da província (Saraiva, 2008).

Após a morte de Mariano José, tendo o filho mais velho do casal cerca de 17 anos, e os demais sendo muito jovens, d. Maria José de Santana se desfez dos bens em Minas e mudou-se para a Corte, aplicando o produto da venda da herança em apólices. O mesmo ela fez com o montante que seus filhos receberam quando da morte dos avós paternos. Quando d. Maria José herdou a Fazenda Fortaleza de Santana, já sendo o filho mais velho, Mariano Procópio Ferreira Lage, maior de idade, ela e o filho decidiram administrar a Fazenda Fortaleza de Santana, sem que Mariano abandonasse os negócios no Rio de Janeiro e o projeto, que também havia sido idealizado por seu pai, de construir uma moderna estrada de rodagem macadamizada unindo Minas Gerais ao Rio de Janeiro: a Estrada União & Indústria, conforme veremos (Lacerda, 2013).

A expansão da colonização mineira em direção ao Vale do Rio Paraíba do Sul já foi analisada por sucessivos historiadores, das mais diversas matrizes teóricas. Os fatos mais significativos são que a partir do declínio da mineração, aliado ao desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao abastecimento das Minas e das demais capitanias na América Lusa, muitas famílias de proprietários rurais e mineradores foram emigrando para outras regiões pouco povoadas da Província mineira. A vinda

da família real, em 1808, acelerou enormemente esse processo, com as atividades de abastecimento da corte (Lenharo, 1992), mas também pela adesão à cafeicultura. Atividade relativamente já conhecida no período colonial, mas que adquiriu importância nas primeiras décadas do século XIX (Marquese e Tomich, 2009). Em Minas Gerais, famílias de mineradores, comerciantes e fazendeiros foram se estabelecendo em territórios mais ao sul da capitania/província, pela doação de terras, estabelecimentos de atividades agrícolas e ligadas ao transporte de mercadorias ao longo do Caminho Novo, revitalizado e ampliado desde 1808 pelo menos.

As famílias Santana e Armonde são exemplos significativos desse processo. Os dados indicam que pouco após a finalização do inventário de José de Santana, Maria José de Santana e Mariano Procópio iniciaram a administração dos bens recebidos e, gradativamente, aumentaram o tamanho da propriedade e a transformaram em uma das maiores produtoras de café da região da Mata mineira. Em 1855, quando da realização do Registro Paroquial de terras, a descrição da propriedade nos dá uma boa ideia de como a propriedade havia sido ampliada:

A fazenda Fortaleza de Santa Ana pertencente à dona Maria José de Santa Ana e sita na freguesia e município de Santo Antonio do Paraibuna compõe-se de sesmaria e posses que pertenceram ao tenente coronel Maximiano José Pereira de Souza, de terras insertadas a serra da Babilônia de meia sesmaria pouco mais ou menos que foram compradas a João de Souza Pereira, de um quarto de terras compradas a Antonio Pereira, que houve da sesmaria de Maria Dias, e de posses que foram de Isabel de tal, as quais foram trocadas com José da Costa por igual porção de terras unidas a fazenda na linha divisória com a mesma e com umas posses compradas a Manoel da Costa em cima da serra da Babilônia, e por de trás da Pedra da Fortaleza existem as terras compradas a Antonio José Gonçalves constando de sesmaria e meia pouco mais ou menos medidas e demarcadas e posses com águas

vertentes para o ribeirão do Limoeiro e águas que vão servir a fazenda de José Garcia Monteiro Bretas, e águas vertentes para o Cágado. Sete alqueires e meio pouco mais ou menos compradas a Joaquim Antonio Afonso em vertentes para o Cágado Ribeirão do Limoeiro. Meia sesmaria em águas do Cágado, posses anexas à mesma sesmaria em águas do Ribeirão de Henriques, e umas posses em águas do Cágado, que todas estas terras reunidas foram havidas de João de Souza Pereira, e perfazem três quartas de sesmaria pouco mais ou menos. A Fazenda composta de todas estas terras reunidas divide-se pelos lados com Domingos Alves Garcia, José da Costa Cruz, com terras que foram de Antonio Manoel Cassados, com os herdeiros de Maria Dias com José Garcia Monteiro Bretas, com Julião de tal, com Miguel de Paula Rodrigues com Inocente de tal, com Pedro Antonio de Medeiros, Joaquim Antonio Afonso, e dona Mariana Tereza Duarte. Santo Antonio do Paraibuna trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco. Como Procurador Mariano Procópio Ferreira Lage⁴⁶.

O auge da Fortaleza: Modernização e escravidão (1860-1920)

Quando Joaquim José Santana faleceu, ele deixou 488 alqueires de terras. Supondo que toda esta terra fosse contígua, e que tenha voltado para os domínios de sua filha, ela praticamente dobrou o tamanho da propriedade, uma vez que em seu inventário (1870) foram arrolados 970 alqueires de terras. Todas as propriedades foram agrupadas com o nome de Fazenda Fortaleza de Santana (Carrara e Machado, 2020).

46 Arquivo Público Mineiro. Fundo: Registro Paroquial de Terras, Códice 145 (Santo Antonio Do Paraibuna).

Continuando à análise da Fazenda Fortaleza de Santana e de seus proprietários, são necessárias algumas considerações a respeito do primogênito de Mariano José Ferreira Lage [Armonde], e de d. Maria José de Santana. Mariano Procópio Ferreira Lage, nascido em 23 de junho de 1821, por volta dos 15 anos, foi para a Europa, a mando do pai, para aperfeiçoar seus estudos, e de lá para os Estado Unidos. De volta ao Brasil, Mariano Procópio associou-se a uma firma de importação de fazendas, chamada Firma Ferreira Lage, Maia & Cunha, ao mesmo tempo em que se dedicou à construção da Estrada de Rodagem União & Indústria e à ocupação de diversos cargos públicos, tendo sido deputado geral pelo Partido Conservador (1861-1864 e 1869-1872). Mariano e sua irmã Mariana casaram-se com dois irmãos, filhos de um importante negociante do Rio de Janeiro, José Machado Coelho e Castro. A concessão para a instalação da Companhia União & Indústria (CUI) foi obtida em 1852, instalada em 1856 e implantada em 1861, contando a inauguração com a presença do Imperador d. Pedro II e sua esposa. A CUI tinha o privilégio de concessão por 50 anos, incluindo a cobrança de pedágios. Todo o empreendimento contou com o apoio, financeiro e político, da família Armonde e, provavelmente, com a influência do sogro de Mariano (Lacerda, 2013 e Bastos, 1991).

Embora o contrato para a realização da empreitada não permitisse o uso da mão de obra de escravizados, há fontes e pesquisas evidenciando a sua farta utilização nos serviços mais pesados (Lacerda, 2013 e Oliveira e Lamas, 2007). A citação abaixo corrobora como, durante longos anos, a historiografia divulgou a versão oficial do contrato, silenciando a respeito da massiva presença dos escravizados nas atividades da CUI. A citação também demonstra o movimento da estrada

As carruagens de diversos tipos, as estações de mudas ao longo da estrada, as casas, as benfeitorias, a atividade agropastoril, a criação de cavalos, prestações de serviços para a comunidade e propriedades particulares. [...] contavam-se oficinas de serralheiros, ferreiros, de carpinteiros, de marce-

neiros, serviços de bombeiros, de mecânica etc., com que a empresa dava trabalho a mais de 150 operários livres (**a Companhia não admitia o trabalho escravo**), além de 100 aprendizes e serventes. [...] Notável era o número de animais, as estrebarias com capacidade para 200, que eram revezados conforme o movimento e na medida das necessidades (Bastos, 1991, p. 27, grifos nossos).

Em 23 de junho de 1861 representantes da Corte e da Companhia União & Indústria percorreram em diligência os 144 quilômetros que separavam Juiz de Fora e Petrópolis. Foi por ocasião da inauguração da Estrada União & Indústria que d. Maria José de Santana recebeu o título de Baronesa de Santana, em 1861. Segundo Wilson de Lima Bastos, biógrafo da família Ferreira Lage, a deferência foi concedida a d. Maria José a partir de sugestão de seu filho Mariano Procópio Ferreira Lage, amigo pessoal do Imperador. Mariano teria recusado o título de nobreza e indicado a mãe para ser agraciada com o mesmo (Bastos, 1991, p. 64).

O avanço da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que percorria caminho muito semelhante a Estrada da Companhia União & Indústria comprometeu a utilização da mesma e, de certa forma, os negócios de Mariano Procópio. Todavia, ele se utilizou da proximidade com D. Pedro II e das boas relações que tinha no Rio de Janeiro e conseguiu que a mesma fosse encampada pelo Estado Imperial em 1864 e ainda assumiu a direção da própria ferrovia de 1869 até 1872, ano de sua morte.

Tanto o contrato de construção da União & Indústria, quanto a sua encampação pelo governo imperial e ainda os cargos por indicação que Mariano Procópio conseguiu entre 1852 até 1872 demonstravam as relações que a família possuía com o núcleo central do Império do Brasil. Essas relações significavam antes de tudo grandes somas de capital que, aparentemente Mariano reinvestiu pesadamente na Fortaleza como veremos mais à frente. O próprio Irineu Evangelista de Sousa dá uma dimensão desses capitais quando na sua Exposição aos Credores de 1879

comenta que a empresa de Mariano Procópio, apesar de ser uma “[estrada] de simples rodagem” “era amparada com **favores os mais excepcionais que jamais foram concedidos a empresa alguma no Brasil**, – “empréstimo de 6.000 contos depois perdoado, encampação do seu contrato com dispêndio de mais 3.000 contos e afinal um contrato com a Estrada de Ferro D. Pedro II, por dez anos” (Mauá, 2011, p. 138, grifos nossos)⁴⁷.

Para além de das vantagens econômicas, Mariano e a família gozava de capital político e simbólico que ajudaram a construir uma áurea em torno da Fazenda e de seus proprietários. Mariano visitou regularmente D. Pedro II em Petrópolis (Bediaga, 25 de abril de 1862), recebeu visitantes ilustres em sua fazenda (como o próprio imperador), conseguiu a indicação de um título de nobreza que acabou passando para sua mãe que se tornou uma das poucas titulares mulheres do Império. Enfim, em uma sociedade que rapidamente se modernizava com relações capitalistas (portanto onde as necessidades de dinheiro eram crescentes) mas que mantinha muito de relações típicas de “Antigo Regime” (onde o prestígio então ainda daria o tom), os “Ferreira Lage” sintetizavam muito bem essas duas faces da moeda.

Mas voltemos à análise da propriedade e de seus habitantes. A fortuna expressiva legada por Mariano José Ferreira Armonde foi ampliada por sua esposa e filho. Maria José de Santana, a Baronesa de Santana, faleceu 33 anos depois do esposo (1870). Quando morreu, ela era possuidora de um patrimônio de 584 contos de réis, incluindo 235 cativos, majoritariamente roceiros, avaliados em 206:300\$000, ou 35,28% do valor do monte mor. Destes, 122 eram do sexo masculino e 50 do sexo feminino; 63 eram crianças. Rita Viana Rosa afirma que 76,07% dos escravizados da propriedade estavam unidos por relações parentais; não excluindo a possibilidade de que os demais apenas não tenham

47 No estudo crítico que empreendeu da “Autobiografia de Mauá” (na verdade o título original da obra é “Exposição aos Credores”), Cláudio Ganns lista todos os privilégios que foram concedidos a Mariano Procópio Ferreira Lage e a CUI, além dos perdões das dívidas, cf. Mauá, 2011, p. 135, nota 44).

tido suas relações explicitadas, ou que houvesse relações rituais e de amizade entre eles (Rosa, 2001, pp. 59-67).

Foram avaliados 500 mil pés de café, correspondendo a 100:000\$000 ou 17,10% da riqueza e cerca de 2 mil sacas de café colhido, metade em coco e metade já despulpada, avaliados em 9:000\$000, ou 1,53% do seu Monte Mor. As terras, 970 alqueires, foram avaliadas em 145:000\$000, correspondendo a 24,79% do total. Temos, então, que 78,70% da riqueza neste inventário eram compostos por bens diretamente ligados à atividade cafeeira. Havia, ainda, cinco pomares e produção de alguns alimentos, como milho, arroz e feijão, que foram mencionados como pertencentes aos cativos, reforçando a já mencionada presença de uma economia autônoma de cativos na propriedade (Saraiva, 2001 Guimarães, 2006a e 2009).

Sobre a estrutura e produção da Fazenda Fortaleza de Santana, o Conde de Gobineau observou que a propriedade era

[...] cruzada, em todos os sentidos, por uma rede de estradas de carroças de doze léguas de extensão; aí se cultivava especialmente o café [...] Empregam-se maquinas para o debulho dos grãos [...] o trabalho é assegurado por intermédio de apenas duzentos e dez negros, submetidos às melhores e mais amenas condições de vidas (1988, p. 209).

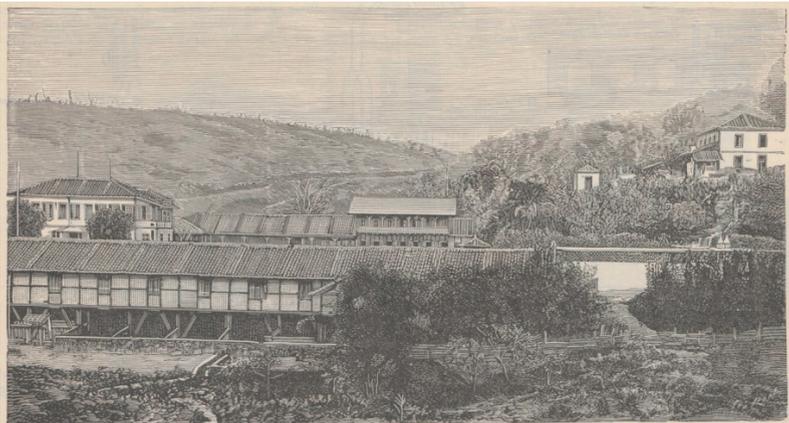
Gobineau esteve na fazenda por volta de 1869 em visita com o Imperador D. Pedro II e, apesar de todo os preconceitos desse autor ele deixou vivas recordações sobre a qualidade do maquinário e, que, segundo ele pouparia muito do trabalho dos escravizados, lamentando ainda que tal fato fosse uma exceção no país. Ainda sobre as máquinas da fazenda, o autor completou dizendo que:

Não há dúvidas que a introdução de máquinas como auxiliares do trabalho agrícola tem, aqui, importância capital; já é muito poder realizar com duzentos negros, como na

Fazenda de Santana, o que vem em outros lugares mal se pode fazer com três mil (idem).

Essa mesma impressão do pioneirismo e empreendedorismo dos proprietários da fazenda já tinha sido reforçada pelo casal Agassiz quando da visita a fazenda anos antes (1865) conforme já extensamente trabalhado por outros que estudaram a fazenda (Bastos, 1991, Rosa, 2001, Francisco, 2023). Em 1893 o engenheiro francês Georges-René Lezé publicou um artigo sobre a produção de café no Brasil e a mecanização dessa produção e destacava a fazenda como um dos melhores exemplos de modernização e disposição racional do trato do café⁴⁸. Na imagem abaixo temos o destaque dado as benfeitorias e aos maquinários utilizados para o beneficiamento da produção. Ao lado vemos outras construções como parte da sede e ainda o hospital e da capela/igreja.

Imagem 2. Vista Parcial da Fazenda a partir das Benfeitorias



FONTE: LEZÉ, 1893, p. 83.

⁴⁸ Era Ingénieur des Arts et Manufactures, Professeur à l'École de Grignon.

Entretanto, algumas considerações se fazem necessárias para relativizar essa questão da modernização da Fazenda Fortaleza de Santana e do papel de empreendedorismo de seus proprietários, em especial destaque para Mariano Procópio Ferreira Lage. Diversas outras fazendas da região apresentavam maquinários tão ou mais modernos que a da Fortaleza à mesma época, entre elas temos as propriedades da Baronesa das Três Ilhas de 1875 podemos citar, ainda, as fazendas de Francisco Alves de Assis e a de José Antônio Henriques, dentre outros inventariados da década de 1870, que possuíam máquinas modernas em proporções iguais ou maiores que a Fortaleza de Santana (Saraiva, 2001, capítulo 2). Para outras regiões do país também é extremamente expressivo o número de propriedades que conciliavam modernos processos de produção e beneficiamento com a presença também maciça de escravizados como no estudo de Marcos Marinho sobre Cantagalo na segunda metade do século XIX (2023)⁴⁹.

Voltando para o “mundo do trabalho” o casal Agassiz observou na década de 1860 a possibilidade de uma economia própria dos negros. Estes últimos viajantes mencionaram um pomar dos cativos. Ao comentar que era prática no Brasil desprezar os cafezais velhos, eles notaram que “Nas plantações do Sr. Lage, todos esses caminhos velhos foram abandonados, com exceção de alguns deles plantados com uma dupla fila de laranjeiras e que formam o pomar dos negros” (Agassiz e Agassiz, 2000, pp 129-31).

Nesta mesma visita, o casal registrou e descreveu a rotina de trabalho dos escravizados no período de colheita, quando lhes era imposta uma meta de trabalho e paga uma pequena quantia pela produção excedente:

49 Existe uma historiografia mais “tradicional” que atribui ao trabalho dos escravizados a recusa dos fazendeiros a investirem em maquinários e outras modernizações (Leme, 1952, Costa, 1982 e 1985) Na verdade, há bastante tempo a historiografia vem demonstrando que os processos de modernização no país se deram como uma forma de melhor aproveitar a mão de obra escrava, racionalizando a produção e aperfeiçoando métodos produtivos (Soares, 2011, Saraiva e Almico, 2018).

Era época da colheita e o espetáculo que tínhamos diante dos olhos era verdadeiramente pitoresco. Os pretos, homens e mulheres, estavam espalhados pela plantação, trazendo às costas, amarrados às suas roupas, uma espécie de cesto feito de caniços ou de bambus. Dentro deles é que amontoam os grãos de café [...]. Uma vez cheios os cestos vão mostrá-los ao administrador que lhes dá uma ficha de metal onde está marcado o valor da tarefa executada. Cada qual deve uma quantidade certa de trabalho; tanto por homem, tanto por mulher, tanto por criança, e cada qual é pago do excedente que produz; o que se exige deles é verdadeiramente moderado e aqueles que não são preguiçosos podem facilmente juntar um pequeno pecúlio. Todas as tardes eles entregam as fichas recebidas no decorrer do dia e recebem o valor do excedente de trabalho livremente executado (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 131).

Em relação aos trabalhos desses escravizados, o jornalista Augusto Emílio Zaluar também havia anotado senzalas separadas para os cativos casados, a possibilidade de “descanso” ou atividades menos pesadas para as mães escravas que haviam tido filhos recentemente e acrescentava que até mesmo as crianças escravizadas participavam de diversas atividades ligadas ao plantio na fazenda recebendo alguma remuneração para tanto (1872, apud Andrade, 2004). A visita de Zaluar em 1872 em pleno período de implantação da lei do ventre livre reforça então essa economia autônoma dos escravizados, o que também foi anotado nas prestações de contas do inventário *post-mortem* que registrava as roças e produções dos escravizados (Saraiva, 2001).

Não obstante a presença de fortes relações familiares e de uma significativa economia autônoma dos cativos, a fazenda Fortaleza de Santana não ficou alheia aos conflitos e tensões do mundo escravista. Em 1853 um crime de homicídio contra o feitor, oferece detalhes sobre o cotidiano e o trabalho dos cativos nesta fazenda.

Foi aproximadamente às cinco horas da manhã, na terça-feira do dia 31 de maio, que o administrador da Fortaleza tomou conhecimento do assassinato do feitor Joaquim Mariano, que havia ocorrido pouco antes. Quando aconteceu o fato os manicípios estavam indo para o “segundo caminho de cana”⁵⁰. De acordo com os depoimentos, a violência que provocou a morte do feitor foi resultado da revolta dos cativos pelas chicotadas que o mesmo distribuiu “nas gentes”⁵¹. Não fica claro, pela leitura dos autos, quantos foram os escravizados envolvidos no assassinato, entretanto pelo que se depreende da investigação realizada, e pelo que foi publicado na imprensa muitos cativos participaram do ato, mas apenas quatro responderam a processo, e destes, um foi absolvido e os outros três foram condenados à pena de galés perpétuas. Vários escravos ouvidos como testemunhas informantes admitiram ter participado, dando algumas pancadas, embora neguem ter iniciado o ato. Um dos envolvidos, o escravo Cezário, alegou que naquela manhã vinte escravos haviam partido para o canal, mas que ele não se lembrava dos nomes deles (Guimarães, 2006b)⁵². O crime foi noticiado em vários jornais da província mineira e na corte, dado a importância que a Fazenda e seus proprietários tinham e, a suposta dimensão que a revolta poderia ter alcançado. O próprio Mariano Procópio se encarregou de pedir ao Correio Mercantil (um dos jornais mais importantes e lidos na corte) que publicasse um “desmentido”

50 Provavelmente esta produção de cana era dedicada ao consumo interno da propriedade. Quando a Baronesa faleceu, em 1872, consta de seu inventário 60 arrobas de açúcar, além do armazenamento de outros gêneros alimentícios. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundo Fórum Benjamim Colucci. Inventários *post-mortem*. Baronesa de Sant’Anna, referência 475, caixa 54B.

51 Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Fórum Benjamin Colluci. Processos Criminais do Período Imperial. Processo de Homicídio, 31 de maio de 1853. Sobre o crime, cf. Guimarães (2006a e 2006b).

52 Foram indicados os escravizados: Cezário (natural do Quilombo – atual Bias Fortes), José Inhambane (Africano, oficial de pedreiro), Manoel Coelho (de Moçambique, oficial de pedreiro) e José Carapina (Benguela, carpinteiro, solteiro). Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Fórum Benjamin Colluci. Processos Criminais do Período Imperial. Processo de Homicídio, 31 de maio de 1853.

desses “temores” em uma notícia ainda em 1853 e na primeira página onde lemos

Por uma carta que nos dirigiu o Sr. José Joaquim Maia, procurador do Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage, estamos habilitados para rectificar algumas inexactidões que aparecem no artigo que hontem publicamos, transcrito da Regeneração [Jornal] de Minas. Não foi o Sr. Rocha Lima, administrador da fazenda, a pessoa assassinada, e sim Joaquim Marianno, que era feitor; **apenas quatro escravos achão-se comprometidos neste crime**, e já recolhidos à cadêa pelas promptas providências que derão as autoridades do Juiz de Fora; nem outras atrocidades se commetterão além do assassínio do feitor. **Toda a escravatura conservou-se, e conserva-se obediente**; e à vista do motivo que ocasionou um tal crime, nem por sombra se pode presumir que para ele concorresse o serem mal-tratados os escravos, nem o espírito de insurreição insuflado por qualquer outra consideração (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, edição 00182, Sexta-feira, 1.º de Julho de 1853, grifos nossos).

Também o caso mereceu um comentário no Relatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 1854 onde o ministro José Thomaz Nabuco de Araújo anotou “No termo [comarca] de Barbacena, da referida província, na fazenda do commendador Mariano Procópio Ferreira Lage, foi pelos escravos d’elle, em número de mais de cem, barbaramente assassinado o respectivo feitor” (apud Guimarães, 2006b, p. 65). Podemos conjecturar que o esforço dos proprietários/administradores/autoridades para passarem uma aparência de calma, expõe um temor que acompanhava outras unidades produtivas e a economia escravista como um todo.

Nunca é demais lembrar da Revolta de Carrancas ocorrida exatos 20 anos antes e que havia assustado grande parte do Império e o centro-sul em particular pela violência da revolta ali ocorrida ensejou a própria lei de 1835 que endurecia a repressão aos

crimes cometidos pelos escravizados contra seus senhores, feitores e familiares (Andrade, 1998). De maneira similar, o assassinato do feitor em 1853 contribuiu com o clima de insegurança que assistimos nos jornais (pela necessidade de desmentidos) e nos próprios relatórios oficiais.

O fato é que o ministro da Justiça à época tentava implementar uma reforma que diminuísse a autonomia e autoridade que as forças policiais tinham adquirido desde a lei de 3 de dezembro de 1841. No contexto do combate as rebeliões regenciais e do “regresso” essa centralização da justiça nas mãos dos policiais foi bastante eficaz na repressão aos movimentos populares⁵³.

A proposta do gabinete liberal era tirar das autoridades policiais (do poder executivo portanto) a faculdade de julgar e proferir sentenças definitivas, buscando garantir a independência e imparcialidade do Poder Judiciário. O ministro Nabuco queria em suas próprias palavras acabar com “a confusão ou acumulação do poder de prender com o poder de julgar” (Brasil, 1876, p. 116). Tal reforma foi derrotada na câmara dos deputados em um contexto onde a repressão aos movimentos populares e, principalmente as revoltas dos escravizados pairava sobre o império do Brasil⁵⁴.

Voltando a importância da Fazenda, quanto ao inventário da Baronesa de Santana, foi Mariano Procópio o inventariante, mas ele faleceu pouco tempo depois da mãe, em 1872, não concluindo a empreitada. Não localizamos o inventário de Mariano Procópio, que, segundo dizem ocorreu no Rio de Janeiro. Contudo, Lacerda (2013) encontrou em Barbacena uma precatória para avaliação dos bens que ele possuía em Minas,

53 A Lei de 3 de dezembro de 1841 reformou o Código do Processo Penal (de 1832) centralizou a persecução penal nas mãos do executivo imperial, concentrando as funções policiais e judiciais nas mãos dos agentes vinculados ao Poder Executivo, o chefe de polícia da corte, das províncias e no nível municipal dos delegados e subdelegados em detrimento dos juízes de paz, sobre o assunto, cf. Corrêa e Cordeiro, 2020.

54 A Reforma desse aspecto do Código do Processo Penal só será realizada pela Lei n. 2.033, de 20 de setembro de 1871, cf. novamente Corrêa e Cordeiro, 2020.

datada de 1869, e avaliados em 123:300\$210. Wilson de Lima Bastos (1991, p. 170) transcreveu trechos de seu testamento, escrito em 1867, quando Mariano estimou seu patrimônio em R\$ 899:609\$000. Mariano foi herdeiro de uma grande fortuna, deixada por seu tio Lino Ferreira Armonde, falecido em 1870, e cujo legado não entrou, portanto, na estimativa que ele fez em 1870 (Lacerda, 2013).

Algumas considerações são relevantes antes de prosseguirmos. O leitor atento por certo observou que ao descrevermos os bens deixados por José Santana anotamos que os cafezais estavam estragados, que parte significativa das benfeitorias eram velhas ou inferiores e que a escravaria era composta por 64 pessoas. Já em 1853, quando ocorreu o assassinato do feitor, a propriedade possuía mais de cem cativos (a dar crédito no relatório citado) e, nos anos seguintes os viajantes que a visitaram exultaram sua beleza e qualidade, o tratamento dado aos cativos e a produtividade. Essa transformação foi possível graças aos vultosos investimentos que Mariano Procópio, na condição de administrador dos bens de sua mãe, realizou na propriedade. Do inventário da Baronesa de Santana consta uma dívida de 296:107\$835, contraída com a firma da qual Mariano era sócio diretor, a Ferreira Lage & Cunha, contraída para construção de obras, melhoramentos e custeio da fazenda Fortaleza de Santana.

Embora o montante do patrimônio fosse de 584:000\$000, o débito correspondia a mais da metade bens. Para evitar que o pagamento consumisse e/ou comprometesse a herança, Mariano Procópio propôs à Firma Ferreira Lage & Cunha, em liquidação, um acordo: manter a propriedade pró indiviso e com os rendimentos dela ir quitando a dívida. Mariano faleceu pouco tempo depois, em fevereiro de 1872. Os herdeiros e a Firma reafirmaram o compromisso. Os dois filhos de Mariano Procópio, Frederico e Alfredo, passaram a ser herdeiros da Baronesa de Santana e, ao mesmo tempo, credores da dívida, condição que herdaram na liquidação da Firma, como sucessores que eram do sócio Mariano Procópio Ferreira Lage.

O inventário da Baronesa de Santana permaneceu em aberto por 20 anos, sendo encerrado somente em 1890. Nestas duas décadas, alguns herdeiros venderam os direitos hereditários, outros faleceram e transferiram seus legados aos sucessores. Em 1889 restavam quatro herdeiros, os filhos de Mariano, Frederico e Alfredo, e seus primos, os irmãos Alberto e Raul. Os três primeiros apresentaram petição à justiça alegando a impossibilidade de solver a dívida nos termos contratados nos anos 1870 e solicitaram o encerramento do inventário. Raul, então, pediu que Frederico, o administrador judicial do inventário, prestasse contas. No ano seguinte, em novembro de 1890, Alberto e Raul venderam a Frederico e a Alfredo seus direitos na herança da avó, avaliado em 80:000\$000. Mas, como Frederico e Alfredo eram herdeiros da dívida do Espólio da Baronesa de Santana, pagaram 20:000\$000, sendo o restante, 60:000\$000, abatidos como a cota-parte dos irmãos Alberto e Raul no pagamento da dívida.

Acreditamos que a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi a gatilho para que os herdeiros da Baronesa optassem pelo fim do contrato de indivisibilidade da herança. Com a abolição da escravatura os herdeiros perderem o principal ativo do espólio e, dali para a frente, a mão de obra necessária à manutenção da fazenda teria que ser paga, gerando novas despesas.

A longa duração do processo de inventário nos fornece um grande e variado conjunto de documentos juntados, tais como prestações de contas, já a partir de 1872, dos vários administradores da fazenda; recibos; cartas de curatela nas quais se pode perceber com grande clareza o funcionamento da propriedade, o que reputamos como um 'modelo' para as grandes unidades da região. Segundo Saraiva (2001), uma prestação de contas da descrição das receitas e despesas, anexada ao inventário, para um período de 21 meses (maio de 1874 a fevereiro de 1876) fornece uma perspectiva da importância da produção do café no conjunto da riqueza produzida na fazenda Fortaleza de Santana; o apanhado da venda do produto, correspondia a 84:549\$834, o equivalente a 94,88% do total das receitas (que era de 89:106\$665).

A análise do inventário da Baronesa de Santana, desde 1872, evidencia a coexistência significativa, de pessoas escravizadas e de homens livres no trabalho do cafezal. Além dos feitores e do administrador da fazenda há relações de pagamentos de salário de vários trabalhadores especializados como *terreiro* (ou responsável pela supervisão do serviço de secagem e ‘espalhamento’ do café), *matador de formiga*, *carpinteiro*, *maquinista*, *enfermeiro* e *capelão*, além de um denominado apenas de *trabalhador*, demonstrando a extensa coexistência entre trabalhadores escravizados e livres no período. O inventário confirma a presença da economia autônoma dos cativos e as compras realizadas nas casas Comissárias do Rio de Janeiro (Cf. Saraiva, 2001).

Mesmo antes de comprarem os direitos de Alberto e Raul, sobre a herança da avó, Frederico já havia realizado um empréstimo hipotecário com Cândido Teixeira Tostes, em fevereiro de 1890, no valor de 200:000\$000, oferecendo como garantia a Fazenda Fortaleza de Santana. A propriedade foi então descrita com 740 alqueires de terras, em matas virgens, capoeiras, pastos; cafezais, casas de vivenda e dependências, correr de tulhas para café, casas para oficinas de carpinteiros e ferreiro, casas para empregados e depósito em frente e ao lado da casa da Fazenda, casa nova de tijolos para administração, tendo embaixo leiteria, máquinas e acessórios para fabrico de manteiga, paiol, olaria com fornos e grandes cobertas,³⁰ casas de tijolos para colonos, 10 ditas de madeiras, chalé grande na Estação de Ferreira Lage, casa para armazém na mesma estação, 2 casas (uma na serra e outra no retiro), casa de engenho de café com todas as máquinas a vapor de força de 14 cavalos, despulpador Lidgerwood – número sete, separador, brunidor, debulhador, moinho americano, tanque de pedra para despulpador e uma turbina de 12hp, 2 casas contíguas, contendo uma um engenho com serras verticais circular grande e outra com engenho de cana, tendo moendas grandes de ferro, dornas, alambiques, depósitos revestidos de louça, com tampas, toneis, taxas e mais acessórios para o fabrico de aguardente e açúcar e roda de ferro grande que movia as duas máquinas, móveis e semoventes que se destinavam ao serviço da

fazenda – e mais acessórios desta. Há nesta hipoteca, uma diferença de cerca de 230 alqueires entre a extensão descrita no inventário da Baronesa, 970 alqueires, e os 740 mencionados nesta hipoteca⁵⁵. Talvez a diferença possa decorrer do fato da hipoteca ter sido realizada antes de Frederico e o irmão terem comprado os direitos de herança dos primos, Alberto e Raul, tendo sido oferecido para garantia hipotecária somente a parte que a eles pertencia, porque, como veremos, a fazenda, nos anos 2000, tem a antiga extensão. Observe-se, também, que a propriedade já se dedicava também à produção de leite e derivados.

Em 1901, não tendo os irmãos Alfredo e Frederico quitado a dívida com Cândido Teixeira Tostes, eles foram executados. Os bens foram a leilão e finalmente adjudados (transferência dos bens do credor ao devedor) a Candido Teixeira Tostes (1842-1927). O novo proprietário da fazenda era advogado, empresário, comerciante, benemérito de várias associações, entre outros 'atributos' com grande influência na região. Candido Tostes era proprietário de mais duas fazendas, a São Mateus que possuía uma área de 495 alqueires e outra denominada Santo Antônio que teria cerca de 107 alqueires (Saraiva, 2001, p. 91).

De fato, em 1920 foi realizado um recenseamento agrícola no país e Candido Bernardino Teixeira Tostes foi arrolado como o maior proprietário de terras de Juiz de Fora à época. Essas três fazendas estavam enquadradas na categoria entre 2.001 a 5.000 hectares pelos dados do censo e que eram as maiores extensões de terra existentes na região. Para reforçar a importância do novo proprietário da Fortaleza, no censo de 1920 somente 12 propriedades rurais em Juiz de Fora se enquadrariam nessa dimensão, Candido Tostes possuía, portanto, 25% dessas propriedades.

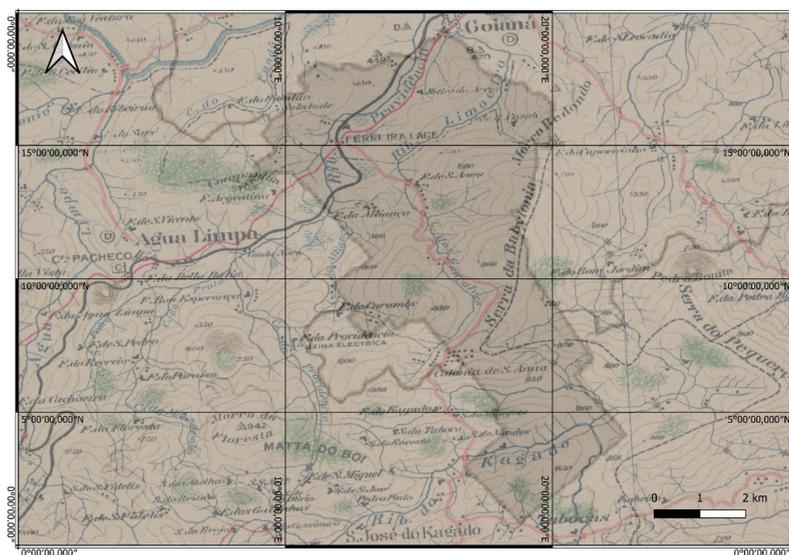
55 Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz De Fora. Fundo Benjamin Colucci. Execução. Executado: Espólio de Frederico Ferreira Lage. Executante: Cândido Teixeira Tostes. Cx. 53, processo n. 33. 1901.

Quadro I. Recenseamento Agrícola do Município de Juiz de Fora, 1920

Área média, em hectares, dos Estabelecimento Rurais Recenseados						
Menos de 41 h	41 a 100 h	101 a 200 h	201 a 400 h	401 a 1000 h	1001 a 2000 h	2001 a 5000 h
21	68	146	294	599	1334	2720
N.º de Estabelecimento Rurais Recenseados Discriminados Segundo a Extensão Rural em Hectares						
423	305	232	211	122	36	12

FONTE: Brasil, 1926.

Imagem 3. Delimitação territorial da Fazenda Fortaleza de Santana 1924



FONTE: Georeferenciamento realizado a partir da Carta Palmyra, Folha n.º 16, S2 E2, escala 1:100.000, Comissão Geográfica e Geológica da Minas Gerais, 1924 e Mapa Delimitação territorial da Fazenda Fortaleza de Santana 2023.

Embora não se tenha muitas informações a respeito da gestão da família Tostes sobre a Fazenda Fortaleza de Santana, sua história não difere das demais grandes propriedades da região. Sabe-se que na Zona da Mata de Minas Gerais a transição da escravidão para o trabalho assalariado, embora tenha provocado mudanças nos principais ativos da riqueza, não gerou transformações na estrutura da propriedade fundiária. As grandes propriedades voltadas para a lavoura cafeeira permaneceram como as atividades (e bens) mais importantes da região (Pires, 1993 e Almico, 2001).

Não obstante ter utilizado o trabalhador cativo como principal mão de obra até as vésperas da abolição, a Mata mineira teve uma rápida recuperação e em 1891 a produção já atingia índices superiores aos dos anos próximos ao fim do escravismo (Pires, 1993, pp. 102-3). Em suma, o café continuou sendo o principal produto de exportação do município de Juiz de Fora até a **década de 1920** e o proprietário da Fortaleza de Santana e, também da Fazenda São Mateus, igualmente grande produtora de café, chegou a ser alcunhado como o “rei do café em Minas Gerais” (Saraiva, 2001, p. 168). Em um certo sentido, a centralidade da Fortaleza de Santana como propriedade ‘modelo’ se manteve ainda no alvorecer da república e nos anos seguintes.

Acompanhamos através das notícias publicadas nos jornais locais que Cândido Bernardino Teixeira Tostes continuava a frequentar as suas duas principais fazendas (São Mateus e Fortaleza) constantemente, até a sua morte em 1927, diversas vezes era anunciado que ele havia chegado do distrito de Ferreira Lage (cf. mapa 2) onde era a sede da Fazenda Fortaleza. Nas duas propriedades ele continuava as plantações de café e a diversificação, principalmente com a pecuária (de corte e leiteira) que se tornou atividade complementar e depois substitutiva da produção cafeeira a partir da crise da década de 1920 (Destro, 2006).

A pecuária irá ganhar grande importância nas duas principais fazendas de Candido Tostes com a participação de seus animais em feiras e exposições na região e em outras paragens, como por exemplo, na notícia publicada no dia 18 de novembro

de 1907 no jornal local *O Pharol* e em diversas outras edições anteriores e subsequentes⁵⁶. Ao mesmo tempo a produção de café se mantinha muito importante, tanto que nesse mesmo ano ocorreram diversas reuniões para a criação de uma ‘Associação de Lavradores Mineiros’ (*O Pharol*, 2 de julho de 1907), depois nomeada ‘Syndicato mineiro do café’ (idem, 19 de julho) cuja presidência Cândido Tostes assumiu ainda em julho de 1907 e participou de inúmeras reuniões ao longo dos anos seguintes (idem, 11 de agosto de 1907 e passim).

O fato é que duas das maiores fazendas da região continuaram a produzir e exportar café, mas também criar gado em quantidades cada vez maiores e a comercializar, localmente, um grande número de produtos derivados, como queijos e manteiga por exemplo. Diversos comerciantes locais como a Christovam de Andrade & C. cuja loja era situada na Rua Direta, 155 (Juiz de Fora) revendiam os produtos “da[s] fazenda[s] do dr. Cândido Tostes” (*O Pharol*, 28 de janeiro de 1904).

Da mesma forma a atuação pública de Cândido Tostes condizia com o tamanho de sua fortuna e posição social, pertencendo a várias instituições filantrópicas, mutualistas, financeiras e de classe, além de patrono de várias causas sociais⁵⁷. Após a sua morte em 1927 seus filhos e herdeiros concentraram na fazenda São Mateus a maior parte dos investimentos e mesmo o glamour das “novas” relações políticas da família. De fato, a fazenda São Mateus e não mais a Fortaleza de Santana passaram a receber visitas ilustres como do Governador de Minas Gerais Benedito Valadares e do presidente da República Getúlio Vargas na década de 1930. Incluso em 14 de maio de 1935 a sede do governo mineiro foi transferida para a Fazenda São Mateus e foi criado pelo decreto n.º 50 a ‘Indústria Agrícola Cândido Tostes’, mais tarde

56 Como por exemplo as notícias no mesmo jornal em 20 de março de 1903.

57 Falta um estudo biográfico sobre Cândido Teixeira Tostes, entre as várias associações a quais Cândido Tostes participou, muitas vezes com papel de destaque e doações generosas, podemos citar a Liga Mineira Contra a Tuberculose (1900), diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889), Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (1854), Sociedade Beneficente de Juiz de Fora (1885) etc.

'Fábrica-Escola de Laticínios Cândido Tostes' (1940) e finalmente Instituto de Laticínios Cândido Tostes (1956).

Abolição e o reordenamento do Trabalho

Saraiva (2001), estudando as formas da transição do trabalho escravo para o livre, em Juiz de Fora, demonstrou que o município, não obstante a presença significativa de estrangeiros, não adotou o modelo paulista de transição. As terras não estavam esgotadas, ainda existia alguma mata, o que garantiu a expansão econômica por alguns anos e a localidade possuía, aproximadamente 20% de terras em matas virgens no final do escravismo (Pires, 1993); a Província/Estado possuía reserva de mão de obra; os fazendeiros locais detinham recursos econômicos para enfrentar o fim do escravismo sem decretar bancarota, adotando formas múltiplas de organização do trabalho (Saraiva, 2001, pp. 153-4). As décadas que se seguiram à abolição da escravatura foram marcadas pelo reordenamento do trabalho e inúmeras mudanças⁵⁸.

Nos anos da transição e nos que se seguiram à emancipação do escravismo vamos encontrar múltiplas formas de trabalho no universo rural. Bem poucos serviços passaram a receber exclusivamente salários fixos, conforme nossa anacrônica visão capitalista nos leva a crer. Entre o trabalho escravo propriamente dito e o assalariado, existiu e ainda existe, no "campo" brasileiro, um amplo leque de relações de emprego, como a meação, o colonato, a parceria, a quartação, o morador de condição, o barracão etc. Mas elas também foram permeadas pela permanência de práticas do escravismo. Várias dessas relações de trabalho acabaram por

58 Após a abolição da escravatura foi instalado em Juiz de Fora a Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa. Os imigrantes entravam pelo Porto do Rio de Janeiro, eram direcionados à Hospedaria, em Juiz de Fora, e dali encaminhados para diversas fazendas mineiras, principalmente na Zona da Mata mineira. Cf. BASTOS JORGE, Cinara Maria - *Hospedaria Horta Barbosa*, Três Rios, RJ, S/D.

“descambar” em formas de controle similares à escravidão, através de dívidas contraídas pelos trabalhadores com compras feitas nas vendas, mantidas pelos proprietários rurais, ou afiançadas por esses, ou, ainda, com o adiantamento de algum dinheiro; esses trabalhadores ficavam presos às fazendas, onde a coerção física acabava por dar o tom. Também a dependência pessoal vai ser utilizada como instrumento político em práticas corone-lísticas já exaustivamente tratadas pela historiografia pertinente. Enfim, como já havia dito José de Souza Martins, “Ao contrário do que parece crer a maioria dos autores que tem feito referência à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, essa passagem foi relativamente complicada e tensa” (Martins, 1981, p. 21). Embora a Zona da Mata mineira contasse com significativo contingente de mão de obra nacional, os fazendeiros locais, em alguns momentos, enfrentaram problemas de insuficiência de trabalhadores e chegaram a se envolver em conflitos pela disputa e/ou manutenção destes, fossem eles europeus ou nacionais⁵⁹.

Documentos da Fazenda Boa Esperança, relativos aos anos que se seguiram à abolição, tais como livros-caixa, livros de ponto de trabalhadores e as “cadernetas de venda”, revelam as relações de trabalho e crédito de aproximadamente duas centenas de trabalhadores dessa propriedade entre 9 maio de 1888 e 1897. Através da análise dessas fontes podemos observar as formas múltiplas de reordenamento do trabalho. Nessa propriedade a grande maioria dos ex-cativos permaneceram na fazenda. Para arrolar os dados constantes das cadernetas de venda elaboramos uma base de dados da qual consta as seguintes informações constantes do exemplo abaixo:

59 Sobre a inserção do ex-escravizado no mercado de trabalho, disputa pela mão de obra, conflitos resultantes da prepotência dos fazendeiros em submeter o trabalhador livre (libertos e/ou estrangeiros) a regime e condições de trabalho que lhes eram desfavoráveis, para a região em estudo, ver também: SOUZA, 2007, pp. 136-178.

Tabela 2. Cadernetas de Venda da Fazenda Boa Esperança

CADERNETAS DE VENDA – FAZENDA BOA ESPERANÇA									
cad- neta	fls	data	nome	transação	DEVE: valor	SOMA	DEVE: saldo a meu favor	HAYER: saldo a seu favor	OBS
1	4	9/05/88	Firmina						Pertence à liberta Firmina

FONTE: Cadernetas de trabalhadores, Fazenda Boa Esperança (Belmiro Braga), imagens cedidas.

Além das relações de consumo e de trabalho evidentes, as cadernetas também possuem algumas informações parentais e sobre o cotidiano dos moradores/trabalhadores da Fazenda da Boa Esperança. Assim como no escravismo alguns cativos possuíam conhecimentos especializados, embora na maior parte do ano estivessem empregados na lavoura, a vida em liberdade nas grandes propriedades seguiu a mesma lógica. Nas cadernetas e livros-caixa observa-se que, além do produto de exportação, no caso o café, plantava-se a cana e produzia-se o açúcar e a aguardente; plantava-se o feijão e o arroz, o inhame, provavelmente era cultivava a mandioca e produzia-se a farinha, plantava-se o milho e produzia-se o fubá (tanto para consumo humano quanto animal) e criava-se porcos (para a gordura e a carne), galinhas e gado leiteiro. Esses produtos, que no escravismo eram utilizados para o grosso da alimentação da casa e da escravaria, no pós-abolição alimentava os proprietários e os trabalhadores livres, que os compravam nas vendas das fazendas. O que a propriedade não produzia, assim como os produtos complementares, eram adquiridos em mercados locais ou regionais e no Rio de Janeiro e oferecidos aos novos consumidores. As vendas funcionavam como forma de regulação e controle sobre o trabalhador e, em alguns casos, geraram lucros e atenderam a uma diversificada clientela ao seu redor.

Portense a liberta Primina
em
9 de Maio de 1888

1888		de
Maio	9	Uma caderneta
"	22	1 Pão de solto
"	31	Sommo de
Saldo de Maio		10,00
Saldo		9,300
Junho	6	1 Pão de braves em junho
		1,500

FONTE: Cadernetas de trabalhadores, Fazenda Boa Esperança (Belmiro Braga). Acervo dos autores.

A documentação de fazendas de Juiz de Fora (Fazendas Boa Esperança, Fazenda Santa Cecília e Fazenda Santa Sofia)⁶⁰, em relação aos salários pagos aos trabalhadores rurais no pós-abolição, apresentam informações similares às encontradas por Lugão e Mattos (2005, pp. 243-5), que tiveram por fontes dados estatísticos, inquéritos agrícolas e Relatórios do Serviço de Inspeção e Fomento agrícola, da década de 1920. Os salários eram calcu-

60 A documentação das Fazendas Boa Esperança (Belmiro Braga) e Santa Sofia (Santana do Deserto) foram pesquisadas nas propriedades. O acervo da Fazenda Santa Cecília (Rio Novo) está sob a guarda do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

lados a “seco” e a “molhado”, isto é, sem ou com alimentação, variando entre 30% e 50% a diferença entre as duas modalidades. Quanto ao trabalho feminino e infantil (a partir de sete anos de idade), as mulheres recebiam entre 30 e 50 por cento a menos que os homens e as crianças metade do valor pago aos adultos.

Complementando as fontes já mencionadas, os processos criminais, relacionados aos mais diversos delitos, abundam em relatos sobre as permanências de práticas escravistas nas décadas que se seguiram à emancipação do escravismo. Ao estudar as estratégias de sobrevivência dos camponeses na transição da escravidão para o trabalho, em Juiz de Fora, Sonia Souza se deparou com delitos que evidenciam os conflitos entre velhos empregadores e/ou seus prepostos e os trabalhadores nacionais – egressos do cativeiro (libertos) ou não (Souza, 2007). Algumas destas disputas eram oriundas das expectativas dos primeiros em impor aos segundos determinados salários e tarefas que eles resistiam em aceitar; outros eram provenientes da intenção do trabalhador em deixar o local de trabalho em busca de outro que oferecesse melhores condições.

Voltando à Fazenda Fortaleza de Santana, sabe-se que em 1913 ela registrou uma colheita de 20 mil arrobas de café; que possuía 600 mil cafeeiros e produzia arroz, feijão, fumo e cana-de-açúcar, produzia aguardente e mais de 500 litros/dia de leite.

Já nos anos imediatos à abolição aparecem os empreiteiros de mão de obra, isto é, pessoas que arregimentavam trabalhadores e os empregavam em tarefas nas propriedades rurais. À exemplo, em 1891 Joaquim Amador Pinheiro de Azevedo foi assassinado⁶¹. No inquérito para se apurar a responsabilidade criminal, as suspeitas recaíram, inicialmente, sobre Manuel Pé de Chumbo, atribuindo-se a motivação a conflitos entre ambos por disputa de trabalhadores que eles alugavam em serviços no campo. Nas oitavas, testemunhas informam que Amador tratava mal seus empregados, fazia uso de castigos e não os pagava.

61 Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Benjamim Colucci, processos criminais. Homicídio, 21 de março de 1891.

Trinta anos depois, outros processos criminais evidenciam que a situação dos trabalhadores não havia melhorado.

Na década de 1920, Antônio Pereira de Oliveira foi acusado de escravizar diversos trabalhadores na Zona da Mata mineira, em várias fazendas, incluindo a Fortaleza de Santana, então pertencente a Cândido Teixeira Tostes, exemplar da permanência dos métodos análogos ao escravismo. Em 9 de abril de 1924 ele foi acusado de estar mantendo diversos trabalhadores escravizados na Fazenda do Areão – não lhes pagava salários, oferecia mantimentos estragados e em quantidade insuficiente e lhes aplicava castigos físicos. No inquérito foram ouvidos cerca de cinquenta indivíduos, majoritariamente naturais do Serro ou de Diamantina. O tempo em que estas pessoas estavam sob as ordens de Pereira variavam de alguns poucos meses até cerca mais de seis anos. Dos relatos das testemunhas vieram a conhecimento da justiça outros crimes imputados a Antonio Pereira: espancou até a morte a preta Maria; matou Evaristo Nunes a punhaladas e tiros e também assassinou Eduardo. Os castigos foram aplicados às vistas dos demais empregados e, de acordo com as testemunhas, a prática da violência tinha também o objetivo de causar pavor e assim melhor dominar “seus escravizados” (como corretivos para exemplar). Na denúncia do crime o promotor público se pronunciou da seguinte forma:

O famigerado Antonio Pereira de Oliveira, empreiteiro de serviços rurais nas fazendas da Zona da Mata, famoso pelos excessos que pratica com seus contratados, acusado geralmente de barbaridades e que, dadas as suas façanhas, tornou-se conhecido pela alcunha de escravizador, vem afinal [...] prestar contas com os seus apaniguados à Justiça do Paiz⁶².

62 Arquivo Histórico de Juiz de Fora, Fundo Benjamin Colucci. Processos de Homicídio. Antonio_Pereira_Oliveira, 9/04/1924.

Pereira confirmou ter sido empregado na Fazenda Fortaleza de Santana, onde teve 100 trabalhadores sob suas ordens (década de 1920). Ele mantinha os empregados sob vigilância, dormindo trancados e eram acompanhados até para fazer suas necessidades. O passar do tempo e a conquista de direitos trabalhistas⁶³, na prática, não impediram que condutas semelhantes às escravistas continuassem presentes nas relações laborais, como atestam os processos que correram na Justiça do Trabalho em fins do século XX⁶⁴. Aqui compilamos algumas experiências protagonizadas por trabalhadores da Fazenda Fortaleza de Santana, uma das quais o “escravizador” havia atuado, sintetizados na tabela a seguir. Embora os processos tenham sido abertos em fins da década de 1970, eles informam a entrada destes trabalhadores desde os anos 1928, evidenciando que tais atitudes foram ininterruptas na propriedade. Os relatos informam a respeito da exploração do trabalho infantil, relações de crédito/dependência (moradia, alimentação e outras), protelação e/ou inexistência de carteiras de trabalho assinadas, jornadas de trabalho excessivas, ausência de folgas semanais e/ou férias, exploração do trabalho das companheiras dos “contratados” sem remuneração. Em muitos aspectos, estas vivências se assemelham às compiladas por Naiara Souza (2024) em sua pesquisa/entrevistas com os colonos e assentados da antiga fazenda.

63 Algumas conquistas ocorrem a partir da legislação social do primeiro governo Vargas (1930-1945), (cf. Gomes; Mattos, 1998; Dezemone, 2004 e 2012; Rios; Mattos, 2005). Somente com a Constituição de 1988 estes direitos foram ampliados. Atualmente os principais direitos do trabalhador rural são: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio acidente, salário maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.

64 Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo: Justiça do Trabalho, processo. 1281/1979(2.^a junta). Reclamado: Fazenda Fortaleza de Santana. Reclamante: Euzébio Leoni; processo. 1404/1979(1.^a junta). Reclamado: Fazenda Fortaleza de Santana. Reclamante: José Domingos Pilato; processo 310/1979 (2.^a junta). Reclamado: Fazenda Fortaleza de Santana. Reclamante: Sebastião Benedito. Houve conciliação e a reclamada pagou 120.000,00. Processo 1403/1979 (2.^a junta). Reclamante: Cecília Fedoci. Reclamado: Fazenda Fortaleza de Santana; Processo 1569/1979 (1.^a junta). Reclamante João Gomes de Moraes. Reclamada Fazenda Fortaleza de Santana. Processo 1982. Reclamante Zulmira Pereira.

É sabido que nas grandes fazendas do sudeste, onde foi possível aos escravizados, no período Imperial, formarem famílias e vivenciarem a economia autônoma, que os ex-cativos tenham permanecido na propriedade, após a abolição. Este foi o caso da Fazenda Fortaleza de Santana. São os descendentes destes escravizados, e/ou de libertos que se deslocaram para esta fazenda após 1888, que Naiara Souza (2024), chama colonos, aliás, são eles que assim se denominam: “[a] pessoa que trabalhou a vida toda [nesta fazenda] gosta de ser chamado de colono” (Souza, 2024, p. 105). É interessante destacar uma observação de Souza (passim), na relação dos colonos com a terra onde viviam. Durante longos anos, os antepassados destes indivíduos ocuparam a terra, nela produziram para os proprietários, que não residiam na mesma, e para si, mas não reivindicavam a autonomia e a propriedade da terra, não obstante a identidade e o amor ao espaço que ocupavam, o que Souza identificou como uma espécie de vínculo umbilical.

A chegada do MST nas terras da Fazenda Fortaleza de Santana provocou um impacto não só em suas vidas, mas também nas vidas dos colonos. Após um período de improdutividade, em 2010 a fazenda foi ocupada por novos trabalhadores que exigiram a Reforma Agrária e que a propriedade exercesse a função social da terra. Por Decreto de 23 de dezembro de 2010, a Presidente Dilma Rousseff declarou “de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Fortaleza de Santana””. (Brasil, 2011). A partir de então, colonos e trabalhadores do MST passaram a ter direitos sobre as terras.

As informações recolhidas aos processos encontrados no acervo da Justiça do Trabalho, somadas às declarações feitas aos colonos do acampamento Denis Gonçalves, nos autorizam a inferir que a situação dos trabalhadores da Fazenda Fortaleza de Santana permaneceu similar às narradas no processo do escravizador, na década de 1920. Os colonos contam de suas memórias familiar e de amizade, os vínculos sociais, as brincadeiras e os encontros para comer frutas no pé; o café com merenda envolta do fogão à lenha; os doces de fruta ou de leite, o requeijão, da lin-

guiça e da carne na gordura. Do amor ao lugar de pertencimento, das festas em devoção a Santana, as práticas das benzedadeiras e das ervas. Mas não são somente lembranças dos momentos felizes, há também recordações da labuta, tanto dos trabalhos na roça quanto das atividades domésticas. Quanto ao trabalho, os colonos entrevistados se expressaram da seguinte forma

Meu pai era antigo meeiro, lavrador, tudo... Cada um era encarregado do seu pedaço. Na lavoura de café, a fazenda era exploradora de empregado. Eu trabalhava no pilão para socar arroz, fazer pó de café... os encarregados da fazenda eram ruins (Souza, 2024, p. 65).

“Panhava” café, varria, depois soprava na peneira. Toda vida gostei de mexer na roça. Melhor do que mexer em casa” (Souza, 2024, p.103).

“[Aqui] tudo faço um pouquinho: cuidar das galinhas, das criações, pegar lenha, **ajudar** meu filho lá atrás, fazer doce [rapadura]” (Souza, 2024, p. 105).

As condições de trabalho, lembradas pelos colonos entrevistados por Souza, são dimensionadas ao analisarmos os processos da Justiça do Trabalho. Em 3 de agosto de 1979, Euzébio Leoni entrou com uma ação reclamationária contra os proprietários da Fazenda Fortaleza de Santana. Segundo ele, havia sido contratado para trabalhar na propriedade em 3 de outubro de 1932, na função de lavrador e recebendo um salário módico. Em 1979, já idoso e com pouca saúde, resultado do trabalho penoso a que sempre esteve sujeito, estava fazendo uso constante de medicamentos e recebendo pelo FUNRURAL, 50% do salário mínimo, insuficiente para os remédios. José Domingos Pilatos começou a trabalhar na propriedade ainda menino, como candieiro de boi, em 1963. Nos anos que se seguiram exerceu outras funções em serviços diversos na propriedade. Sebastião Benedito, lavrador, foi admitido na fazenda Fortaleza de Santana em 10 de outubro

de 1928, com a idade de 15 para 16 anos e o contrato de trabalho permanecia em vigor em 23 de fevereiro de 1979, quando ele entrou com uma ação trabalhista contra a referida propriedade. Conta que embora admitido em 1928, sua carteira de trabalho só foi assinada em 10 de junho de 1937 “[...] sendo que a reclamada só se lembrou a cuidar disto no ano de 1971, época a partir da qual passou a exigir do reclamante e demais colegas de serviço uma gama enorme de “recibos, aliás, o que é feito até hoje” (fls. 2).

Mais detalhes nos fornece o processo movido por Zulmira Pereira da Silva. Ela informa que foi para a propriedade em 1949, admitida como lavradora. Recebia 60\$000 mensais e tinha o “direito” de habitar uma casa na propriedade e nunca teve carteira assinada. Em sua defesa a reclamada alegou que a reclamante nunca foi sua empregada, que o marido dela é que foi empregado na Fazenda Fortaleza de Santana, e que o mesmo se aposentou em 1974 e faleceu em 10 de maio 1976.

Interrogada a reclamante respondeu que trabalhava com o seu marido, ajudando-o, sem nada receber da reclamada, fazendo-o durante cerca de 40 anos; que mesmo com a morte de seu esposo continuou prestando serviços à reclamada, interrompendo-os há um ano e pouco, que trabalhava na enxada, roçando e batendo pasto diariamente; que também fazia alguma plantação para o seu gasto; que parou de trabalhar em razão de haver adoecido; que o finado esposo da declarante era diarista; que a declarante recebe pensão do FUNRURAL, deixada por seu esposo.

O administrador da fazenda, Onofre Correa Lima, declarou que trabalhava na propriedade havia 32 anos. Segundo ele, a reclamante

[...] trabalhava em sua própria casa, como doméstica, nunca tendo trabalhado na enxada; que em redor da casa onde morava a reclamante há um quintal onde se faz plantio de

horta para o sustento dos moradores [...] que há empregados da reclamada que se aposentam e continuam residindo em terras da reclamada; que a reclamada nunca se utilizou do trabalho feminino em serviços de enxada.

As testemunhas José Teodolino Duque, Irineu Pinto da Silva, Vicente Paulo da Fonseca informaram que por diversas vezes viram a reclamante roçando pasto e trabalhando na capina de café, na plantação de milho, em local bem distante de seu quintal. Fonseca diz que havia visto a mulher trabalhar tanto sozinha quanto em companhia do marido; que “na fazenda há serviço a dia, por quadros, por pés etc.; que já viu outras mulheres trabalhando na reclamada [...] que o costume na fazenda é de cada um trabalhar para si.”

Foram testemunhas da reclamada Antonio Marcelino, José das Graças Flausino e Expedito de Souza Rocha. O primeiro era aposentado havia 3 anos, mas continuava morando nas terras da Fortaleza de Santana. Segundo ele, muitos aposentados continuavam morando na propriedade. Alegou que a reclamante nunca trabalhou para a reclamada e nem participou da colheita de café “[...] a qual é paga por balaio e feita por pessoal da própria fazenda e por outros que vem de fora”. Também foi testemunha da reclamada Expedito de Souza Rocha, que alegou nunca ter visto mulheres trabalhando na propriedade e que só viu a reclamante trabalhando com laranjas em seu quintal e que o esposo da reclamante tocava lavoura de café e milho com a reclamada:

[...] que não conhece nenhuma mulher trabalhando como empregada da reclamada; que o esposo da reclamante tocava lavoura de milho e de café de meia com a reclamada, pelo menos desde quando o depoente passou a conhecê-los; que a reclamante ajudava o marido na referida fazenda, aduzindo que o mesmo plantou a referida lavoura até a ocasião em que veio a falecer; que as lavouras em regime de meação, a cargo do esposo da reclamante, eram desenvolvidas cada uma em área de 25 a 30 litros; que a reclamante

ajudava o seu marido em todo movimento da meação, inclusive plantando, capinando e colhendo; que na lavoura de café a reclamante trabalhava ao todo uns três meses e na de milho uns 5 meses, em cada ano, pelo que ficava por conta da meação durante uns 8 meses por ano; que sempre conheceu o esposo da reclamante plantando em regime de meação, sem estar sujeito ao regime de ponto, pelo que aduz que nunca tomou conhecimento de que o esposo da reclamante fosse pago a dia; que o depoente recebia por dia de trabalho, com pagamento aos sábados, nunca tendo visto o esposo da reclamante receber salário em dinheiro, que, assim, o esposo da reclamante vivia da meação desenvolvida na fazenda da reclamada; que o depoente às vezes passava meses sem ver a reclamante e seu esposo, porque trabalhava em regiões diferentes; que nunca viu o esposo da reclamante roçando pastos.

Criminalizado deste o Código do Processo Penal de 1940, fiscalizado e investigado desde 1995, os casos de escravização de indivíduos juridicamente livres – ou de trabalho análogo à escravidão – persistem desde os tempos do cativo “legal”. Os recentes e recorrentes noticiários relatando casos de escravidão contemporânea, o racismo estrutural, as inúmeras desigualdades, herança do passado colonial, escravocrata e patrimonialista, são evidências incontestes de que a abolição da escravatura (em 1888) não trouxe a plena liberdade para o conjunto da população brasileira, heranças de uma “abolição” sem políticas reparatórias e inclusivas e sem a necessária reforma agrária. De acordo com o Ministério Público do trabalho, entre 1995, ano em que teve início a fiscalização dos casos de escravidão moderna, até o primeiro semestre de 2023 (28 anos), 63.400 pessoas foram resgatadas em situação análoga à de escravidão, números que, sabe-se, são subestimados⁶⁵. Embora a “escravidão moderna” atin-

65 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023#:~:text=O%20Brasil%20resga->

ja todos os gêneros e faixas etárias, os grupos mais vulneráveis são os socialmente excluídos. Suzuki e Plassat (Sakamoto, 2020, pp. 85-107) analisando dados variados⁶⁶, traçaram um perfil dos indivíduos “escravizados”: 95% são do sexo masculino e jovens (maioria entre 18 e 34 anos); 70% possuem baixíssima escolaridade; em sua maioria são migrantes das regiões Norte e Nordeste; majoritariamente são empregados em atividades rurais. Embora a escravização moderna não seja explicitamente baseada na “cor/etnia”, na prática, ela incide principalmente sobre os negros e não corresponde a uma nova relação de exploração do trabalho ou mesmo a uma volta a uma antiga forma de opressão; não obstante rupturas, diferenciações e especificidades, ela apresenta traços de continuidades de uma “eterna transição”, um passado que insiste em não passar.

... tou%2C%20em%202023,menor%20n%C3%ADvel%20em%2030%20anos./.
Acessado em: 26 de abril de 2024.

66 Analisaram, dentre outros, as informações do “Perfil dos Principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil”, realizado pela OIT em 2011, dados do Programa Seguro-Desemprego, de 2003 a 2018; dados do Ministério da Economia e outros.

Tabela 3. Recursos trabalhistas de trabalhadores da Fazenda Fortaleza de Santana (1979-1982)

Trabalha- dor(a)	Ano ini- cio do trabalho	Ano do processo de traba- lho	Tempo de traba- lho	Situação	Pedido	Resultado	Data	Advogado
Sebastião Benedito	1928	1979	51	Contratado com idade de Admitido em 1928; 15 para 16 anos, perma- neceu até 1979	Carteira de trabalho assinada em 1937; em 1971 seus direitos passaram a ser reco- lhidos.	Inicialmen- te solicitou 382.900,05. Fez acordo em 40.000,000	14/02/1979	Antonio Rufi- no Gonçalves Filho e Márcio Luiz de Oli- veira
Cecília FedociPi- lato	1930	197	49	Seu falecido marido tra- balhava para a fazenda	Pedia os pagamentos dos direitos do faleci- do marido que nunca recebeu nada	Composição amigável. Recebeu 350.000,00 dos	28/08/1979	Dalton Rodri- gues de Paula
Euzébio Leoni	1932	1979	47	Doente e dispensado da Fazenda, recebia pelo Funrural 50% do Salário mínimo morando de aluguel em Juiz de Fora	Contratado como la- vador recebendo um salário mínimo, pedia 47 anos de salários, 13.º e férias	Pedido 170.780\$000	06/08/1979	Dalton Rodri- gues de Paula

Trabalha- dor(a)	Ano ini- cio do trabalho	Ano do processo de traba- lho	Tempo de traba- lho	Situação	Pedido	Resultado	Data	Advogado
João Go- mes de Morães	1939	197	40	Retireiro até a presente data, cumprindo jornada de trabalho que sempre teve início às 5 horas da manhã, e término as 18 horas, com percepção do salário mínimo legal, embora isto nem sempre aconteceu	Foi demitido em 1970 e recontratado em 1971	Acordo. 2.000.000\$00 de 500.000\$00 e o restante em 6 prestações de 250.000\$000 e mais 310.000\$000 de honorários advocatórios	30/08/1982	Geraldo Ferrari Helti
Zulmira Pereira da Silva	1949	1982	30	O marido era meiteiro e ela ajudava nas lavouras (café e milho) além dos trabalhos domésticos	Recebia 60\$000 mensais e tinha o "direito" de habitar uma casa na propriedade e nunca teve carteira assinada. Reclama direitos, tais como aviso prévio, 13.º salário, férias, indenização, diferença salarial, anotação CTPS	As partes se conciliaram (13.000\$00)	30/08/1982	Adeodato Barbosa da Cunha

Trabalha- dor(a)	Ano iní- cio do trabalho	Ano do processo de traba- lho	Tempo de traba- lho	Situação	Pedido	Resultado	Data	Advogado
Euclides Benedito do Nasci- mento	1952 (10/03)	1979	27	Lavrador. Trabalhava de 7 às 17 com 30 minutos de intervalo.	Nunca recebeu horas extras. Trabalhava nos dias santos e feriados	Requeru 214.569 de horas extras e dias santos e feriados. Acordo, 40.000\$000	20/09/1979	Elias Antonio Mokdeci e Álvaro Mo- reira Fortes e Maria Lucia Mokdeci
José Do- mingos Pilatos	1963	1979	16	Contratado como can- deiro de boi, dispensado em 1978	em 1972 pediu o seu registro na carteira de trabalho, não foi aten- dido e pedia indeniza- ção em dobro, férias e 13.º salário	Pediu 124.500\$00. Acordo. Recebeu 50.000\$000	28/08/1979	Dalton Rodri- gues de Paula

FONTE: Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo: Justiça do Trabalho.

Em situação de semiabandono por parte dos proprietários (todos habitando os bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro como se depreende dos processos trabalhistas aqui utilizados), em 2001 a sede da fazenda Fortaleza de Santana foi consumida por um incêndio, mas “as benfeitorias, como o terreiro e as casas de café, um gerador de eletricidade alemão, moradias de colonos e uma igreja” foram preservados⁶⁷.



FONTE: Foto André Colombo. In: Guimarães, 2001, p. 80.

Do futuro do passado: o assentamento Denis Gonçalves e o ocaso do Império do Brasil

Em 2009, o INCRA declarou a propriedade improdutiva. Em março de 2010, já com laudo do INCRA, o MST ocupou a propriedade, de acordo com um dos envolvidos “Ocupamos

67 <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2022.

para acelerar o processo de desapropriação. A propriedade não está cumprindo sua função social; justificou um dos coordenadores do MST, Sílvio Neto.⁶⁸ Nesta ocasião, segundo o *Jornal Correio Brasiliense*, mais de 20 famílias descendentes de escravizados ainda viviam na propriedade. Em janeiro de 2011 a Justiça atendeu a uma ação impetrada pelos proprietários, descendentes dos Teixeira Tostes, e deu parecer favorável à reintegração de posse proposta por eles. Nesta ocasião, os integrantes do MST deixaram a propriedade e acamparam às margens da Rodovia MG-353, Km 50, onde permaneceram até agosto, quando foi averbada imissão de posse da área a favor do INCRA. Em setembro de 2013 os acampados retornaram à fazenda, sendo assentadas 120 famílias⁶⁹.

O Assentamento Denis Gonçalves, na antiga Fazenda Fortaleza de Santana, ocupa uma área de 4.304,73 hectares, na Rodovia 353, nos distritos de Coronel Pacheco, Chácara, São João Nepomuceno e Goianá, na Zona da Mata mineira (Cf. Meier e Abreu, 2017 e Souza, 2024). Foram assentadas mais de uma centena de famílias⁷⁰, incluindo, descendentes de escravizados ou imigrantes, denominados estes de tradicionais (ou “colonos”), como já visto, e os indivíduos ligados ao MST.

A antiga Fazenda Fortaleza de Santana atualmente é o Assentamento Dênis Gonçalves.

[...] que foi uma criança do Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco, MG. Por causa de seu pai, Dênis, ainda pequeno, abraçou a luta no assentamento e foi participar ativamente da ciranda infantil. Um dia, ao ir à cidade, Dênis morreu em um acidente automobilístico.

68 <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/internabrazil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2022/.

69 <https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/100688787/acampamento-do-mst-em-goiana-mg-recebe-equipe-da-dpu>. Acessado em: 14 de abril de 2022.

70 Alguns trabalhos falam em 138, outros em 250. Cf. MEIER e ABREU:2017, Leonor GOLIATTI: 2018 e SOUZA: 2024.

O Assentamento Dênis Gonçalves é sinal de que Dênis está ressuscitado, presente na luta da família Sem Terra⁷¹.

A pesquisa de mestrado de Naiara Thais Alves de Sousa defendida ainda em 2024 sobre a Fazenda e que foi fartamente utilizada nesse trabalho aponta para os conflitos iniciais que foram estabelecidos entre os colonos e os membros do MST desde a primeira invasão (2010) até os dias de hoje. O choque entre os conceitos como Posse, Propriedade, Território além de inúmeros outros demonstram as tensões existentes e as várias formas de ação e reação dos trabalhadores brasileiros ao longo da nossa história que estão longe de acabar. Findo o Império do Brasil na Fazenda Fortaleza de Santana começa a construção de um futuro que não pertence aos historiadores.

Referências

- AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ALMICO, Rita de Cássia da S. *Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870-1914*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.
- ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. “Raízes Escravas da Indústria no Brasil”. In: MAUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. São Leopoldo: Casa de Leira, 2020.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, n.º 21-22, 1998.
- ANDRADE, Rômulo. “Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família”. In: *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

71 <https://facomnoturno2013.wixsite.com/denisgoncalves#:~:text=O%20assentamento%20foi%20assim%20batizado,participar%20ativamente%20da%20ciranda%20infantil.>

- ARBEX, Daniela. *Os dois mundos de Isabel*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- BASTOS JORGE, Cinara Maria. “Hospedaria Horta Barbosa”. *Três Rios, RJ*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hospedaria_Horta_Barbosa. Acesso em: 13/12/2024.
- BASTOS, Wilson de L. *Mariano Procópio Ferreira Lage; Sua Vida, Sua Obra, Descendência, Genealogia*. 2.^a ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.
- BASTOS, Wilson de L. *Mariano Procópio Ferreira Lage; Sua Vida, Sua Obra, Descendência, Genealogia*. 1.^a ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1961.
- BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.
- BEDIAGA, Bedonha. *Diário de D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (CD-ROM).
- BELTRÃO, Maria da Conceição et al. “Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso”. *Revista de Arqueologia*, vol. 3, n.º 1, pp. 3–39, 1986. DOI: 10.24885/sab.v3i1.45.
- BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados*. Tomo III. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito Jose Pinto, 1876.
- CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. “Delimitação territorial dos municípios brasileiros no século XIX: um desafio metodológico”. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 25, n.º 1, pp. 20-36, 2019.
- CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. “Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX”. *Almanack*, Guarulhos, n.º 24, ea03918, 2020.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de et al. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- CÔRREA, Ângelo Alves. *TETAMA nas Matas mineiras: Sítios Tupi na Microregião de Juiz de Fora – MG*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.
- CORRÊA, Thiago Pinheiro; CORDEIRO, Nefi. “Desde que começa a ação da justiça, cessa a ação da polícia: as reformas da justiça criminal no Brasil do século XIX”. *Revista Direito GV*, vol. 16, n.º 3, 2020.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

- COSTA, Emília Viotti da. “Da escravidão ao trabalho livre – 5. Aperfeiçoamento no processo de fabrico do açúcar e beneficiamento do café”. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Reações e Transações*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- DESTRO, José Augusto. *A Transição da Cafeicultura para a Pecuária em Juiz de Fora, 1896/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006.
- FRANCISCO, Aline Maria et al. *Resgate: Uma homenagem aos antigos moradores da Fazenda Fortaleza de Sant’Anna*. Juiz de Fora: Ed. André Vieira Colombo, 2023.
- GARCIA, Rômulo de Andrade. *Os Limites Impostos pela Escravidão à Comunidade Escrava e seus Vínculos de Parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, Século Dezenove*. Tese de Doutorado. São Paulo: PPGH/USP, 1995.
- GENOVÊS, Patrícia Falco. *O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2003.
- GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. *Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume, 2006a.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2006b.
- GUIMARÃES, Elione Silva. “Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira – século XIX)”. *Revista América Latina em la Historia Económica*, n.º 32, pp. 165-195, 2009.
- HEMMING, John. “Os índios do Brasil em 1500”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial I*. Vol. I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- LAMAS, Fernando Galdereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata*

- (1767-1820). Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- LAMAS, Fernando Gaudereto. “Considerações sobre a conquista da terra na área central da Zona da Mata Mineira”. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (orgs.). *Campos em Disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Anablume, 2007, pp. 189-216.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. “As vicissitudes da escravidão e da imigração em Minas Gerais: a Companhia União e Indústria, os escravos e os alemães (1852-1879)”. In: *Anais do III Encontro sobre Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: EDUFSC, 2007.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. “Escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora – Juiz de Fora, segunda metade do XIX: o caso da Companhia União & Indústria”. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 14, n.º 2, 2012.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- LEZÉ, R. “Le Café au Brésil: Culture et traitement industriel”. *Le Génie Civil*, tomo XXIV, n.º 600, 1893.
- LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar, 2004.
- MARCATO, Sônia de Almeida. “Remanescentes Xakriabá em Minas Gerais”. *UFMG/AMHN*, vol. 3, pp. 391-425, 1978.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: *O Brasil Imperial 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2.ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. *Autobiografia*. Prefácio e anotações de Cláudio Ganns. Brasília: Senado Federal, 2011.

- MEIER, Martin; ABREU, Alexandre Leandro Santos. “O uso de ferramentas SIG em diálogo com assentados da reforma agrária na construção de projetos de parcelamento”. *Cadernos de Agroecologia*, vol. 13, n.º 1, 2018.
- PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.
- PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 1993.
- RAEDERS, Georges. *O Inimigo Cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROSA, Rita de Cássia Vianna. *Em Terras Nobres: Fragmentos do cotidiano da Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna – Juiz de Fora, 1870/1888*. Monografia de Especialização. Juiz de Fora: UFJF, 2001.
- SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, 1831-1889*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 1991.
- SARAIVA, Luiz Fernando; NABARRO, Wagner; GODFEDER, Pérola. *Atlas histórico e econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024.
- SOARES, L. C. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região Fluminense em meados do século XIX”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1996, pp. 281-306.
- SOUZA, Naiara Thaiz Alves de. *A gente quer dizer que a gente existe: a geograficidade dos colonos da Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna (Goianá, MG) a partir da relação topofílica com o lugar*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: PPG/UFJF, 2024.
- SOUZA, Naiara Thaiz Alves de; SANTOS, Altair Sancho Pivoto dos. “Para gelar a alma dos vivos: Lugar de medo na Fazenda Fortaleza de Sant’Anna, Goianá, MG”. *Revista Territorium Terram*, vol. 6, n.º esp. 1, 2023.

- SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa em Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: EDUSC, 2007.
- SUZUKI, Natália; PLASSAT, Xavier. “O perfil dos sobreviventes”. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). *Escravidão Contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020.
- VITORETTO, Bruno Novelino. *Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro*. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: PPGH/UFJF, 2012.
- ZALUAR, A. E. “Minas Gerais: Fazenda Fortaleza de Sant’Anna”. *Echo Americano*, vol. I, n.º 20, 29 fev. 1872, pp. 362-363.

CAPÍTULO 6

Trabalhadores imigrantes portugueses e o associativismo beneficente na cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX

*Guilherme Giesta Figueiredo*⁷²

Imigração e trabalho: Lusitanos na cidade do Rio de Janeiro e as disputas pelo mercado de trabalho

A imigração para o Brasil durante o período conhecido como a Grande Imigração, que se estendeu principalmente nas últimas décadas do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, representa um fenômeno de profunda relevância para a formação social, econômica e cultural do país. Nesse contexto, milhões de imigrantes, oriundos de diferentes partes da Europa,

⁷² Mestre em História Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), bolsista CAPES.

Ásia e Oriente Médio, se deslocaram em direção ao território brasileiro, atraídos por políticas de incentivo à imigração promovidas pelo governo brasileiro e pela demanda crescente por mão de obra nas atividades agrícolas, especialmente no cultivo do café. Este movimento migratório foi impulsionado por uma combinação de fatores, como a abolição da escravatura em 1888, que gerou uma necessidade urgente de substituir a mão de obra cativa, e a situação socioeconômica desfavorável nos países de origem, marcada por crises econômicas, desemprego e instabilidades políticas. Assim, o Brasil passou a ser visto como uma terra de oportunidades, oferecendo promessas de trabalho, acesso à terra e melhores condições de vida. Os imigrantes que chegaram ao Brasil trouxeram consigo diversas contribuições culturais, sociais e tecnológicas, que moldaram de maneira significativa a identidade e o desenvolvimento do país.

A cidade do Rio de Janeiro desempenhou um papel fundamental no processo de imigração para o Brasil. Um dos fatores que destacava o Rio de Janeiro nesse processo migratório era sua condição de maior porto do país, responsável por receber a maioria dos navios vindos da Europa, da Ásia e do Oriente Médio. O porto do Rio de Janeiro era a porta de entrada natural para os imigrantes, que muitas vezes desembarcavam na cidade antes de seguir para outros destinos no Brasil. Além disso, o porto também facilitava o comércio internacional, atraindo imigrantes que buscavam oportunidades econômicas em setores como o comércio, a construção civil e os serviços. O século XX abre as portas para intensas transformações na cidade, não apenas estruturais, como a reforma da zona portuária e as reformas urbanas, mas também mudanças políticas e culturais. Os tempos exigiam uma nova organização, e a cidade e a sociedade tinham de se adaptar mais ainda à lógica capitalista internacional (Abreu, 1997).

As reformas urbanas de Francisco Pereira Passos, por exemplo, visavam sobretudo resolver as contradições que a cidade apresentava. Fazia-se necessário agilizar o processo de importação e exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido justamente à ausência de um porto mo-

derno. Era preciso, também, modernizar a capital, criando um espaço que simbolizasse a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais (Abreu, 1997, p. 81).

Figura 1. Fotografia da Avenida Central



FONTE: MUSSO, Luís. Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Entre 1905 e 1908. Domínio público, Acervo do Instituto Moreira Salles.

A grandeza da obra de abertura da Avenida Central pode ser dimensionada ao observarmos a fotografia acima: uma avenida ampla e extensa, com iluminação elétrica e grandes fachadas de prédios comerciais voltadas para a rua, formando uma verdadeira alameda de modernidade que se estendia até a zona portuária, oferecendo um caminho livre e pavimentado para a elite carioca. As obras do porto no período Pereira Passos ficaram a cargo da União, e suas principais obras foram a construção do novo porto do Rio de Janeiro e também a abertura das avenidas Francisco

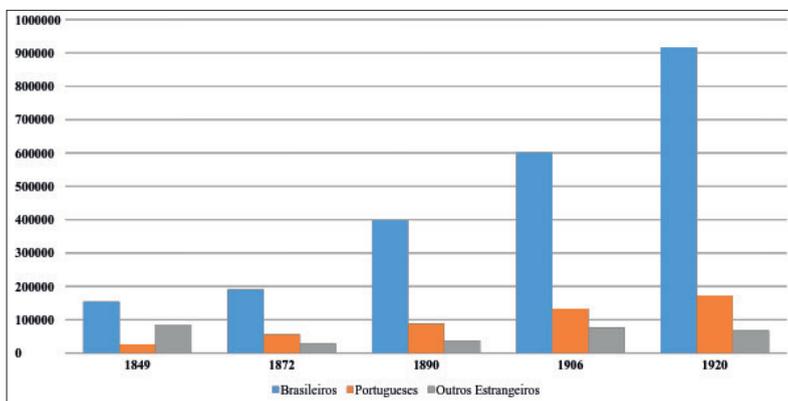
Bicalho e Rodrigues Alves, que davam acesso ao novo porto. Todas essas obras foram realizadas através da aterragem de extensas regiões. Não só o porto do Rio, mas também a cidade como um todo, acelerava uma dinâmica global. Este projeto de renovação da região portuária e do porto em si carregava a visão urbanística de seus autores, que em sua maioria eram engenheiros que buscavam a organização urbana da cidade pela afirmação de suas vias e pela reverência praticamente nula em relação à tradição da cidade (Azevedo, 2003).

Com a cidade e o porto se modernizando, outro ponto chave nesta lógica são os trabalhadores. Estes, ou as classes operárias, são a engrenagem mestra no capitalismo. Neste cenário, é possível então evidenciar a mercantilização da mão de obra, onde os operários vendem sua força de trabalho aos capitalistas em troca de um salário. Neste contexto, a imigração enquadra-se em um movimento geral de circulação de mercadorias, mão de obra e capital, mas também de um embate de valores culturais, sobre o “tipo” de trabalhador que se quer. Entre os muitos povos que aportaram na cidade, destacaram-se os italianos, espanhóis, alemães, sírio-libaneses e judeus, que vieram em busca de melhores oportunidades de vida, trabalho e estabilidade. No entanto, foi a comunidade portuguesa que representou a maior e mais significativa onda migratória, desempenhando um papel central na conformação social, cultural e econômica da cidade.

É necessário destacar que a inserção desses imigrantes no tecido social não ocorreu de forma homogênea ou isenta de conflitos. O processo de adaptação e integração foi permeado por desafios e tensões, incluindo discriminação, dificuldades de adaptação ao clima e aos costumes locais, além de uma exploração econômica muitas vezes severa por parte dos empregadores. A análise desse fenômeno, portanto, exige uma compreensão multifacetada, que considere tanto os aspectos estruturais das políticas migratórias e as condições econômicas da época quanto às vivências e experiências dos próprios imigrantes em sua busca por uma nova vida em terras brasileiras.

Dentre os diversos grupos de trabalhadores presentes na cidade do Rio de Janeiro, os trabalhadores portugueses e seus descendentes se destacaram significativamente pelo empenho na criação de associações de diferentes tipos. Esse grupo demonstrou uma considerável dedicação à organização comunitária e ao desenvolvimento de iniciativas sociais que fortaleceram os laços dentro da comunidade e contribuíram para a integração social e cultural na cidade. Este engajamento dos trabalhadores portugueses e seus descendentes reflete não apenas sua identidade étnica, mas também sua participação ativa na vida pública, social, econômica e política do Rio de Janeiro durante o período em questão.

Gráfico 1. Panorama Demográfico da cidade do Rio de Janeiro (1849-1920)



FONTE: BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral De Estatística. Censos de 1849, 1872, 1890, 1906 e 1920.

No gráfico acima, podemos observar como o número de habitantes portugueses era extremamente expressivo, passando dos 100 mil habitantes nos primeiros anos da República. Grande parte desses imigrantes desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, cujo porto era a principal porta de entrada dos portugueses que vinham ao Brasil em busca de novas oportunidades.

Outro apontamento de grande importância são os casamentos entre brasileiros e brasileiras com portugueses e portuguesas: “[...] segundo o censo de 1890, 120.983 habitantes da capital eram filhos de pai e mãe portugueses; 2.895 de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37.325 de filhos de mãe brasileira e pai português” Lobo, 2001).

Os imigrantes portugueses e ainda os luso-descendentes diretos alcançaram a significativa cifra de 267.664 habitantes no Rio de Janeiro em 1890, em um total da população urbana de 522.651 habitantes. No período de 1891 a 1900, a emigração portuguesa para o Brasil foi de 202.402, um registro levemente inferior ao período de 1901 a 1910, no qual atingiu a cifra de 218.193.27 (Lobo, 2001). Dos emigrados portugueses neste período que chegavam ao Brasil, cerca de 60 a 80% deles chegavam pelo porto do Rio de Janeiro (Alves, 1994), e a cidade chegou a ser composta por 20% de habitantes lusos natos (Lobo, 2001). Ao longo de todo o século XIX e até as três primeiras décadas do século XX, o imigrante português tornou-se uma figura chave no cenário econômico-social tanto do Brasil em um todo como também em específico na cidade do Rio de Janeiro.

A comunidade portuguesa se destacou em diversos setores da economia carioca, particularmente no comércio e nos serviços. Muitos imigrantes portugueses abriram pequenas mercearias, padarias, cafés, tabernas e outros estabelecimentos, que se tornaram elementos característicos da paisagem urbana do Rio de Janeiro. Estes empreendimentos eram, frequentemente, negócios familiares, que permitiam aos imigrantes acumular capital e ascender socialmente. Além do comércio, os portugueses também tiveram uma presença marcante na construção civil, como pedreiros e mestres de obras, contribuindo para o crescimento e modernização da cidade. Os emigrantes portugueses eram, na sua maioria, semiproletários, e buscavam trabalhar em atividades artesanais e manufatureiras em suas regiões de origem, ou então em oficinas rústicas do campo que entraram em declínio com a emigração (Reis, 2014).

A dificuldade de acesso à terra, a limitada oportunidade de trabalho urbano, em virtude do lento processo de instalação do capitalismo, a precária condição de vida e de saúde pública, o risco do serviço militar no país natal [...] faziam o emigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a dificuldade de controle do cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos cônsules portugueses (Lobo, 2001).

Estudar os movimentos migratórios é um desafio, principalmente quando tratamos das fontes relacionadas a esse assunto e também a época a ser analisada. Na recém proclamada República, a questão da cidadania repetiu o mesmo molde da Constituição de 1824, atribuindo a cidadania brasileira imediata a todos os estrangeiros. “A Constituição da República de 1891 dava aos estrangeiros, residentes no Brasil em 15 de novembro de 1889, a cidadania brasileira imediata, salvo manifestação contrária que deveria ser registrada em cartório” (Francisco, 2016). Os imigrantes portugueses que chegavam ao Rio de Janeiro eram, em primeiro momento, encaminhados para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, localizada no atual município de São Gonçalo. Tal hospedaria foi estabelecida pelo ministro da Agricultura do Império do Brasil, José Saraiva, e substituiu a antiga hospedaria do Morro da Saúde, devido a correntes surtos endêmicos de doenças contagiosas. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores chegou a receber, em 1890, um total de 66.494 imigrantes (Reznik, Fernandes, 2014).

Devido à grande presença de imigrantes portugueses e seus descendentes na cidade, é essencial destacar a importância da cultura portuguesa que permitiu aos luso-descendentes fortalecerem seus laços com sua terra natal e com suas origens:

Esses laços estariam apoiados na existência de redes de difusão de informação, suportadas por formas de agregação social que variam entre redes familiares, redes de vizinhança/de simples conhecimento ou redes profissionais. A manutenção desses tipos de “laços” facilitaria no estrangeiro a reconstituição de comunidades da mesma procedência geográfica (Souza, 2007).

Os imigrantes portugueses que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro eram originários principalmente das regiões norte de Portugal, como: Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu (Lobo, 2001). Dos imigrantes provenientes dessas localidades, nasceram instituições culturais regionais e associações de caráter cultural e recreativo, dedicadas à promoção da cultura lusa, com foco nas particularidades locais de origem de seus membros. Dentre esses espaços, destacam-se a Casa de Trás-os-Montes, Casa do Minho, Casa do Açores, Casa do Porto, entre outras que, conforme observado por Roberto Ribeiro de Souza, atuam como elementos de uma fragmentação representativa que concorre para o fortalecimento de tradições culturais legítimas provenientes de Portugal (Souza, 2007). Através destas instituições, os associados têm a oportunidade não apenas de celebrar suas raízes culturais, mas também de compartilhar e perpetuar suas tradições para as gerações futuras, enriquecendo assim o patrimônio cultural e social da comunidade.

Não é surpreendente que o impacto da tão volumosa imigração portuguesa na capital do Brasil tenha gerado conflitos entre os brasileiros e aqueles que buscavam no país uma nova forma de sobrevivência. Nesse contexto, o antilusitanismo já estava presente nesta sociedade há muitas décadas, como uma herança de um passado colonial marcado por desavenças, conflitos e ressentimentos de ambos os lados, bem como de uma modernidade emergente junto com a recém-proclamada República. No entanto, no início do século XX, o antilusitanismo assume novas formas e características. Discutir este sentimento também é refletir sobre a construção de uma identidade nacional. “As re-

lações entre estrangeiros e brasileiros (brancos, pretos e mulatos) não eram amenas, sempre amistosas e tranquilas, como o mito da democracia racial daria a entender” (Ribeiro, 2012).

Muitos dos imigrantes portugueses eram analfabetos e não possuíam qualificação profissional, o que os levava a aceitar uma grande parte dos serviços pesados e, frequentemente, de baixa remuneração, atividades que anteriormente eram realizadas pela mão de obra escravizada. “Especificamente na cidade do Rio de Janeiro, os portugueses eram considerados pelos patrões como aqueles que trabalhavam duro, de sol a sol, não se importando com as duras condições de vida, higiene, moradia e trabalho” (Ribeiro, 2012). Segundo Gladys Sabina Ribeiro:

O antilusitanismo constituiu-se na resistência por parte da população carioca ao assalariamento e à exploração econômica. Assalariamento porque ao aceitar condições de trabalho que o brasileiro, com toda a sua malandragem, recusaria, praticava uma concorrência desleal no mercado de trabalho. Exploração por monopolizarem o comércio varejista em geral e serem donos da maioria das casas de aluguel da cidade (Ribeiro, 1987).

É possível observar como se formou o monopólio dos empregos no comércio por parte dos portugueses. De acordo com uma pesquisa realizada por Lenira Menezes Martinho, «67% dos portugueses que entraram no Brasil em 1827, 44,8% dos que chegaram em 1828 e 41% dos que entraram em 1829 destinavam-se à função de caixeiros» (Souza, 2005). Os portugueses e seus descendentes eram vistos como “o outro”, aqueles que tomavam os empregos que deveriam ser destinados aos brasileiros. “O antilusitanismo se consolidou, também, devido à necessidade de rompimento com o passado colonial” (Idem). De acordo com Ricardo Luiz de Souza (2005), “havia uma nacionalidade ainda um tanto indefinida em processo de formação. Essa construção exigia uma ruptura com o passado colonial, do

qual os portugueses ainda residentes no Brasil eram considerados herdeiros”.

Por essas e outras razões, a iniciativa de se impor e exercer o direito civil de organizar uma associação de raízes portuguesas tornou-se uma forma de não se silenciar diante dos preconceitos e de oferecer uma resistência firme ao antilusitanismo, ao mesmo tempo que através das associações beneficentes e de auxílio mútuo que prestavam serviços para toda a população, as tensões sociais entre portugueses e brasileiros também eram amenizadas.

Associativismo e Imigração: A Beneficência e o Auxílio Mútuo na cidade do Rio de Janeiro

O fenômeno da imigração está intimamente relacionado ao surgimento e fortalecimento do associativismo na cidade do Rio de Janeiro. Ao chegarem ao Brasil, esses grupos de imigrantes enfrentavam uma série de desafios, incluindo barreiras linguísticas e culturais, dificuldades econômicas, falta de acesso a serviços de saúde, educação, e proteção social. Diante desse cenário, muitas comunidades de imigrantes optaram por se organizar coletivamente, formando associações que visavam proporcionar apoio mútuo e facilitar a inserção na nova sociedade.

Estas associações ofereciam uma ampla gama de serviços, conforme seus objetivos específicos. Podiam ter caráter recreativo, como clubes de dança e esportivos, ou ser voltadas para a beneficência, como sociedades de auxílio mútuo, hospitalares ou educacionais, por exemplo (Souza, 2005). Ao examinar a historiografia sobre o tema, nota-se um grande destaque para as associações beneficentes e de auxílio mútuo, também conhecidas como mutualistas.

O advento da República no Brasil trouxe o surgimento de novas associações no cenário político da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o fenômeno do associativismo já era visível desde a segunda metade do século XIX. O desenvolvimento industrial,

as transformações sociais e o surgimento de regimes democráticos influenciaram sua estruturação. Muitas dessas associações desempenhavam funções de proteção e seguridade social que os estados não conseguiam garantir, evidenciando a força de organização dos trabalhadores enquanto classe no século XIX.

As causas mais destacadas que determinaram o desenvolvimento do fenômeno associativo devem ser procuradas no processo de industrialização e de urbanização e na instauração dos regimes democráticos. [...] Associações de todo o gênero satisfazem as necessidades de companhia humana: associações econômico-sindicais, associações comerciais, associações de socorro mútuo, cooperativas de produtores e de consumidores permitem alcançar a segurança pessoal (Bobbio, 1991).

Ao analisar a historiografia sobre o tema, percebe-se que as associações beneficentes e de auxílio mútuo, também conhecidas como mutualistas, recebem um destaque significativo. Estas associações desempenharam um papel crucial ao oferecer suporte financeiro, jurídico e moral aos recém-chegados, além de criarem redes de solidariedade e cooperação entre os membros de cada comunidade. A atuação destas organizações ia desde a ajuda na busca de emprego e moradia até a assistência médica e a promoção de atividades culturais e educativas, funcionando como um verdadeiro amparo social em um contexto onde o Estado brasileiro ainda era limitado na oferta de políticas públicas voltadas aos imigrantes.

As associações de auxílio mútuo tinham como objetivo principal garantir diversos tipos de benefícios para seus associados. Esses benefícios, chamados de “socorros”, podiam incluir assistência em períodos de inatividade por doença ou acidente, pensões para os inválidos ou suas famílias em caso de falecimento, ajudas para funeral e luto, tratamento médico, apoio jurídico, entre outros (Fonseca, 2008). As associações beneficentes, por sua vez, buscavam oferecer benefícios a terceiros, além de seus próprios as-

sociados. Elas não se limitavam ao bem-estar de seu grupo, mas também uniam esforços em favor de indivíduos que, por alguma circunstância, precisassem de sua ajuda (Fonseca, 2008).

Para compreender melhor a questão fundamental do associativismo ligado aos imigrantes, é importante destacar alguns estudos já realizados. Esses trabalhos possuem características essenciais para entender o tema aqui abordado. Em primeiro lugar, merece menção a pesquisa de Marconni Cordeiro Marotta em sua dissertação, na qual o autor faz um levantamento sobre a quantidade de associações fundadas entre os anos de 1844 e 1889. Das 887 associações fundadas nesse período, 454 eram de caráter beneficente ou mutualista, representando mais da metade do total (Marotta, 2015). Destas 454 associações beneficente/mutualistas, 114 eram de caráter nacionalista, representando um grupo nacional específico, totalizando um pouco mais de 25% do total. Aqui há de se destacar que 83 destas associações eram de caráter nacionalista lusitano, revelando desta forma a grande porcentagem de imigrantes e luso-descendentes na cidade.

Para além dos dados trazidos por Marconni Marotta, a tese de Vitor Manuel Marques da Fonseca (2008) amplia o panorama desses dados, permitindo-nos entender como o movimento associativista português se originou e se estruturou desde o período do Segundo Reinado até as primeiras décadas da República. Para compreender melhor a formação das associações beneficentes portuguesas e de outras nacionalidades na cidade do Rio de Janeiro, é essencial entender primeiro como os governos lidavam com as associações civis. Esta questão é um ponto de interseção nos trabalhos de Marconni Marotta e Vitor Manuel Marques, pois ambos abordam como as legislações influenciaram a formação e organização destas associações.

Dom Pedro Segundo, Por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou e nós queremos a Lei seguinte:

[...]

Art. 2.º Na organização e regime das Companhias e Sociedades Anônimas, assim civis como mercantis, observar-se-ão as seguintes disposições:

§ 1.º As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agências, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, [...] pagarão a multa de 1 a 5% do mesmo capital...

[...]

§ 3.º A autorização e aprovação [...] deverá ser solicitada por intermédio do Governo, o qual, ouvida a respectiva Secção do Conselho de Estado, remeterá à Assembleia Geral os documentos e informações que julgar conveniente⁷³.

De acordo com Vitor Manuel Marques, a segunda metade do século XIX foi marcada por uma intensa atividade associativa na cidade do Rio de Janeiro, embora suas origens remontem ao século XVIII e início do século XIX. Essas afirmações são confirmadas pelos dados apresentados por Marotta. O governo imperial fez grandes esforços para regulamentar e controlar as associações, incluindo a promulgação da Lei n.º 1.083 de 22 de agosto de 1860, conhecida como a Lei dos Entraves. Esta lei tinha como objetivo organizar e supervisionar as casas privadas de poupança e crédito, visando proteger os direitos dos usuários destas instituições (R, 2014). A lei estabeleceu parâmetros para

73 Lei 1.083 de 22 de agosto de 1860. Coleção de leis do Império do Brasil: 1869. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html.

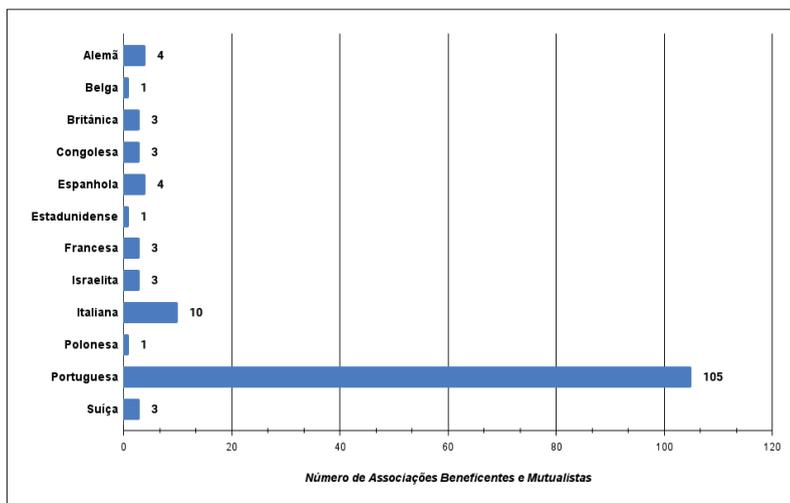
o controle das sociedades anônimas, incluindo a formalização de pedidos para o funcionamento ou reformulação de estatutos das associações já existentes. Embora outras leis posteriores à Lei dos Entraves também tenham influenciado as associações, é esta lei que marca o período e nos permite conhecer as principais associações que surgiram durante a segunda metade do século XIX na capital do Império.

Nos primeiros anos da República, a Lei n.º 973, de 2 de janeiro de 1903, estabeleceu o registro facultativo de títulos e documentos, organizado pelo Registo Especial de Títulos e Documentos. Vitor Manuel Marques analisou a referida lei para abordar as associações nas primeiras décadas da República. Segundo ele, “o pequeno número de registros em 1903 provavelmente se deve à novidade que esse novo tipo de procedimento burocrático representava” (Fonseca, 2008). É fundamental ainda compreender que a transição do Império para a recém-formada República não ocorreu de maneira abrupta, tampouco as leis que regiam toda a sociedade do país mudaram de um dia para o outro. Muitas das associações existentes não se adaptaram à nova legislação, em parte devido ao caráter facultativo presente em seu texto. Por essa razão, Vitor Manuel Marques também usufruiu do *Almanack Laemmert* para sua análise, examinando as notícias e chamadas públicas deste periódico. Além disso, ele investigou as associações registradas na Secretaria de Polícia do Distrito Federal, uma vez que o aval da polícia era necessário para que as associações realizassem atividades em vias e praças públicas, como passeatas, protestos ou eventos recreativos. A pesquisa de Vitor Manuel Marques da Fonseca se estendeu até 1916, ano da sanção do primeiro Código Civil brasileiro, conhecido como Código Beviláqua, em homenagem ao seu principal autor, Clóvis Beviláqua.

Ao cruzar os dados das pesquisas de Marconni Marotta e Vitor Manuel Marques, verifica-se a fundação de 887 associações no período de 1844 a 1889, das quais 454 eram de caráter beneficente. Dentre estas, 114 apresentavam um perfil fundacional pautado pelo nacionalismo e patriotismo de determinadas nacio-

nalidades, conforme identificado na pesquisa de Marotta. A análise de Vitor Manuel Marques revelou a existência de outras 44 associações no período de 1903 a 1916, registradas no Registo Especial de Títulos e Documentos. Algumas destas associações originaram-se no período estudado por Marotta, mas figuram no registo em razão de sua adequação à legislação vigente. Dessa forma, foi possível identificar um total de 141 associações beneficentes de caráter nacionalista, das quais a grande maioria, 105, era portuguesa. Estas associações estiveram em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro durante o período de 1844 a 1916.

Gráfico 2. Número de Associações Beneficentes e Mutualistas de caráter nacionalista na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)



FONTE: Fonseca, 2008, Tabela IV; Marotta, 2015.

O gráfico em análise apresenta a distribuição de associações beneficentes e mutualistas de diferentes nacionalidades na cidade do Rio de Janeiro compreendendo o período de 1844 até 1916. A análise do gráfico revela uma predominância clara das associações portuguesas, que totalizam 105 unidades, representando uma parcela significativa do total (74,4%) e evidenciando uma

forte presença e organização associativa entre portugueses e luso-descendentes no cenário investigado.

Em contraste, as associações italianas figuram como a segunda maior categoria, com 10 associações registradas. Posteriormente, as associações de origem alemã e espanhola aparecem em número igual, com 4 associações cada. As demais nacionalidades, incluindo belga, britânica, congolense, estadunidense, francesa, israelita, polonesa e suíça, somam de 1 a 3 associações cada, indicando uma representatividade muito menor em comparação com as associações portuguesas. Apesar do número reduzido de associações de outras nacionalidades, o gráfico evidencia uma diversidade de grupos étnicos e nacionais engajados em atividades associativas beneficentes e mutualistas.

É importante destacar que, na pesquisa de Marconni Marotta já mencionada, o autor utiliza uma classificação diferente da adotada aqui para determinar se uma associação é portuguesa ou não. Marotta categorizou as associações em diferentes tipos: Abolicionista, Diversas, Caridade, Comemorativa, Corporativa, Homenagem, Industrial, Instrução, Lotérica, Nacionalidade, Regional e Religiosa. No entanto, questionei algumas de suas classificações. Por exemplo, a Associação Dramática de Beneficência Recreio de Dom Luís I e a Associação Portuguesa Memória de Dom Pedro V foram classificadas por Marotta como “Homenagem”, e não como “Nacionalidade”.

Ao examinar esta classificação, optei por incluir as associações destacadas como “Homenagem” na mesma categoria das de “Nacionalidade”. O principal argumento para esta decisão é que, se uma associação tem como objetivo homenagear ou valorizar uma figura histórica portuguesa ou um evento relevante para a história de Portugal; isso indica que a cultura lusitana, no mínimo, influenciou ou mesmo formou os sócios fundadores, ainda que a associação não seja composta exclusivamente por portugueses.

Pode-se também argumentar que figuras como Dom Luís I⁷⁴ e Dom Pedro V⁷⁵, citadas como exemplo, estavam intimamente ligadas ao contexto em que estas associações foram fundadas. A escolha de monarcas portugueses, em vez de figuras da monarquia brasileira como Dom Pedro II ou a Princesa Isabel, revela o caráter nacional destas associações justamente por homenagear tais figuras. Assim, o aspecto nacional da escolha do homenageado torna-se evidente. Como mencionado, as características de formação da associação, incluindo a escolha do nome representativo e do homenageado, demonstram a presença significativa da cultura portuguesa na “cultura associativa”. De acordo com Cláudio Batalha, a cultura associativa é definida como:

O conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão do mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Essa cultura associativa, ainda que receba a influência e influencie as culturas diversas das correntes atuantes no movimento operário – culturas militantes – é distinta desta (Batalha, 2005).

Após a proibição das corporações de ofício em 1824, as associações beneficentes, especialmente as de auxílio mútuo, tornaram-se importantes mecanismos de proteção e instrução para os trabalhadores associados. Estas associações desempenharam um papel fundamental na formação social dos trabalhadores, sendo, em muitos casos, precursoras dos sindicatos e das ligas de trabalho que se multiplicaram nas primeiras décadas da República. A pesquisa de Vitor Manuel Marques, por exemplo, evidencia o crescimento dos sindicatos nos anos iniciais da recém-estabelecida República.

74 Rei de Portugal entre os anos de 1861 a 1889.

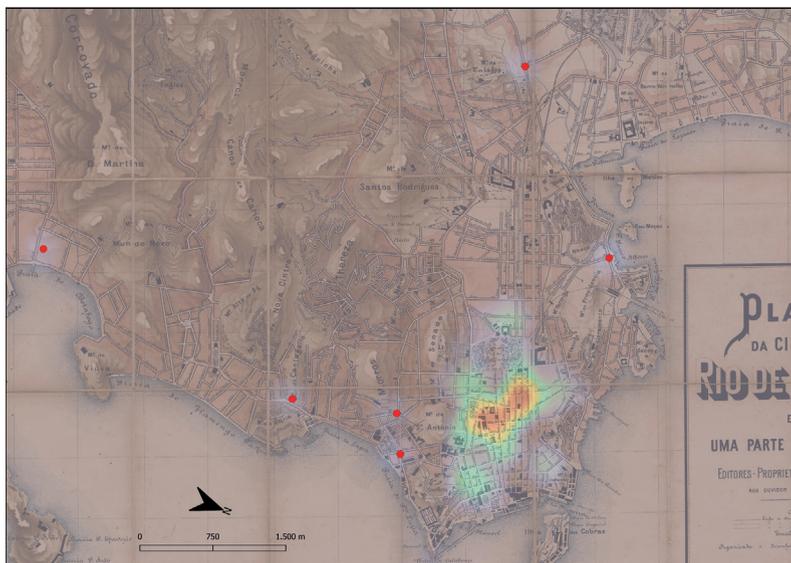
75 Rei de Portugal entre os anos de 1853 a 1861.

Quanto às associações sindicais, elas se justificam tanto pelo contexto da ideologia liberal, que pregava a isenção do Estado frente aos conflitos entre patrões e empregados, quanto pelas ideologias anarquista e socialista, que afirmavam a necessidade da organização da classe trabalhadora para obtenção de melhores condições de vida e trabalho (Fonseca, 2008).

Outro aspecto relevante que pode ser extraído dos dados coletados é a distribuição espacial destas associações no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro. A análise da localização geográfica das associações permite esclarecer e formular hipóteses sobre a formação e a natureza do associativismo na cidade. Conforme mencionado anteriormente, foram identificadas 105 associações beneficentes portuguesas ativas no Rio de Janeiro entre 1844 e 1916. Dentre essas, o endereço da sede de 70 associações foi identificado, representando cerca de 67% do total. Em relação às demais associações estrangeiras, que somam 36 ao todo, apenas 13 endereços puderam ser localizados. Essa disparidade na identificação dos endereços revela aspectos importantes da presença e visibilidade do associativismo luso na cidade.

A maior quantidade de informações disponíveis sobre as associações portuguesas sugere uma inserção mais marcante destas entidades no tecido urbano carioca, refletindo uma prática associativa consolidada e bem integrada à vida comunitária da época. A localização de suas sedes, muitas vezes em áreas centrais e de grande circulação, aponta para uma estratégia de posicionamento que facilitava o acesso e a participação dos associados, além de promover o intercâmbio cultural e social. Por outro lado, a menor visibilidade das associações de outras nacionalidades pode indicar uma rede associativa menos densa e mais dispersa, possivelmente devido a fatores como o tamanho da comunidade, os recursos disponíveis, ou as diferentes prioridades e objetivos dessas entidades. Analisemos primeiramente o caso dos dados mais volumosos, as associações beneficentes e mutualistas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro:

Figura 2. Distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)



FONTE: Figueiredo, 2024 Mapa da distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916). Escala 1:75.000. Maio de 2023. Usando: QGIS [software GIS]. Versão 3.16. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project <http://qgis.osgeo.org> 2021. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios [material cartográfico]. Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242531>.

A identificação dos endereços das associações foi realizada por meio de uma pesquisa minuciosa no *Almanak Laemmert*, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Este almanaque, de caráter administrativo, mercantil e industrial, serviu como ponto de partida da investigação, sendo a fonte de onde se obteve a maior parte dos resultados iniciais. Em sequência, foram analisados diversos periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro durante o período em questão, igualmente disponíveis na Hemeroteca Digital. Entre os jornais examinados, destacam-se o *Jornal do Comércio*, o *Diário do Rio de Janeiro*, O

Paiz, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, que contribuíram para a identificação de endereços adicionais.

Para o processo de georreferenciamento das associações, foi empregado o *software* QGIS, uma ferramenta de código aberto, gratuita e multiplataforma, amplamente utilizada para sistemas de informação geográfica. Este programa permitiu a visualização, edição e análise dos dados georreferenciados, facilitando a compreensão da distribuição espacial das associações na cidade. A escolha do QGIS justifica-se por sua robustez e flexibilidade, adequadas às necessidades de uma pesquisa que requer precisão na localização e na análise da configuração espacial das entidades estudadas. Esta abordagem metodológica possibilitou não apenas a identificação precisa dos locais, mas também a visualização das dinâmicas de ocupação e organização do espaço urbano pelas associações ao longo do período investigado.

Na **Figura 2**, é possível observar de maneira clara, por meio da mancha de calor representada pelas cores quentes, a concentração majoritária das sedes das associações beneficentes portuguesas nas regiões centrais do Rio de Janeiro. As áreas marcadas em tons de vermelho e laranja indicam uma densidade elevada de associações nesse núcleo urbano, enquanto as áreas em cores frias, como verde e azul, demonstram uma presença significativamente reduzida de tais instituições. Esse padrão espacial é corroborado pelos dados, que revelam que 64 das 70 associações, ou aproximadamente 91%, estavam localizadas no centro da cidade, a poucos metros umas das outras. Essa proximidade geográfica sugere não apenas uma tendência de centralização das atividades associativas, mas também reflete a dinâmica social e econômica da cidade durante o período estudado. A escolha pelo centro urbano como local de estabelecimento das associações pode ser interpretada como resultado da busca por maior visibilidade, acesso facilitado a membros e recursos, e pela proximidade com outras organizações de relevância. Esta concentração no centro indica ainda um vínculo estreito entre o associativismo e os principais eixos de circulação e atividade econômica do Rio

de Janeiro, evidenciando a importância estratégica dessas localizações na conformação do tecido social da época.

Os pontos mais extremos indicados no mapa pelas manchas de calor em tons azulados e pelos pontos vermelhos correspondem às seis associações cujas sedes estavam mais afastadas do núcleo central da cidade do Rio de Janeiro. No extremo norte do mapa, encontra-se a Caixa de Socorros Dom Pedro V⁷⁶; já no extremo leste, a União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos. A oeste no mapa, próximo ao núcleo central, estão a Associação dos Artistas Portugueses, situada no Passeio Público, e o Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho⁷⁷, nas proximidades dos Arcos da Lapa. Ainda mais a oeste, na área do Flamengo, localiza-se a Associação de Socorros Mútuos Conde D'Eu⁷⁸. Finalmente, no extremo oeste, na região de Botafogo, encontra-se a Sociedade Beneficente Homenagem a Azevedo Coutinho, o Herói do Zambeze⁷⁹.

É possível que outras associações, cujos endereços não foram identificados, também estivessem distribuídas de forma mais dispersa pela cidade. A dificuldade em rastrear a trajetória de cada uma dessas associações decorre da escassez de fontes disponíveis e do fato de muitas delas terem tido uma existência efêmera. No entanto, é viável realizar um exercício dedutivo para compreender os motivos pelos quais certas associações se estabeleceram em determinadas localizações. Por exemplo, a Associação

76 Não confundir com a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro .V

77 Conselheiro Augusto de Castilho foi um militar da Marinha Portuguesa tendo servido em Angola, no Estado Português da Índia, em Moçambique e no Brasil.

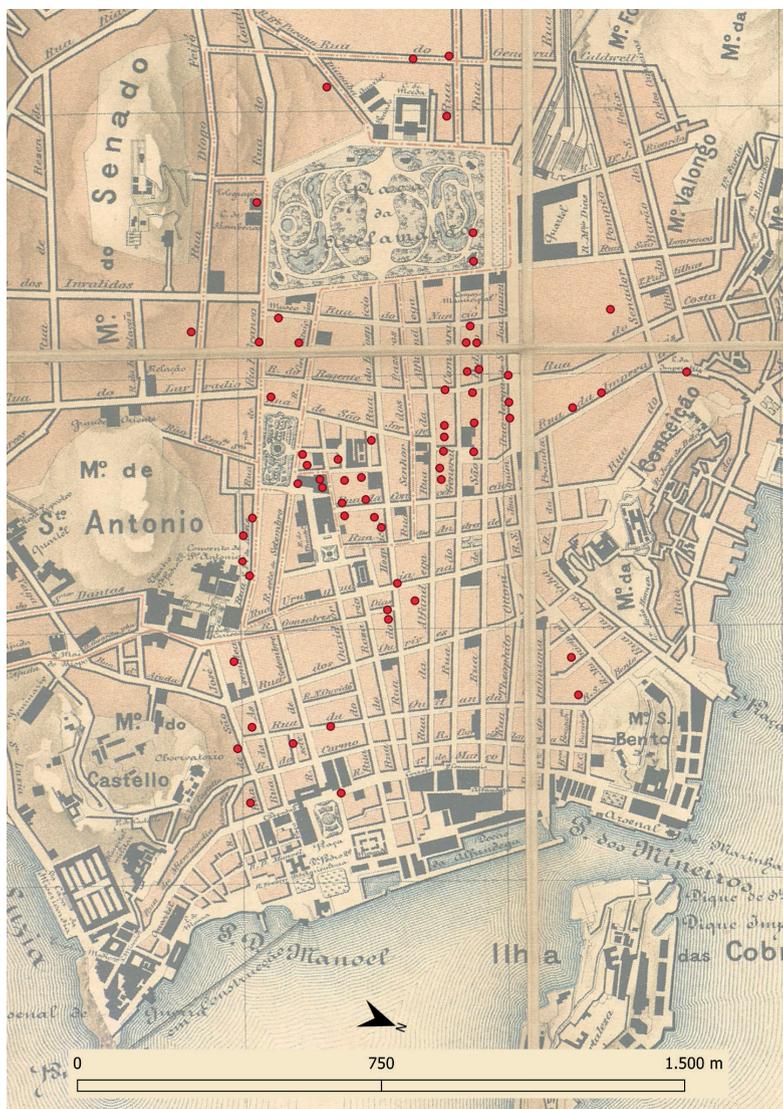
78 Apesar de Gastão de Orléans, o Conde d'Eu, ser francês, esse casou-se em 1864 com a herdeira do trono brasileiro, a Princesa Isabel, com quem teve quatro filhos e foi comandante-chefe do exército imperial na Guerra do Paraguai. Em 1869, foi nomeado para substituir o Duque de Caxias na condição de comandante-chefe dos Exércitos Aliados. Sua atuação militar e seu casamento com Isabel o tornaram popular entre os monarquistas.

79 João António de Azevedo Coutinho Fragoso de Sequeira foi um político, administrador colonial e militar da Armada Portuguesa, tendo atuado nas Campanhas de Conquista e Pacificação das colônias portuguesas de África.

dos Artistas Portugueses situava-se próxima a uma região que, nas primeiras décadas do século XX, tornaria-se conhecida por abrigar teatros, cinemas, bares e uma intensa vida boêmia. Esta proximidade sugere que, mesmo antes desse período, já existiam atividades relacionadas às artes naquela área, o que justifica a presença de uma associação de beneficência voltada para artistas portugueses. Assim, a escolha deste local para sediar a associação poderia ser vista como uma estratégia lógica, coerente com o ambiente cultural e social em formação. Esta hipótese corrobora a ideia de que a localização das associações não era aleatória, mas estava vinculada a fatores específicos de conveniência, identidade e funcionalidade.

Para uma análise mais aprofundada, é essencial concentrar-se nas 64 associações que se encontravam aglomeradas nas proximidades umas das outras, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Esta concentração espacial permite explorar com maior precisão o que a distribuição geográfica destas associações pode revelar sobre a cultura imigrante e sua relação com o trabalho na cidade. Ao estudar esta aglomeração, torna-se possível identificar padrões significativos de sociabilidade e cooperação entre os imigrantes portugueses, evidenciando como estes grupos buscavam, através de suas associações, criar redes de apoio mútuo e fortalecer suas identidades culturais em um ambiente urbano que oferecia tanto oportunidades quanto desafios. Além disso, a localização central das associações sugere uma estreita conexão com os principais núcleos comerciais e industriais da cidade, locais onde grande parte dos imigrantes estava inserida no mercado de trabalho. Esta análise também permite inferir que, ao se concentrarem em áreas estratégicas, as associações procuravam facilitar o acesso dos membros e atender de maneira mais eficiente às suas necessidades, refletindo um posicionamento tático em relação à geografia urbana e ao cotidiano dos trabalhadores.

Figura 3. Distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas no centro da cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)



FONTE: Figueiredo, 2024 Mapa da distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas no centro da cidade do Rio de Janeiro (1844-1916). Escala 1:15.000. Maio de 2023. Usando: QGIS [software GIS], Versão 3.16. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. <http://qgis.osgeo.org> 2021.

Na Figura 3, é possível observar a distribuição espacial das 64 associações no centro da cidade do Rio de Janeiro, representadas pelos pontos marcados no mapa. Esta representação permite uma visão geral da localização das associações dentro do recorte temporal de 1844 a 1916. No entanto, é importante considerar que, devido às limitações históricas e à disponibilidade de fontes, algumas das localizações apresentadas são aproximadas, havendo uma margem de erro de alguns metros. Outro aspecto relevante a ser mencionado é que o mapa utilizado para o georreferenciamento data de 1885, o que pode influenciar a exatidão das posições mapeadas. Assim, algumas ruas tiveram seus nomes alterados ao longo do tempo, especialmente após a chegada da República, enquanto outras foram completamente destruídas para a construção de grandes avenidas, conforme mencionado no início deste capítulo. No entanto, esses eventos exercem pouca influência na análise realizada aqui, pois há evidências concretas de que estas associações estavam realmente presentes nessa região e atuavam de maneira significativa nesse contexto.

Esta abordagem cartográfica possibilita identificar padrões de proximidade e de concentração das associações no espaço urbano, revelando, assim, suas possíveis estratégias de inserção social e econômica na cidade. A utilização de um mapa da época permite uma maior fidelidade à realidade histórica, ainda que se deva levar em conta as limitações intrínsecas de precisão, especialmente em um período marcado por mudanças significativas na configuração urbana do Rio de Janeiro.

Entre as ruas do centro da cidade que concentravam o maior número de associações, destaca-se a Rua São Pedro, que abrigava 7 associações. Em seguida, a Rua do Sabão, também conhecida como Rua General Câmara, e a Rua da Conceição, posteriormente renomeada como Vasco da Gama, ambas com 6 associações cada. A Rua do Hospício apresentava um número igualmente significativo, com 5 associações localizadas ao longo de sua extensão. Observa-se, portanto, uma alta concentração destas entidades nas imediações do Campo de Santana, sugerindo que a proximidade com esta área central possuía um papel

estratégico ou facilitador para o funcionamento e a organização das atividades associativas. A localização dessas associações em ruas específicas pode indicar fatores geográficos, econômicos ou sociais que favoreceram sua instalação e permanência nesse entorno urbano.

Em sua obra “Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa”, Rachel Sisson (2008) discute a formação de três centros de importância política e comercial no Rio de Janeiro em diferentes períodos históricos. Segundo a autora, o primeiro centro estabeleceu-se no Largo do Passo, representando o marco do Brasil colonial e Reino; o segundo, no Campo de Santana, caracterizando o Brasil imperial; e o terceiro, na Praça Floriano, simbolizando o Brasil republicano. A divisão destes espaços em centros de poder é um tema recorrente nas pesquisas de Sisson, evidenciando como estes locais foram moldados pela presença de estruturas de poder, como prédios governamentais. As associações localizadas no entorno do Campo de Santana e em suas ruas adjacentes reforçam a análise da autora sobre a função estratégica dos referidos espaços. O Campo de Santana não abrigava apenas edifícios importantes, como o Quartel-General do Exército, a Câmara Municipal da Corte e o Museu Real, mas também era o local de diversas sedes de associações lusitanas de beneficência e auxílio mútuo. Dessa forma, o movimento associativo, frequentemente associado à forte imigração portuguesa ao final do Império, teve suas raízes décadas antes, ainda durante o período imperial. Foi esta formação prévia que possibilitou o surgimento de numerosas outras sociedades no período republicano.

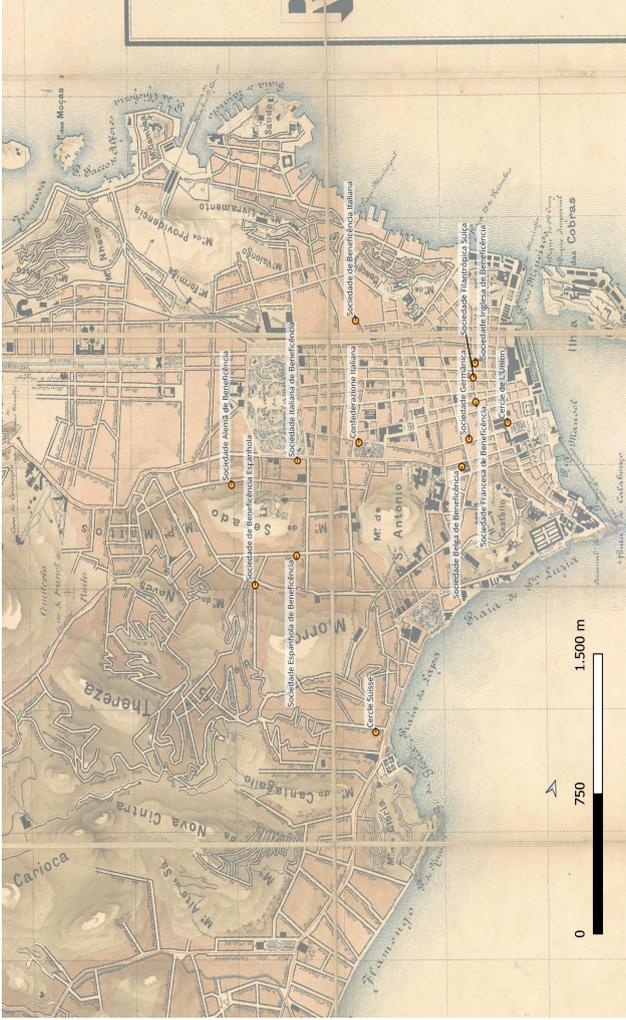
Ainda em relação às associações situadas no entorno do Campo de Santana, há um fato curioso que pode oferecer certa impressão sobre a manifestação do mutualismo no cotidiano da cidade. Algumas destas associações compartilhavam o mesmo endereço, evidenciando uma sobreposição de espaços institucionais. Conforme noticiado pelo jornal *O Correio Mercantil*, e *Instructivo*, *Político*, *Universal*, a *Sociedade Portuguesa Auxiliadora*, por exemplo, realizava suas reuniões na Rua dos Benedi-

tinios, n.º 12, que, na época, também abrigava o Real Gabinete Português de Leitura. Esta coincidência de endereços revela a intersecção física e social das atividades associativas em locais de relevante importância cultural e política.

Outro exemplo, ilustrado na Figura 3, é o endereço da Rua Vasco da Gama n.º 19 (atualmente Rua da Conceição), onde se localizavam quatro associações: a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal, o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses e a Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel. Situação semelhante ocorria na Rua do Sacramento n.º 12, que era compartilhada pela Sociedade Beneficente Dom Afonso Henriques e pela Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes. Estes exemplos sugerem que existia uma rede de apoio mútuo ainda mais ampla e complexa do que a simples assistência que estas associações prestavam, refletindo um entrelaçamento significativo de esforços e recursos comunitários.

A concentração de associações no centro do Rio de Janeiro não era um fenômeno exclusivo da comunidade portuguesa. Os dados apresentados indicam que associações de diversas outras nacionalidades também estavam fortemente presentes nas ruas centrais da cidade. Esta aglomeração reflete um espaço urbano marcado pela intensa circulação e presença de trabalhadores imigrantes, para os quais as associações desempenhavam um papel fundamental de suporte e assistência. As ruas do centro funcionavam, assim, como pontos de encontro e articulação entre diferentes grupos de imigrantes, cujas associações se dedicavam a oferecer ajuda mútua, apoio social e assistência econômica a seus membros. Esta diversidade associativa, composta por múltiplas nacionalidades, reforça a ideia de que o centro do Rio de Janeiro era um local estratégico para a inserção e a integração dos imigrantes na vida urbana, destacando-se como um espaço dinâmico de convivência e de trocas culturais, sociais e econômicas.

Figura 4. Distribuição das Associações Beneficentes/Auxiliadoras estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)



FONTE: Figureiredo, 2024. Mapa da distribuição das Associações Beneficentes/Auxiliadoras Portuguesas no centro da cidade do Rio de Janeiro (1844-1916). Escala 1:15.000. Maio de 2023. Usando: QGIS [software GIS]. Versão 3.16. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. <http://qgis.osgeo.org> 2021.

A análise da Figura 4 revela que as associações estrangeiras não portuguesas estavam localizadas nas mesmas áreas onde se concentravam as associações lusitanas, evidenciando o centro da cidade como um espaço estratégico para a vida associativa. Dessa forma, o centro do Rio de Janeiro não se limitava a ser o epicentro das atividades econômicas e laborais, mas também emergia como um importante palco para as associações beneficentes e mutualistas, bem como para as disputas entre imigrantes e brasileiros pelo acesso ao mercado de trabalho. Além disso, estas associações desempenhavam um papel fundamental como instrumentos de proteção social, especialmente em um período de transição para a recém-proclamada República, quando a oferta de serviços sociais ainda era insuficiente. A aglomeração dessas entidades no centro da cidade ilustra a convergência de esforços para a promoção do bem-estar de suas comunidades e reflete o caráter multifacetado do espaço urbano, onde se cruzavam interesses econômicos, sociais e políticos.

Tabela 1. Associações Benéficas/Auxiliadoras estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)

Associação	Nacionalidade	Logradouro	Endereço	Número
Sociedade Alemã de Beneficência	Alemã	Rua	R. do Senado	249
Sociedade Germânica	Alemã	Travessa	T. do Ouvidor	9
Sociedade Belga de Beneficência	Belga	Rua	R. dos Ourives	7
Sociedade Inglesa de Beneficência	Britânica	Rua	R. da Quitanda	145
Sociedade de Beneficência Espanhola	Espanhola	Rua	R. do Riachuelo	Não identificado
Sociedade Espanhola de Beneficência	Espanhola	Rua	R. do Rezende	65-67
Sociedade Francesa de Beneficência	Francesa	Rua	R. da Quitanda	97
Circle de L'Union	Francesa	Rua	R. Direita	12

Associação	Nacionalidade	Logradouro	Endereço	Número
Sociedade de Beneficência Italiana	Italiana	Rua	R. da Imperatriz	79
Sociedade Italiana de Beneficência	Italiana	Praça	P. da República	17
Confederazione Italiana	Italiana	Praça	P. da Constituição	56
Sociedade Filantrópica Suíça	Suíça	Rua	R. da Alfândega	48
Cercle Suisse	Suíça	Rua	R. Cândido Mendes	Não identificado

FONTE: FIGUEIREDO, 2024 Tabela das Associações Beneficentes/Auxiliadoras estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916).

Estas associações desempenhavam um papel central não apenas no apoio às comunidades de imigrantes em geral, mas também especificamente no auxílio à classe trabalhadora imigrante de diversas origens. Claudio Batalha, ao analisar a situação das sociedades beneficentes na cidade do Rio de Janeiro, conclui que:

As sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres após 1824, mas que muitas dessas sociedades tinham por objetivo, algo mais do que o socorro aos seus associados que servia de justificativa para sua existência; seu verdadeiro objetivo era a defesa profissional (Batalha, 1999).

Dessa forma, é possível estabelecer uma relação entre a localização geográfica das associações e as principais praças de comércio do Rio de Janeiro. As ruas do centro eram intensamente movimentadas pelo comércio e pela prestação de diversos serviços, sendo a zona portuária o ponto de maior atividade. Este contexto favoreceu o surgimento de conflitos étnicos, especialmente entre os imigrantes portugueses e os trabalhadores brasileiros negros e brancos, nos mercados da cidade, um cenário que perdurou ainda depois das primeiras décadas da República.

Sidney Chaloub caracteriza o mercado de trabalho no Rio de Janeiro da época da seguinte forma:

Seria importante, por exemplo, esclarecer que ‘mercado de trabalho é este’, pois neste momento seria ilusório pensar que toda situação se resume ao velho esquema do trabalhador despossuído, dono apenas de sua capacidade de trabalho, que se encontra então no tal ‘mercado’ com um capitalista altivo e carrancudo que, detentor dos meios de produção, acena-lhe com a possibilidade de um emprego. Esse esquema não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando tornarem-se trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’ mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros, etc... (Chaloub, 1986).

Como se pode observar, o mercado de trabalho era altamente competitivo, marcado por disputas acirradas entre imigrantes de diferentes nacionalidades e outros trabalhadores. A luta por empregos e a significativa presença dos portugueses em diversos setores do comércio contribuíram para a intensificação do antilusitanismo, que já existia na sociedade desde os tempos do Império. Contudo, esse sentimento passou a assumir novas características, moldadas precisamente por essas rivalidades. O antilusitanismo, como mencionado anteriormente, estava enraizado na sociedade há muitas décadas, resultante, em grande parte, de um legado colonial caracterizado por desavenças, conflitos e animosidades entre os diferentes grupos.

Podemos assumir que os imigrantes desempenharam um papel crucial na economia do Brasil nos primeiros anos da República, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento de diversos setores econômicos. Os imigrantes, em sua maioria, participaram ativamente no crescimento do comércio urbano e na diversificação da base econômica brasileira, trazendo consigo não apenas força de trabalho, mas também experiências de organização comunitária e sindical.

As associações mutualistas e beneficentes se tornaram importantes espaços de sociabilidade, apoio social e inserção econômica para suas comunidades, ajudando a moldar as características culturais e sociais da cidade do Rio de Janeiro. As associações representaram ainda uma forma de resistência e preservação cultural, na medida em que muitas dessas associações promoviam a manutenção de tradições, costumes e línguas de suas terras de origem. Clubes recreativos, sociedades de socorro mútuo, escolas e templos religiosos fundados por imigrantes italianos, alemães, japoneses, portugueses e outros grupos étnicos foram fundamentais para criar um sentido de pertencimento e identidade coletiva, ao mesmo tempo em que contribuíam para a construção de um espaço multicultural na sociedade brasileira.

Contudo, apesar dos estudos recentes sobre os movimentos migratórios para o Brasil, ainda é necessário realizar mais pesquisas e desenvolver novas perspectivas sobre o impacto e as contribuições dos imigrantes, a fim de compreender de maneira ainda mais refinada o papel complexo e multifacetado que estes grupos desempenharam na formação da sociedade e da economia brasileira.

Fontes e programas utilizados

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Censo demográfico do Brasil (1849; 1872; 1890; 1906; 1920)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [anos diversos].

ALMANAK LAEMMERT. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=313394&pagfis=1>. Acesso em: 23/08/2024.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. *QGIS Geographic Information System*. Version 3.16. Open Source Geospatial Foundation, 2021. Disponível em: <https://qgis.org>. Acesso em: 4/07/2024.

- MUSSO, Luís. *Avenida Central, atual Avenida Rio Branco (1905–1908)*. Fotografia. Instituto Moreira Salles.
- SENADO FEDERAL. *Planta da cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios* [material cartográfico]. Brasília: BDSF. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242531>. Acesso em: 15/09/2023.
- JORNAL DO COMMERCIO; DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO; O PAIZ; JORNAL DO BRASIL; CORREIO DA MANHÃ; O CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Diversos números (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto oitocentista*. Porto. Universidade do Porto, 1994.
- AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n.º 10, maio-ago. 2003.
- BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Batalha, C. H. M.; SILVA, F. T.; Fortes, A. (orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.
- BATALHA, Cláudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas Reflexões em Torno da Formação da Classe Operária*. Cadernos AEL, vol. 6, n.º 10/11, 1999.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília: Linha Gráfica, vol. 2, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas. São Paulo: Editora Unicamp, 1986.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro: 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói, RJ: Muiraquitã, 2008.
- FIGUEIREDO, Guilherme Giesta. *O traço de união Brasil-Portugal A fundação do Club de Regatas Vasco da Gama no rol do Associativismo Português e do Mundo do Trabalho (1898-1906)*. Dissertação de Mestrado, PPGH, UFF, Niterói, 2024.

- FRANCISCO, Julio Bittencourt. *Brasileirando: Pedidos de Cidadania de Imigrantes Sírios e Libaneses nas Primeiras Décadas do Século XX*. Rio de Janeiro. Acervo Revista do Arquivo Nacional, 2016.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- MAROTTA, Marconni Cordeiro. *As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2015.
- REIS, Odair John Dias dos. *Cultura associativa e estratégias de organização no Rio de Janeiro Imperial: associações de imigrantes portugueses na corte (1860-1889)*. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.
- REIS, Odair John Dias dos. *Cultura associativa e estratégias de organização no Rio de Janeiro Imperial: associações de imigrantes portugueses na corte (1860-1889)*. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.
- REZNIK, Luis; FERNANDES, Rui Ancieto Nascimento. Entre o Universal e o Particular: A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. In: *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto, 2014.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cabras e pés-de-chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio Janeiro (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas – O antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff, 2012.
- SISSON, Rachel. *Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa*. Rio de Janeiro, Arco, 2008.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. O Antilusitanismo e a Afirmação da Nacionalidade. Vitória da Conquista. *Revista Politeia: História e Sociedade*, vol. 5, n.º 1, 2005.
- SOUZA, Roberto Ribeiro de. Imigração Portuguesa, Identidade e Representação Geográfica: O Lugar da Casa Regional no Movimento Associativo Luso-Brasileiro. Rio de Janeiro, *Revista Espaço e Cultura*, n.º 22, 2007.

CAPÍTULO 7

Trabalho e festa, lugares de organização: geografia associativa em torno da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro (1905-1930)

Camila Pizzolotto Alves das Chagas

Por muito tempo, as pesquisas sobre os trabalhadores no Brasil estiveram em torno da vida organizativa da classe a respeito do movimento operário e sindical, de maneira estrita. O mundo do trabalho e sua conseqüente organização política estavam limitado aos ganhos econômicos das categorias, suas reivindicações e greves. Desde as décadas de 1980 e 1990, esta perspectiva vem mudando, e os historiadores do trabalho começaram a investigar não só a classe trabalhadora no sentido estrito da produção, mas também suas festas, costumes, religiosidade e outras formas de organização política, que se davam muitas vezes de maneira comunitária. Os historiadores passaram a investigar não só o mundo do trabalho, mas o porquê ele estava configurado daquela

forma naquele tempo e espaço. Os trabalhadores se organizam politicamente de determinada forma, mas não só dentro dos seus espaços de trabalho, como também em suas redes comunitárias, em seus momentos de lazer e em suas expressões religiosas.

Este artigo tem como objetivo analisar a maneira como os filiados à Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café se organizavam politicamente, seja dentro do sindicato ou em associações comunitárias, ranchos carnavalescos e escolas de samba em seus lugares de moradia, fundamentalmente o subúrbio do Rio de Janeiro, de 1905 a 1930. Partindo do conceito de “geografia associativa”, primeiramente desenvolvido por Claudio Batalha, este artigo analisa os trânsitos desses trabalhadores em uma cidade permeada por mudanças estruturais com o intuito de entrelaçar sua vida organizativa no mundo do trabalho, em seus lugares de moradia e espaços de lazer. Entendendo o espaço urbano não só como pano de fundo mas como dialeticamente constitutivo de relações sociais, o trânsito dos trabalhadores entre o Centro da cidade e seus espaços de atuação no subúrbio também demonstra uma parte fundamental da perspectiva organizativa.

A Resistência, como chamaremos a organização daqui em diante, foi fundada em 15 de abril de 1905. Sob o nome de Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, era e é uma categoria composta em sua maioria por homens negros que arrumavam e carregavam o produto mais importante do Brasil naquele momento, o café. Este trabalho, antes da abolição da escravidão em 1888, era feito por homens escravizados. A sociabilidade e a organização desses trabalhadores escravizados inspiraram a criação do sindicato, que até hoje carrega o legado de figuras fundamentais para o Rio de Janeiro como Mano Elói, Mestre Fuleiro, Molequinho, entre outros. Estes trabalhadores que, em grande parte, já atravessavam a cidade para ganhar seu sustento, eram líderes comunitários, religiosos, fundadores de ranchos de carnaval e de escolas de samba no subúrbio do Rio. A ligação da Resistência com o Império Serrano é profunda, já que muitos de seus integrantes fundaram o chamado “Menino de 47”, na comunidade da Serrinha, em Madureira. Seus associados

ainda têm trânsito livre na quadra da escola, que leva o nome de Eloy Anthero Dias.

Além da obtenção de direitos antes mesmo de haver a carta trabalhista, como a redução da jornada de trabalho e aumento de salários, a Resistência conseguiu organizar trabalhadores que antes eram avulsos e, eliminando o intermediário entre as empresas e empregados, concentrou a contratação da mão de obra em sindicato. Contra todas as intempéris da passagem do tempo, os Arrumadores tentaram preservar e conservar o seu arquivo, que contém informações importantes daquele território e dos trabalhadores cariocas, muitas vezes sem sucesso.

A linha férrea e o deslocamento da maioria desses trabalhadores pela cidade mostram o retrato das mudanças que aconteceram no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República. Além das moradias e terreiros de candomblé, as organizações sindicais se deslocaram no território central da cidade para se adequar às reformas urbanas. Os primeiros, no entanto, foram movidos direta ou indiretamente para a direção norte da cidade ou mesmo para a Baixada Fluminense, o que foi determinante para a vida política e organizativa desses trabalhadores.

Os estudos históricos sobre a classe trabalhadora no Brasil estiveram até os anos 1990 divididos entre os que estudavam o movimento de trabalhadores organizados, militantes e, posteriormente, aqueles que analisavam a história dos trabalhadores que não estavam organizados politicamente, ou seja, os que estudavam a cultura, o cotidiano, o lazer e as religiosidades da classe. Esta dicotomia se baseou, fundamentalmente, na ideia de que haveria duas massas de trabalhadores: os que estavam organizados em sindicatos e partidos políticos e a maioria, os que não estavam organizados.

Mesmo que diversos esforços tenham sido feitos no sentido de romper com esta dicotomia – como por exemplo Claudio Batalha (2006), Marco Pestana (2010), Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2006), Sidney Chalhoub (2012) e Eric Brasil (2016) –, os estudos históricos sobre a classe trabalhadora no Brasil frequentemente aderem à oposição economia X

cultura; mundo do trabalho X cotidiano; militantes X restante da classe.

Há várias camadas de problemas: desde achar que a história dos trabalhadores poderia ser dicotomizada dessa forma até a ideia de que a organização política se limita a sindicatos e partidos políticos. Há ainda a percepção equivocada de que poderíamos pensar cultura sem pensar modos de produção, ou que há a possibilidade de analisar a religiosidade e o lazer desses trabalhadores sem pensar em uma relação dialética com a economia, o território e a política.

A organização política parece nos oferecer outros tipos de questões: quem são aqueles que são considerados organizados politicamente? Se considerarmos somente os filiados a sindicatos e partidos políticos, estaríamos contando a história da minoria da classe. Mas se ampliarmos nossa perspectiva em relação ao que é organização política, incluindo organizações comunitárias, culturais, de bairro, escolas de samba, associações para a promoção de festividades etc.

Na primeira parte deste artigo, desenvolvendo o conceito de “geografia associativa”, analisaremos de que forma o espaço conta como parte fundamental da organização e do associativismo político, definindo o conceito de subúrbio carioca, onde morava a maioria dos filiados da Resistência que, além de estarem articulados politicamente em seus espaços de trabalho, também se envolveram com uma diversidade de organizações em seus lugares de moradia e de trânsito/passagem. Na segunda parte do artigo, analisaremos mais detalhadamente quem eram estes trabalhadores arrumadores e em quais lugares eles residiam, construindo uma rede de solidariedade nesses territórios. Na terceira e última parte, apresentaremos brevemente a vida organizativa de Eloy Anthero Dias, presidente da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, sambista, jongueiro, pai de santo e fundador de uniões e escolas de samba. Eloy demonstra uma espécie de síntese do trânsito destes trabalhadores pela cidade e pela ampla gama de possibilidades organizativas no mundo do trabalho, comunitárias, festivas ou religiosas.

Espaço e organização política: trabalho, festas e associação

Os historiadores tendem a ignorar o espaço como parte fundamental da dinâmica social e como peça-chave para entender processos de associação, solidariedade e identidade. Entender o espaço analisado somente como pano de fundo é ignorar as redes que interligam as culturas de classe, as tradições e costumes sintetizados em cada lugar. Seguindo os caminhos abertos por Cristiane Miyasaka, ao analisar a experiência de trabalhadores no bairro de Inhaúma, no subúrbio do Rio de Janeiro, tentaremos dar contornos aqui não só ao espaço no sentido físico mas no sentido simbólico, como parte fundamental da organização política dos filiados e das lideranças da Resistência.

Segundo a autora, o recorte espacial é fundamental pois é ali que os sujeitos vivem e experienciam suas histórias, a partir e em determinados lugares e isso tem influência direta em suas vidas. Entendo que, além dos sujeitos, os grupos sociais e sobretudo as identidades criadas coletivamente, as culturas de classe, são medidas e pensadas a partir do espaço. É ali que laços de solidariedade se fazem e um tipo de associativismo, que não é exatamente aquele do mundo do trabalho, mas sem dúvida perpassado por ele, são construídos. Por que determinados grupos criam identificações e culturas específicas de cada lugar?

As sociabilidades suburbanas produziram e foram produzidas pelos afiliados da Resistência que, via trens e bondes, transitavam pela cidade não somente para trabalhar, mas para festejar, se organizar politicamente ou mesmo para fins religiosos. Diversos autores brasileiros debateram o significado da palavra subúrbio, o seu surgimento, como ela foi utilizada em outros países e como a palavra foi mudando seu significado ao longo do tempo, tendo sofrido um “rpto ideológico” (Fernandes, 2011) no contexto carioca. Para Fernandes, o subúrbio, no Rio de Janeiro, foi sendo produzido aos poucos como o lugar do proletariado. Se-

gundo ele, a urbanização capitalista tem a característica de sempre produzir zonas e bairros periféricos do que se compreende como “cidade”. Estas sociabilidades, sem dúvida, ajudaram estes trabalhadores a afirmarem sua identidade racial.

Segundo Fernandes, até pelo menos o final do século XIX no Rio de Janeiro, “subúrbio” significava a área privilegiada que ficava nas margens da cidade, em sua maioria bem valorizada. Ainda que a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II em março de 1858 tenha facilitado a circulação das classes subalternas pela cidade, inicialmente a ferrovia não fez com que as zonas norte e oeste da cidade perdessem prestígio e ficassem desvalorizadas. Aos poucos vai se construindo o que Lefebvre chamou de “ideologia do habitat”, onde os lugares afastados da cidade significavam lugar de proletário, enquanto a “cidade” vai se construindo como um espaço do fazer político no sentido mais tradicional, palco dos grandes debates nacionais. Segundo Alline Torres Dias da Cruz, para parte da opinião pública e da imprensa,

Campo de Marte, Vila Isabel, Engenho Novo, Riachuelo, Rocha, Méier, Boca do Mato, Engenho de Dentro, Todos os Santos, Sampaio, Terra Nova, Piedade, Cascadura, Madureira, Campinho, Dr. Frontin, em arrabaldes ou nas paragens da Central do Brasil, os personagens que produziam brigas e turbulências, as algazarras e correrias praticando os “exercícios de capoeiragem” (evoluções empunhando uma navalha, pulando e demonstrando agilidade com o corpo), os “sambas”, as “molecagens” (insultando as famílias com atos de maus gestos, vaiando os transeuntes e impedindo que as pessoas saíssem às ruas), quando não os assaltos e furtos, eram identificados todos segundo a gramática da desordem pública. E, no interior dela, algumas regras de concordância não deixavam dúvidas quanto ao que e a quem se combatia (Cruz, 2007, p. 41).

A citação demonstra a maneira como a população que vivia nos subúrbios era identificada. Ora como a figura do trabalhador,

ora com a figura do arruaceiro. As culturas de classe que vão se construindo têm sua própria lógica, mas também respondem dialeticamente a essa segregação, seja simbólica ou material, através de decretos que não permitiam a construção de indústrias em bairros do centro da cidade e da parte sul, mas incentivava a criação das fábricas na parte norte e oeste do Rio de Janeiro.

No contexto do início do século XX, que é o recorte temporal desta análise, podemos observar duas culturas de classe diferentes, ainda que decorrentes da mesma classe social, emergindo no momento de criação das duas Vilas Operárias, por exemplo, inauguradas por Marechal Hermes da Fonseca durante seu governo, entre 1910 e 1914. Criadas para cumprir a demanda por habitação social, reivindicação do movimento operário por muito tempo, as Vilas Operárias foram criadas em dois lugares diferentes da cidade do Rio de Janeiro. A primeira delas no limite com o bairro do Jardim Botânico, na parte sul da cidade, na Gávea, ocupada por operários de fábricas têxteis. A segunda na periferia norte da cidade, no que viria a ser o bairro de Marechal Hermes, próxima à linha do trem. Ainda que a parte sul do Rio de Janeiro não estivesse caracterizada como a Zona Sul que conhecemos hoje, muito menos urbanizada, é certo que já naquele momento os dois lugares destinados às vilas proletárias eram diferentes em termos de acessibilidade às centralidades da cidade. Além disso, os entornos e bairros vizinhos de cada um desses territórios também têm implicações na construção dessa identidade de classe, ainda que os moradores de ambas as vilas fossem operários. Enquanto a Gávea se estruturava como bairro de parte da classe dominante carioca, Marechal Hermes, situado no subúrbio, era identificado como um espaço de moradia de trabalhadores (Fernandes, N.; Oliveira, A., 2010). Este é apenas um dos muitos exemplos que podemos oferecer, sem nos alongarmos, sobre como o espaço e as relações estabelecidas ali e a partir dali não podem ser ignoradas nem quando falamos de grupos sociais distintos, assim como também não pode ser ignorado para entender as nuances de uma parcela de determinada classe social. Segundo Certeau:

[...]o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço (Certeau et al., 2000, p. 40).

O trânsito também se mostra fundamental para entendermos as relações de solidariedade, associativismo e organização política dos trabalhadores. Eles não viviam e se divertiam apenas em seus bairros de moradia. Também vagavam entre o centro da cidade e ali se organizavam, desfrutavam de lazer, faziam conexões. O movimento Centro-Freguesias Suburbanas também moldou a maneira de afirmar identidades e fazer política. Segundo Miyasaka, “no centro da cidade encontravam-se habitações coletivas, escritórios de grandes companhias, casas de comércio, prédios públicos etc. Por isso, conviviam diariamente, disputando e usufruindo o mesmo espaço – a região central do Rio –, tanto trabalhadores, como membros da pequena e da grande burguesia” (Miyasaka, 2010).

No seu artigo “Geografia Associativa”, no livro *Trabalhadores na Cidade*, Claudio Batalha (Batalha, 2009, p. 251) analisa a utilização dos locais públicos como espaços da política no caso dos trabalhadores e suas organizações de classe durante a primeira República. A utilização destes espaços para comícios e protestos, determinando valores simbólicos para o que seria o centro da cidade, vai dando contornos ao que o autor chamou de Geografia Associativa. Batalha também explora de que formas os trabalhadores se apropriam destes espaços para uma certa teatralidade política, analisando elementos como as indumentárias a partir de fotografias. Neste artigo, o autor ensaia a produção de um conceito que, a partir de suas pesquisas feitas no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura na Universidade de Campinas, pretende mapear os endereços, lugares e espaços de

organização da classe trabalhadora carioca no início do século XX. Nesta tentativa, porém, os debates sobre espaço e lugar são limitados e pouco mencionados. O autor avança em afirmar que os moradores de determinado lugar moldam seu espaço com os seus próprios passos, com o vivido. O autor, ao debater os espaços do centro da cidade como lugares privilegiados do debate político e público, não dá contornos do que seria conceitualmente essa Geografia Associativa. Pretendo aqui, ainda que brevemente, lançar mão desta expressão como conceito para entender a maneira como os trabalhadores da Resistência se associaram coletivamente ao longo de toda a cidade, além dos lugares que hoje chamamos de Baixada Fluminense e São Gonçalo. Geografia Associativa, ao que me parece, pode ser utilizada como categoria para explicar uma série de redes de solidariedade que poderiam começar nos lugares de trabalho, mas também nas festas, vizinhança, rituais religiosos ao redor e a partir de um determinado espaço e em seu trânsito, mas que tem, na cultura de classe e na afirmação de identidades, o seu mote.

Esta não é propriamente uma colocação inovadora. Autores como Eric Brasil, Leonardo Affonso de Miranda Pereira, Marco Pestana, Erika Bastos Arantes, Petrônio Domingues e o próprio Claudio Batalha desenvolveram trabalhos que evidenciam as possibilidades de associação e redes de solidariedade não só a partir dos espaços de trabalho, como também do lazer, das festas e dos laços comunitários. Neste mesmo contexto, quero aqui evidenciar que o lugar, ou seja, o subúrbio do Rio de Janeiro e o trânsito dos trabalhadores da Resistência até a zona portuária da cidade, as experiências compartilhadas tanto neste espaço como no outro, são marcos fundamentais desta organização política.

Segundo Marco Pestana, a historiografia tradicionalmente tendeu a separar analiticamente o mundo do trabalho e a classe social do cotidiano da classe trabalhadora. Para ele,

Assim, o dia-a-dia, nos locais de trabalho e em ambientes correlatos, foi, geralmente, analisado com base no conceito de “classe”, sendo, portanto, os trabalhadores o foco pri-

mordial dos estudos voltados para esse aspecto da subalteridade. O cotidiano desses mesmos trabalhadores, quando em seus momentos mais afastados do trabalho – por exemplo, nos locais de moradia e nos movimentos políticos, não diretamente, conectados a questões do trabalho, mas, principalmente, nos espaços e nos momentos voltados para o lazer e a cultura de modo geral –, tem sido, geralmente, conceituado em termos de uma designação genérica de “popular” (Pestana, 2010, p. 236).

Isso se deu também no que diz respeito à importância dada ao samba, ao carnaval, aos batuques, clubes dançantes e ranchos, ou seja, a pouca importância da festa como elemento fundamental de associativismo e criação de redes de solidariedade. A festa foi tratada como expressão cultural ou como um ato político de maneira bastante generalista, sem realçar a importância do fortalecimento de laços para a organização política, no sentido mais restrito da palavra “organização”. A oposição entre trabalho e festa está presente em teorias clássicas que explicam a modernidade e por muito tempo foi tratada como um traço de arcaísmo ou irracionalidade (Fernandes, 2001). Do ponto de vista do espaço compartilhado e vivido (Certeau, 2000), as festas são, sem dúvida, uma maneira não de afirmar identidades, mas da criação de laços cotidianos. Além disso, fazer e organizar a festa é colocar e influenciar interesses de grupos sociais, promovendo os próprios, muitas vezes criando contra hegemonias ao poder estabelecido, outras vezes se aliando a ele para poder sobreviver, já que, segundo Ismael Silva, um dos fundadores da escola de samba Deixa Falar, “nós fizemos a escola de samba para não tomar porrada da polícia” (cf. Soares: 1985 *apud* FERNANDES, 2001). A síntese sobre o poder da festa, em especial sobre a história das escolas de samba no Rio de Janeiro, mostra que esses laços construídos têm a ver com os processos de segregação socioespacial:

A história das escolas de samba é também uma parte da história da relação dos grupos populares do Rio de Janeiro com

seu espaço vivido e meio ambiente, os bairros populares, subúrbios e favelas. Foi especialmente através desta instituição que os grupos expulsos da cidade contra-arrestaram a marginalização e a segregação político-cultural “desmoralizante”, inerentes ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, posto em marcha desde o final do século XIX. Através delas estes grupos construíram e aperfeiçoaram o convívio comunitário, se reinterpretaram e conquistaram uma identidade na cidade. Identidade que passou a ser não só a da cidade, mas a da própria nação (Fernandes, 2001, p. 10).

Esta análise cindida entre trabalho e festas não foi exclusividade dos historiadores, mas também de diversos militantes do movimento operário do início do século XX. Em artigo sucinto mas bastante revelador, Leonardo Affonso de Miranda Pereira analisa o Grêmio Flor da União, associação recreativa dos moradores de Bangu. Com estatuto que conclamava a solidariedade e com o baixo valor da mensalidade em relação a outros *clubs*, além do auxílio mútuo, não foram suficientes para demonstrar a força aglutinadora da festa, muito menos para deslocar qualquer tipo de apoio de militantes operários. Segundo ele “no mesmo ano em que os moradores de Bangu gastavam muitas de suas noites na discussão dos novos estatutos do Flor da União, trabalhadores engajados com as lutas sociais mais abertas expunham pelas páginas da imprensa operária suas restrições ao tipo de diversão à qual se entregavam seus companheiros de classe” (Pereira, 2006, p. 174).

Este não foi o caso, no entanto, da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Engajados na disputa sindical, muitos filiados e dirigentes também disputaram sambas e se juntaram em grêmios recreativos e sociedades dançantes. Para darmos um panorama geral, dos 25 fundadores do Império Serrano, ao menos 9 deles faziam parte da Resistência. Além de Mano Eloy, figuras como Sebastião Molequinho, Mestre Fuleiro, João Gradim e Aniceto do Império fizeram parte das agremia-

ções que criaram não só a escola de samba fundada no Morro da Serrinha, em Madureira, mas como diversas outras escolas e federações que tinham como objetivo organizar o carnaval carioca.

Embora o território de trabalho e de maior circulação cotidiana desses personagens seja de fato o Porto e os bairros da Saúde e Gamboa, a maioria dos trabalhadores da Resistência morava próximo à linha férrea, como viemos argumentando, o que facilitava o trânsito pela cidade. Os endereços utilizados são os que constam nas fichas de filiação. Na sessão abaixo, analisaremos de maneira mais aprofundada quais eram os espaços de moradia e circulação desses trabalhadores, a partir dos endereços que constavam em suas fichas de filiação. Ao todo, para essa pesquisa, foram sistematizadas 296 fichas de filiados admitidos entre 1905 e 1930.

Os filiados da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café: deslocamento e organização

Talvez o elemento que mais tenha chamado a nossa atenção quando olhamos as fichas de filiação são os lugares de moradia dos trabalhadores. Além da rua e o número, o campo nos oferece o bairro em que estes trabalhadores residiam, demonstrando as dinâmicas da cidade para a classe trabalhadora no intervalo de tempo analisado por nós. A cidade se expandiu para além dos limites do Centro, sobretudo após a reforma promovida por Pereira Passos a partir de 1906. A Zona Portuária foi o território inicial e fundamental de organização política da categoria, fato que está ligado diretamente ao lugar e espaço do trabalho dos arrumadores, tanto no que diz respeito à organização sindical e política quanto à vida cotidiana em torno do mundo do trabalho. Outro território, no entanto, aparece como fundamental para esta análise, após a consulta das fichas de filiação dos arrumadores.

Sem os recortes de origem, a maioria dos trabalhadores morava no que chamamos de Zona Norte do Rio (50,2%), seguido

pelos que moravam na Baixada Fluminense (16,8%), São Gonçalo (9,5%) e Niterói (9,1%). Somente 7,7% desses trabalhadores moravam no Centro da cidade, apesar de o local de trabalho de todos ser a área portuária. Ou seja, é nítido que os trabalhadores, já nas primeiras décadas do século XX, atravessavam não só a cidade, mas a Região Metropolitana do Rio de Janeiro para trabalhar. Nas primeiras décadas, é preciso frisar, ainda sem garantia de trabalho fixo, disputando na chamada parede a cada turno.

Estes trabalhadores não só moravam, mas se organizavam política e culturalmente em seus lugares de residência, o que fica evidenciado pela forte ligação entre os trabalhadores da Resistência e a fundação de ranchos de carnaval e escolas de samba. Os trabalhadores da Resistência eram, sobretudo, trabalhadores suburbanos. O conceito de subúrbio tendeu a sofrer uma série de modificações ao longo do tempo e espaço em que foi aplicado. Ao longo dos anos e com a Reforma Passos, aos poucos o subúrbio carioca foi se consolidando como o lugar do proletariado por excelência, como afirmação de uma cidade partida em classes sociais.

A constatação de que os trabalhadores da Resistência moravam perto da linha férrea não quer dizer que eles não tiveram outros endereços de moradia ao longo de sua vida. Segundo Cristiane Regina Miyasaka, a historiografia das reformas urbanas pouco falou dessa expansão para as antigas áreas rurais. Para ela,

Na historiografia que aborda as reformas urbanas empreendidas durante a administração de Pereira Passos, poucas páginas foram destinadas aos subúrbios. Em suma, eles apareceram em dois momentos: quando os autores trataram da implantação do sistema ferroviário de transportes, durante a segunda metade do século XIX, e ao apresentarem o deslocamento populacional causado pelo período do “bota-abaixo”, uma vez que havia três alternativas de moradia para essas pessoas: a ocupação dos morros, a busca das habitações coletivas remanescentes ou a ida para a zona suburbana. Em relação aos meios de transporte, existe um consenso de que

a instalação de linhas férreas impulsionou a ocupação das antigas freguesias rurais (Miyasaka, 2011, p. 35).

Os autores se ocuparam, muitas vezes, de compreender quais áreas do subúrbio foram ocupadas pela população que saía do Centro da cidade. Alguns, como Benchimol, defendem que quem ocupou as freguesias suburbanas eram aqueles com empregos mais estáveis, como funcionários públicos ou militares. Outros, como Menezes, argumentam que o subúrbio foi o lugar da classe trabalhadora, pois a ocupação dos morros e favelas do entorno do Centro foram ocupados pelo lumpesinato. Para Miyasaka, no entanto, o crescimento da ocupação das freguesias suburbanas diz respeito, especialmente, à criação e expansão das linhas férreas. Assim como para Nelson da Nóbrega Fernandes, mesmo antes das reformas urbanas de Pereira Passos, os subúrbios já estavam em expansão e diversificação das atividades comerciais. Depois das reformas, no entanto, esse processo se expandiu. A autora dá o exemplo da freguesia de Inhaúma, objeto de sua pesquisa, mas a partir dela podemos entender de que maneira os trens se tornaram o transporte público da classe trabalhadora, sobretudo suburbana:

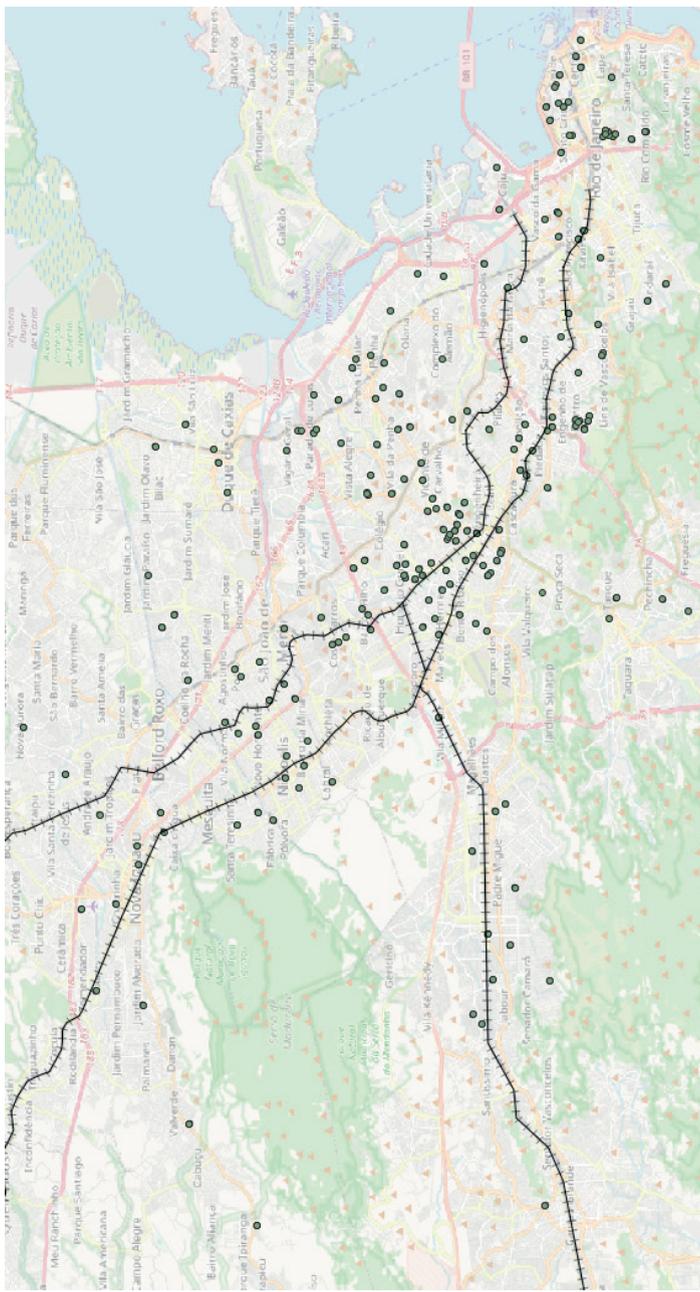
Em 1900, a quantidade de horários que atendiam a Inhaúma aumentou aproximadamente 60%: de 63 passou para 100. Desse total, 80 era de “trens dos subúrbios”. Além disso, o número de linhas que prestavam serviços ao distrito também cresceu. Eram elas: a linha do Centro, que contava com trens apenas para passageiros e os mistos, a do Ramal de Santa Cruz, a do Ramal de São Paulo e mais os “trens dos subúrbios”, que possuíam alguns “carros de 2.^a classe”, então denominados “trens de operários”. Nesses últimos, os passageiros podiam trafegar com “cupons de cadernetas semanais”. Vale destacar que os “trens de operários” circulavam justamente no início da manhã e no fim da tarde, ou seja, para atender a jornada de trabalho tanto daqueles que se dirigiam ao centro como daqueles que se deslocavam

do centro para outros distritos. Cabe ressaltar também que os trens do Ramal de São Paulo paravam apenas na estação de Cascadura, após partirem da Central, o que mostra a relevância dessa localidade. Em 1906, após a realização das reformas urbanas, novamente houve um incremento na quantidade de horários de trens que serviam a região suburbana da cidade: de 100, em 1900, passou-se para 136 (Miyasaka, 2011, p. 39).

Como viemos afirmando e como podemos perceber no mapa abaixo, os filiados da Resistência ocuparam residências majoritariamente próximas às linhas do trem, facilitando a chegada ao Centro da cidade para o trabalho. Eles ocupavam lugares de fácil acesso ao transporte público, seja na parte norte da cidade ou na Baixada Fluminense. É notável também a presença dos filiados morando nas regiões de Niterói e São Gonçalo.

Como vimos, a maioria (50,2%) viviam no que hoje chamamos de Zona Norte, ou as antigas freguesias do Irajá, Inhaúma, Engenho Novo e São Cristóvão. 18,6% viviam entre Niterói e São Gonçalo. Já 16,8% viviam em localidades da Baixada Fluminense, como Mirity (onde passava o Rio Mirity, entre a Pavuna e hoje São João de Meriti), atravessando toda a cidade do Rio de Janeiro de trem para trabalhar. Ao todo, 7,7% dos 296 trabalhadores que registramos moravam no Centro do Rio de Janeiro, perto da localidade de trabalho, o Porto, espalhados pelas freguesias de Santa Rita, Santana, Sacramento e Candelária. Ainda conseguimos identificar 4,8% desses trabalhadores que residiam nas freguesias de Jacarepaguá e Campo Grande. Apenas 1,9% desses trabalhadores declararam viver na parte sul da cidade.

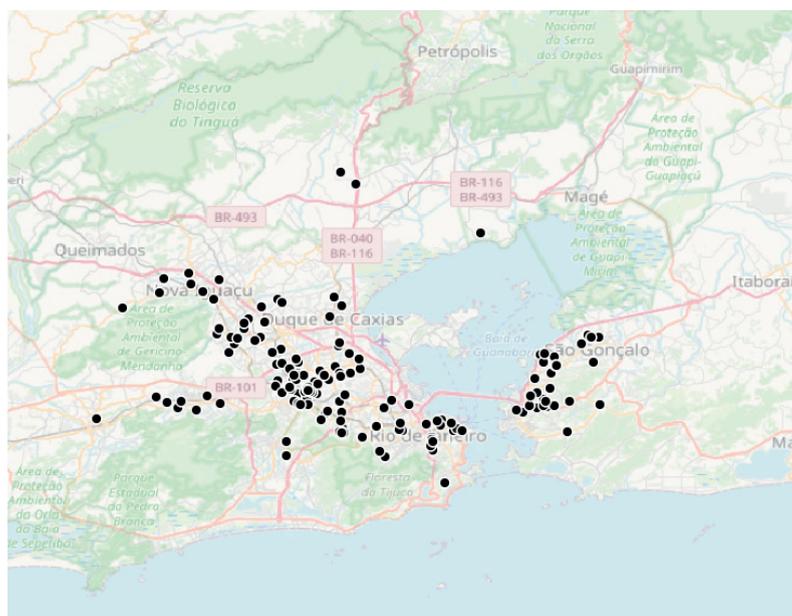
Figura 1. Mapa demonstrativo das residências dos filiados e a representação da linha férrea de 1928



FONTE: Chagas, 2023.

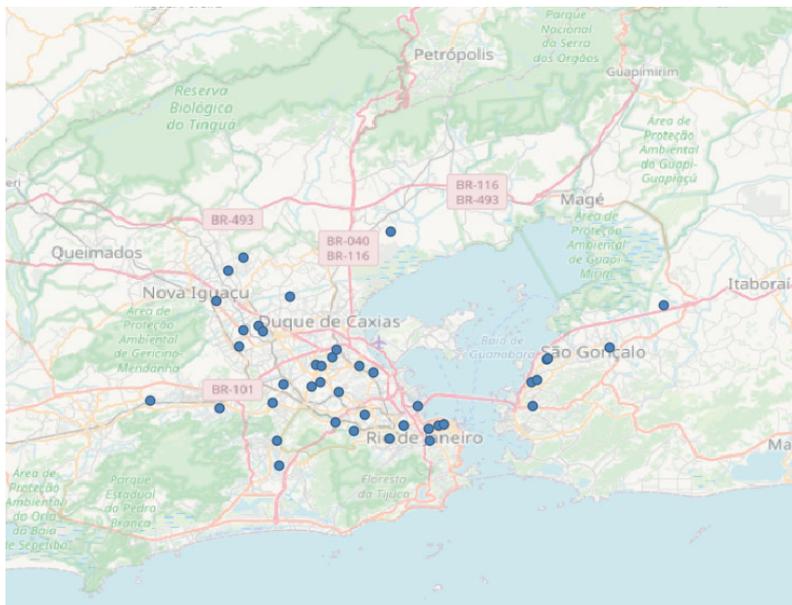
Como critério principal de análise, tentamos entender quais partes da cidade os filiados negros e brancos ocuparam e se houve alguma diferença entre os grupos. Fazendo isso, tentamos compreender se houve alguma disparidade de ocupação do território por parte de trabalhadores da mesma classe. Como demonstram os mapas, filiados brancos e negros ocuparam, em sua maioria, os mesmos espaços. Há, certamente, uma ocupação maior de endereços da Baixada Fluminense e da recente ocupação da parte oeste por parte dos trabalhadores negros em relação aos brancos. Há também uma ocupação maior, em termos proporcionais, de moradias mais distantes das centralidades da cidade pelos trabalhadores negros. Entretanto, não há como afirmar categoricamente que havia uma linha territorial que separava esses grupos dentro da mesma organização.

Figura 2. Mapa demonstrativo das residências dos filiados negros



FONTE: Chagas, 2023.

Figura 3. Mapa demonstrativo das residências dos filiados brancos



FONTE: Chagas, 2023.

Pelo mapa, conseguimos ter uma ideia de onde os trabalhadores da Resistência concentravam seus locais de moradia e, conseqüentemente, sociabilidade. A relação desses locais, separados por bairros do Rio de Janeiro, está demonstrada em anexo, mas aqui destacamos os bairros com maior concentração de filiados da Resistência. Em primeiro lugar São Gonçalo, com 27 filiados, e, em segundo lugar, Madureira, com 20 filiados. Em seguida, Duque de Caxias, com 12 filiados; Engenho de Dentro, com 11 filiados; e, finalmente, o Centro da cidade, com 10 trabalhadores.

As linhas férreas conectaram as classes trabalhadoras ao seu lugar de trabalho, mas também as ligaram às opções de lazer. Em sua tese de doutorado, Eric Brasil sistematizou mais de 1700 licenças de sociedades recreativas e carnavalescas durante todo o território da cidade. Os filiados da Resistência, além da organização sindical, também estiveram presentes em inúmeras outras

associações, sobretudo ligadas aos ranchos de carnaval, como o Recreio das Flores, na criação de escolas de samba como a Deixa Malhar e na criação do que viria ser o Império Serrano. Marco Pestana sugere uma maior interligação entre esses mundos que, na materialidade, não se separam, e mais, se influenciam mutuamente. Se compararmos os bairros que mais tinham trabalhadores da Resistência com a pesquisa de Eric Brasil, podemos ter algumas pistas das possibilidades de associações e lazer que esses trabalhadores tiveram, mesmo em localidades distantes da centralidade da cidade. Na região de Madureira, Dona Clara e Oswaldo Cruz, Eric Brasil conseguiu encontrar ao menos 19 sociedades carnavalescas. No Engenho de Dentro, 28 pedidos de licença. Isso demonstra de que forma estes trabalhadores se associaram e ressignificaram o espaço urbano, de maneiras muito diversas.

Eloy Anthero Dias: a síntese da organização política de maneira ampliada

Entendemos que a organização política, como viemos argumentando ao longo de todo o trabalho, é algo além da institucionalidade. As possibilidades de associativismo da população negra foi objeto de estudo de diversos historiadores, como Beatriz Loner (Loner, 1999) e Petrônio Domingues (Domingues, 2014). Regina Célia Lima Xavier e Lucia Helena Oliveira Silva (Silva, Xavier, 2019) contribuíram com o debate no que diz respeito à historicização do conceito. Alessandra Tavares o aplicou em sua tese de doutorado, justamente sobre o personagem analisado por nós aqui, Mano Eloy. Mas afinal, o que seria o associativismo negro? Para Petrônio Domingues seria

Uma noção dinâmica, envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)

apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa dos interesses específicos do grupo.

Em comum, esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente; forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas sem, contudo, deixarem de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos “homens de cor” na esfera pública (Domingues, 2014, p. 249).

Nos parece interessante entender como o associativismo negro sintetiza as maneiras como a população negra se organizou antes e depois da abolição, muitas vezes à margem do sistema político-partidário, mas também negociando com ele. Segundo Lucia Helena Oliveira Silva e Regina Célia (Silva, Xavier, 2019), o conceito de associativismo negro poderia ser definido a partir da diversidade da atuação das comunidades negras para se organizar politicamente.

É aqui que situamos a atuação e trajetória de vida de Eloy Anthero Dias. Ele foi presidente da Resistência, arrumador, jongueiro, sambista, pai de santo, compositor e fundador de diversas associações carnavalescas e organizações no mundo do samba. Segundo Alessandra Tavares, estudiosa da vida de Eloy, as formas de associativismo negro no Rio de Janeiro expandiram suas pautas para além da questão racial, sem prescindir dela. Assim como o associativismo negro está circunscrito nas atuações de sociedades carnavalescas, clubes dançantes, jornais e escolas de samba, esse tipo de associação também se mostrou presente na atuação dentro dos sindicatos e partidos políticos no sentido estrito e no sentido amplo, utilizando as categorias gramscianas apresentadas anteriormente.

A busca pelo nome de Mano Eloy na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional tem muitos resultados, especialmente a partir da década de 1930, ainda que antes dessa data constem algumas menções. As buscas feitas para esta pesquisa incluem as várias formas que Eloy foi denominado ao longo de sua vida, tanto privada quanto pública.

Além das notícias e artigos em diversos jornais ao longo de quase 83 anos de vida, também contamos com alguns registros fonográficos de gravações de pontos de candomblé e umbanda em que Eloy cantava pela gravadora Odeon. Aqui também utilizaremos as análises sobre a obra deixada por ele e as várias teses e dissertações acerca de sua vida e de sua relação com as escolas de samba no Rio de Janeiro. Nosso objetivo com esta parte da pesquisa é apresentar brevemente sua biografia, mas com o foco principal de entender de que maneira Eloy se organizou politicamente, não só na Resistência, mas em inúmeras outras organizações, sejam elas carnavalescas, recreativas ou mesmo na criação de centros políticos e legendas para disputar eleições municipais. Dessa forma, apresentaremos brevemente como ele foi se fazendo, junto com o sindicato, um intelectual orgânico de sua classe.

Nesse espaço, também lançaremos mão de autores e autoras que estudaram diretamente a vida, a obra e a atuação política de Eloy, como Alessandra Tavares, Sormani da Silva, Rachel e Suetônio Valença e Nelson da Nóbrega Fernandes. Os textos têm como objeto principal não só a vida do arrumador, mas também o Império Serrano, escola fundada em 1947 por ele e outros companheiros no Morro da Serrinha, e as escolas de samba do Rio de Janeiro.

Nascido Eloy Anthero Dias em 2 de março de 1889⁸⁰, a trajetória do líder sindical se assemelha com diversas das histórias das famílias de ex-escravizados que migraram para a Capital Federal no início do século XX. Natural de Resende, cidade que pertence ao Vale do Paraíba do Sul, região que concentrou

80 Segundo Alessandra Tavares, há controvérsias sobre a data de nascimento de Eloy. Optamos por colocar a data que consta na ficha de filiação do arrumador.

a produção de café e o segundo ciclo da escravidão no país, Eloy migrou para o Rio de Janeiro em busca de trabalho. A migração do Vale do Paraíba do Sul para a Capital Federal foi brevemente explorada em nossa tese (Chagas, 2023), mas nos parece importante frisar que este foi um movimento feito por muitos trabalhadores que vieram das fazendas de café.

Os emaranhados culturais vindos do Vale do Paraíba para a Capital Federal só foram possíveis devido às linhas férreas que, inicialmente, tinham como objetivo fazer o escoamento do café produzido na região para o porto do Rio de Janeiro. Depois de terminada oficialmente a escravidão, a linha férrea começou a transportar migrantes que vinham muitas vezes encontrar familiares estabelecidos anteriormente no Rio, mas também trazendo suas próprias famílias nucleares, seus costumes e modos de vida. Eles se fixaram muitas vezes na Zona Portuária, que tinha as melhores oportunidades de trabalho, mas também foram morar nos subúrbios e na Baixada Fluminense. Segundo Eric Brasil,

Esses migrantes tiveram que negociar com diferentes atores, formar novas alianças e redes, impactando sobremaneira nas formas artísticas e culturais da cidade. Ocuparam não só a chamada Pequena África e a Zona portuária, mas também as montanhas da grande Tijuca e – as planícies dos subúrbios e áreas rurais próximas à cidade, como Jacarepaguá, Vila Isabel, Madureira, Oswaldo Cruz e Irajá, e, até mesmo a chamada Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias, Itaboraí e São Gonçalo. Trazendo seus Jongsos, Calangos e folias de reis, em breve entrariam em contato com as práticas locais, ajudando a criar grupos carnavalescos e, ao longo da década de 1920, estariam na base do surgimento das escolas de samba. A lista de fundadores e membros ilustres das Escolas de Samba que vieram ou eram descendentes de negros do Vale do Paraíba e de demais regiões do Sudeste é quase interminável (Brasil, 2016, p. 129).

Esse foi o caso de Eloy que, saindo de Resende, desembarcou do trem na cidade do Rio de Janeiro quando tinha em torno de 15 anos, segundo o jornalista Jota Efegê. Em depoimento ao jornalista, Mano Eloy relata que sua primeira ocupação ao chegar à Capital Federal teria sido a de baleiro. Não sabemos ao certo de que forma Eloy chegou ao trabalho de arrumador, mas sabemos que a Zona Portuária era, naquele momento, o lugar que chegavam os migrantes vindos do Vale do Paraíba. Segundo Alessandra Tavares, não há indícios da participação de Eloy nos primeiros cinco anos de fundação da Resistência; em sua ficha de filiação, consta a data de admissão do ano de 1910. Como já explicitamos antes, o ano de 1910 aparece em muitas fichas que tivemos acesso como data de admissão. Nos parece, assim como para Galvão (1994), que essa data configura um momento de esforço do sindicato para o registro e a institucionalização de seus filiados. Diversos deles podem ter entrado para a Resistência antes desse momento. No entanto, é em 1910 que está documentada a primeira ligação de Eloy com a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

As notícias de jornal envolvendo Eloy Anthero Dias têm mais de 60 ocorrências em diversos periódicos da Capital Federal. A primeira delas, em 1913, se refere a uma inspeção sanitária nos trapiches de café, sendo ele um dos encarregados pela fiscalização por parte do sindicato. Na greve de 1918, uma notícia do *Jornal do Commercio* anuncia que a Resistência faria o pagamento daqueles trabalhadores que aderiram ao movimento. Causou boa impressão o fato de o sindicato pagar também aqueles “livres”, ou seja, que não eram associados ao sindicato, mesmo no momento de greve. A notícia também relata uma confusão entre trabalhadores que acabou em uma briga. Nela estaria envolvido Mano Eloy, que fora acusado de agressão pela polícia. Este alegava que nem tinha presenciado a briga e que estava sendo acusado somente pelo fato de ser grevista. Eloy foi levado à delegacia quando o delegado declarou o flagrante tanto pelo artigo 303 (ofensas físicas) quanto pelo artigo 205 (desviar operários do trabalho).

A matéria conta que seus companheiros de Resistência não o defenderam no momento do acontecido, pagando fiança do arrumador horas mais tarde. Seus companheiros confirmaram que ele estava sofrendo uma perseguição por parte da polícia. O Estatuto da Resistência previa uma caixa de ajuda mútua, que poderia ser utilizada em caso de perseguição a grevistas e outros imprevistos.

A participação de Eloy na Resistência se deu em diversas funções, como 1.º fiscal, representando a organização em diversas reuniões com outras associações e, finalmente, como presidente do sindicato de 1936 a 1938 e de 1946 a 1952. Ele também participou na organização das atividades carnavalescas do Recreio das Flores, rancho que pertencia à Resistência. A partir daí, sua influência na comunidade portuária começa a ganhar maiores vultos. Segundo Rubem Confete em entrevista à Alessandra Tavares, as festas da Resistência também tinham a participação de Eloy, de maneira que os eventos eram grandes comemorações que incorporavam os moradores da Zona Portuária, que recebiam presentes (Tavares, 2018).

Mano Eloy destaca que sua atuação no carnaval começou através dos ranchos carnavalescos. Ele relata que começou a frequentar a Portela em 1920, quando ainda era um bloco de carnaval, e logo depois a Deixa Malhar, e em 1936 começa a frequentar as movimentações carnavalescas no Morro da Serrinha. Segundo Alessandra Tavares

Embora não haja documentos escritos que atestem sua ação direta em todas as associações carnavalescas que lhe foi atribuída, seu circular em espaços de promoção cultural do carnaval está baseado no que é verossímil às identidades produzidas ao longo de sua trajetória. Como carnavalesco, segundo ele mesmo dizia, como membro fundador ou da diretoria, ele foi de maneira direta ou indireta figura presente nas movimentações que levaram à fundação das escolas de samba e as associações que a organizaram (Tavares, 2018, p. 121).

Morando em Dona Clara e trabalhando no Porto do Rio, Eloy representou diversos sambistas (e trabalhadores) da cidade. A circulação em diversos espaços da urbanidade carioca foi a marca dele, e desse modo construiu sua sociabilidade e sua influência como sambista, mas também como liderança comunitária, sobretudo no subúrbio do Rio. Em entrevista a Sergio Cabral, Carlos Cachaça, sambista renomado e pandeirista que acompanhava Eloy, afirma que Eloy e sua turma iam de Dona Clara até o Buraco Quente, na Mangueira, cantar e dançar samba por volta de 1915 e 1916. Cachaça assegura que o samba de partido alto como o conhecemos hoje não havia em Mangueira naquele momento, sendo levado ao morro pelo arrumador, na casa de Tia Fé, mãe de santo do lugar e fundadora de um rancho carnavalesco, o Pérolas do Egito. Depois das festas de santo no terreiro de Tia Fé, o samba começava. Em suas andanças, Eloy também teve influência como sambista na chamada “Festa da Penha”, localizado no bairro suburbano da cidade (Tavares, 2018).

Em seu livro *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes, objetos celebrados*, o geógrafo estudioso do subúrbio carioca, Nélson da Nóbrega Fernandes, entende que uma hora ou outra o samba de partido alto iria brotar na Mangueira, já que Eloy fazia parte de um contexto de diversas lideranças comunitárias e culturais, uma “rede de festeiros”, segundo ele, junto com mães e pais de santo, jongueiros e sambistas. No entanto, foi um morador de Dona Clara que levou o samba para a Estação Primeira:

Só agora vamos descrever o princípio do bloco carnavalesco Estação Primeira, porque, a despeito de Mangueira estar muito mais perto do Estácio, foi, como vimos, um jongueiro e sambista que morava em Madureira, Mano Elói, que levou o samba para aquele morro, mostrando que os caminhos do samba não seguem necessariamente itinerários diretos e linhas retas. É claro que este é um fato importante para a história do samba na Mangueira, porém, não se deve exagerar, pois sendo esta comunidade socialmente idêntica às da Serrinha e Osvaldo Cruz, mais cedo ou mais tarde o

samba “subiria” o morro. Afinal de contas, ela estava inserida naquela rede de festeiros, pais-de-santo e jongueiros, da qual o estivador Elói Antero Dias (1888-1971) participava ativamente (Fernandes, 2001, p. 70).

Em 1920, aparece como fiscal da Resistência e secretário da comissão eleitoral do pleito do sindicato. Também nesse ano ajudava a organizar a escola de samba que viria se tornar a Portela. Em nota em 1924, no periódico *O Jornal*, pede readmissão na companhia Estrada de Ferro Central do Brasil, no qual foi indeferido o pedido. Em 1925, em batalha de confete promovida para homenagear o *Jornal do Brasil*, em Engenheiro Leal, atualmente Madureira, um dos sambas escolhidos citava Mano Eloy.

Segundo Sormani Silva, estudioso da vida e obra de Eloy, a descrição do terno azul do arrumador no sambai citado realçava seu prestígio. Os concursos e rodas de samba ligavam o subúrbio, mas a citação de que o “samba é na cidade” demonstra que, segundo Silva, o destino dos sambistas era a região do Catumbi e o Morro do Estácio (Silva, 2015, p. 108). Para Alessandra Tavares, quando na letra do samba Mano Eloy se refere ao samba como pertencente à cidade, isso poderia indicar a atenção desigual dada aos espaços suburbanos em relação à região central do Rio.

Ainda em 1925, a notícia do *Jornal do Brasil* anunciava a fundação do Centro Político Independente dos Operários do Distrito Federal, que tinha como objetivo a apresentação de um candidato operário para o Conselho Municipal. A fundação contou com a presença de Eloy e o Centro com sua adesão. Em 1928, já participava da eleição para a diretoria da Resistência, tendo sido vencido. Em 1929, o *Jornal do Brasil* anuncia a fusão de dois blocos carnavalescos, que resultaram na fundação do Cachopas do Minho. Eloy participava como diretor e teve seu nome mencionado na fusão. Sobre o bloco carnavalesco, é interessante notar como já naquele momento Madureira despontava nas intenções de ser a “capital do subúrbio”. A matéria diz

Esses diretores têm o grande prazer de comunicar a sua instalação em esplêndido salão talvez o maior e melhor situado dos subúrbios, visto como se encontra na mais movimentada praça de Madureira, em frente ao tradicionalíssimo co-reto que se arma nesse subúrbio, que causa mofa e põe no chinello o bairro mais aristocrático. Ahi nessa futura capital dos subúrbios espoeram as “Cachopas do Minho” serem do próximo anno em deante, as detentoras de todas as pugnans carnavalescas (*Jornal do Brasil*, 1929).

A partir de 1930, o nome de Eloy aparece cada vez mais ligado ao mundo das escolas de samba, do jongo e do carnaval. No *Diário Carioca*, a nota anuncia a gravação de *Gallo Macuco e Liberdade dos Escravos*, jongos compostos por Eloy, gravado por ele junto com o Conjunto Africano, que o acompanharia em diversos outros registros na gravadora Odeon. O diário descreve as músicas como “tipicamente brasileiras”, com o cuidado do maestro de convidar “conjuntos de elementos provenientes do próprio ambiente onde essa música nasceu” sem interferir no “realismo e na sinceridade dessas produções”. Eloy também gravava, na ocasião, a música *Não Vae ao Candomblé*

Em 1936, ganhou o concurso “cidadão do samba”, representando a Deixa Malhar, com dezoito votos. O concurso foi realizado pela União das Escolas de Samba (*Jornal A Nação*, 1936). Nesse ano, Eloy assume seu primeiro mandato como presidente da Resistência, posto que iria ocupar até 1938. Ele voltaria a ocupar o posto da presidência novamente entre 1946 e 1952, acumulando o total de três mandatos presidenciais. Em 1939, assume a presidência da União de Parada de Lucas, que já era vice-presidente da União das Escolas de Samba.

Vemos aqui a trajetória de um homem que esteve presente em diversos momentos decisivos para a história da cidade do Rio de Janeiro, na construção do que viria ser sua identidade mais marcante, circulando em diversos espaços, seja no mundo do trabalho, na organização sindical, mas também na esfera do lazer e da organização dele, além da liderança religiosa em seu

lugar de moradia. Eloy representa, de maneira muito complexa, a construção de uma intelectualidade a partir do associativismo negro ao longo de toda sua vida. Sua vida girou em torno da organização da cultura e da vida sindical. Segundo Eric Brasil, a luta por direitos e a construção de alianças sempre andaram juntas com as contradições das representações negativas ligadas às populações negras no país.

Conclusões

Erika Arantes, em seu artigo *A Estiva se Diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*, faz um breve levantamento dessas agremiações ligadas aos sindicatos no porto do Rio de Janeiro. A autora lembra que não há como separar história social do trabalho da história da cultura: esta seria uma falsa dicotomia, com se na cidade existissem os operários, que se organizam em sindicatos, fazem greves e, de outro lado, existissem os populares, tratados como coisa distinta, que fazem o carnaval, a macumba, a revolta. É importante lembrar que ambas as esferas são formadoras desses trabalhadores e dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Desse modo, estudar essas organizações é entender como os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora são espaços de organização da vontade coletiva e formação para a construção de uma oposição aos aparelhos privados de parcelas da classe dominante, criando discursos e processos contra hegemônicos. Segundo Erika Bastos Arantes:

A historiografia sobre a cidade na virada do século XIX para o XX costuma trabalhar com essa diferenciação, dividindo a história da cidade em duas vertentes: de um lado, a história social do trabalho, que tratava do trabalho propriamente dito e das associações nascidas a partir dele (sindicatos, sociedades de resistência, mutualistas etc.), dos movimentos

reivindicatórios principalmente as greves e do movimento operário de uma forma mais ampla; de outro, a história cultural que lidava com as questões da “cultura popular”, ou seja, das manifestações culturais como o samba, candomblés ou mesmo de revoltas dos “populares”, como a Revolta da Vacina em 1904 (Arantes, 2015, pp. 27-8).

Se o sindicato atuava diretamente na pressão por diminuição de horas de trabalho e condições melhores para produzir, os terreiros, rodas de samba e jongo lutavam pela preservação da tradição, a construção de redes de sociabilidade, e afirmação de identidades, formando parte da classe trabalhadora carioca.

Se é verdadeiro que militantes operários e mesmo os historiadores tiveram dificuldade de unir todas as facetas em análises sobre a classe trabalhadora, também é verdadeiro que produzir uma história dos trabalhadores em sua totalidade é um desafio. Essa fragmentação não é exclusividade da história da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Tentar repensar e reescrever a história das classes subalternas é sempre tecer uma colcha com poucos fios. A dificuldade de acesso às fontes, além da pouca preservação e conservação dada aos arquivos e à memória dos trabalhadores, sobretudo da parcela negra, ainda é um obstáculo nos dias de hoje, em que mesmo diversificando as possibilidades das fontes consultadas, ainda tem pouca atenção institucional. Segundo Antonio Gramsci,

Uma história das classes subalternas é necessariamente desregrada e episódica: existe na atividade dessas classes uma tendência à unificação, ainda que em plano provisório, mas essa é a parte menos aparente e que se mostra apenas quando a vitória é alcançada. As classes subalternas sofrem a iniciativa da classe dominante, mesmo quando se rebelam; estão em estado de defesa alarmada (Gramsci, 2011, pp. 299-300).

Por isso, tentamos, ao longo deste artigo, aparar algumas arestas para que consigamos ver essa experiência de formação da

classe de maneira total, esforço que vem sendo empreendido nos últimos anos por diversos autores, citados nas passagens acima. Isso não quer dizer que o processo se dá sem contradição e sem falhas. Há pouco tempo viemos debatendo as diversas formas de formação da classe trabalhadora, pensando historicamente que, estando interligadas pelo aspecto econômico, cada formação social, espacial e histórica têm sua especificidade. Para analisar essa classe trabalhadora em formação, é preciso entender que a sociedade civil no Brasil se desenvolveu de maneira distinta daquela verificada na Europa. As organizações de trabalhadores foram e são de diversos tipos, desde aquelas que dizem respeito aos mundos do trabalho até as que tem como objetivo o lazer e as festividades, afirmando uma gama enorme de identidades não só de classe, mas também raciais e comunitárias.

Clovis Moura, em *Organizações Negras em São Paulo* (Moura, 1983), ao observar a capacidade associativa no trabalhador negro no Brasil, estabelece como organizações voluntárias um grupo específico de negros que se juntam a partir de uma “marca” que a sociedade de classes lhes imprimiu. Essas organizações, para ele, podem ser de diversos tipos, passando pelas organizações negras na escravidão, a imprensa negra em São Paulo, a Frente Negra Brasileira enumerando as escolas de samba, a macumba, a umbanda, os grupos de reivindicação e o Movimento Negro Unificado como tipos de organização para os trabalhadores negros ao longo do século XX. Segundo Moura, as organizações voluntárias são:

Grupos que se identificam na sociedade de classes por uma marca que essa sociedade lhes impôs, e, ao invés de procurarem fugir dessa marca, transformam-na em herança positiva, organizam-se através de um *ethos* criado a partir da tomada da consciência da diferença que as camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram (Moura, 1983, p. 47).

As formas de organização explicitam diferentes correntes, sendo elas, por exemplo, organizações sindicais, associações de

ajuda mútua, partidos políticos, movimentos de resistência cultural, de preservação da tradição, cultura e religião afro-brasileira, movimentos literários, quilombolas e outros. Ainda para o autor, muitas vezes “trabalhador” ou “operário” são utilizados como chaves de entendimento de forma abstrata, de maneira que não se considera a especificidade do capitalismo brasileiro, fundado na escravidão. Não são consideradas ainda as determinações específicas que fazem a classe trabalhadora no Brasil estar moldada de determinada forma, diferentemente daquele “proletário padrão” – uma distorção do materialismo histórico que incorre no idealismo ahistórico do conceito de tipo ideal de Max Weber – imaginado, um proletário europeu do século XIX.

A classe subalterna vivia um momento em que dançar ou sambar poderia ser visto e reprimido como “vadiagem”; mesmo esperar entre um turno e outro de trabalho, como mostrou Maria Cecília Velasco Cruz no caso dos Trapicheiros e Arrumadores de Café, poderia ser visto como “vagabundagem” e acabar na Casa de Detenção; manifestações religiosas do candomblé e da umbanda poderiam ser consideradas “feitiço” e seus praticantes teriam o mesmo fim na prisão.

Não eram quaisquer “trabalhadores” ou um conceito abstrato de classe trabalhadora que cabiam nessas denominações (“vagabundos”, “vadios”, “sambistas”, “feiticeiros”) ou que eram presos por suas manifestações religiosas. Sabemos que os trabalhadores negros foram historicamente alvo da polícia e de um racismo institucionalizado, legitimado por teorias eugenistas. Além da questão racial ou, dizendo de outra forma, junto com a questão racial, a questão espacial também está implicada nesse processo, sendo ele não só o processo de segregação, mas da forma específica que os trabalhadores da Resistência se organizaram por conta do seu deslocamento e do trânsito para o centro da cidade. É sabido que o Centro, naquele momento, não era lugar de moradia das parcelas mais abastadas. O subúrbio, sendo formado a partir da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II em março de 1858, foi aos poucos sendo produzido como um espaço do proletariado que, ainda que contasse com a facilidade dos trens, atravessava a cidade para

trabalhar. Esse trânsito trabalho – festas, centro – subúrbios, onde as coisas se misturavam nos diversos espaços é o que tive a intenção de explorar no presente trabalho.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ARANTES, Erika B. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese de Doutorado, PPGH/UFF, Niterói, 2005.
- ARANTES, Erika B. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. Rio de Janeiro, *Revista Tempo*, vol. 21, n.º 37, 2015.
- ARANTES, Erika B. *Negros do Porto: cultura e trabalho no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.
- BATALHA, Cláudio. Sociedades De Trabalhadores No Rio De Janeiro Do Século XIX: Algumas Reflexões Em Torno Da Formação Da Classe Operária. *Cad. AEL*, vol. 6, n.º 10/11, 1999.
- BATALHA, Cláudio. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 13, n.º 23/24, pp. 87-104, jan./dez. 2006.
- BATALHA, Cláudio. Geografia Associativa. In: AZEVEDO, E. CANO, J. CHALHOUB, S. CUNHA, M. C. P. *Trabalhadores Na Cidade: Cotidiano, Cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. São Paulo: EdUNICAMP, 2009.
- BRASIL, E. *Carnavais Atlânticos: Cidadania E Cultura Negra No Pós abolição. Rio De Janeiro E Port-Of-Spain, Trinidad (1838-1920)*. Tese de Doutorado, UFF, 2016.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAGAS, Camila Pizzolotto Alves da. *A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café: relações raciais na formação da classe trabalhadora carioca (1905-1930)*. Tese de Doutorado, PPGH/UFF, Niterói, 2023.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2012.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, F. Teixeira. Sujeitos No Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores Na Historiografia Brasileira Desde Os Anos 1980. *Cad. AEL*, vol. 14, n.º 26, 2009.

- CRUZ, Alline Torres Dias da. *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós- emancipação (1901-1920)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2007.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapi- che e Café, Rio de Janeiro, 1905. 1930. *Revista Afro-Ásia*, 2000.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. Cor, Etnicidade e Formação de Classe no Porto: A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Tra- piche e Café e o conflito de 1908. *REVISTA USP*, São Paulo, n.º 68, pp. 188-209, dez./fev. 2005-2006.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Virando o Jogo: Estivadores e Carregado- res no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2014, vol. 34, n.º 67, pp. 251-81.
- FERNANDES, Nelson da Nobrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, 2001
- FERNANDES, Nelson da Nobrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1-6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Ja- neiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.
- MOURA, Clovis. Organizações Negras. In: BRANT, Vinícius Caldei- ra; SINGER, Paul. São Paulo: O Povo em Movimento. Petrópo- lis: Editora Vozes e CEBRAP, 1983.
- SILVA, Lucia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Histo- ricizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 11, 2019, pp. 1-15.
- VALENÇA, Rachel; VALENÇA, Suetônio. *Serra, Serrinha, Serrano. O Império do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CAPÍTULO 8

Nas águas da Guanabara, a Ponte Rio-Niterói: trabalho e trabalhadores durante a Política Econômica do AI-5

*Ana Beatriz Camarinha
Matheus Sinder*

Em 30 de janeiro de 1969, foi veiculada nas páginas do *Jornal Última Hora* uma matéria feita com o então diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ), Heródoto Bento de Melo (Fundo *Correio da Manhã*, 1969). Formado em Engenharia Civil, era um político conservador com bases políticas na cidade de Nova Friburgo, na qual fora prefeito entre 1964 e 1967 após substituir o prefeito Vanor Moreira, afastado pelo golpe militar. Dentre os poucos engenheiros da região, Heródoto, durante os anos 1940-1950, trabalhou na prefeitura em sua profissão, sendo também proprietário de uma construtora, a Sociedade Técnica de Engenharia e Comércio (SOTEC), responsável por relevantes obras na cidade.

Após o fim de seu mandato como prefeito, membro da ARENA, foi nomeado como diretor-geral do DER-RJ. Foi nesta função que Heródoto se viu na incumbência de conduzir os estudos e obras do lado fluminense da construção da Ponte Rio-Niterói. Um empreendimento dessa envergadura revelou a necessidade de intervenções urbanas nas regiões da Grande Niterói e Grande Rio em um curto prazo e pensado o estado de maneira integrada. Diante de tamanho desafio, Heródoto afirma ao *Jornal Última Hora* que graças ao AI-5 e os poderes especiais que ele disponibilizava ao governo, seria possível equacionar todos esses problemas (Fundo *Correio da Manhã*, 1969).

A fala de Heródoto Bento de Melo não é isolada. Delfim Neto e Mario Andreazza, em outros momentos, atribuíram um caráter positivo ao AI-5 na contribuição para execução de políticas econômicas e de infraestrutura (Campos, 2018). Neste momento, em que se completam 60 anos do Golpe de 1964 e 50 anos da inauguração da Ponte Rio-Niterói, somos convocados a refletir sobre o processo de construção da Ponte Rio-Niterói não apenas como uma maravilha da engenharia, mas também como um conjunto de relações estabelecidas debaixo da ordem do Ato Institucional número 5.

A Ponte Rio-Niterói se constituía como a joia da coroa do “milagre econômico” no Brasil. Em meio a este “milagre”, multiplicaram-se as construções de grande porte: Itaipu, Transamazônica, Rodovia Rio-Santos. Estes são exemplos de obras públicas que se tornaram símbolos de uma modernização do país e se lançaram enquanto um monumento em relação ao regime, evocando um passado específico e perpetuando uma lembrança, estando intimamente ligado a um projeto de construção de memória (Le Goff 1990, pp. 535-53). Segundo Sofia Beal, a Ponte Rio-Niterói, mais do que um aglomerado bem acabado de cimento e metal, se apresentava como uma narrativa do progresso econômico da Ditadura Brasileira (Beal, 2010).

Por isso, analisar a história da Ponte Rio-Niterói é compreender como a Ditadura Militar constituiu o AI-5 como ferramenta de política econômica. Essa reflexão tem como base a

agenda de pesquisa levada a cabo por Pedro Henrique Pereira Campos em seus estudos sobre a atuação das empreiteiras no período militar (Campos, 2013). Campos demonstrou como o AI-5 foi essencial para beneficiar interesses de pessoas públicas, particulares ou de empresários, como também aumentar os níveis de exploração do trabalho e repressão aos trabalhadores (Campos, 2018). Nesse sentido, a partir da seara aberta por Pedro Henrique Pereira Campos de enxergar o AI-5 enquanto política econômica, pretendemos analisar a Ponte Rio-Niterói através de um prisma das relações empresas-governo-trabalhadores, seus desdobramentos e tensões.

O debate sobre o autoritarismo do “milagre” econômico não é recente. Autores como Antônio Barros de Castro, Paul Singer e Maria da Conceição Tavares apontam as cruéis contradições do período Delfim Netto à frente da pasta da Fazenda. Em finais dos anos 1970, Singer já realizava uma interpretação crítica das contradições que conduziram a “crise do milagre” (Singer, 1977). Já a obra de Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza aponta para o processo posterior ao fim do “milagre”, indicando que o autoritarismo da ditadura fora utilizado para forçar o crescimento a qualquer custo (Castro; Souza, 1985). A “marcha forçada” apontada por esses dois autores, como veremos, também foi bastante característica do período entre 1968-1974, principalmente para os trabalhadores da construção civil que tiveram que trabalhar a qualquer custo, inclusive o de suas vidas, em prol do “milagre”. Conceição Tavares mobiliza o conceito de “modernização autoritária” para compreender os rumos econômicos da Ditadura, especialmente no momento em que Delfim Netto assume a pasta da Fazenda. Para Conceição Tavares, a direção de Delfim é capaz de forçar a centralidade da pasta da Fazenda nas decisões do governo, levando civis e militares chefes de outros ministérios a adotar a cartilha da nova política econômica, a política econômica de modernização autoritária do AI-5. Como veremos, a dobradinha Delfim/Ministério da Fazenda e Andreazza/Ministério dos Transportes demonstrou que

a política econômica do milagre foi compartilhada pelos ministérios, fosse por subserviência, consenso ou interesses pessoais.

O que todos esses autores apontam é que o período do “milagre” foi marcado por um achatamento dos níveis salariais, ao mesmo tempo que a repressão e o controle estatal imobilizava os sindicatos a almejarem alternativas. O arrocho salarial, prática do período do “milagre”, era também uma continuidade da gestão Bulhões-Roberto Campos, mas apresentava-se com algumas especificidades: o crescimento econômico esteve acompanhado do aparecimento de novos postos de trabalho. Embora com salários rebaixados, surgiam novos empregos. Porém, segundo Conceição Tavares, isso significou na prática “novas oportunidades de miséria” (Tavares; Assis, 1985).

Essas novas oportunidades de miséria significaram a migração de milhões de trabalhadores do campo para cidade, principalmente nordestinos, mas não apenas; trabalhadores rurais do interior dos estados do sudeste também deslocaram-se para as grandes metrópoles. A grande maioria desses milhões de pessoas que, em peregrinação para sobrevivência, se dedicaram ao trabalho na construção civil e foram morar nas periferias, como é o caso dos trabalhadores que veremos adiante na Ponte Rio-Niterói (Tavares; Assis, 1985).

Mesmo que a temática da relação autoritária do milagre econômico não seja novidade, ainda são esparsas as pesquisas historiográficas em que o objeto seja a Ponte Rio-Niterói. Parte considerável dos trabalhos encontrados nos bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação da UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, UERJ e UFF, sobre o tema concentram-se na área de Arquitetura e Engenharia Civil. O mesmo ocorre nos artigos encontrados no portal de periódicos da Capes. Dessa maneira, não pretendemos esgotar as possibilidades de usos das fontes existentes para a historiografia sobre o tema. Antes, trata-se de compreender a Ponte Rio-Niterói em um processo mais amplo de modernização autoritária (Silva, 2000), levando sua análise para além do eixo guanabarrino, uma vez que os seus elementos constitutivos não estavam reduzidos a mera ligação

entre as duas cidades, mas era parte de um projeto de integração nacional.

Por isso, o presente artigo busca-se de uma síntese, da constituição de uma história crítica da Ponte Rio-Niterói, e que leve em consideração a relação social responsável por sua construção: o trabalho e os trabalhadores que nela estavam envolvidos. Este artigo é parte de uma agenda de pesquisa mais ampla e uma primeira aproximação da temática da história da Ponte Rio-Niterói. As possibilidades de óticas e abordagens sobre a Ponte são múltiplas; encontramos documentação ainda não pesquisada sobre a Ponte nos fundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; no fundo do Serviço Nacional de Informações, na documentação da Agência Nacional; no fundo de Serviços de Censura e Diversões Públicas e, claro, nos periódicos da época.

Para a presente exposição, privilegiamos as fontes da imprensa, particularmente o jornal *O Globo* e a documentação do fundo *Correio da Manhã*, reconstituindo de maneira crítica a história da Ponte Rio-Niterói. Nosso objetivo é tecer um mosaico a partir da cronologia e reconexão das entrevistas, reportagens e notícias apresentadas nos dois periódicos. O primeiro jornal foi acessado a partir do fundo privado Acervo *O Globo*. Já o segundo, tivemos contato através de uma pesquisa na documentação do Arquivo Nacional correspondente ao fundo do jornal *Correio da Manhã*. Este fundo é composto majoritariamente pelos recortes das matérias sobre a Ponte vinculadas no referido jornal, mas também reportagens e notícias correlatas sobre o tema em outros periódicos. Por isso, não será estranho aos leitores e leitoras notarem referências a outros jornais a partir do fundo do *Correio da Manhã*. No caso dos dois acervos, foram analisadas todas as reportagens e matérias com menção à Ponte Rio-Niterói entre os anos de 1968 a 1974, data que marcava a sua inauguração. Diante de tamanha nuvem de notícias, optamos pela construção deste mosaico, interconectando notícias que isoladas não apresentariam muito sentido, mas que conectadas e sintetizadas podem fornecer uma interpretação crítica da história econômica da ditadura e dos trabalhadores no período do “milagre”.

Ponte Rio-Niterói: Panorama e Antecedentes

Em 2024, o aniversário de 50 anos da construção da Ponte Rio-Niterói reservou espaços consideráveis nas páginas dos maiores jornais do país, na programação de televisão de todas as grandes emissoras e na veiculação de vídeos de curiosidades nas redes sociais. O fascínio é nítido: uma das maiores pontes existentes no mundo até hoje. A cobertura jornalística vem privilegiando e construindo uma história “oficial” sobre a Ponte. Nessa narrativa, sobram espaços para as entrevistas com os engenheiros, dados impressionantes sobre as dimensões da ponte, tecnologias de construção e sua importância nacional. A história da Ponte surge assim em quatro grandes momentos no interior desta narrativa: a história da ligação entre os dois lados da Baía de Guanabara desde o período colonial até as barcas; as ideias e projetos de infraestrutura que fariam a ligação Rio e Niterói, seja por túnel ou ponte; a construção da ponte e seu *know-how* de conhecimentos técnicos e tecnológicos de engenharia que foram necessários para sua construção; desafios e possibilidades da Ponte Rio-Niterói após sua construção. Existe também, no debate público, perspectivas que tentam “glorificar” a ação do então ministro dos transportes, Mário Andreazza, como o grande responsável político pelo sucesso da construção.

Apesar de poucos trabalhos historiográficos específicos sobre este tema, os existentes questionam esta “cronologia”. Utilizando como fonte principal a *Revista Veja*, Edina Rautenberg, em dissertação de mestrado, analisa a relação da imprensa com as empresas de construção civil. Para ela, a cobertura sobre a Ponte Rio-Niterói se divide em dois momentos: a cobertura até o rompimento do contrato com o Consórcio Construtor Rio-Niterói, e depois um segundo momento, após o rompimento, quando a empresa Camargo Corrêa passa a encabeçar o novo consórcio construtor (Rautenberg, 2011). Como veremos adiante, a percepção de Edina mostrou-se acertada; o ponto nevrálgico da

construção da Ponte é exatamente a troca das empresas responsáveis pelo consórcio construtor.

De toda maneira, para ficar mais claro aos leitores e leitoras, será necessário retomar um pouco dos antecedentes da construção da Ponte Rio-Niterói. O primeiro projeto *stricto sensu* de ligação entre as duas cidades foi elaborado no século XIX pelo engenheiro inglês Hamilton Lindsay Bucknall. Hamilton apresentou à época um audacioso plano de construção de um túnel submerso que ligaria através de uma linha férrea os dois lados da Baía de Guanabara. Em 4 de março de 1876, Dom Pedro II baixou o decreto 6.138 que concedia, em um prazo de 50 anos, o privilégio para Hamilton construir o túnel submerso que ligasse Nictheroy ao Rio de Janeiro. De ascendência irlandesa, Hamilton chegou pela primeira vez no Brasil em 1873, como telegrafista da empresa britânica Western & Brazilian Telegraph Company, responsável pela inauguração da comunicação por cabo submarino, o telégrafo. Convivendo com a descrença dos investidores da Praça de Comércio do Rio de Janeiro, Hamilton conseguiu alguns poucos empréstimos que lhe permitiram a compra de materiais para iniciar a construção do túnel tubular. Porém, as dificuldades burocráticas e de financiamento fizeram com que seu projeto não avançasse e contraísse dívidas. Não por acaso, em 1877 viajou novamente para Londres a fim de conseguir investimento para o túnel, porém o projeto nunca se concretizou e a “Companhia Estrada de Ferro Tubalar” não tirou o projeto de conexão entre as duas cidades do papel.

A ideia da construção de um túnel nunca foi plenamente abandonada. Esse debate permeou todos os preparativos que antecederam o início das obras da Ponte Rio-Niterói. Durante grande parte do século XX, foram inúmeros os debates sobre se a ligação entre Rio e Niterói deveria ocorrer através da construção de uma ponte ou um túnel submerso na Baía de Guanabara. A ideia de uma ponte encontrava resistência até em órgãos do governo; sua altura poderia inviabilizar ou os pousos e decolagens dos aeroportos do Rio de Janeiro (que margeiam a Baía) ou inviabilizar a movimentação do porto do Rio de Janeiro e

de Niterói. Os debates sobre a construção foram se aquecendo em meados dos anos 1960. Havia divergências também entre os políticos e o governo militar. Para parte desses primeiros, especialmente políticos fluminenses e cariocas, as obras da Ponte pensavam mais no tráfego interestadual e a questão da integração nacional do que na mobilidade entre os dois municípios. Em 1967, a pedido do governador Negrão de Lima, foi feita uma comissão, presidida pelo Marechal Raúl Albuquerque, com o intuito de fazer os estudos técnicos sobre o túnel. Tanto o estudo quanto a obra do túnel tinham a intenção de ocorrer de maneira paralela a construção da Ponte Rio-Niterói (*O Globo*, 17 de setembro de 1968).

A concretização da conexão entre Rio de Janeiro e Niterói se deu a partir do consórcio de empreiteiras nacionais para a construção de uma ponte em viga reta. A envergadura do projeto e sua importância nacional resultou nas principais empresas de construção civil do país a se envolverem no edital para concessão da construção da Ponte. A concorrência pública foi aberta em 1968 e todos os trabalhos preliminares e estudos para a construção da ponte foram feitos até janeiro do ano seguinte. O projeto da ponte foi confeccionado por duas empresas, a firma carioca Noronha Engenharia e pela firma norte-americana Howard, Needles, Tammen and Bergendorf. Segundo Pedro Henrique Pereira Campos, a Noronha Engenharia Ltda. foi criada em 1932 por Antonio Alves de Noronha com objetivo de se constituir em uma empresa de consultoria de projetos de pontes e análises estruturais. Para além da participação no projeto da Ponte Rio-Niterói, esta empresa também realizou a supervisão de toda a obra (Campos, 2013).

A opção pela construção de uma ponte, no lugar do túnel, contrariou parte da engenharia nacional, enquanto outros engenheiros acreditavam ser possível concretizar os dois modais, férreo e rodoviário. É o caso de Luis Carlos Martins Pinheiro, engenheiro, chefe da seção de fiscalização técnica do Departamento Nacional de Estradas de Ferro. Em um congresso de engenharia, Luis Carlos defendeu que a obra da Ponte fosse aproveitada para

construir uma linha férrea por cima da Baía, acompanhando a estrutura da Ponte. Para ele, o projeto seria de baixo custo, uma vez que o projeto da Ponte Rio-Niterói já estava pronto e saindo do papel (Acervo *O Globo*, 1968).

Apesar disso, o contexto do período militar foi marcado pela intervenção política nos modais ferroviários do país (Campos, 2018). Durante a ditadura, houve favorecimento na construção de ferrovias para o deslocamento de pessoas e mercadorias. De acordo com Pedro Henrique Pereira Campos, essa escolha ocorria pelo beneficiamento dos interesses das empresas automobilísticas com fábricas no Brasil. Dessa maneira, Pereira Campos mostra como a ditadura, durante a vigência do AI-5, trabalhou para atender os interesses econômicos de empreiteiras e companhias automobilísticas na expansão das rodovias e prejuízo das ferrovias (Campos, 2018).

A própria escolha por uma ponte e não por um túnel reflete um pouco a “ideologia do motor à combustão”. De acordo com Carlos Lessa, “a dinâmica urbana do século XX esteve marcada pelo motor de explosão interna. O veículo, automotor, para o brasileiro, foi o ícone de modernidade” (Lessa, 2000, p. 363). As cidades, e a partir da Ponte, a Baía de Guanabara, seriam palcos de exibição desse motor. Grande parte das transformações urbanas e dos impactos econômicos da ponte estão relacionados ao fato da escolha do motor à combustão (carros, motos, ônibus) como os símbolos da modernidade (Lessa, 2000).

As escolhas políticas pelo rodoviarismo e não pela expansão do modal ferroviário, advindas pelo menos desde o governo JK, elevaram à necessidade de integração nacional via rodovias federais. A função mais importante da Ponte Rio-Niterói era a integração norte-sul do país. A rodovia BR-101 ligava o Rio Grande do Norte com o Rio Grande do Sul, e a Ponte Rio-Niterói era fundamental como um elo de unidade da estrada. Isso permitiria, por um lado, suprir de forma mais eficaz com mercadorias os mercados da Guanabara, uma região metropolitana de grande porte, tendo na cidade do Rio de Janeiro sua megalópole, e que

necessitava de formas mais competitivas de distribuir seus produtos e serviços e de ser abastecida (Lessa, 2000).

Essa necessidade de abastecimento e distribuição revela os impactos que a Ponte Rio-Niterói era capaz de trazer. As duas cidades compunham o mesmo contexto geoeconômico, e a Ponte amplificava essa conexão. A ligação através de barcas e barcaças, que chegavam a transportar 120 mil pessoas, era lenta, cara e insuficiente para os fluxos de negócios, empregos e pessoas necessários entre as duas cidades. Esse novo fluxo de integração fez necessário o desenvolvimento de novas formas de transportes interestaduais, abriu novas frentes de emprego e tornou necessária a abertura de vias expressas, as quais, posteriormente, assistiram suas marginais serem acompanhadas pelo desenvolvimento urbano.

Tabela 1. Comparação do custo do transporte de diferentes modais em relação a Ponte

(Em Cr\$ 1,00)	Ponte	Barca	Diferença	Contorno
Carro de Passeio (peq.)	14	17,6	3,6	33
Carro de Passeio (med.)	15	21,6	6,6	44
Carro de Passeio (Grand.)	17	26,6	9,6	59
Ônibus	27	25,6	1,4	130
Caminhão Médio (vazio)	28	30	2,0	72
Caminhão Médio (5 t)	30	47	17	84
Caminhão médio (7 t)	31	53	21	91
Caminhão Pesado (vazio)	52	42	10	101
Caminhão Pesado (10 t)	55	76	21	125
Caminhão Pesado (15 t)	57	92	35	148

FONTE: Acervo *O Globo*, 1974.

A Ponte Rio-Niterói foi a maior obra pública da história do Brasil até então. Um empreendimento desta envergadura neces-

sitava de grandes volumes de capitais disponíveis para sua execução. A escassez de capitais nacionais em volume capaz de realizar grandes investimentos sempre foi uma tônica brasileira. Por isso, um dos recursos mais utilizados era o de empréstimos em bancos internacionais, principalmente os ingleses e particularmente os relacionados à família Rothchild.

Os Rothchilds, aliás, foram grandes parceiros do Estado Imperial brasileiro, fornecendo vultosos empréstimos para os mais variados fins. Antes mesmo de completarmos cem anos de nossa independência, o Brasil já possuía uma larga dívida externa, tendo como um de seus principais credores os bancos Rothchild. A Ponte Rio-Niterói também foi um desses empreendimentos que contou com a participação dos empréstimos dos Rothchilds. Para tanto, foi necessária uma comitiva do então Ministro da Fazenda, acompanhado do diretor do DNER Eliseu Rezende, até Londres para se reunirem no Banco Rothchild. A intenção era conseguir um empréstimo de 74 milhões de dólares. No documento final, os Rothchilds encabeçaram um consórcio de bancos para prover o financiamento para o Brasil (*O Globo*, 1968).

O mecanismo financeiro estabelecido foi o de autofinanciamento. O valor pago pelo consórcio de bancos ingleses, liderados pelo Grupo Rothchild e supervisionados pela coroa britânica, teria dez anos para ser resgatado. Ao todo, eram 16 diferentes bancos compondo o consórcio. Em paralelo a esta operação, o governo brasileiro entrou com uma contrapartida de 40 milhões de dólares, resultante da emissão de obrigações do Tesouro, garantindo parcialmente o financiamento dos empreiteiros. Esses títulos seriam resgatados em sete anos. Posteriormente, com a obra concluída, o valor arrecadado com o pedágio em dez anos cobriria os empréstimos.

O valor total do empréstimo era necessário para cobrir demandas como construção da superestrutura metálica dos vãos centrais, vãos laterais, acessos, assim como as desapropriações, supervisão do projeto e os serviços topográficos e geotécnicos. Além disso, parte do valor adquirido em empréstimo por Delfim Neto foi direcionado a aquisição de equipamentos para os portos

brasileiros e construção de rodovias (*O Globo*, 1968). O Acordo também previa verbas para a importação de bens de capital diretamente da Inglaterra, como 80% do aço seria de origem britânica, uma vez que a parte da superestrutura metálica seria de responsabilidade do país. A firma vencedora do consórcio de empresas reunia Redpath Dorman Long Ltda., The Cleveland Bridge & Engineering Co. Ltda. e a brasileira Montreal Engenharia S.A. Toda essa estrutura de aço deveria ser fabricada na Inglaterra e, assim, vir para o Brasil.

A ditadura agiu para garantir que o consórcio vencedor do edital de construção da Ponte fosse encabeçado por empresas brasileiras. Para isso, de acordo com o edital de concorrência, o consórcio vencedor deveria ser encabeçado por uma empresa nacional, tendo em vista que só poderiam concorrer empresas britânicas e brasileiras. Buscando empresas capazes de realizar um projeto de grande envergadura, alguns critérios foram utilizados, como a obrigatoriedade das empresas do consórcio que vencesse tivessem ao menos 10 anos de experiência na construção de pontes e viadutos de concretos com, no mínimo, 30 metros de vão; e em obras de construção pesadas de barragens de concreto com mais de 30 metros de altura (Campos, 2013). Ficava nítido no edital a preocupação do projeto para a viabilidade de confecção do vão central da Ponte Rio-Niterói.

As exigências eram altas. Os consórcios se organizaram a partir de empreiteiras barrageiras, encabeçando as propostas e, agregadas a elas, outras empresas especializadas na construção de pontes e elevados. O consórcio das empresas Metropolitana, Andrade Gutierrez, Sotège e Tenco não conseguiu alcançar as obrigatoriedades e não se qualificaram para a obra. A concorrência foi decidida pelo enfrentamento do Consórcio A, depois chamado de Consórcio Construtor Rio-Niterói (CCRN), e o Consórcio B, depois chamado de Consórcio Construtor Guanabara. O primeiro era formado pelas empresas Construtora Brasileira de Estradas (CCBE); Servix, Emec e Ferraz Cavalcanti. O segundo consórcio era composto pela Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Rabello e Sobrenco. A proposta do Consórcio Constru-

tor Rio-Niterói ofereceu a execução da obra pela metade do valor previsto pelo consórcio B e que toda a construção da ponte se daria em 77% do prazo total de tempo para o mesmo.

Ao final, os dois consórcios estiveram envolvidos na construção da Ponte. Devido aos atrasos no cumprimento dos prazos da obra, a os acidentes fatais com trabalhadores na obra e os embates de versões na imprensa sobre os culpados dessas mortes, entre o ministro Andreazza e o Consórcio A, foi criada a ECEX – Sociedade Anônima Empresa de Construção e Exploração da Ponte Presidente Costa e Silva. A companhia passou a administrar a construção da Ponte Rio-Niterói desde 1971 em razão da exclusão do Consórcio Construtor Rio-Niterói. No lugar de uma nova concorrência, o segundo colocado no consórcio foi convocado. É a partir deste imbróglgio entre os consórcios e a ditadura militar que pretendemos observar a política econômica autoritária do período do “milagre”.

“A Fábrica onde moravam pessoas”: trabalho e trabalhadores da Ponte Rio-Niterói

De acordo com Pedro Henrique Pereira Campos, o AI-5 foi mobilizado pela Ditadura Militar para beneficiar o setor empresarial e apresentou perdas significativas para os trabalhadores (Campos, 2018). No decorrer deste artigo, iremos percorrer essas duas chaves: analisar a relação do empresariado com a ditadura, observando como momento fulcral o rompimento com o CCRN e a chegada da Camargo Correa encabeçando as obras da ponte e, por outro lado, identificar as dinâmicas da construção da Ponte para os trabalhadores, como por exemplo, as remoções de favelas, canteiros de obras e qualidade de vida. Vale ressaltar que, ao utilizarmos a documentação do Fundo *Correio da Manhã* e *d’O Globo*, não pretendemos escrever a história da cobertura da imprensa sobre as obras da Ponte Rio-Niterói. Por mais que esta seja uma interessante agenda de pesquisa, selecionamos as repor-

tagens sobre as reverberações políticas, discursos e impactos econômicos sobre as obras da ponte para que pudéssemos descortinar para além de uma narrativa “oficial” da construção e uma história da engenharia um mosaico de relações interconectadas.

Ainda que sob o signo do AI-5, a construção da Ponte contou com vasta cobertura da imprensa desde 1968 até o momento de sua inauguração. Na tabela abaixo, indicamos o número de matérias por ano presentes no jornal *O Globo* em que o assunto era a construção da Ponte. Com o passar dos anos e a proximidade da efetivação das obras, o número de ocorrências das matérias foi aumentando, em grande medida resultado da ampliação do número de anúncios de empregos, carros e principalmente de empreendimentos imobiliários que surgiram em razão do novo fluxo de pessoas e crédito entre os dois lados da Baía.

Tabela 2. Número de matérias sobre a Ponte Rio-Niterói nas páginas d’*O Globo*

Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Matérias	6.263	5.974	6.100	6.771	8.490	10.150	7.697

FONTE: Acervo *O Globo*.

O frequente destaque sobre a Ponte Rio-Niterói nas páginas d’*O Globo* confirma a importância da, até então, maior obra do país. De acordo com Campos, durante o período militar, houve uma retroalimentação entre empreiteiras e a ditadura. Protegidas e incentivadas pelo Estado, as empreiteiras se expandiram, acumularam capitais e internacionalizaram suas operações já a partir da década de 1960 (Campos, 2013). As empreiteiras formadoras do primeiro consórcio, Construtora Brasileira de Estradas (CCBE): Servix, Emec e Ferraz Cavalcanti, eram um grupo de tradicionais construtoras nacionais.

Nesse sentido, Campos realiza, em sua pesquisa, um raio-x detalhado de cada uma das grandes empreiteiras brasileiras. Em

relação às empresas que encabeçaram o consórcio, ele mostra que a SERVIX e CCBE são duas entre as maiores construtoras do estado de São Paulo. A SERVIX, segundo ele, fundada em 1928 voltada para o nascente ramo hidrelétrico, foi responsável pela construção de várias hidrelétricas em São Paulo. A empreiteira havia sido fundada por Cincinato Cajado Braga, membro de uma tradicional família paulista, alguns dos membros de sua família haviam sido deputados, promotores e até presidente do Banco do Brasil, como foi Cincinato da Silva Braga. A proximidade de Cajado Braga com a elite política paulista lhe rendeu inúmeras obras no estado, tanto para a construtora de barragens, SERVIX, quanto para a sua empreiteira de estradas CCBE (Companhia Brasileira de Estradas). Para além disso, a SERVIX foi responsável por obras de relevo em outros estados, como o Túnel Rebouças e a adutora do Guandu no Rio de Janeiro e o complexo industrial Usiminas. Já a CCBE se destacou pela aliança com o governo mineiro de JK, fornecendo máquinas para a construção de estradas em Minas Gerais. A trajetória das empreiteiras de Cincinato Cajado Braga revela uma constante na história dessas empresas: as excelentes conexões políticas e com membros das elites (Campos, 2013).

Uma obra desta envergadura envolveu a mobilização de milhares de trabalhadores e do planejamento de transformações urbanas para a execução das obras. Os preparativos para a construção da Ponte Rio-Niterói envolveram o surgimento de uma verdadeira cidade operária. Segundo as páginas do *Correio da Manhã*, tratava-se de “uma fábrica onde moram pessoas”. Arregimentando trabalhadores de várias partes do país, mas principalmente de Minas Gerais, Maranhão, Ceará e do meio rural do Estado do Rio de Janeiro, foi construído um conjunto de alojamentos em meio ao canteiro de obras. As novas máquinas e novas tecnologias para construção da ponte conviviam, assim, com as moradias de operários e engenheiros. Essa estrutura não se estabeleceu sem um nível de estratificação social (Fundo *Correio da Manhã*).

A “fábrica onde moravam pessoas” era chamada oficialmente de Canteiro Central das Obras. Entretanto, não era incomum a utilização de expressões como “indústria da ponte”; “complexo industrial da ponte” e outras que fizessem menção à verdadeira fábrica instalada na Baía de Guanabara. A nomenclatura de Vila Operária raramente era utilizada.

O projeto da Ponte Rio-Niterói previa a construção de grandes aduelas, que precisavam de um local para serem fabricadas. As demandas da construção levaram a uma média de 1.200 máquinas diferentes em funcionamento para confecção das estruturas da Ponte. Majoritariamente, eram máquinas importadas e que exigiam o treinamento dos operários em sua operação. As toneladas de aduelas já fabricadas, cimento e ligas metálicas requeriam um terreno firme, que não cedesse, e de grande extensão. Os prazos da obra, primeiramente próximo a dois anos, também obrigavam um ritmo de trabalho intenso. Nas páginas dos jornais, fica nítido esse ritmo, ao vermos não só as notícias de que os canteiros de obras funcionavam 24 horas por dia, mas as reafirmações constantes de que a única coisa que técnicos, operários e engenheiros pensavam era na Ponte Rio-Niterói. Por isso, a importância de moradias junto ao canteiro de obras, em todas as esferas da produção da Ponte, desde ferreiros, serradores, perfuradores até os engenheiros civis, elétricos e de produção (Fundo *Correio da Manhã*, 1969-1971).

De acordo com o engenheiro da obra, Filúvio Rodrigues, “era preciso construir esta cidade. Só assim teríamos, próximo à obra, uma verdadeira fábrica de unidades pré-fabricadas, que são a alma da Ponte. Tudo o que gastarmos aqui reverterá em economia no futuro.” (Fundo *Correio da Manhã*) O Consórcio Construtor Rio-Niterói adquiriu três plataformas de petróleo com o objetivo de levar água e combustível até as obras que ocorreriam em meio ao mar, abrindo mão que esse transporte fosse feito com lanchas e barris. Segundo Filúvio, esse investimento geraria economia e maior operacionalidade para as obras (Acervo *O Globo*).

O local escolhido para esta imensa fábrica ficava na Ilha do Fundão, onde estava localizada a Cidade Universitária da atual UFRJ. Próximo ao final do Cais do Minério, foi construído um gigantesco aterro sobre uma área pantanosa. O objetivo deste aterro era tanto não tomar nenhum terreno útil para a Universidade quanto construir um local de grandes dimensões para a sua fábrica.

Após o estabelecimento do aterro integrando a Ilha do Fundão, começaram as obras para instalar a fábrica da Ponte Rio-Niterói. Primeiro, a montagem de escritórios técnicos de engenharia para a gestão das obras, onde ficaria também um “cérebro eletrônico” controlando as máquinas. Tratava-se de um computador IBM 11-30, responsável pela programação da obra. Esse super computador era capaz de controlar desde o volume de concreto a ser utilizado até os cheques que deveriam ser pagos aos trabalhadores. O primeiro aparato industrial a ser implementado foi uma usina de fundição. Nascia assim, a cidade industrial, a “fábrica onde moravam pessoas”.

Já em 1969, eram cerca de 1.100 operários, 115 famílias e 40 engenheiros morando no Núcleo Residencial da Ponte na Ilha do Fundão. O principal canteiro de obras foi se transformando em um bairro. Para além dos guindastes, geradores, centrais de concreto, máquinas, tubulões e pedaços da Ponte, existia uma estrutura com supermercados, postos médicos do INPS, farmácia, centros de atendimento odontológico, cinemas aos finais de semana, linhas de ônibus e até uma escola. Nesta escola, estudavam 110 alunos, sob a responsabilidade de 10 professores, estando matriculados desde os filhos dos operários até os filhos dos engenheiros (Fundo *Correio da Manhã*).

As casas foram sendo construídas na medida em que as demandas da obra iam exigindo mais operários. Muitas vezes, eram divididas considerando o estado civil dos operários. Os chefes das obras moravam em 158 casas geminadas; havia também um grande alojamento para os operários solteiros, chegando a abrigar cerca de 1.500 operários. Posteriormente, foi necessária a construção de um terceiro conjunto de casas e de mais um

alojamento, menor, para 250 funcionários solteiros do setor administrativo. Já os engenheiros casados ocupavam 23 chalés. Os engenheiros solteiros e técnicos solteiros estavam alojados em um prédio maior, com dez apartamentos ocupados (*Fundo Correio da Manhã*).

Esse grande complexo residencial era estratificado espacialmente a partir dos cargos e funções no interior da obra. Seguindo a estrada de asfalto rumo à Ilha do Fundão, era possível chegar até a vila de operários, formadas por barracões e pavilhões onde moravam os operários solteiros. Esses operários recebiam como salário, em média, um salário mínimo. No outro lado da estrada, de frente, havia o posto de atendimento do INPS, o supermercado e um restaurante. Este último estabelecimento era capaz de fornecer 2 mil refeições no almoço e jantar, e também abastecia de alimentação, através de lanchas, aqueles que trabalhavam no mar. Os operários especializados, em sua maioria casados, recebiam mais que um salário mínimo, e por isso ficavam alojados em uma vila com 107 casas de madeira (*Fundo Correio da Manhã*).

Seguindo pela estrada, era possível identificar casas maiores, destinadas aos chefes de obras. Eles constituíam a classe média desta “cidade” que emergiu dos pantanais do final da Ilha do Fundão. Seus salários eram maiores e suas casas eram melhores, contando com mais conforto, possuindo inclusive antenas de televisão. Em sua grande maioria, moravam com sua família.

Os engenheiros, ademais, se distinguiram em suas moradias. Para começar, não moravam na sequência da estrada de asfalto, mas um pouco mais distante, na colina do Bom Jesus. A localidade era arborizada, contava com casas com varandas, salas de visita, salas de jantar e eram em sua maioria de três e quatro quartos, não pagando aluguéis. No alto desta colina haviam clubes com sauna e piscina para tal grupo. Os engenheiros solteiros ficavam alojados em um pequeno hotel, próximo (*Fundo Correio da Manhã*).

Mesmo com sua grandiosidade em escala industrial, a Ilha do Fundão não foi o único canteiro de obras da Ponte Rio-Nite-

rói; haviam outros quatro. Obviamente, o Canteiro Central era o centro nervoso da obra. Ali eram produzidos os pré-moldados e os tubulões e todo o concreto utilizado na obra; além das inúmeras oficinas. O segundo canteiro ficava localizado na ponta do Caju, na Avenida Rio de Janeiro. Esse canteiro era responsável pela construção dos acessos à ponte no lado do Rio de Janeiro e por isso, lá eram fabricadas as estruturas das rampas de acesso e as lajes de sustentação dos tabuleiros dos viadutos. O terceiro canteiro é flutuante, móvel; ele deslocava-se de acordo com o andamento das obras da Ponte. Ele ficava instalado nas barcaças no Gragoatá em Niterói e era responsável por toda a obra no mar, principalmente a cravação dos tubulões. O quarto canteiro ficava localizado em Niterói, na Avenida do Contorno, e tinha como objetivo a construção dos acessos à Ponte pelo lado de Niterói. O quinto canteiro localizava-se na Ilha do Morro Grande, no fundo da Baía, próximo ao Rio da Estrela. Naquela época, constituía-se como a maior pedreira da América do Sul. Sua função era o fornecimento de pedra brita para as obras. Posteriormente, quando o Consórcio Guanabara assumiu as obras, modificou a localização deste último canteiro. Distante 15 km da ponte e fazendo o transporte da pedra brita em via marítima através de chatas, criava-se um imenso gargalo na produção da Ponte. Por isso, o Consórcio começou a explorar uma pedreira na Ilha da Conceição em Niterói, praticamente junto às obras da Ponte. Os moradores da Ilha da Conceição e arredores chegaram a reclamar e entrar na justiça devido ao pó de pedra que invadia as ruas, casas e estabelecimentos comerciais (*Fundo Correio da Manhã*).

A estratificação social nas obras da Ponte Rio-Niterói não se verificou apenas na disposição do Canteiro Central. As intervenções urbanas para o estabelecimento dos traçados de saída e entrada na ponte foram marcadas pelas desapropriações, remoções e autoritarismo. Tanto em Niterói como no Rio de Janeiro, as regiões de descida e subida da ponte eram locais com grandes favelas e comunidades. Nas páginas dos jornais, essas comunidades apareciam como sendo obstáculos a serem superados para o progresso da obra.

Figura 1. Recorte da matéria sobre as remoções de favelas



FONTE: Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT:3987.

“Favela, obstáculo número 1”, a chamada da reportagem evidenciava a forma como as comunidades foram apresentadas nas páginas da imprensa aqui abordadas, como um problema para o avanço do progresso. O decorrer da reportagem incorpora

perspectivas que são utilizadas outras vezes em notícias diversas: a marginalização da população dessas comunidades e o cinismo de que desejavam as remoções. A comunidade em questão, chamada de favela do contorno, localizava-se entre o centro de Niterói e a Ilha da Conceição e foi abordada de maneira negativa na matéria. Descrita como insalubre e suscetível a desabamentos, é enfatizado a verminose nas crianças e quantidade de pessoas bêbadas e que são “vagabundas” nas ruas da favela.

Além da marginalização, o cinismo também era característico desse tipo de notícia. Que a população almejava melhores condições de moradia não restam dúvidas, como é o caso de Edna Soares, entrevistada na matéria acima e moradora da favela do contorno em Niterói. O barraco de dona Edna é descrito como sendo um dos melhores da favela, construído com papelão, folhas de zinco e restos de caixotes. Na casa, com um quarto, sala e cozinha, moram Edna, o marido Válter e três filhos. Para ela, já havia chegado a hora de mudar de barraco porque o filho mais novo e a filha do meio dormiam no mesmo sofá da sala. Esse desejo por melhores condições de moradia aparece no periódico como consenso para remoção da favela. A favela do contorno seria removida para outra cidade, São Gonçalo, para o bairro Jardim Catarina. As casas do novo bairro são elogiadas, como se fossem suprir as demandas de dona Edna e do restante dos moradores do Contorno.

Não foram poucas as comunidades removidas nos locais em que se projetou os traçados da Ponte Rio-Niterói e de suas rampas de acesso. As comunidades existentes na região da Ponta do Caju foram removidas, entre elas estavam a Parque do Caju e Parque Arará.

A remoção era sinônimo de insegurança em relação ao futuro para essas comunidades. Uma moradora do Parque do Caju, Waldomira Chagas, antes da remoção, contou aos jornais que sentia medo: “É com o dinheiro da birosquinha que nós vamos vivendo como Deus quer. Apartamento é bom, mas como nós vamos fazer para sustentar a casa?”, afirmava a moradora para o impresso *O Globo* (Acervo *O Globo*).

Dias antes da remoção, a comunidade do Parque Arará se reuniu na quadra da escola de samba e time de futebol “Unidos do Arará”. Desde que as obras da Ponte Rio-Niterói começaram, a Secretaria de Serviços Sociais e a CHISAM entraram em acordo com a associação de moradores para a remoção, para dar lugar à Ponte. Às vésperas, reunidos na quadra da escola, com muito churrasco e cerveja, o clima geral era de saudosismo. Em entrevista, o presidente da Associação de Moradores, José Ferreira Fraga, relatou que “em nossa favela, apesar da pobreza, há amor” (Acervo *O Globo*).

As favelas da Ponta do Caju foram removidas para diferentes localidades. Algumas pessoas foram retiradas para Paciência, outras para Senador Camará e a comunidade de Parque Arará foi removida para Realengo. O plano inicial do governo era a sua remoção para o complexo em Senador Camará, porém, em um acordo, os moradores pediram que não fossem removidos para aquela localidade. Tempos antes, a favela do Pau-Fincado; vizinha e rival da Parque Arará, tinha sido removida para Senador Camará e prometia recepcionar a antiga vizinha com bastante violência. Para evitar o confronto generalizado, foi proposto a remoção para Realengo, em 1971. Mais de um ano depois, a comunidade em Realengo relatava problemas. Problemas esses que eram comuns a praticamente todas as comunidades nascidas da remoção de favelas, como a Cidade de Deus. A população removida para Realengo reclamava da ausência de postos médicos e policiais, má limpeza da rua e problemas com coleta de lixo, poucos ônibus em direção ao trabalho no Centro e a necessidade de lojas poderem funcionar no conjunto de casas (Acervo *O Globo*).

Todos esses fenômenos ocorreram também do outro lado da Baía de Guanabara. Em Niterói, o planejamento urbano precisou ser todo repensado. Primeiramente, para absorver o fluxo de veículos da Ponte Rio-Niterói foi necessário a construção da rodovia do contorno, para não sobrecarregar a Alameda São Boaventura, como a abertura da via expressa Niterói-Manilha. Em relação ao centro de Niterói, a tentativa foi de que o fluxo de carros da Ponte não precisasse atravessar as estreitas

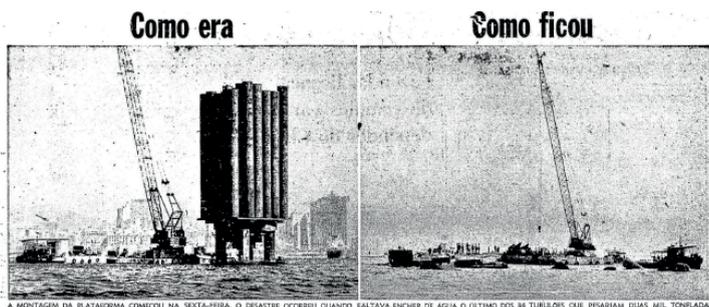
ruas do centro. Para isso, priorizou-se o alargamento das Avenidas Jansen de Melo, Marquês de Paraná e Feliciano Sodré, o que necessitou de algumas remoções de comunidades, como o caso da Favela do Contorno, que foi removida para o Jardim Catarina, em São Gonçalo. Abriu-se espaço para a especulação imobiliária, anúncios de imóveis nos jornais eram fartos, “Morem de frente para praia pelo preço de morar na Tijuca”, era uma das manchetes frequentes. As regiões mais valorizadas eram as de Icaraí, Ingá, São Francisco e a região oceânica. Niterói tentava, assim, horizontalizar seu crescimento urbano, e a nova e rápida ligação com o Rio de Janeiro atraiu investimentos imobiliários e pessoas. As obras da Ponte estiveram, no signo da modernização autoritária, ampliando as desigualdades sociais nos dois lados da Baía de Guanabara.

Todavia, o relacionamento entre o Consórcio Construtor Rio-Niterói e o governo seguiu os parâmetros da normalidade nos primeiros anos e no início das obras. Nas páginas dos jornais, não era possível identificar nenhum atrito entre o Ministério dos Transportes e o ministro Mário Andreazza com as construtoras. Aliás, não eram raras as manchetes que destacavam que as obras estavam “a todo vapor”, em “ritmo acelerado” ou seguindo com “muito empenho”. No dia 5 de maio de 1969, a seguinte chamada aparece em uma das páginas do jornal *O Globo*: “Ponte Rio-Niterói ficará pronta em menos de 2 anos”. A informação sobre a celeridade da construção era anunciada pelos diretores do consórcio construtor. A marcha forçada da construção, da economia e do discurso estava a todo vapor.

A situação começou a se modificar a partir do dia 21 de março de 1970, um ano antes do prazo previsto para a conclusão das obras. O tipo de fabricação da ponte fazia com que grande parte do trabalho fosse confeccionado nos canteiros de obras, e posteriormente encaixados junto ao mar. No dia 20 de março, o consórcio construtor agendou o primeiro teste de carga para avaliar os comportamentos dos tubulões de concreto submersos. O teste era chamado pela imprensa como sendo o “maior teste de carga do mundo”. O objetivo era gravar, perfurar e concretar

o tubulão nas águas da Baía para se ter uma análise precisa da deformação do terreno. O que era aventado como o maior teste do mundo desmoronou em um grave acidente. O estrado de sustentação dos tubulões desabou, derrubando no mar os tubulões e afundando uma chata e um guindaste de 35 metros. O grave acidente, além de feridos, matou engenheiros e operários da obra. No dia seguinte, os veículos de imprensa estampavam o acidente em suas capas.

Figura 2. Cobertura do acidente no teste de carga dos tubulões



A MONTAGEM DA PLATAFORMA COMEÇOU NA SEXTA-FEIRA. O DESASTRE OCORREU QUANDO FALTAVA ENCHER DE ÁGUA O ÚLTIMO DOS 11 TUBULÕES QUE PESARIAM DUAS MIL TONELADAS

PLATAFORMA DESABA E MATA OITO NA PONTE RIO-NITERÓI

Um acidente provocado ontem à tarde, pelo desmoronamento de uma plataforma com 11 tubulões de 22 metros de altura, pesando duas mil toneladas, matou três engenheiros e cinco operários que trabalhavam na construção da Ponte Rio-Niterói, e interrompeu um teste de carga que vinha sendo realizado por técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, considerado decisivo para a obra.

Apesar de não divulgada a causa do acidente, os tubulões não afundaram, e foram recuperados. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos. O acidente ocorreu às 16 horas, quando os tubulões estavam sendo içados para o teste de carga. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos.

Desastre

O acidente ocorreu às 16 horas, quando os tubulões estavam sendo içados para o teste de carga. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos.

Via de Caldeirão Marinho, e a ponte construída sobre o rio. Os tubulões não afundaram, e foram recuperados. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos.

As vítimas

Os mortos foram os engenheiros e operários que estavam trabalhando na construção da ponte. O acidente ocorreu às 16 horas, quando os tubulões estavam sendo içados para o teste de carga. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos.

Os feridos foram os operários que estavam trabalhando na construção da ponte. O acidente ocorreu às 16 horas, quando os tubulões estavam sendo içados para o teste de carga. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos.

Exame completo

O teste de carga foi interrompido e os tubulões foram içados para o teste de carga. Os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que estavam realizando o teste de carga, foram salvos e não sofreram ferimentos.



OS BOMBEIROS IMEDIATAMENTE COMEÇARAM A TAREFA DE ATINGIR OS ESCOMBROS PARA LOCALIZAR OS CADÁVERES

Interrompido teste maior

Acidente anterior

FONTE: Acervo O Globo.

Tanto o *Correio da Manhã* quanto o jornal *O Globo*, a partir do acidente, realizaram inúmeras reportagens sobre o assunto. Explicações sobre as causas do acidente, infográficos explicando como ele ocorreu, pronunciamentos do DNER e do consórcio construtor, mas, sobretudo, a ênfase nos mortos. Nas edições seguintes, os rostos de operários e engenheiros que haviam falecido no acidente foram estampados nos dois jornais. Além disso, os corpos desaparecidos recebiam menções diárias sobre as buscas.

Ficava nítido a completa ausência de equipamentos de segurança do trabalho ou mesmo qualquer tipo de gestão para equalizar e evitar os acidentes. Embora isso não fosse explorado pela imprensa, nas fotografias é possível perceber grande parte dos trabalhadores da construção civil da Ponte Rio-Niterói estando vestidos com bermudas, sandálias de dedo, sem camisa e fumando cigarro nas obras no meio da Baía de Guanabara. A possibilidade de acidentes era concreta e pairava sobre todos.

Após o desabamento da plataforma, os ânimos se exaltaram na Vila Operária no Canteiro Central. Com mais de 6 mortos e vários feridos, este acidente marcou o cotidiano dos operários. Corpos esmagados e afogados eram retirados em camburões do centro médico do INPS da Vila Operária, tudo aos olhos dos demais trabalhadores. O ambiente se transformou em tensão: foi dado um toque de recolher, a imprensa foi proibida de entrar no Canteiro Central e todos os operários proibidos de conversar sobre o assunto, principalmente com a imprensa. Instaurava-se a censura no canteiro de obras. A situação escalonou quando a firma construtora se recusou a fornecer aos funcionários os nomes dos operários desaparecidos no acidente. A empresa reagiu à fúria dos operários determinando o aumento do número de guardas para policiar a Vila e a proibição de circulação na própria vizinhança. Além do aparato policial, a companhia determinou o estabelecimento de três barreiras para o local. Naquele dia, as barreiras receberam ordens de não deixar ninguém entrar ou sair a não ser com a autorização do Ministério dos Transportes. Alguns dos funcionários relataram que tentaram falar com a imprensa e foram gravemente ameaçados. Segundo relatos, o

grande nervosismo entre os operários era para poder avisar suas famílias de que estavam vivos, uma vez que grande parte dos operários vinha de outras regiões, principalmente do Nordeste e Minas Gerais, e as comunicações deveriam se dar por telegrama (*Fundo Correio da Manhã*).

Figura 3. Fotos dos mortos no acidente com os tubulões da Ponte



FONTE: Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT.8174.

Esse não havia sido o primeiro acidente nas obras da Ponte, mas foi o primeiro com grande repercussão na imprensa e entre os operários. Em novembro de 1969, uma explosão nas instalações de ar comprimido havia matado um operário, na Avenida Rio de Janeiro, no Caju: Domício Barbosa Lima (Acer-vo *O Globo*). Os acidentes na obra eram constantes, segundo os trabalhadores e os próprios diretores do consórcio. Em reportagem veiculada no *Jornal do Brasil* sobre os acidentes com os tubulões, um trabalhador relatou que: “É assim mesmo, uma vez é uma viga que cai, outra, um cabo que parte. O trabalho da gente é difícil, mas vamos levando sem preocupações”. Indiferença evidente com acidente era vista nos diretores do consórcio.

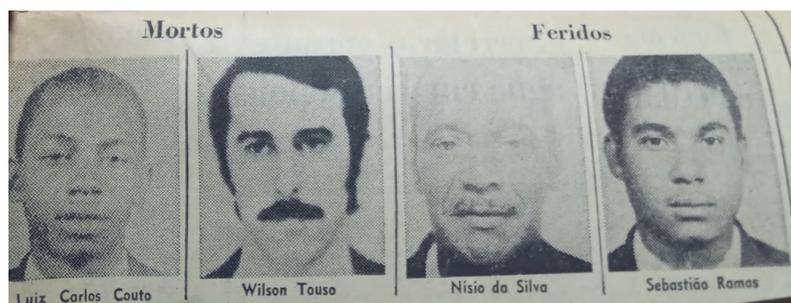
Segundo a mesma reportagem, a preocupação do consórcio era explicar para sociedade o que significava esse tipo de acidente em uma obra com as dimensões da Ponte Rio-Niterói. Segundo Filívio Rodrigues Filho, engenheiro e espécie de porta-voz do consórcio: “Em todo empreendimento de engenharia, tenha a dimensão que tiver, existe a possibilidade de ocorrer um número indefinido de acidentes”. E vai além; para ele, “a obra não tem razão de parar. Se tomaremos mais cuidados? Que cuidados? Todos os cuidados foram tomados na realização dessa experiência”. A marcha forçada não poderia parar. Em outra notícia, outro engenheiro do Consórcio Construtor afirmou em uma entrevista que considerando a grandiosidade da obra, era de se aceitar a dura realidade de que as estatísticas previam 60 acidentes até as conclusões da obra da Ponte (Fundo *Correio da Manhã*).

Após a grande cobertura do acidente referido acima, o Consórcio proibiu então engenheiros e trabalhadores de fazerem qualquer tipo de depoimento à imprensa. Porém, alguns operários se demitiram e relataram as péssimas condições de trabalho na obra. Além disso, pescadores que faziam o serviço de lanchas até o local do acidente do desabamento da plataforma, afirmavam que “todos sabiam que o acidente iria acontecer”. Francisco Raimundo Jatobá, que era operário responsável por encher os tubulões de água, revelou ao jornal *O Globo* que todos sabiam da iminência do desastre, na medida que, nos dias anteriores, a água do mar ia enchendo os tubulões, havia o sedimento da estrutura em 12 cm por dia e que haviam vazamentos na estrutura. Outros operários que pediram demissão da obra relataram que eram obrigados a fazer trabalhos extras sem água e sem alimentação, porque os engenheiros afirmavam que os testes nos tubulões tinham que ser feitos urgentemente (Acervo *O Globo*).

Um novo acidente de grandes proporções ocorreu em agosto de 1970. A lança de um guindaste que estava içando um tubulão se soltou e deixou dois mortos: um engenheiro e um operário. Diferentemente do acidente anterior, em que as investigações sobre o acidente ficaram por conta do consórcio, neste, a polícia e o DNER conduziram a apuração do caso. Os dois mortos foram

Wilson Tuso, engenheiro de 32 anos, segundo *O Globo*, e 28 anos, segundo o *Jornal do Brasil*, casado, com filhos e morador do estado de São Paulo, e o operário Luiz Carlos Couto, solteiro e morador de São Gonçalo, que trabalhava na obra para o seu sustento e o de sua mãe. O salário de Tuso como auxiliar técnico era de cerca de mil e quinhentos cruzeiros; já o salário de Luiz Carlos, como servente nas obras da Ponte, era de 48 centavos por hora, trabalhando de 1h da manhã até 16h da tarde, de segunda-feira à sábado, sem contar as horas extras que fazia. Sua mãe era Cirene Couto, trabalhava de lavadeira e cuidava da filha, irmã mais nova de Luiz Carlos, que tinha paralisia infantil. Wilson Tuso esteve no acidente com tubulões no início de 1970 e, apesar dos ferimentos, conseguiu escapar com vida. No entanto, a mesma sorte não foi possível no tombamento da lança do guindaste. Mesmo com o acidente fatal, as obras da Ponte não pararam, nem mesmo no canteiro da Ilha do Caju, local do acidente.

Figura 4. Fotos dos mortos e feridos em acidente da Ponte



FONTE: Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT:8174.

Como foi possível identificar nos relatos, em um primeiro momento, os acidentes foram tratados com indiferença pelo Consórcio Construtor. Em todos os momentos, a obra não era paralisada. Em abril de 1970, o jornal *O Globo* estampava que “A Ponte Rio-Niterói começa a vencer as águas da Baía”. O que nos chamou a atenção nessa matéria foi o relato de feridos fatalmente em um

acidente nas obras no mês anterior. No dia 7 de julho do mesmo ano, o ministro dos transportes, Mario Andreazza e o diretor geral do DNER, Eliseu Rezende, assistem o primeiro tubulão a ser concretado no mar. Nesta ocasião, Andreazza depõe ao *O Globo* que as obras estão ocorrendo dentro do previsto e vão ser concretizadas no prazo de 15 de novembro de 1971. É possível notar que, nesta fala, a obra tinha passado por uma prorrogação do prazo de entrega de março de 1971 para novembro daquele ano, e que o ministro estava ciente e concordando com isto. Em outubro, as aduelas começaram a ser colocadas sobre os tubulões, e assim, a Ponte Rio-Niterói foi ganhando forma sobre o mar.

A mudança no consórcio construtor e o silêncio sobre os acidentes

As páginas da imprensa começam a relatar os problemas com acidentes como causas do atraso das obras da Ponte. Em outubro de 1970, o *Correio da Manhã* afirma que “não se vê no mar nada parecido com uma ponte”. Devido a sua forma de construção, as aduelas e os tubulões eram pré-fabricados e depois montados sobre o mar. Nessa altura, segundo o mesmo jornal, 43% das aduelas estavam prontas, quase metade para as conclusões da obra. O maior motivo de atrasos na obra se deu em relação ao vão central e os estudos do fundo da Baía de Guanabara. Como vimos anteriormente, o projeto de construção da Ponte foi encomendado pela ditadura e executado pela Noronha Engenharia LTDA. O estudo centrou-se na viabilidade econômica da obra, mas o programa completo de sondagens que deveria ser feito antes da entrega do projeto não foi realizado. O terreno no fundo da baía, na altura do vão central, demonstrava-se traçoieiro e com uma profundidade maior do que a prevista no projeto. O resultado: com 1.000 dias desde o início das obras, o teste de carga do terreno do fundo da baía na altura do vão central ainda não tinha sido feito (Fundo *Correio da Manhã*).

A surpresa sobre a condução da obra acontece no início de dezembro de 1970. O Ministro dos Transportes, Mario Andreazza, anuncia que fará uma intervenção nas obras da ponte, rompendo o contrato com o consórcio construtor. Segundo ele, inicialmente a obra estava prevista para 28 meses, e posteriormente o prazo foi dilatado para 36 meses, prevendo para o final de 1971. Mas, segundo ele, os técnicos do governo enviaram relatórios dizendo que o ritmo de trabalho não era compatível com o tempo previsto para a obra ficar pronta. De acordo com Andreazza, “o Brasil tem pressa e nós não podemos perder tempo. Os prazos contratuais são sagrados.” (Acervo *O Globo*). Apesar de dizer que os prazos são sagrados, o anúncio do rompimento do contrato foi feito um ano antes do fim dos prazos. O Ministério dos Transportes rompia o contrato e entregava 30% da obra para ser executada pelo Consórcio Construtor Guanabara, segundo colocado na concorrência de construção da ponte, encabeçado pela empreiteira Camargo Corrêa. Teria início um imbróglio envolvendo o Consórcio Construtor Rio-Niterói e a ditadura.

Na perspectiva do Consórcio, as demoras e atrasos na construção da ponte ocorriam devido a debilidades no projeto original. Essas debilidades tornavam imperiosa a elaboração de um novo projeto, principalmente de um novo estudo sobre o solo no fundo da Baía. Para o consórcio, parte dos acidentes ocasionados ocorriam no afinçamento dos tubulões no fundo do solo da baía. Além disso, a entrega de 30% das obras para a Camargo Corrêa deixaria todo o ônus financeiro com o Consórcio Construtor Rio-Niterói, que fez compras de equipamentos importados de grande valor. Já na perspectiva apresentada pelo Ministério dos Transportes, estava a insatisfação com os anúncios públicos das falhas do projeto original e a informação de paralisação das obras para confecção de um novo projeto. Associado a isso, os acidentes que eram repassados em reportagens nos jornais; manchetes como “a ponte não irá aguentar a carga” se tornaram comuns em finais de 1970, e desagradaram o governo.

Em janeiro, um teste de carga é iniciado a toque de caixa e apresentou vários problemas. Esses testes demoravam dias

e consistiam na aplicação de toneladas em cima dos tubulões para analisar se o fundo da baía aguentaria o peso da Ponte. Em diversos momentos, o teste de carga precisou ser paralisado; o terreno da baía demorava a se estabilizar, dando indícios que a composição geológica do fundo da baía não suportaria a ponte. Imediatamente, o DNER publica nota oficial alegando que três técnicos consultores do departamento produziram um relatório assegurando a continuidade das obras e a normalidade dos testes de carga. O relatório foi assinado por três engenheiros, Antonio José da Costa Nunes, professor catedrático da UFRJ; Milton Vargas, professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo; e Odair Grillo, ex-professor da Escola Politécnica de São Paulo. Nas palavras de Milton Vargas, as obras poderiam continuar dentro dos padrões estabelecidos e sem a necessidade de novo projeto. Para ele, o projeto era versátil e a imprensa estaria fazendo muito sensacionalismo sobre o assunto (Acervo *O Globo*).

A tônica assumida pelo governo era a do conspiracionismo: as empresas do antigo consórcio estariam desde antes plantando informações falsas sobre o projeto da Ponte. Andreazza então atribuiu a responsabilidade pelos atrasos ao consórcio construtor; para ele, a ponte nunca apresentou problemas técnicos do projeto, mas em alguns momentos o consórcio construtor enfrentou problemas com a adaptação dos equipamentos e a dificuldade de transportes. Sua narrativa indica que as críticas feitas pela imprensa e pelo Consórcio Construtor Rio-Niterói seriam ataques pessoais a sua figura de ministro, as empresas nacionais projetistas e a instituições como o DNER:

No entanto há alguns que desejam transformar fatos administrativos normais da área do ministério em armas de ataque e destruição; como me julgo responsável por tudo o que acontece no meu Ministério, responsabilidade que não delego a ninguém, acolho em minha pessoa os ataques ao DNER e aos projetistas e enfrentarei os inimigos que, ocultos no anonimato, tentam destruir esta grande obra da Revolução (Acervo *O Globo*, 15 de janeiro de 1971).

A guerra entre o Ministério dos Transportes e o Consórcio Construtor Rio-Niterói estava assim declarada à imprensa. Qualquer um que denunciasse as falhas no projeto ou o grande número de acidentes seria imputado como “inimigo da Revolução”. Alguns dias depois desta fala de Andreazza, o Consórcio divulgou uma nota na imprensa afirmando que não era responsável por nenhuma das informações ou documentos sobre os projetos da ponte que estivessem circulando na imprensa. Além disso, em estratégia para demonstrar como as obras estavam cumprindo o seu dever dentro dos cronogramas, citou uma fala do ditador Médici feita em finais de agosto de 1970, em que o presidente afirmava que as obras estariam acontecendo em ritmo acelerado. A visita de Médici naquela ocasião foi anunciada no mesmo dia em que houve o acidente com a morte de dois operários, amplamente veiculados pela imprensa. A ditadura tentava, naquele momento, passar uma mensagem de normalidade e progresso nas obras da Ponte (*Acervo O Globo*).

Diante da ameaça de retaliação, o Consórcio dobrou a aposta. Engenheiros ligados às empreiteiras construtoras ameaçaram divulgar documentos em que constavam as irregularidades do projeto. De acordo com este documento, o solo do fundo da baía seria tão mole que afundava apenas com o peso dos tubulões (*Fundo Correio da Manhã*). O presidente da Associação Brasileiras de Empreiteiras de Obra Públicas saiu em defesa do consórcio. Fernando Petrucci afirmou que o certo seria deixar a obra com o consórcio e dilatar o prazo de entrega, ou retirar o consórcio da obra totalmente e indenizá-lo. Em sua visão, uma decisão pela desapropriação do consórcio e a entrega da obra ao segundo colocado da licitação seria uma decisão que feriria dispositivos jurídicos, uma vez que havia um contrato em vigor que precisava ser cumprido. Sendo assim, a decisão do governo colocaria em risco a relação com todas as empreiteiras do país, uma vez que a qualquer momento e independente do contrato, a empresa poderia ter sua propriedade desapropriada. Petrucci radicaliza sua fala; para ele, os critérios da concorrência para a construção da Ponte Rio-Niterói foram falsos e que seria preciso ao DNER alterar os prazos, custos e até

mesmo o projeto da obra, independente do consórcio construtor (Fundo *Correio da Manhã*).

No dia 27 de janeiro de 1971, é anunciado nos jornais que Médici desapropriou o consórcio construtor. Andrezza, em entrevista, explica com detalhes a medida: expropriou as empresas do consórcio, assim como seus bens, equipamentos e materiais utilizados nas obras da Ponte e incorporou este patrimônio ao DNER. Na mesma medida, não abriu nova concorrência pela execução das obras, mas convocou o Consórcio Construtor Guanabara, segundo colocado, para terminar as obras (Acervo *O Globo*).

Ao contrário do discurso do governo, o contrato com o novo consórcio construtor foi assinado ampliando prazos e estabelecendo novos custos. O novo consórcio modificou o sistema de construção da ponte, e para isso, seria necessário a importação de vários equipamentos. Sendo assim, parte dos prazos redigidos em contrato para execução da obra previam a contagem a partir da chegada destas máquinas. As empreiteiras do novo consórcio passaram a receber uma taxa de 10% do orçamento de execução da obra pelo fato de administrarem o empreendimento. Em entrevista, Eliseu Rezende informou que as obras da ponte precisariam de 320 milhões de cruzeiros a mais do que o previsto para serem concluídas. Aumentavam-se assim os prazos, custos e estabelecia-se um novo padrão no sistema de construção. Exatamente as medidas solicitadas pelo consórcio anterior.

A contradição vai mais longe, chegando até mesmo entre os engenheiros consultores do DNER. Alguns dias após sua entrevista dizendo que as obras deveriam continuar, que o projeto deveria permanecer o mesmo e que havia sensacionalismo sobre os testes de carga, Milton Vargas deixa nas entrelinhas que o projeto original da Ponte precisava de alterações. Ele afirma que apesar do projeto inicial de obras da ponte prever dez tubulões para bases de pilar, visto a situação do fundo da baía, seriam necessários 16 tubulões, ou até mais. Ainda segundo ele:

Tudo no Brasil é feito assim, meio às avessas, na arte da improvisação. Todas as grandes obras brasileiras foram e estão sendo feitas assim. [...] o certo seria fazer os testes [de carga] antes da construção, mas isso levaria tempo. Dentro do método brasileiro de construção usamos bastante a imaginação e vamos construindo sem testes. Resolvendo os problemas na medida em que vão surgindo. Isso não chega a ser um erro grave, mas simplesmente uma adaptação as nossas necessidades urgentes, o país não pode parar (Acervo *O Globo*, 18 de janeiro de 1971).

A marcha não poderia parar. Dessa forma, era incoerente as justificativas para a retirada do primeiro consórcio da obra, uma vez que prazos, custos e sistema de construção foram modificados para o segundo consórcio. Nos meses seguintes, o MDB liderou um movimento pela abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as obras da ponte. Foram meses tensos politicamente, e o Ministro Andreazza precisou ir até o Congresso Nacional prestar esclarecimentos. De acordo com a oposição, os novos custos da ponte chegariam próximos a 2 bilhões de cruzeiros. Segundo o deputado Freitas Diniz, 212 milhões corresponderiam ao primeiro contrato, 1.110 milhões de serviços do segundo contrato, incluindo a administração do empreiteiro; mais 104 milhões relativos às estruturas metálicas do vão central, 78 milhões em desapropriações e demais serviços, 142 milhões em desapropriações do antigo consórcio e 50 milhões correspondentes a empréstimos e financiamentos do antigo consórcio (Fundo *Correio da Manhã*). Apesar dos números apresentados e do embate político entre MDB e ARENA, a CPI nunca saiu do papel.

A Ponte só foi concluída em março de 1974. Nesse período, até o final da obra, não foram encontradas nas páginas dos jornais informações ou notícias sobre acidentes ou mortes relacionadas às obras. Não que eles não tivessem existido. Os novos métodos de cravagem dos tubulões realizados pelo Consórcio Construtor Guanabara utilizavam-se de uma técnica com ar comprimido.

Como demonstra Pedro Henrique Pereira Campos, esse método causava casos graves da doença de descompressão. A utilização de ar comprimido gerava uma intoxicação com o nitrogênio e ocasionava inúmeros problemas ósseos. O trabalho pesado e a má alimentação também tornaram a desnutrição um quadro comum entre os operários (Campos, 2013). Ainda assim, notícias negativas sobre a ponte tornaram-se raríssimas e sobre os acidentes, inexistentes. Aparentemente, a ditadura estabeleceu certa censura sobre o assunto.

Essa, aliás, era uma das modalidades de imposição da censura durante o regime militar. Segundo Carlos Fico, a ditadura não foi responsável por implementar a censura no Brasil, mas além de utilizar e ampliar seus mecanismos, com o AI-5, o regime pode sistematizar a forma de censurar (Fico, 2007). Longe de ser uma prática descoordenada ou confusa, a censura aos jornais funcionava no país a partir de dois mecanismos: a censura prévia ou uma “censura sistemática e velada” de impedir a circulação de notícias avessas aos desígnios do regime (Fico, 2007, p. 190). Não podemos afirmar propriamente que existiu uma censura para que, entre início de 1971 e a inauguração da Ponte em 1974, não fossem veiculadas matérias sobre acidentes e condições de trabalho nas obras da Ponte. Porém, o repertório se aproxima muito deste segundo mecanismo discutido por Carlos Fico; a proibição de tocar em determinados assuntos sobre as obras da Ponte. Fato é que, para os dois fundos aqui analisados, confirmam-se as análises que Edina Rautenberg fez para a *Revista Veja*. A saber, de que existiram dois momentos na cobertura de imprensa sobre a Ponte Rio-Niterói; um antes da desapropriação do CCRN e outro após a Camargo Correa assumir as obras.

Em relação às empresas que encabeçaram o Consórcio Construtor Rio-Niterói, elas nunca conseguiram se recuperar. Envolveram-se em um extenso imbróglio sobre a indenização das desapropriações, mas foram afundadas em uma grave crise financeira. A CCBE, que conseguiu encabeçar o consórcio construtor da Ponte Rio-Niterói após a rescisão contratual, entrou em declínio. Resultante disso foi a fusão em 1972 com a Rossi,

empresa que já havia adquirido a antiga SERVIX, e a abertura de seu capital, passando a partir daí a ser administrada pelo Banco Itaú. Cincinato Cajado Braga não desistiu de reaver o controle sobre suas antigas empresas e conseguiu recuperar a presidência da empresa, porém, depois de um desmembramento e uma nova fusão nos anos seguintes, finalmente a empreiteira entrou em concordata em 1982, definitivamente não se recuperando da rescisão contratual da Ponte Rio-Niterói (Campos, 2013).

Considerações Finais

A partir de uma história crítica da Ponte Rio-Niterói, é possível observar o AI-5 além do dispositivo que reafirmava a censura, perseguição, mortes e desaparecimentos de pessoas contrárias ao regime, como também um mecanismo econômico. Com isso, consideramos que o Ato Institucional apresentou controle do andamento da obra, como dos trabalhadores e do cenário da opinião pública sobre a “grandiosa” obra de cunho nacional.

Em um primeiro momento, é relevante atentarmos sobre as condições de trabalho dos operários da obra. Sem sistemas de segurança e proteção, eram entregues a constantes acidentes. Com uma jornada de trabalho que chegava até 16 horas por dia, e em razão das horas extras, poderia até aumentar. Além disso, trabalhavam por baixos salários e condições de alimentação precárias, além da própria construção estratificada das residências no Canteiro Central. O AI-5 permitia à ditadura impor ritmos e as mais diversas condições de trabalho sem questionamentos, e em momentos de conflito ou insatisfação, impor a lei do silêncio. A vida e o trabalho dos operários da construção civil foram colocados em marcha forçada pelo AI-5.

Ao mesmo tempo, fica notório a arbitrariedade das ações econômicas do governo, até mesmo com empresas. Rossi, CCBE e SERVIX, empreiteiras que integravam o primeiro consórcio construtor, entraram em declínio até finalmente acabarem em

razão da desapropriação realizada pela Ditadura Militar. Enquanto isso, a Camargo Corrêa, empresa que encabeçou o consórcio segundo colocado da concorrência, recebeu melhores condições de contrato, e durante quase toda a ditadura, ocupou o posto de maior empreiteira brasileira. Ao mesmo tempo, em prol da defesa dos seus interesses, do “milagre” e do silenciamento da opinião pública, podemos perceber uma mudança na cobertura dos jornais sobre os acidentes com os trabalhadores da Ponte após a chegada da Camargo Corrêa.

Referências

Fontes

ACERVO *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>
ARQUIVO Nacional. Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT.8177
ARQUIVO Nacional. Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT.5515
ARQUIVO Nacional. Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT. 3987
ARQUIVO Nacional. Fundo *Correio da Manhã*. PH.0.TXT. 8174

Bibliografia

BEAL, Sofia. Obras públicas monumentais, ficção e regime militar no Brasil (1964-1985). *Revista Escritos*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Ano. 4, n.º 4, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a Ditadura Civil-Militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Outras dimensões de 1968: o AI-5 como Política Econômica. *Revista Ars Histórica*, n.º 17, 2018.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. P. de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RAUTENBERG, Edina. *A Revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Oeste do Paraná, 2011.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A Modernização Autoritária: Do Golpe Militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (org.) *História Geral do Brasil*. 9.^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”: Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos. *O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.